



Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA
Departamento de Serviço Social - DESSO
Programa de Pós-graduação em Serviço Social - PPGSS

O Estado e a “aristocracia operária” no Brasil contemporâneo: a mediação da luta de classes nos fundos de pensão

TÁSSIA REJANE MONTE DOS SANTOS

TÁSSIA REJANE MONTE DOS SANTOS

O Estado e a “aristocracia operária” no Brasil contemporâneo: a mediação da luta de classes nos fundos de pensão

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do grau de Doutora em Serviço Social, sob a orientação da Professora Doutora Rosa Maria Cortês de Lima.

Recife, Agosto, 2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Monte dos Santos, Tássia Rejane.

O estado e "aristocracia operária" no Brasil contemporâneo: a
mediação da luta de classes nos fundos de pensão / Tássia Rejane Monte
dos Santos. - Recife, 2020.

237 p, tab.

Orientador(a): Rosa Maria Cortês de Lima

Cooorientador(a): Rosa Maria Cortês de Lima

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de
Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social,
2020.

Inclui referências.

1. Aristocracia Operária. 2. Fundos de Pensão . 3. Hegemonia
Burguesa. I. Cortez de Lima, Rosa Maria. (Orientação). II. Cortês de
Lima, Rosa Maria. (Coorientação). IV. Título.

360 CDD (22.ed.)

Tássia Rejane Monte dos Santos: O ESTADO E A “ARISTOCRACIA OPERÁRIA” NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: a mediação da luta de classes nos fundos de pensão.

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – PPGSS/UFPE para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Estado, políticas sociais e ação do Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Aprovada em 31/08/2020 pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Participação via Videoconferência

Prof.^a Dra. Rosa Maria Cortês de Lima (Orientadora e Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

Prof.^a Dra. Helena Lúcia Augusto Chaves (Examinadora Interna) Universidade
Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

Prof. Dr. Henrique André Ramos Wellen (Examinador Externa)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Participação via Videoconferência

Prof.^a Dr.^a Erlenias Sobral do Vale (Examinadora Externa) Universidade
Estadual do Ceará

Participação via Videoconferência

Prof.^a Dr.^a Rivânia Lúcia Moura de Assis (Examinadora Externa) Universidade
do Estado do Rio Grande do Norte

Recife, 31 de agosto de 2020.

DEDICATÓRIA

*À classe trabalhadora que segue a
marcha da luta coletiva e
revolucionária, por uma vida com
sentido!*

AGRADECIMENTOS

É na travessia que se conhece o caminho. Mas, somente depois de cumprido o percurso é que se pode reconhecê-lo. Esta tese desfecha a jornada de trabalho que iniciei há quatro anos. É produto de um processo desafiador, em razão do esforço propriamente necessário à realização de uma pesquisa, mas, também, dos problemas de ordem da vida cotidiana, quase sempre conjugados aos nossos processos produtivos e que requerem, igualmente, dispêndio de atenção e de energia. Muitas vezes, o processo de escrita de um trabalho como este é um tanto quanto solitário, tive essa impressão em alguns momentos. Mas, o desfecho desse percurso, faz-me reconhecer o contributo de muitas pessoas a esse processo na sua totalidade. Quero reconhecer os débitos que tenho para com as pessoas que fizeram dessa travessia um importante e necessário aprendizado pessoal e intelectual e, que, de alguma forma, contribuíram para que essa tarefa fosse cumprida. Os meus mais sinceros agradecimentos:

À minha família. Aos meus pais, Antônio e Marlúcia, pela torcida apaixonada que sempre manifestam às minhas empreitadas pessoais e profissionais. Pelo amparo e dedicação amorosos desde sempre. Às minhas irmãs, Tati e Tayane pelo carinho e pela torcida e, especialmente a Ná, pela força que me deu e pela doce companhia que me fez durante a reta final de produção desse trabalho. Aos lindos e amados sobrinhos Théo e Brayan, pelos momentos de ternura e graça;

A Rayane, pelas trocas, incentivo e torcida que me trouxeram leveza, ensinamentos e alegria de muitas partilhas;

Às caríssimas amigas e companheiras de trabalho que a UFRN me possibilitou o encontro e a parceria: Silvana Mara, Andréa Lima, Ilka de Souza, Rita de Lourdes Lima e Célia Nicolau, pelo carinho, pelas lições e camaradagem de sempre;

Aos amigos e amigas queridas, que a vida em Recife me oportunizou: as irmãs Ferreira: Verônica, Cris e Sara, com quem tive uma convivência diária de muito carinho e companheirismo, ao longo dos primeiros anos do doutorado; a Leide, Fabí, Ricardo, Simaia e Lucas, amigos que reencontrei e fiz na jornada doutoral na UFPE; à Patrícia, amiga querida, pela sua amizade carinhosa e gentil;

À professora Dr^a Rosa Cortês, pela orientação deste trabalho, conduzida de forma tão habilidosa e contundente. A sua disciplina e o seu compromisso com o desfecho desta pesquisa me foram indispensáveis;

À Banca Examinadora. Ao professor Dr. Henrique Wellen, pelo rigor da crítica e pelo incentivo à investigação obstinada. Agradeço-o também pela generosa interlocução sobre as questões teóricas fundamentais do problema de tese, presente desde o projeto de qualificação desta pesquisa; à professora Dr^a Erlência Sobral, pela disposição em participar da banca examinadora e pelas valorosas contribuições dadas ao trabalho, na pré-banca, especialmente no que diz respeito à linha de argumentação e exposição da tese; à professora Dr^a Rivânia Moura, por ter aceitado ao convite para participar da banca examinadora, pela leitura atenta e rigorosa e pelo contributo à análise do objeto de pesquisa, desde a pré-banca; e à professora Dr^a Helena Chaves, pela participação na banca examinadora deste trabalho, bem como das etapas de avaliação anteriores, processo de qualificação do projeto e pré-banca. Agradeço também as contribuições dadas à pesquisa, especialmente nos aspectos metodológicos referentes à exposição do objeto de estudo e às dimensões conceituais.

Aos queridos Jailson, Jakeline e Juliana, pelo trabalho de tradução do resumo deste trabalho e revisão e adaptação técnica do texto;

Ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE, em especial, ao corpo docente do PPGSS, pela qualificada interlocução acadêmica que tive oportunidade de participar no processo do doutorado, a partir do conjunto das disciplinas e demais atividades acadêmicas. Quero agradecer, em especial as professoras: Dr^a Ana Elisabete Mota, Dr^a Ângela Amaral, Dr^a Juliane Peruzzo e aos professores Dr. Marco Mondaíne e Dr. Javier Moreno (professor visitante), com os quais tive a oportunidade de aprender e de realizar um debate teoricamente qualificado, sobre os temas e conteúdos trabalhados nas disciplinas que cursei no programa.

Aos colegas e professores do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (GET), ligado Departamento de Serviço Social e ao PPGSS, coordenado pela Professora Dr^a Ângela Amaral, que orientou minha pesquisa na fase inicial do projeto. Quero agradecer ao grupo a oportunidade de participação e o acolhimento que recebi durante o período que estive na UFPE.

Ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DESSO/UFRN), pela concessão da licença que viabilizou o meu processo de qualificação profissional, no curso de doutorado do PPGSS da UFPE;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento à pesquisa científica na área do Serviço Social brasileiro, e pelo financiamento e concessão da bolsa de pesquisa que subsidiou as condições de realização deste trabalho.

LISTA DE SIGLAS

ABRAPP- Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

ANAPAR- Associação Nacional dos Participantes de Previdência Complementar

BB- Banco do Brasil

BC- Banco Central

BF- Bolsa Família

BM- Banco Mundial

BNDE- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CBDT- Central Brasileira Democrática dos Trabalhadores

CCJ- Comissão Constituição e Justiça

CEF- Caixa Econômica Federal

CNB- Confederação Nacional dos Bancários

FS- Força Sindical

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CSB- Central dos Sindicatos Brasileiros

CSC - Corrente Sindical Classista

CTB - Confederação Geral de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT- Central Única dos Trabalhadores

Dieese-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DRU- Desvinculação das Receitas da União

EC- Emenda Constitucional

EDP - Estratégia Democrática Popular

EUA – Estados Unidos da América

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador

FEF- Fundo de Estabilização Fiscal

FGTS- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FGV/SP- Fundação Getúlio Vargas/ São Paulo

FHC- Fernando Henrique Cardoso

FIES-Fundo de Financiamento Estudantil

FMI- Fundo Monetário Internacional

Funcef- Federação dos Economiários Federais

GC- Governança Corporativa

INSS- Instituto Nacional de Seguro Social

LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

NCST- Nova Central Sindical de Trabalhadores UGT- União Geral de Trabalhadores

OMC -Organização Mundial do Comércio

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PBD- Plano de Benefício Definido

PC do B- Partido Comunista do Brasil

PCD- Plano de Contribuição Definido

PCF - Partido Comunista Francês

PDP- Projeto Democrático Popular

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PEC- Projeto de Emenda Constitucional

PETROBRAS- Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima

PIB - Produto Interno Bruto

PMCMV- Programa Minha Casa Minha Vida

PMDB- Partido Movimento Democrático Brasileiro

PPA- Previdência Privada Aberta

Previ- Caixa de Previdência dos Funcionário do Banco do Brasil

PREVIC -Superintendência Nacional de Previdência Complementar

ProUni - Programa Universidade para Todos

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira

PT- Partido dos Trabalhadores

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

PUC/RIO- Pontifícia Católica/Rio de Janeiro

RGPS- Regime Geral da Previdência Social

RPPS-Regimes Próprios de Previdência Social

STN- Secretaria do Tesouro Nacional

SUDENE- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

URSS- União das República Socialistas Soviéticas

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Tabela 1 - Evolução do emprego registrado no setor privado (Brasil, 1997, 2002 e 2012)	144
Tabela 2 - Índice de representatividade das centrais sindicais (2008-2014)	144
Tabela 3 - Greves no Brasil (2003-2013)	144
Tabela 4- Principais Inovações nos Regimes Previdenciários	178
Quadro 1 - Maiores Interlocutores dos fundos de pensão no primeiro Governo Lula	180
Quadro 2 – Eixos das Reformas Previdenciárias Governos FHC e Lula	189
Gráfico 1- Investimentos Detalhados EFPS	211
Gráfico 2- Evolução da População EFPS	213

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS – A CONFORMAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	27
CAPÍTULO 1 - ARISTOCRACIA OPERÁRIA: FORMAÇÃO HISTÓRICO- CONCEITUAL	34
1.1 IMPERIALISMO: A SUBSTANTIVA SUPREMACIA DO CAPITAL FINANCEIRO	34
1.2 A ARISTOCRACIA OPERÁRIA E AS BASES ESTRUTURAIS DO REFORMISMO	48
1.3 A ERA DOURADA DO CAPITALISMO: APOGEU E CRISE DA ARISTOCRACIA OPERÁRIA	60
CAPÍTULO 2 - FINANCEIRIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: A COMPOSIÇÃO DE UMA NOVA EXPANSÃO DO CAPITAL IMPERIALISMO	76
2.1 A FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA: TENDÊNCIAS GLOBAIS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	77
2.2. O NEOLIBERALISMO: REQUISITOS SUPERESTRUTURAIS DE UMA NOVA ESCALA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAIS	88
CAPÍTULO 3 - O ESTADO E A ARISTOCRACIA OPERÁRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	110
3.1 A “MODERNIZAÇÃO” DO CAPITALISMO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO DE UMA “ARISTOCRACIA OPERÁRIA”	111
3.2 O NOVO SINDICALISMO E O PT: EXPRESSÕES DE UMA CONSCIÊNCIA CORPORATIVA DE CLASSE DE NOVO TIPO	121
3.3. O PT E A CONCERTAÇÃO DO CAPITALISMO BRASILEIRO	138
CAPÍTULO 4 - A CONTRIBUIÇÃO DA ARISTOCRACIA OPERÁRIA À CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO NO BRASIL	158
4.1 CENTRAIS SINDICAIS E A DISPUTA PELO CONTROLE DOS FUNDOS DE POUPANÇA DOS TRABALHADORES	159
4.2 O PAPEL DAS CENTRAIS SINDICAIS NA FORMAÇÃO DE NOVOS AGENTES FINANCEIROS	171
4.3 A VANGUARDA DA “ARISTOCRACIA OPERÁRIA” BRASILEIRA	175

CAPÍTULO 5 - ATUAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS FUNDOS DE PENSÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DOS GOVERNOS DO PT	185
5.1 OS FUNDOS DE PENSÃO E A GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL.....	201
5.2 A FUNÇÃO ESTRATÉGICA DE ATUAÇÃO DOS FUNDOS DE PENSÃO NO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA NACIONAL	209
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	227

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa sobre a formação e a atuação política da “aristocracia operária” no Brasil. Trata-se de uma análise sobre a mediação política de vetores dirigentes da classe trabalhadora, arregimentados em partidos e sindicatos, no processo de ampliação e consolidação dos fundos de pensão, no Brasil, das últimas décadas. A formação de tais vetores denominados aqui de “aristocracia operária” possui vínculo orgânico com a histórica formação política da classe trabalhadora brasileira, fortemente balizada pelos processos de industrialização e urbanização do país, no final dos anos 1970, marcas indeléveis da consolidação do capitalismo brasileiro, que se realiza sob a batuta de um Estado autocrático burguês. O período de crise do capital, já no final daquela década, coincidiu com a decadência do regime militar e com a ascensão de forças democráticas no seio da organização dos trabalhadores e das massas populares. É nesse contexto, que, surge o novo sindicalismo, um movimento proeminentemente criador de uma consciência corporativa de novo tipo, isto é, uma força galvanizadora das lutas e da organização política dos trabalhadores à época, explicitada na realização de greves gerais, na luta pela abertura democrática, na criação da maior central sindical do país (a CUT) e do PT, um partido referenciado nas lutas operárias, democráticas e populares, tendo seu esteio mobilizador nucleado, especialmente, no operariado fabril (com destaque para o ABCD paulista). Esses instrumentos ganharam uma força política de expressão nacional e galgaram uma trajetória de avanços e de retrocessos na luta de classes, especialmente, no contexto de implantação do neoliberalismo entre nós (1990). Ao longo desse período, a resistência foi se tornando residual e o atrelamento político-ideológico ao projeto burguês ganhou força nas ações parlamentares e sindicais da esquerda, a partir de graduais concessões ou mesmo adoção de pautas propriamente neoliberais, no interior das suas entidades de classe. A hipótese defendida nesta tese é de que a “aristocracia operária”, isto é, vetores do sindicalismo brasileiro e dirigentes políticos ligados especialmente ao Partido dos Trabalhadores, constituiu o segmento político da classe trabalhadora que dirigiu o processo de colaboração de classes, que se inicia na década de 1990 e se completa no momento em que sua cúpula adentra o aparelho de governança do Estado brasileiro, na década seguinte. Um dos aspectos dessa colaboração é tratado, neste trabalho, a partir da relação da “aristocracia operária” com os fundos de pensão, operacionalizada através da simbiose entre a burocracia sindical e a burocracia estatal. É nessa perspectiva, que, analisamos a participação efetiva desses vetores da classe trabalhadora na conformação da hegemonia burguesa e sua correspondente restauração capitalista, no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: “Aristocracia operária”. Fundos de pensão. Hegemonia burguesa.

ABSTRACT

This work results from a research about Aristocracy Worker's education and political action in Brazil. The study is a kind of analysis under political mediation of guide vectors by workers' class, considering they are arranged in Political Parties and Syndicate in their enlargement and consolidation processes of Social Pension Funds in the last decades. The constitution of those vectors which we here call Aristocracy Workers, are closely linked to Brazilian workers political class education, that is at the same time strongly background based in processes of industrialization and urbanization of the country in the last 70's. Those were strong marks of Brazilian Capitalism that occurred under autocratic State responsibility. The period in which occurred a crisis of the capital, in the final days of seventies just coincided to the period of Military Force Regime and also to the ascension of Democratic Forces when a mass of workers were joining themselves into organizations. It is in this context that we can say it was arising a new Syndicalism, a wide movement that promote a kind of new corporative consciousness, i.e. a renewed force of fight and workers in political organization to that epoch. It was showed its force in workers' general standstill, in the fight to redemocratize the country, and also in the foundation of biggest Central Worker's Force in the country (CUT) and to one of the strongest party, Worker's Party (PT). This party was a bit different in what is concerned to democratic, popular and factory workers' fight, because it had had its central force among factory workers (it deserve detach to workers from the city region of São Paulo that is called ABCD). Those social elements that characterize Workers' Party had gained political force in a national dimension and they had stepped advanced trajectory and at the same time setbacks work fight, especially in what is concerned to the implementation in the New Liberalism in the country, in the eyes of workers (1990). Along that period, the resistant force was becoming weak, it was joined to ideological-political Party perspective, so that the bourgeois force project became strong in front the Left Syndical and parliament actions, it started from gradual concessions and even the assumption of neoliberal topics itself, just in the inner space of class institution. The hypothesis defended in this thesis is that Aristocracy Factory Workers, vectors from Brazilian Syndicalism and politicians guiders especially those linked to Workers Party constructed such a political perspective formed by worker's class that guided in some sense the process in which the class itself collaborated to that, it has arose in the decade of 90's and it had been completed at the moment in which his Staff and representative man entered to the Brazilian State control, just in the next decade. One of the aspects of that process of collaboration is what we treat here in this work. We consider the relationship between the Factory Workers Aristocracy with Pension Funds, how they operate that fund strictly close to the relation between Syndical Bureaucracy and State Bureaucracy. It is just into this perspective that we analyze how Work Class Vectors take affectively part into the hegemonic position of bourgeois state, consequently we find its correspondent notion on the process of capitalist restoration in the contemporary Brazilian State.

Key words: "Factory Aristocracy Workers". Pension Funds. Bourgeois hegemony.

RESUMEN

Este trabajo es resultado de una investigación sobre la formación y la actuación política de la "aristocracia obrera" en Brasil. Se trata de un análisis sobre la mediación política de vectores dirigentes de la clase trabajadora, organizados en partidos y sindicatos, en el proceso de ampliación y consolidación de los fondos de pensión, en Brasil, de las últimas décadas. La formación de tales vectores llamados aquí de "aristocracia obrera" posee vínculo orgánico con la histórica formación política de la clase trabajadora brasileña, fuertemente marcada por los procesos de industrialización y urbanización del país, a finales de los años 1970, marcas indelebles de la consolidación del capitalismo brasileño, que se realiza bajo la orientación de un Estado autocrático burgués. El período de crisis del capital, ya a finales de esa década, coincidió con la decadencia del régimen militar y con el ascenso de fuerzas democráticas en el seno de la organización de los trabajadores y de las masas populares. Es en ese contexto que surge el nuevo sindicalismo, un movimiento prominente creador de una conciencia corporativa de nuevo tipo, es decir, una fuerza galvanizadora de las luchas y de la organización política de los trabajadores a la época, explicitada en la realización de huelgas generales, en la lucha por la apertura democrática, en la creación de la mayor central sindical del país (la CUT) y del PT (Partido de los trabajadores), un partido referenciado en las luchas obreras, democráticas y populares, teniendo su soporte movilizador nucleado, especialmente en la clase obrera fabril (con énfasis en el ABCD paulista). Estos instrumentos han ganado una fuerza política de expresión nacional y han alcanzado una trayectoria de avances y retrocesos en la lucha de clases, especialmente en el contexto de implantación del neoliberalismo entre nosotros (1990). A lo largo de ese período, la resistencia fue volviéndose residual y el enganche político-ideológico al proyecto burgués ganó fuerza en las acciones parlamentarias y sindicales de la izquierda, a partir de graduales concesiones o incluso adopción de pautas propiamente neoliberales, dentro de sus entidades de clase. La hipótesis defendido en esta tesis es que la "aristocracia obrera", es decir, vectores del sindicalismo brasileño y dirigentes políticos vinculados especialmente al Partido de los Trabajadores, constituyó el segmento político de la clase trabajadora que dirigió el proceso de colaboración de clases, que se inicia en la década de 1990 y se completa en el momento en que su cumbre adentra el aparato de gobernanza del Estado brasileño, en la década siguiente. Uno de los aspectos de esta colaboración es concebida, en este trabajo, a partir de la relación de la "aristocracia obrera" con los fondos de pensiones, gestionada a través de la simbiosis entre la burocracia sindical y la burocracia estatal. Desde esta perspectiva, analizamos la participación efectiva de estos vectores de la clase trabajadora en la conformación de la hegemonía burguesa y su correspondiente restauración capitalista, en el Brasil contemporáneo.

Palabras clave: "Aristocracia obrera". Fondos de pensión. Hegemonía burguesa.

A essência da abstração não está em se prescindir da matéria sensível, mas na elevação do sensível à estrutura universal do conceito (LEÃO, 1997, p. 258).

INTRODUÇÃO

As provocações histórico-analíticas que motivaram esta pesquisa partem do interesse de apreender algumas determinações e expressões da luta de classes, no Brasil contemporâneo. Esse interesse se relaciona diretamente com as pesquisas e estudos da minha trajetória acadêmica, cuja influência se inspira no próprio rol das pesquisas desenvolvidas na área do serviço social brasileiro, das últimas décadas¹ e nas suas interlocuções com pesquisas de áreas afins. Afinal, a construção de objetos e agendas de pesquisa se remete, em alguma medida, às escolhas teóricas e às inclinações sensíveis de quem pesquisa ao debate de determinados problemas reais (de ordem histórico-factual) ou de cunho propriamente teórico.

Na trajetória recente desses últimos dez anos, algumas problemáticas factuais, mas, também, de natureza especificamente teórica me provocaram interesse de estudo, como é o caso das classes sociais, do Estado e da desafiadora problemática da revolução. Como sabido, essas são temáticas orgânica e tradicionalmente vinculadas ao pensamento marxista e muito caras à tradição político-cultural da esquerda, nos seus mais diversos matizes, desde pelo menos, a segunda metade do século XIX. O interesse pela compreensão histórica e teórica desses temas, especificamente, da sua manifestação concreta na realidade brasileira, fez-me aproximar de estudos sobre a organização política da classe trabalhadora.

A delimitação metodológica desse tema de pesquisa não se definiu aprioristicamente. As classes só existem em relação contraditória, por fundamento e por excelência, numa luta socialmente conflagrada entre si. Mas, há na ordem prática da formação e da relação das classes um problemático desafio, que, por sinal, consiste num desafio teórico-político, qual seja: a despeito da condição objetivamente posta (o lugar que ocupam na reprodução econômica), as classes só se afirmam socialmente por via da formação e da organização política das suas frações, na defesa de seus interesses corporativos. O que supõe a existência

¹ A estrutura curricular da formação na área, desde a revisão do currículo mínimo de 1982, privilegia o debate da luta de classes como um pressuposto fundamental à compreensão crítica da realidade social e da própria formação histórico-social brasileira.

de condições históricas capazes de elevar subjetivamente a condição imediata à situação consciente. As mediações histórico-sociais que determinam a relação econômica e política das classes sociais se expressam nesse movimento complexo, cuja conformação, grosso modo, está pautada pela (re)produção social do capital², como manifestação mais profunda e desenvolvida da propriedade privada (o capital), um dos fundamentos basilares da sociedade capitalista/burguesa.

Claro, a simplificação dessa equação não pode dispensar análise concreta da situação concreta. A configuração da luta de classes, no Brasil atual, tem determinações profundas, estruturadas no desenvolvimento histórico de nossa formação social: das classes e do Estado. Nesta pesquisa, recupero a historicidade de aspectos relevantes da luta de classes, a partir de um enfoque analítico demarcado, historicamente, pela experiência dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil contemporâneo. Este fenômeno político protagonizado pelo PT é como sugere Iasi (2014), produto direto da crise da autocracia burguesa e de seu modelo econômico. Por isso mesmo é que tal fenômeno se insere no ciclo da Revolução Burguesa no Brasil, que, segundo o autor, já foi vista como não realizada, incompleta, tardia, ou mesmo “superada” como tema³.

Na concepção de Iasi (2014) o ciclo histórico dos governos do PT é caracterizado pela predominância da Estratégia Democrática Popular (EDP). Tal formulação encontra no Partido dos Trabalhadores (PT) sua forma de expressão organizativa e política e seu desenvolvimento corresponde ao percurso histórico deste partido desde sua formação em 1980 até a experiência de governo que se encerra com a deposição da Ex-presidente Dilma Rousseff (PT), por um golpe institucional parlamentar, em 2016. Pensando o desfecho da experiência petista e corroborando com as indagações do autor, seria este último período, o do PT no governo, um “abandono da Estratégia Democrática Popular (EDP) naquilo que lhe é essencial, ou, estaríamos diante de um momento de seu desenvolvimento no qual se manifesta em uma forma distinta daquela que a revestia quando de sua formulação original?” (IASI, 2014, p. 1).

² Como totalidade, essa relação se expressa como produto e processo de uma estrutural contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, processo que se efetiva numa forte e crescente concentração e centralização de capitais, sistematicamente associadas à expansão mundial da produção capitalista e a uma dramática reconfiguração das classes sociais, com seus múltiplos estratos e clivagens.

³ No pensamento pós-moderno que acabou por imperar, não se trata mais da diferença qualitativa entre a revolução burguesa e a revolução proletária, ou, se preferirem, entre a emancipação política e a emancipação humana, mas sim do suposto auto aperfeiçoamento da ordem econômica, social e política existente por via da democratização da sociedade burguesa. As supostas ou reais diferenças entre os projetos em disputa acabam por aceitar a economia capitalista e a forma burguesa do Estado como pressupostos insuperáveis (IASI, 2014, p. 1).

É importante situar, nesse sentido, que, a estratégia democrática popular é influenciada, na sua concepção original, pelas interpretações da crítica intelectual⁴, no interior do partido, ao modelo de desenvolvimento econômico subordinado do capitalismo brasileiro e ao caráter autocrático do Estado burguês. Por ser produto de um processo de lutas democráticas, o PT se torna o núcleo catalizador da estratégia democrática popular no conjunto da classe trabalhadora no Brasil. O desenvolvimento dessa nova estratégia de luta pelo poder teria, em tese, a função histórica de corrigir e superar os erros da estratégia “etapista” que a esquerda defendera no passado⁵, mas também de organizar forças democráticas formadoras de uma consciência corporativa de novo tipo, no conjunto da luta das classes trabalhadora e das massas populares. Essa seria a conformação do processo democrático popular que a “via não clássica” da revolução burguesa no Brasil não teria cumprido, dado o caráter de subordinação imperialista e antirrevolucionário da burguesia brasileira.

Mas, a história tem suas vicissitudes e é preciso interpretá-las. A concepção do etapismo da estratégia nacional do passado se encarna na tática da estratégia popular recente. A estratégia nacional partia de uma concepção que via numa suposta burguesia nacional, a possibilidade de uma aliança democrática. Já a estratégia popular dos anos 1980, negou essa possibilidade, pois a história já havia dissipado as ilusões nesse tipo de aliança. Assim, a democracia só poderia ser resultado de um luta social popular. A aliança teria que se dá entre trabalhadores, camponeses, setores da pequena burguesia e as massas populares. Mas, o curso da história abriu muitos descaminhos e a estratégia democrática foi perdendo seu caráter popular, e o campo das alianças perdendo a direção social original.

Teria a estratégia popular que o PT ajudou a construir e a deformar, refletido um problema de ordem teórico-analítica? Ainda que as concepções sejam passíveis de crítica e revisão, não parece ser esse um problema do nível das abstrações originais. Refletir sobre a

⁴ As críticas empreendidas por intelectuais como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Carlos Nelson Coutinho e outros, constituem a matéria prima a partir da qual uma nova formulação estratégica podia ser edificada. Deve-se destacar que não é possível, nem pertinente, atribuir a responsabilidade pelo desenvolvimento de uma estratégia nem de seu desdobramento a um ou outro intelectual, no entanto, os elementos das diversas formulações teóricas que buscavam acertar contas com o período que se encerrava [ditadura militar] guardam os germes daquilo que se desenvolveria como formulação determinante no período que se abria (IASI, 2014, p. 7).

⁵ Diz respeito à Estratégia Democrática Nacional (EDN) defendida por setores da esquerda com destaque para o Partido Comunista Brasileiro (PCB), nas décadas que antecedem o Golpe Militar de 1964. O PCB compreendia, naquele contexto, que a luta dos trabalhadores deveriam ser organizada, a partir de uma estratégia anti-imperialista, composta por uma aliança democrática entre setores progressistas das classes sociais fundamentais da sociedade brasileira, isto é, entre trabalhadores camponeses e burguesia nacional. Um das críticas mais consistentes e pioneiras à estratégia PCBista é feita por Caio Prado Jr, na qual destaca que um dos principais equívocos da estratégia é a análise sobre a existência de uma burguesia nacional com disposição democrático-revolucionária e anti-imperialista.

deformação de uma estratégia supõe considerar que ela “não pode ser compreendida como resultante da mera intencionalidade dos sujeitos políticos”, senão produto de um complexo conjunto de determinações:

[...] o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e o grau de amadurecimento da contradição que daí deriva em relação às relações sociais de produção existentes, a dinâmica da luta de classes, o caráter do Estado e, a expressão destas contradições na consciência social de uma época, no quadro cultural e teórico existente (IASI, 2014, p.1).

A radicalização política que a estratégia popular intencionava realizar nos anos 1980, como forma de agudizar a crise da autocracia burguesa e realizar a democratização do Estado para os trabalhadores e as classes populares, não conseguiu se efetivar frente à ofensiva burguesa, na década seguinte. A aliança entre os estratos superiores da burguesia brasileira e dessas com a burguesia imperialista consiste, segundo Fernandes (2008), na premissa básica da democracia restrita da sociedade e do Estado brasileiros. Dito de outro modo, a subordinação da burguesia brasileira ao capital internacional consiste na base material do caráter autoritário do Estado e das classes dominantes, no Brasil. É por essa razão que a contrarrevolução preventiva do passado (1964) teria, no contexto pós-ditadura, adquirido um caráter permanente, cuja configuração reedita aspectos de uma democracia restrita, ou quando muito, de uma democracia de cooptação⁶, nos termos de Fernandes (2008).

Essas premissas refletem os aspectos estruturais da luta política entre as classes no Brasil. E fornecem chaves analíticas à compreensão de que, o ineditismo da conquista do aparelho de governança do Estado brasileiro, por um partido de origem popular e trabalhista como o PT, representa em parte a realização tática da estratégia democrática, realizada, sobretudo pela via eleitoral. Mas, a experiência petista no governo demonstrou, também, que, o compósito de alianças eleitorais realizou-se num campo tão vasto de interesses que comprometeu os caminhos e os objetivos da estratégia popular. Esse foi o preço do ingresso ao poder, já que as alianças eleitorais são insuficientes para garantir a governabilidade, o PT escolheu e submeteu-se ao jogo da democracia de cooptação.

O PT ao longo dos anos foi degenerando a sua plataforma programática e suas estratégias políticas mais características. Terminou por costurar uma política de coalizão com setores políticos dominantes, condição que o fez abandonar a base social do seu programa político original. A decadência política do PT se realizou pela via eleitoral, e para garantir a

⁶ A Democracia de Cooptação é um conceito que Florestan Fernandes (2008) desenvolve para designar o nível de democratização mais elevado possível, que, o caráter autocrático das classes dominantes brasileiras permitiria ocorrer no Estado e a na sociedade no Brasil.

governabilidade, submeteu-se à desmobilização social e política através de acordos pelo alto e de práticas de degeneração ética (escândalos de corrupção envolvendo quadros orgânicos do partido). A plataforma política do PT, ao longo das jornadas eleitorais, sofreu vultosas alterações programáticas e estratégicas. De viés socialista passou a um perfil social liberal de cariz moderado, mantendo a defesa de uma agenda social mínima, que impactou brandamente os níveis de pobreza absoluta, no país; mas não conseguiu ampliar direitos da classe trabalhadora, nem viabilizar a radical democratização do Estado para os trabalhadores e as massas populares.

Boito Júnior (2018) defende que a aliança formada em torno da governança petista reuniu classes ou frações de classe que agiram organizadas, com base em um programa político próprio, e que estabeleceram um programa mínimo comum. A frente ou o bloco de poder conformada por tais classes ou frações de classe (não necessariamente organizadas de modo independente) foi reunida, de maneira mais informal, em torno de objetivos convergentes, mas a convergência nem sempre esteve clara para as forças sociais envolvidas na frente. Para o autor essa frente foi, antes de tudo, o resultado, indireto e até certo ponto inesperado, da luta do movimento sindical e popular. Porque a luta sindical e popular foi o principal fator, ao longo das décadas de 1980 e 1990, para a construção e a afirmação do Partido dos Trabalhadores e de um campo reformista eleitoralmente viável dirigido pelo PT.

A constituição e o fortalecimento de entidades sindicais e partidárias no seio da classe trabalhadora brasileira são a expressão de uma trajetória de lutas que mobilizou dialeticamente a classe, do campo das reivindicações para o campo das disputas pelo poder, a partir dos anos 1980. A classe trabalhadora brasileira acabou por apresentar um desenvolvimento quase ortodoxo quanto ao seu comportamento político e a possibilidade de uma consciência de classe.

As condições de trabalho, a intensificação da produção, os salários corroídos pela inflação mascarada pelas manobras oficiais do então ministro Delfim Netto, levaram à eclosão das greves no final da década de 1970 e produziram as condições do rápido alastramento das lutas para além do setor operário permitindo uma fusão de classe contra a ameaça comum materializada na autocracia burguesa. A rápida passagem de um “apoliticismo” que buscava preservar a pureza dos objetivos meramente sindicais, para a constatação da necessidade de criar uma organização política, demonstra o processo de constituição de uma classe em si e a consciência que lhe é correspondente (IASI, 2014, p. 4, *grifos do autor*).

A luta reivindicativa é, em geral, pautada pelas condições imediatas de vida da classe trabalhadora, e tende, igualmente, ao arrefecimento imediato, porque não possui horizonte

revolucionário. Este horizonte só passa a ser traçado, a partir de mediações que elevam os patamares da luta política entre as classes. Isso ocorre quando o conteúdo da revolta, das insatisfações e das demandas sociais é atrelado à luta pelo poder, supondo outro nível de organização da classe. Este patamar da luta é estruturado, a partir da criação de mecanismos que se difundem como verdadeiras casamatas da “guerra de posição”, como conceituado por Gramsci, conformando formas complexas da luta de classes na sociedade civil.

Mas, somente, é possível separar a luta reivindicativa da luta pelo poder, no nível da abstração, pois no terreno da realidade elas se confundem e não por serem idênticas, mas como um processo de totalidade da existência das classes em movimento. A distinção teórica, dessas formas de luta, é uma condição indispensável às dimensões práticas que elas desenvolvem historicamente, em razão das possibilidades que a primeira pode abrir à segunda. São níveis distintos de um mesmo processo, mas que se particularizam na sua forma e manifestação, o momento reivindicativo e o momento da consciência política de classes quando imbricados podem impulsionar transformações substantivas nos processos conflitivos, abrindo possibilidades revolucionárias, mas, também reformistas.

O movimento operário e popular não foi a força hegemônica no arranjo político de poder consociado pelo PT, isto é, aquela que define os objetivos ou forma de intervenção do Estado na vida do país, mas, seria em tese, a sua força principal, aquela da qual mais depende o sucesso da luta no interior dessas disputas. À conciliação supunha a garantia de interesses de cada uma dessas frações no interior do Estado, e claro, essas conquistas são proporcionais ao peso que cada uma delas desempenha no interior dessa superestrutura. Não por acaso, os governos petistas, especialmente, o governo Lula, propiciou alguns ganhos ao sindicalismo – “aumento do emprego no setor público e privado, melhoria salarial do funcionalismo público e privado: a oficialização das centrais sindicais tendo como resultado, a conquista do apoio da maior parte do movimento sindical” (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 62). Então,

para levar de vencida a grande burguesia compradora e o capital financeiro internacional, que são as forças burguesas mais poderosas economicamente e mais influentes nas agências privadas de hegemonia, a grande burguesia interna teve de aceitar integrar uma frente com o movimento sindical e popular (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 60).

A burguesia brasileira não é um corpo homogêneo, evidentemente. Suas frações disputaram a direção desse bloco histórico. Na análise de Boito Júnior (2018) além da grande burguesia interna, a composição das frações burguesas, no Brasil, possui uma grande burguesia perfeitamente integrada e subordinada ao capital estrangeiro. Assim, a parte da

burguesia que apoiou o governo Lula o fez, fundamentalmente, devido a essa disputa no interior do bloco no poder, e não a uma avaliação de que Lula seria o melhor governo para controlar o movimento operário e popular, como forças integradas a arranjo de dominação. Contudo, “esse ajuste entre a força hegemônica (burguesa) e a força principal (operária e popular) gera conflitos e instabilidades⁷ no interior da frente política neodesenvolvimentista” (p. 61).

O apoio das bases sindicais conquistado pelo governo foi facilitado pela relação histórica do PT com o movimento sindical, mas, seu sustentáculo se deve a incorporação colaborativa desse segmento na política “neodesenvolvimentista” do governo. A influência que setores do sindicalismo nacional exercem sobre o PT e, conseqüentemente, a influência deste no movimento sindical se deve à relação orgânica existente entre tais instâncias, desde a emergência do novo sindicalismo, entre os anos 1970-1980. Decorre dessa relação, as conquistas que galgaram os setores sindicais, especialmente, as suas camadas dirigentes.

Essas frações constituíram força política de relevante importância no interior do bloco de poder, ao qual Boito Júnior (2018) faz referência. Elas são, em grande parte, a base social e a força política oriunda do setor democrático popular que compôs o núcleo de apoio à governabilidade petista. Dada a origem social de classe, o processo de formação e de organização política correspondente e o papel que desempenha no processo de consolidação da hegemonia burguesa no Brasil contemporâneo, considero essas camadas superiores da classe trabalhadora como a “aristocracia operária”⁸ brasileira. A sua atuação política e o papel

⁷ A composição da hegemonia financeira sugere Boito Júnior (2018), possui duas hipóteses principais: a primeira é que vigoraria, no período neoliberal, iniciado sob o governo Collor e que se estende até o presente, a hegemonia do grande capital financeiro internacional, junto ao qual os grandes bancos brasileiros funcionam como burguesia compradora. A segunda hipótese é que o governo Lula representa uma novidade. Mesmo sem romper com a hegemonia do grande capital financeiro internacional, Lula promoveu a ascensão política da grande burguesia interna brasileira no interior do bloco do poder. Isto é, “o governo Lula, na relação com o empresariado e de sua relação com o Estado, não seria, a despeito de manter o modelo capitalista neoliberal, uma mera continuidade do governo FHC” (p. 26).

⁸ Devo esclarecer ao leitor dois aspectos principais referentes ao conceito: a origem e o uso das aspas. Ao que tudo indica o termo é inspirado nas análises que Engels faz sobre o oportunismo no seio operário inglês, da segunda metade do século XIX. Contudo, a conceituação do termo é originalmente elaborada por Lênin, para designar a base sócio-econômica do reformismo como tendência antirrevolucionária e pro-imperialista, no interior da classe proletária dos países imperialistas (com destaque para o operariado inglês), no início do século XX. A definição do conceito aparece sistematizada no estudo que o líder bolchevique realiza sobre o Imperialismo, como a forma suprema de dominação monopólica e financeira do capital. Sobre o uso das aspas, o fato é que, para algumas análises seria incorreto considerar o conceito de aristocracia operária, para designar frações privilegiadas da classe operária, nas zonas periféricas do capitalismo. O conceito seria, nesse sentido, adequado, somente quando referente à classe operária dos países centrais. A polêmica é válida e merece consideração, na medida em que a origem do conceito, como expressão de uma realidade histórica concreta e específica, vincula-se à experiência do capitalismo imperialista nas economias mais desenvolvidas, isto é, do capitalismo central. Embora as expressões da luta de classes se manifestem com distintas particularidades, no centro e na periferia do sistema, a base social que determina os seus aspectos gerais, pautados pelo conflito e pela colaboração de classe, é inerente ao processo universal de valorização e de acumulação de capital. O

que desempenha no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, no contexto de hegemonia do capital financeiro, consiste no objeto desta tese.

Disfrutando de certos prestígios e dispondo da direção política de suas entidades e corporações político-representativas, a “aristocracia operária” e sindical garantiu pra si a participação nos negócios da burguesia, através de mecanismos que perpassaram direta e indiretamente a via administrativa de setores estratégicos no aparelho estatal, mas também na gerência de negócios privados (gestores e investidores de fundos públicos em capitais acionários privados). O governo dos trabalhadores privilegiou essa tendência degenerativa de setores dirigentes do sindicalismo nacional, permeando uma “aristocracia operária” ascendente, parceira e sócia minoritária dos negócios da burguesia produtiva e do capital financeiro, consubstanciando a participação dos setores trabalhistas na formação de capital portador de juros e fictícios, a partir especialmente, da ampliação e consolidação dos fundos de pensão no mercado brasileiro, com forte atuação na economia nacional, e nos investimentos estatais, através da compra direta dos títulos da dívida pública.

Evidentemente, não se pode dizer que são conquistas para o conjunto da classe trabalhadora o que ocorre com a expansão dos fundos de pensão, especialmente, pela via sindical. Como se pôde constatar, há uma forte influência de setores sindicais (dirigentes, lideranças, burocratas) que assumem a liderança e o protagonismo do processo de ampliação dos fundos de pensão, no Brasil, ao longo dessas duas últimas décadas. Essa trajetória se inicia pela via parlamentar e sindical, através da defesa pela regulamentação da previdência complementar e pela disputa da gestão dos fundos de pensão das empresas estatais. E se consolida nos governos do PT, que tem nos vetores da “aristocracia operária” os principais responsáveis pela ampliação de fundos de pensão, no país, fazendo dessa realidade um mecanismo de governança diretamente vinculado às estruturas sindicais.

conceito em questão corresponde à dinâmica do conflito social por excelência (capital x trabalho), na fase monopolista, que produziu o reformismo como mediação necessária a expansão do capital. Esse processo deu origem a massas operárias gigantescas e replicou, na cadência da expansão do capital, a formação das classes sociais e suas tradições de luta. O reformismo é uma tendência histórica desse processo, que tem uma base social correspondente: a aristocracia operária. Dito isso, o conceito aqui mobilizado não deve ser interpretado como uma hipótese, mas como uma apropriação teórica que reflete uma realidade histórica determinada. É nesse sentido que postulo a validade teórica do conceito, e busco identificar no seu movimento histórico as atualizações de sua manifestação. Os reverses desse processo correspondem à dialética da acumulação capitalista, em escala planetária, que não pôde, até hoje, prescindir de mediações que combinam coerção x consenso como forma de viabilização de modelos de desenvolvimento do capitalismo, seja no centro ou na periferia. O capitalismo também desenvolveu, na periferia, uma “aristocracia operária”, mas de forma assíncrona e não idêntica nas condições materiais reproduzidas no centro. Considerando isso é que as aspas serão destinadas à “aristocracia operária” brasileira, como forma de interpretação das bases sociais do reformismo contemporâneo, na periferia capitalista.

É inegável, como nos lembra Cardoso e Gindin (2017), a postura do governo Lula em relação, por exemplo, a setores sindicais como a CUT, de utilizá-la como um dos centros de formação de quadros para a gestão dos negócios do Estado, o que tem um antecedente: a migração dos quadros sindicais para a atividade político-partidária, na década de 1990. O governo conseguiu atrair as outras centrais sindicais⁹, sobretudo no segundo mandato de Lula (a partir de 2007) e, em razão de suas opções político-econômicas (como a manutenção do tripé câmbio livre, superávit fiscal e metas de inflação), acabou provocando a saída da esquerda cutista da central.

Nessa perspectiva de análise, Boito Jr. (2018) defende que o rebaixamento do programa político do PT e da CUT gerou tensões e conflitos no meio sindical e nas organizações de esquerda. O apoio da CUT ao governo Lula provocou um processo de cisão no interior dessa central, levando algumas de suas correntes minoritárias a criar duas novas organizações que aspiram a obter abrangência nacional¹⁰. “Essas organizações, ainda que bastante minoritárias, constituem um polo de resistência à linha sindical hegemônica e contribuem para dinamizar o cenário sindical ao disputar com o sindicalismo hegemônico a representação dos trabalhadores” (p. 184-185).

Ao analisar a caracterização que Lênin faz sobre a aristocracia operária, Iasi (2016) faz um alerta importante, segundo o qual ele demonstra que leituras desatentas podem levar a uma interpretação de um problema de ordem moral, isto é, de uma corrupção direta pela compra das lideranças ou o oferecimento de benesses. Essa chave de compreensão eminentemente moralista é em si mesmo limitada, porque não oferece uma análise de totalidade da condição social e política na qual o fenômeno transcorre. É preciso buscar as mediações para compreender os fundamentos dessa problemática na sua totalidade.

Este aspecto leva o autor a uma questão que também nos interessa particularmente: a intensificação da exploração não levaria ao acirramento da luta de classes? A busca pela resposta a essa pergunta supõe, na linha analítica de Iasi (2012), considerar os dois aspectos indicados: apreender a exportação de capitais e a consequente partilha do mundo, e a intensificação da exploração dos trabalhadores.

⁹ Boito Jr. (2018) chama atenção para a composição de apoio das centrais ao governo Lula. Ele afirma que quase todo o sindicalismo esteve integrado à frente neodesenvolvimentista criada e sustentada ao longo dos mandatos petistas. Fizeram parte dessa frente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), vinculada ao PT, a Força Sindical (FS), tradicional adversária do PT que passou a integrar a base de apoio do governo petista no segundo mandato de Lula, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Central dos trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTTB), a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), criada em 2006, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), criada em 2007, e, finalmente, a Central dos Sindicatos Brasileiros, uma cisão da CGTB que se organizou em 2012. (p. 184-185).

¹⁰ A Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) em 2004 e a Internsindical em 2006.

O primeiro aspecto permite ao capitalismo monopolista e imperialista intensificar a exploração nas áreas de expansão, ao mesmo tempo que negocia os termos de convivência com o proletariado no centro do sistema levando àquilo que Lênin denominou de um “aristocracia operária”. [pois] o crescimento das relações capitalistas vem acompanhado dos meios políticos próprios do capitalismo desenvolvido, seja na sofisticação de seu Estado, seja através dos meios, diretos e indiretos, de amoldamento da classe trabalhadora à ordem do capital, levando ao “aburguesamento” descrito por Lênin ou ao “transformismo” nas palavras de Gramsci (IASI, 2012, p. 292-293).

Como sugere Iasi (2012) é preciso refletir sobre a objetividade contida nos ditos fatores subjetivos, da mesma forma que a maneira como a “ação política da classe e suas direções incide concretamente no desenho final da objetividade que determinou essa ação” (p. 290). Sabe-se que o abandono do postulado político pautado pelas necessidades históricas dos trabalhadores e dos movimentos sociais mais radicais da sociedade brasileira, caracteriza a inflexão mais profunda da direção petista, já nos anos 1990. O PT adota estratégias de tomada de poder, segundo uma interpretação que concebe o poder como uma espécie de administração de coalizões, mas estas são insuportáveis à prova da história.

O capital em sua forma madura, parasitária exige que seu domínio implique em um grau cada vez maior de cooptação e apassivamento do proletariado. Nas palavras de Gramsci, um “transformismo”, ou seja, uma “absorção gradual, mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliáveis inimigos” (GRAMSCI, 2011, p. 318, apud IASI, 2012, p.286. Grifos do autor).

A historiografia sobre a luta de classes na sociedade capitalista moderna, encarregou-se de identificar a degeneração do caráter revolucionário, no campo da batalha ideológica e nas trincheiras reais da luta social, como determinação histórica concreta da derrota dos trabalhadores. É certo, que, os processos de degeneração da consciência crítica revolucionária, assim como de construção da consciência de “classe em si” e “para a si”, não se realizam automaticamente. É o estágio de desenvolvimento do capital a determinação principal para o processo de luta que pauta e impacta a forma de existência das classes.

A luta de classes no capitalismo abriu arenas de disputa importantes e conquistas civilizatórias fundamentais. Mas, “tudo que é sólido se desmancha no ar”, sob o capitalismo. Nenhuma conquista arrancada do capital pelos trabalhadores é permanente, e mesmo quando os trabalhadores ganham, perdem. A pobreza absoluta ou relativa é sempre uma expressão

fenomênica da exploração estrutural do trabalho pelo capital. Não se dissipa desigualdade social pela força da vontade ou das ilusões. Não obstante, o capitalismo como sistema de inversão das relações sociais, inverte acintosamente os reflexos à consciência. Prova disso é que até mesmo os estratos políticos mais esclarecidos, intelectual-dirigentes das classes operárias e trabalhadoras, também se deslumbraram com o capitalismo e nutriram a ilusão de que era possível avançar numa luta gradual e etapista, rumo ao socialismo.

Não se pode esquecer, que, tais ilusões cindiram o movimento operário internacional, desde, pelo menos, o fim da II Internacional, no início do século passado. O divisionismo (reforma ou revolução) constituiu-se o grande dilema que o conjunto das esquerdas, em todo o mundo, teve de encarar. O breve século XX testemunhou os desdobramentos desse processo de lutas, e o fim do “socialismo real” chancelou o desfecho da “aventura revolucionária” do proletariado mundial. O reformismo social democrata foi a ideologia vitoriosa no âmbito das lutas operárias do século passado, e a sua decadência histórica é antes, um produto da voracidade do capital (que criou as condições de ampliação da rapinagem violenta sobre o trabalho), do que resultado de novas crises revolucionárias. Grande parte da esquerda assimilou e fez da luta pelo poder, uma luta pela administração do capital. Essa tradição política produziu, na esquerda, subprodutos de uma consciência invertida, que, ainda hoje, busca formas de legitimação e viabilidade social, mesmo diante da decadência estrutural do capitalismo.

Na periferia do capitalismo brasileiro, em diversos contextos históricos, essas ilusões foram nutridas por setores da esquerda. Nas duas últimas décadas, o protagonismo de vetores da “aristocracia operária”, desenvolvidos no seio da classe trabalhadora brasileira, contribuiu, sobremaneira, com o processo de formação da hegemonia das classes dominantes, no país. A configuração desse processo, no Brasil contemporâneo, é compreendida nesta tese como a perspectiva de uma atualização e de um redimensionamento das bases sócio-políticas do reformismo, que expressam uma tendência histórica da luta de classes sob o capitalismo contemporâneo.

Compreendê-lo supôs recuperar o debate sobre as raízes materiais da burocratização do movimento operário e verificar os fundamentos e os desdobramentos históricos desse processo. Como afirma Post (2019), o reformismo não é o resultado de uma “teoria incorreta”, mas resultado da dominação de uma casta de funcionários profissionais nos sindicatos e nos partidos políticos social-democratas. O reformismo é uma espécie de cosmovisão da burocracia operária.

Muitas são as polêmicas que envolvem esse debate, em razão da complexidade que envolve o processo de expansão e de desenvolvimento desigual e combinado do capital. A problematização teórica dessa questão é tratada por alguns autores pela via da burocratização. Mandel (2011) realiza uma reflexão importante sobre o problema da burocracia no movimento operário, segundo a qual se coloca sob o aspecto mais imediato, como o problema do aparelho das organizações operárias: problema dos funcionários permanentes, problema dos intelectuais pequeno-burgueses, que aparecem em certas funções de direções média ou superior, no seio das organizações operárias.

Para o autor isso ocorre porque o desenvolvimento operário torna absolutamente indispensável a criação de aparelhos políticos com funcionários que, por uma certa especialização, procuram preencher as lacunas criadas pelas condições proletárias no seio da classe operária. É com essa especialização nova que nasce a burocracia. Desde que algumas pessoas se ocupam profissionalmente e permanentemente da política ou do sindicalismo operário, existe sob a forma latente uma possibilidade de desenvolvimento do burocratismo e da burocracia (MANDEL, 2011).

O complexo conceitual de burocracia, burocratização, reformismo, cooptação, transformismo, revisionismo, divisionismo corresponde a processos históricos que supõem uma base social-política material das relações de classes e entre suas frações. A aristocracia operária é o conceito correspondente à base material mais sólida do reformismo e da burocratização, em razão da condição social de vida e de trabalho (emprego, salário/renda, estilo e modo de vida pequeno burguês) que possui comparada ao restante da classe, no sentido, inclusive, da sua capacidade de organização política.

Pressupostos teóricos da conformação do objeto de pesquisa e estruturação da tese

Ao longo da pesquisa busquei aprender os nexos causais da problemática real em questão: os fundamentos da política de conciliação de classes operacionalizada pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Muitas são as possibilidades de análise dessa problemática, contudo, o meu interesse de investigação foi destinado à apreensão das bases sociais referenciadas na classe trabalhadora, associadas a essa experiência de poder. “O conflito de classes tem de ser detectado, por trás dos discursos, pela pesquisa empírica e mobilizando conceitos apropriados” (BOITO JÚNIOR, 2018, p.16). Ora, a conciliação de classes implica uma disposição colaborativa das classes entre si, como uma condição, ainda que provisória, de

dissipar o choque entre as classes, em certas instâncias e circunstâncias da vida social, sob o predomínio do capital.

A perspectiva teórico-metodológica pela qual nos referenciamos (materialismo histórico dialético) coloca-nos o desafio da análise crítica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro das últimas décadas, como condição inarredável à elucidação do nosso objeto de pesquisa. As configurações desse processo histórico real se revelam como determinações concretas da história da luta de classes sociais na vida nacional, caracterizada pela dramática e estrutural desigualdade social, pelas inflexões históricas das classes nos seus aspectos sociais, políticos e culturais particulares, e também pela trajetória que traçam da disputa política pelo poder.

Os fundadores do materialismo histórico dialético defendem que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito do voto; etc. não passam de formas ilusórias em que são travadas as lutas reais das diferentes classes entre si. Na sociedade moderna, asseguram eles, todas as classes que aspiram ao domínio, mesmo quando o seu domínio, como é o caso com o proletariado, condiciona a superação de toda a velha forma da sociedade e da dominação em geral, tem primeiro de conquistar o poder político para representarem o seu interesse como interesse geral, coisa que no primeiro momento são obrigadas a fazer (MARX e ENGELS, 2009).

A dimensão realista da política aparece no pensamento marxista como instância de formação de consciência pela disputa das massas, assim como processo e conteúdo próprios da prática consciente das classes em luta. A compreensão da política como dimensão histórico-dialética reconhece nos fundamentos históricos, econômicos, sociais e culturais de uma dada sociedade, a efetiva dinâmica da luta e disputa das classes sociais pelo poder. A política não aparece apenas como forma de poder, mas como condição permanente de luta pelo poder.

A política consiste na “forma” e no “lugar” da existência da luta, do conflito, da formação do consenso, da organização da consciência coletiva das classes, das corporações, das instituições, do Estado e da universalidade social. A política, portanto, possui densidade material e espiritual, porque não é apenas resultado ou reflexo de contradições econômicas, mas expressão consciente de tais contradições. Aliás, a política somente se revela e se traduz na unidade contraditória das relações sociais objetivas das classes. A forma como essas relações se reproduzem, sinaliza o nível ou o estágio da luta de classes, como relação econômica e política.

A sociedade civil é o lugar fundamental da política, a esfera da atividade política por excelência, pois é o espaço onde aparecem em cena as organizações chamadas privadas (sindicatos, partidos políticos, organizações de todos os tipos) que têm como objetivo a transformação do modo de pensar dos homens. Quando Gramsci analisa o segundo sentido da sociedade civil, em que “o conceito de *homo economicus*, ou seja, os diferentes aspectos da vida econômica, afirma, portanto que a responsabilidade do Estado é ser o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica”. (PATTSCHIKI, 2017, p.104). Para Gramsci é impossível separar a vida econômica e sua estrutura da coerção jurídica do Estado e das relações de força que caracterizam um mercado determinado, considerando que a sociedade política e a sociedade civil estão imbricadas de maneira dialética, como uma totalidade orgânica-mesmo, em uma estrutura totalizadora chamada Estado Integral (PATTSCHIKI, 2017).

Esses pressupostos teórico-metodológicos, mais gerais, abrem algumas chaves de interpretação das tendências que se impõem no contexto histórico-social da luta de classes no Brasil contemporâneo, especialmente, no que diz respeito à composição das forças políticas que dão direção ao aparelho de Estado, mas, sobretudo, da dinâmica da sua recomposição, no início dos anos 2000, notadamente, no contexto dos governos do PT.

A questão da hegemonia é essencialmente a forma pela qual o poder é constituído pelas classes em luta. Ela se dá numa espécie de equilíbrio de elementos instáveis. Pensando nisso Gramsci reflete que para conquistar a hegemonia uma classe precisa ser dominante de duas formas: dirigente das classes aliadas e dominante das adversárias. Não é possível ignorar que a política é um conflito duro de interesses e de valores, vinculados, uns aos outros, e, ambos, enraizados em classes, frações de classe e camadas sociais. Nesse sentido, é necessário recorrer aos fatos, aos dados, buscar seus significados, compreender as tendências do movimento das classes e das frações, vincular as suas particularidades ao movimento mais geral da estrutura totalizadora que é o capitalismo mundial. Analisar as imbricações dessa totalidade enquanto síntese de uma realidade e de um dado momento histórico, que se particulariza enquanto objeto de pesquisa específico, é o desafio que toda investigação crítica deve se destinar.

Aos que reivindicam o materialismo histórico dialético, trata-se de reconstituir os reflexos ativos e pulsantes da estrutura conceitual ou categorial do objeto. Dito de outra maneira corresponde à busca obstinada pela historicidade do objeto, que implica o seu movimento de composição, afirmação, negação como síntese da sua trajetória. Na perspectiva ontológica desse método, a pesquisa é uma tarefa analítica de recomposição, reconstituição

lógica do objeto na trajetória histórica, e por isso mesmo, supõe do sujeito que pesquisa a capacidade de desvelar os enganos e as armadilhas da obviedade, e trazer a tona o que não se revela à primeira vista.

Por essa razão é que mergulhei no universo do pensamento crítico na busca pelos fundamentos, pelas categorias, pelos conceitos, pelas sistematizações lógicas das determinações históricas e processuais do objeto de investigação. A pesquisa bibliográfica que realizei para fundamentar meu tema de pesquisa compõe em grande medida, as interlocuções sistematizadas ao longo desta exposição.

A tese está organizada em 5 (cinco) capítulos temáticos, nos quais esbocei as principais sínteses do conteúdo estudado na perspectiva de uma exposição da problemática. O *primeiro capítulo* adentra a seara do debate teórico-político presente no pensamento da esquerda, acerca dos dilemas do capitalismo imperialista ocidental, no início do século XX, tomando como referência basilar a profícua análise realizada por Lênin, no livro acerca do *Imperialismo: estágio superior do capitalismo*, o grande líder bolchevique, da Revolução Russa. É Lênin quem fornece a compreensão para identificar, nas contradições do capitalismo imperialista, a origem da “aristocracia operária” como expressão concreta do reformismo burguês. Esse é o grande tema do capítulo primeiro deste trabalho, no qual estabeleço longa interlocução com as análises de Marco Del Roio, Robert Kurz, Istvan Mészáros e Sérgio Lessa sobre o tema do imperialismo e suas etapas de crise e restauração do capital, com destaque para a expansão fordista e os reveses da ascensão e crise da “aristocracia operária”, ao longo do século XX.

O segundo capítulo tematiza a programática do capitalismo imperialista contemporânea. Faço o enfrentamento desse debate apoiada nas análises da narrativa crítica, de valiosos e contemporâneos autores do campo marxista, a exemplo de David Harvey, François Chesnais, Robert Kurz, Ellen Wood, Virgínia Fontes, Marcelo Carcanholo, Chico de Oliveira, Francisco Teixeira, Fábio Pitta, dentre outros. O conjunto das análises se estabelece na perspectiva de uma ilustração do dramático contexto social pautado pela crise estrutural do capital, a partir dos anos 1970. Os fundamentos da crise aparecem no conjunto das análises com algumas nuances importantes que merecem aprofundamento analítico posterior. A convergência, entretanto, e de maior importância se situa na identificação de que a crise do capital é a determinação totalizadora de transformações societárias abrangentes e de que não há horizonte à restauração sem devastação de todo tipo. São requisitos desse processo a financeirização da economia e o Neoliberalismo.

O terceiro capítulo é dedicado ao tema central que intitula esta tese, o Estado e a “aristocracia operária” no Brasil. Nele realizo uma breve reconstituição histórica do processo de modernização do capitalismo brasileiro para situar o processo de constituição da classe operária e a origem da “aristocracia operária”. Nessa trajetória histórica situo o processo de formação política e da consciência coletiva de novo tipo da classe trabalhadora brasileira, a partir do processo de redemocratização, fundação do novo sindicalismo e construção das principais entidades e instrumentos da luta proletária e popular do país, com destaque para a criação do PT e da CUT. A partir desses elementos analiso o processo de consolidação e de decadência do potencial progressista e reformista do conjunto desses aparelhos políticos. Esse processo, notadamente, culmina com experiência de ascensão do PT ao aparelho de governança nos anos 2000, com a integração da vanguarda da “aristocracia operária” ao Estado e a conformação da colaboração de classes.

No quarto capítulo desenvolvo uma análise sobre a natureza econômica dos fundos de pensão e sua difusão na realidade brasileira, a partir de autores como Roberto Grun, Sara Granemann e Maria Jardim. Essa discussão envolve uma análise sobre a contribuição da “aristocracia operária” ao desenvolvimento do capital financeiro no país, processo que envolve as principais estruturas sindicais. Analiso a forma como seus dirigentes se integram aos conselhos gestores dos fundos de pensão das empresas, especialmente, das empresas estatais. A inserção dos sindicalistas nos conselhos gestores sinaliza a virada de completa integração dos trabalhadores à lógica da capitalização de suas poupanças. Tais dirigentes se tornam, em pouco tempo, agentes financeiros importantes, e galgam à rápida difusão dessas estruturas, através da legitimação governamental, de suas bases filiadas e do capital financeiro.

Por fim, o quinto e último capítulo é dedicado à análise da integração dos fundos de pensão à política econômica dos governos do PT, entre os anos de 2003 a 2016. Apresento o papel desempenhado pelos fundos de pensão no desenvolvimento da economia brasileira e na valorização do capital portador de juros e fictício. Na medida em que detém cerca de até 20% do PIB nacional, os fundos de pensão se tornam um dos principais credores da política neodesenvolvimentista do Estado brasileiro, isto é, filões vorazes do fundo público. O ponto nevrálgico desse processo se revela na forma dramática como a crise financeira afetou a economia, os fundos de pensão, os seus gestores, e o governo da colaboração de classe. As fontes dos dados trabalhados são secundárias, fundamentalmente coletada nos editoriais de jornais empresarias: jornal O Globo e a Revista Piauí, e nas pesquisas de Boito Júnior (2018),

Pitta (2020) e Maria Jardim (2009) e (2011,). Essas são as principais fontes de interlocução no debate desse capítulo.

Outros dados e outras informações mais específicas, a cerca da ampliação e atuação dos fundos de pensão, aparecem sistematizadas numa pesquisa documental a relatórios semestrais e anuais da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)¹¹, aos relatórios e publicações da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) que é uma entidade sem fins lucrativos, representativa dos interesses das Entidades Fechadas de Previdência Complementar; bem como da Associação Nacional dos Participantes de Previdência Complementar (ANAPAR)¹². A pesquisa consistiu de uma consulta aos seus relatórios anuais, revistas e demais publicações na página eletrônica das respectivas entidades. Os dados coletados (tipos de investimento, volume de seus ativos e relações políticas e institucionais) encontram-se sistematizados e problematizados ao longo da exposição da tese.

¹¹ É o órgão governamental responsável pela fiscalização da Previdência Complementar no Brasil, atualmente submetido ao Ministério da Economia, até último Governo Dilma era vinculado ao Ministério da Previdência Social, hoje extinto.

¹² Conforme consulta a página da ANAPAR, a entidade passou a representar, também, a partir de maio de 2019, os usuários de planos de saúde de autogestão.

CAPÍTULO 1 - ARISTOCRACIA OPERÁRIA: FORMAÇÃO HISTÓRICO-CONCEITUAL

A necessidade de situar histórica e conceitualmente a aristocracia operária enquanto fenômeno histórico e conceito teórico-político é um requisito inarredável à nossa análise, no sentido de fundamentar a sua emergência, a natureza e o caráter de seu desenvolvimento no interior de uma experiência histórico factual e vinculada a uma interpretação teórica determinada.

A questão da aristocracia operária consiste numa problemática estrutural do capitalismo maduro. É uma das expressões do estágio da luta de classes na fase imperialista e está diretamente ligada à questão do reformismo teórico-político da social democracia, originalmente, nos países capitalistas avançados. E há uma razão elementar fundamental nessa constatação, trata-se de uma expressão fenomênica das contradições sócio-econômicas inauguradas pela reprodução ampliada do capital na sua fase monopolista.

A expansão monopolista produziu pelas necessidades propriamente relativas à acumulação de capitais, condições matérias favoráveis e suficientes para suscitar uma fragmentação política no seio das lutas proletárias e socialistas, gerando um profundo divisionismo no interior dos partidos social democratas e do movimento proletário europeu, já no final do século XIX. Não por acaso, esta problemática comparece na crítica do pensamento marxista do século XX, a exemplo das análises realizadas por Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Gramsci dentre outros intelectuais orgânicos da classe trabalhadora revolucionária. É partir desse enfoque analítico, que desenvolvo, a seguir, com especial ressalto à obra de Lênin sobre o imperialismo, um breve resgate do conceito de aristocracia operária situando as condições históricas da sua origem, desenvolvimento e suas principais inflexões e tendências.

1.1 Imperialismo: a substantiva supremacia do capital financeiro

A tese marxista do desenvolvimento desigual e combinado¹³ consiste numa chave analítica da maior importância à compreensão da brutal desigualdade existente entre povos e nações em todo o planeta. Reflete a forma globalmente assimétrica de realização dos circuitos de expansão e de acumulação de capitais, como processo concreto de desenvolvimento do sistema capitalista, cuja generalização e aprofundamento podem ser historiograficamente verificados no conjunto de pesquisas sócio-econômicas, desde o início da formação monopolista. O desenvolvimento original dessa tese deve-se a Marx, que posteriormente, ganha destaque nas análises sistematizadas e teorizadas por Lênin, e mais propriamente por Trotsky, como a articulação de duas leis tendenciais do desenvolvimento do capitalismo (lei do desenvolvimento desigual e lei do desenvolvimento combinado), no início do século XX.

A despeito da relevância dos fundamentos e dos desdobramentos históricos dessa primordial tese marxista (desenvolvimento desigual e combinado), que se confunde com a totalidade estrutural do desenvolvimento da sociedade capitalista moderna e contemporânea, considerando a prevalência de sua validade histórica, tratarei, neste capítulo, de situar apenas alguns elementos estruturais do capitalismo imperialista com o objetivo de apreender as condições históricas que, herdadas de um passado recente, determinam, na atualidade, os grandes dilemas societários presentes na dinâmica da luta de classes, suas inflexões e desdobramentos mais candentes do nosso tempo.

É no contexto da grande guerra imperialista (Primeira Guerra Mundial) e na véspera da revolução Russa de 1917, que Lênin redige e publica, sob a censura czarista o seu livro sobre *Imperialismo: estágio superior do capitalismo*, cujo objetivo é subsidiar a compreensão de um problema econômico fundamental, sem cujo estudo seria impossível compreender ou formar um juízo sobre a guerra¹⁴ e a política do seu tempo. “Refiro-me ao problema da

¹³ O "desigual e combinado" é uma formulação marxiana que designa os tempos diferentes e a assimetria dos departamentos da acumulação. Seu desenvolvimento mais contemporâneo se deve aos bolcheviques, sobretudo Lênin e Trotsky que deram-lhe especial relevo para compreender os "elos perdidos" das sociedades atrasadas penetradas pelo capitalismo que podiam abrir oportunidades revolucionárias. Vale destacar que é, a partir dos fundamentos contidos nessa tese, que Trotsky desenvolve outra não menos importante tese marxiana, sobre a Revolução permanente. Oitenta anos depois da Revolução de Outubro, diz Oliveira (2006) “desfeito o sistema leninista do "socialismo real", o "desigual e combinado" reaparece, emergindo das sombras, inteiros, os patriarcas de longas barbas, sócios do Estado e donos da alma russa, e uma nova e formidável predação capitalista, que é o modo específico da acumulação nas suas periferias, re-nascidos de um sistema que havia se antecipado aos EUA na exploração espacial. A sua potência alimentou-se de seu atraso, como Trotsky havia magnificamente previsto, para "queimar" etapas do desenvolvimento capitalista atualizando os velhos estigmas do atraso”.

¹⁴ Oliveira (2006) recupera a compreensão fundamental sobre esse elemento, naquele contexto: “guerra é a determinação em última instância porque ela é quem acelera a reprodução ampliada desse "desenvolvimento desigual e combinado" é ela quem transforma camponeses em soldados. Mas essa determinação em última instância nada tem de inapelavelmente destinada a dar lugar a uma revolução socialista: na Alemanha, igualmente abalada pela conjunção de desenvolvimento capitalista acelerado, derrota militar e queda de uma

essência econômica do imperialismo” (LÊNIN, 2012, p. 3). A compreensão teórica do imperialismo tinha uma função político-prática para Lênin, isto é, sem a compreensão das raízes econômicas desse fenômeno, sem enxergar a sua importância política e social seria e, ousamos dizer, ainda o é “impossível dar o menor passo para o cumprimento das tarefas práticas do movimento comunista e da revolução social [...]. O imperialismo é a véspera da revolução social do proletariado” (Ibidem, p. 7).

Lênin compreende o imperialismo como uma fase histórica particular do desenvolvimento do capitalismo, iniciada no último quartel do século XIX, em torno de 1880, pelo menos. Para ele, muitas formas de imperialismo já teriam existido historicamente, mas esse era particular, um imperialismo capitalista. Uma das primeiras referências ao termo imperialismo, abarcada nos estudos de Lênin, foi a obra *O Imperialismo* do inglês John A. Hobson, publicada na Inglaterra, em 1902. Trata-se de uma obra importante que consiste numa crítica às guerras imperialistas travadas pela Inglaterra na África do Sul e na China. A guerra comparece como uma problemática central na obra de Hobson, um autor declaradamente pacifista e reformista burguês, para quem o imperialismo é um desvio que surge das condições da luta por territórios e mercados para a produção excedente de mercadorias nos países industrializados.

Outra obra não menos importante, também alinhada à perspectiva reformista sobre o tema do imperialismo, é o livro *O capital financeiro* do austríaco Rudolf Hilferding¹⁵, publicado em 1910, em Viena, obra com a qual Lênin travará, anos mais tarde (1916), uma profícua discussão a propósito da caracterização do capital financeiro e do capitalismo monopolista. Embora identifique criticamente a forçosa conciliação que Hilferding tenta realizar entre marxismo e oportunismo e da equivocada análise que apresenta sobre o dinheiro em sua obra, Lênin identifica e reconhece a contribuição valiosa que o autor dá à problematização do capital financeiro como expressão suprema do capitalismo na Era dos monopólios.

A luta de reduzido número de potências imperialistas para participar do monopólio liderado pela Inglaterra fora o fenômeno que caracterizou o início do século XX. A essa altura Lênin estava convencido de que o imperialismo, naquele momento histórico, teria completado

também poderosa monarquia, a longa indeterminação não se resolverá senão no pós-Segunda Guerra. No entremeio, a revolução proletária bateu às portas em 1918 e o nazismo foi a sangrenta exasperação dessa longa agonia, como o ensaio sinistro das futuras formas do capitalismo administrado” (p. 36).

¹⁵ Hilferding foi um intelectual alinhado teoricamente ao marxismo, do qual se distanciou, tornando-se um dos principais representantes da política burguesa reformista, junto a Kautsky, no seio do Partido Social-Democrata Independente da Alemanha.

a partilha do mundo¹⁶ entre um punhado de Estados exploradores - cuja posição monopolista no mercado mundial se dava graças aos trustes, aos carteis, ao capital financeiro, às relações de credores e devedores - e o resto do mundo inteiro.

Ao analisar o estágio de desenvolvimento monopolista do capitalismo, Lênin o apreende como movimento de suplantação das características principais da propriedade privada baseada no trabalho do pequeno patrão e na livre concorrência - essenciais à ascensão da ideologia democrático-burguesa no seio das classes trabalhadora e camponesa – para tornar-se um “sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países ‘avançados’” (LÊNIN, 2012, p. 8) cujas potências “armadas até aos dentes (América, Inglaterra, Japão), dominam o mundo e arrastam todo o planeta para a sua guerra pela partilha do seu saque” (ibdem). Os fundamentos teóricos sobre os aspectos dessa transição, entre a fase concorrencial à monopolista, são tratados e referenciados por Lênin, preliminarmente, a partir de Marx.

Há meio século, quando Marx escreveu O Capital, a livre concorrência era, para a maior parte dos economistas, uma “lei natural”. A ciência oficial procurou aniquilar, por meio da conspiração do silêncio, a obra de Marx, que tinha demonstrado, com uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. Agora o monopólio é um fato. Os economistas publicam montanhas de livros em que descrevem as diferentes manifestações do monopólio e continuam a declarar em coro que o marxismo foi refutado. Mas os fatos são teimosos - como afirma o provérbio inglês - e de bom ou mau grado há que tê-los em conta. Os fatos demonstram que as diferenças entre os diversos países capitalistas, por exemplo no que se refere ao protecionismo ou ao livre câmbio, trazem consigo apenas diferenças não essenciais quanto à forma dos monopólios ou ao momento do seu aparecimento, mas que o aparecimento do monopólio devido à concentração da produção é uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo (LÊNIN, 2012, p. 15).

Para Lênin o que caracterizava o velho capitalismo, era o capitalismo próprio da livre concorrência, era a exportação de mercadorias, enquanto o que caracteriza o capitalismo moderno, no qual imperam os monopólios, é a exportação de capitais. As exportações de capitais revelam uma determinação mais profunda que é aquilo que Marx denominou de

¹⁶ Vale ressaltar que para Lenin isso não significaria a restrição ou a impossibilidade de repartilha monopólica do mundo, muito pelo contrário, essa possibilidade se afirmava como uma condição intrínseca e dinâmica dos conflitos monopolistas, inclusive de caráter bélico do imperialismo. As produções historiográficas acerca das guerras imperialistas são vastas e merecem ser consultadas. A esse propósito vale conferir: A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991), de Eric Hobsbawm (1997).

“queda tendencial da taxa de lucro” e, mais precisamente, uma das contratendências para enfrenta-la. Ou seja,

os fatores que atuam no sentido de frear a queda na taxa de lucro, causada em última instância pela alteração contínua da composição orgânica do capital em favor do capital constante são a) o aumento da exploração; b) a redução dos salários; c) o barateamento dos elementos do capital constante; d) a formação de uma “superpopulação relativa”; e) ampliação do mercado externo; e f) aquilo que Marx denominou do aumento do capital em ações e que aprofundou no livro seguinte como formação do capital portador de juros (IASI, 2012, p. 291).

O autor conclui que, com os elementos que Marx dispunha, a ampliação dos mercados era vista pelo ângulo do controle de fontes de matérias-primas e espaço de realização dos produtos, ao passo que Lênin pode ver no seu tempo esse movimento como a partilha de áreas de influência para onde exportar capitais (isto é, não apenas dinheiro, mas inclusive processos produtivos inteiros); ademais, a base das contratendências à queda da taxa de lucro se fundamenta na intensificação da exploração, no rebaixamento dos salários e na superpopulação relativa (IASI, 2012).

A tendência histórica do capitalismo como processo de concentração e centralização de capital, deu origem a grande indústria, isto é, o surgimento da grande indústria decorre diretamente da concorrência intercapitalista que dinamizou freneticamente os circuitos de (re)produção do valor e do mais-valor, formando uma economia de mercado baseada no monopólio dos setores econômicos mais desenvolvidos. Constata-se crucialmente, na esteira desse desenvolvimento, o papel dos bancos na constituição das grandes empresas monopólicas. A expansão monopolista tem no crescimento e no incremento da atividade econômica dos bancos, uma das suas características mais expressivas. Os bancos investem na indústria em busca da multiplicação do seu capital e desenvolvem um processo de fusão do capital bancário com o capital industrial (o capital financeiro). Recapturando, essa centralização de capital torna possível a implantação da grande indústria, isto é, suscitando a monopolização da produção num determinado ramo ao mesmo tempo em que ocorre uma explosiva concentração da força de trabalho. Esse processo permanente de concentração e centralização de capital possui níveis acentuadamente elevados na fase concorrencial e intensidade alucinante sob a fase imperialista. Para ilustrar essa realidade, vejamos essa passagem da análise de Lênin, acerca dos monopólios nas realidades alemã e norte-americana, duas das principais e novíssimas potências imperialistas do início do século XX.

Algumas dezenas de milhares de grandes empresas são tudo, os milhões de pequenas empresas não são nada. Em 1907 havia na Alemanha 586 estabelecimentos com 1.000 ou mais operários. Esses estabelecimentos empregavam quase a décima parte (1.380.000) do número total de operários e quase um terço (32 %) do total de energia elétrica e a vapor. O capital-dinheiro e os bancos, como veremos, tornam ainda mais esmagador esse predomínio de um punhado de grandes empresas, e dizemos esmagador no sentido mais literal da palavra, isto é, milhões de pequenos, médios, e até uma parte dos grandes “patrões”, encontram-se de fato completamente submetidos a umas poucas centenas de financeiros milionários. Noutro país avançado do capitalismo contemporâneo, os Estados Unidos da América do Norte, o aumento da concentração da produção é ainda mais intenso. [...] Em 1904, havia 1900 grandes empresas (num total de 216.180, isto é, 0,9 %), com uma produção de um milhão de dólares e mais; estas empresas empregavam 1.400.000 operários (num total de 5.500.000, ou seja, 25,6 %), e o valor da produção ascendia a 5.600 milhões (em 14.800 milhões, ou seja, 38%). [...] Cinco anos depois, em 1909, os números correspondentes eram: 3.060 empresas (num total de 268.491, isto é, 1,1%) com 2 milhões de operários (num total de 6.600.000, isto é, 30,5%) e 9.000 milhões de produção anual (em 20.700 milhões, isto é, 43,8%). Quase metade da produção global de todas as empresas do país nas mãos de uma centésima parte do total das empresas! E essas 3.000 empresas gigantescas abarcam 258 ramos da indústria. [...] Esta transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes - para não dizer o mais importante - da economia do capitalismo dos últimos tempos (LÊNIN, 2012, p. 11).

Salvo as distinções que demarcam a perspectiva teórico-política de cada uma das obras (Hobson, Hilferding e Lênin), pode-se inferir que o extrato analítico em seu conjunto tem como contributo à constatação historiográfica de que é na formação de cartéis e trustes (em geral resultam da combinação econômica de empresas cujas atividades econômicas são produtivamente inter-relacionadas) que reside a particularidade do capitalismo do início do século XX.

Sabe-se que os cartéis conduziram ao estabelecimento de direitos aduaneiros protecionistas de um tipo novo, original: protegem-se (como o fez notar já Engels no tomo III de O Capital) precisamente os produtos susceptíveis de ser exportados. É também conhecido o sistema, próprio dos cartéis e do capital financeiro, de “exportação a preço ínfimo”, o dumping, como dizem os ingleses: no interior do país, o cartel vende os seus produtos a um preço monopolista elevado, e no estrangeiro coloca-os a um preço baixíssimo, com o objetivo de arruinar o concorrente, ampliar ao máximo a sua própria produção, etc. (LÊNIN, 2012, p. 55).

Como vimos, o monopólio surgiu dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro. “Três ou cinco grandes bancos de cada uma das nações capitalistas mais avançadas realizaram a “união pessoal” do capital industrial e bancário, [...] que constituem a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país [...]” (LÊNIN, 2012, p.60). Esta é a

manifestação mais evidente deste monopólio, isto é, o capital financeiro é a forma suprema do capitalismo imperialista. A esse respeito, vejamos mais uma passagem de Lênin:

Uma parte cada vez maior do capital industrial – escreve Hilferding – não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário – por conseguinte, capital sob forma de dinheiro -, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo de capital financeiro. Capital financeiro é o capital que os bancos dispõem e que os industriais utilizam (LENIN, 2012, p.75).

A concentração de capitais e o aumento do movimento dos bancos modificam radicalmente a importância destes últimos: “os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo” (LÊNIN, 2012 p. 61). Os bancos, ao movimentarem contas correntes de vários capitalistas, realizam, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Contudo, quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que:

[...] um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando em condições – por meio de suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras – primeiro de *conhecer com exatidão* a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o e, finalmente, de *decidir inteiramente* sobre seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em grandes proporções, etc. (LENIN, 2012, p.61, *grifos do autor*).

O autor observa que os bancos em todos os países capitalistas, qualquer que seja a diferença entre as legislações bancárias, intensificam e muitas vezes tornam mais rápido o processo de concentração do capital e de constituição de monopólios. Lênin (2012) retoma Marx para lembrar que os bancos criam à escala social, a forma, mas nada mais que a forma, de uma contabilidade geral e de uma distribuição geral dos meios de produção. Diante ele reflete sobre essa assertiva, com as seguintes ponderações:

[...] essa “contabilidade geral” de *toda* a classe capitalista, e não só capitalista, pois os bancos reúnem, ainda que apenas temporariamente, os rendimentos em dinheiro de todo o gênero, tanto dos pequenos patrões como dos empregados e de uma reduzida camada superior dos operários. A “distribuição geral dos meios de produção”: é o que *surge* – do ponto de vista formal – dos bancos modernos; [...] Mas, pelo *seu conteúdo*, essa distribuição dos meios de produção não é de modo algum “geral”, mas privada; isto é, conforme aos interesses do grande capital, e em primeiro lugar do maior deles: do capital monopolista, cujas condições de atuação são

tais que a massa da população passa fome e em que todo o desenvolvimento da agricultura se atrasa irremediavelmente em relação à indústria, uma parte da qual, a “indústria pesada”, recebe um tributo de todos os demais ramos industriais (p. 62-63).

Lenin recupera de Bukharin e de Jeidels a ideia de que os bancos transformaram-se numa espécie de instituição de “caráter universal” e que isso era atribuído a ampliação da relação dos bancos com a indústria nas mais diversas ramificações, tanto do ponto de vista do lugar, quanto do ponto de vista do gênero de produção. Uma tendência nisso consiste em converter as relações com a indústria num fenômeno de ordem geral; outra, em torná-las sólidas e intensivas. O capital financeiro, concentrado em poucas mãos e gozando do monopólio efetivo, “obtem um lucro enorme e que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas” (LÊNIN, 2012, p. 82).

À medida que os bancos se desenvolveram e se concentraram num número reduzido de estabelecimentos, eles converteram-se, de modestos intermediários que eram, em monopolistas onipotentes que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e de pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matéria-prima de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos intermediários modestos num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista, e por isso devemos deter-nos, em primeiro lugar, na concentração bancária¹⁷ (LENIN, 2012, p. 55).

Embora pareça inexorável, há um problema central e estruturalmente contraditório e interno à lógica da acumulação, qual seja: ocorre quando a acumulação do capital e a concentração da riqueza social são ainda maiores do que a concentração da produção e da força de trabalho. Se a rentabilidade do capital supera a produtividade do trabalho, isso significa que há um capital que se multiplica por si só, por meio da especulação financeira: é o chamado capital rentista, cuja tendência é de aumento, na medida em que o capital constante se avoluma sobre o capital variável (DEL ROIO, 2007).

Na passagem no capítulo 21 do Livro III d'O capital (O capital portador de juros) Marx se pergunta sobre as implicações decorrentes do momento histórico a partir do qual o

¹⁷ Lenin (2012) estava convencido, portanto, de que a velocidade atroz do crescimento dos monopólios e das corporações tinha a explícita atuação e correspondente concentração das instituições bancárias, nos principais países imperialistas. A força e o poder abissais dessas corporações determinariam um novo patamar (exasperadamente bélico) de disputas pelas condições e recursos sociais de (re)produção e de acumulação de capital, mundialmente.

capital se converte, ele próprio, numa mercadoria. Para Marx, quando o dinheiro, ele mesmo se torna e se mostra como uma mercadoria, o circuito do caráter fetichista do capital se completa. Porque essa mercadoria especial (além do trabalho e da terra) que é o dinheiro, é quem passa a comandar o processo de valorização do valor, mesmo sendo o trabalho geral abstrato, isto é, a mercadoria força de trabalho¹⁸ a fonte exclusiva do valor concreto.

Algumas chaves para a compreensão e análise da crise de acumulação do capital, e, portanto, do processo de desvalorização do valor, são fornecidas por Marx quando analisa, no II volume do livro *O Capital*, a lei geral da acumulação, especificamente sobre a composição orgânica do capital. Marx (1996) reflete que a mudança na composição técnica do capital, realizada pelo crescimento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se em sua composição em valor, no acréscimo da componente constante do valor do capital à custa de sua componente variável. O autor pontua que essa lei do crescente aumento da parte constante do capital em relação à parte variável é confirmada a cada passo pela análise comparativa dos preços das mercadorias.

A grandeza relativa do elemento do preço, que representa apenas o valor dos meios de produção consumidos ou a parte constante do capital, estará na razão direta; a grandeza relativa do outro elemento do preço, que representa a parte que paga o trabalho ou a parte variável do capital, estará geralmente na razão inversa do progresso da acumulação. [...] Mas todos os métodos de elevar a força produtiva social do trabalho, surgidos sobre esse fundamento, são, ao mesmo tempo, métodos de elevar a produção de mais-valia ou mais-produto, que, por sua vez, é o elemento constitutivo da acumulação. São, por conseguinte, métodos para produzir capital mediante capital ou métodos de sua acumulação acelerada. A contínua retransformação de mais-valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. [...] Esses dois fatores econômicos [produção e acumulação] criam, de acordo com a relação conjugada dos impulsos que eles se dão mutuamente, a mudança na composição técnica do capital pela qual a componente variável se torna cada vez menor comparada à constante (MARX, 1996, p.255-256).

¹⁸ O valor de toda mercadoria é determinado pelo “tempo socialmente necessário” à sua produção. É nesse sentido que a mercadoria força de trabalho possui uma legalidade própria e uma dimensão especialíssima. Mesmo equiparada a qualquer mercadoria indistintamente e mesmo ela sendo, no modo de produção capitalista, uma mercadoria como outra qualquer, a força de trabalho é a única mercadoria cujo valor não é correspondente ao seu tempo de produção socialmente necessário. Aliás, é e não é, pois há uma determinação ideológica e fetichista disso, em torno do valor da força de trabalho. Já que o trabalho abstrato é a qualidade atribuída ao trabalho geral indiferenciado, a força de trabalho se torna uma mercadoria comum. É nisso que reside a grande contradição da troca de equivalentes presente nas relações mercantis capitalistas (entre o capital e o trabalho). O equivalente não é o equivalente, é e não é ao mesmo tempo. O trabalho possui um valor que não é retribuído a quem o desempenha na relação de compra e venda, isto é, de troca mercantil. É dessa contradição que consiste a lei do valor-trabalho em Marx.

Esse processo de acumulação descrito por Marx desemboca numa tendência global e generalizada de concentração e centralização de capitais. E essa tendência é estimulada pela concorrência entre capitais, seja do mesmo ramo ou setor produtivo ou de setores diversos. Isto é, a concorrência, em geral, força a complexificação da composição orgânica do capital. E são as composições superiores (que possui maior composição técnica) que abocanham uma fatia maior do valor socialmente produzido, que Marx chama de taxa extra de mais-valia, circulante nas transações de mercado. Em geral, as composições superiores, isto é, as corporações monopolistas tendem a controlar, em diversas cadeias produtivas, as condicionalidades gerais médias de produção da mais-valia e também do preço e do valor das mercadorias. Contudo, a dialética de composição do capital, isto é, o movimento de produção e de acumulação de capital, suscita limites necessariamente determinados pela lei do valor.

Noutras palavras, Marx (2008), em seu sistema lógico, aponta que é pelo mecanismo da concorrência que o tempo médio de trabalho socialmente exigido sofre alterações substantivas, elevando as capacidades sociais produtivas potencializadas na trama da concorrência, embora, inicialmente detidas pela propriedade de capitalistas particulares. Nessa perspectiva, a lei geral da acumulação atua na tendência de reestabelecer e equiparar a condição média de produção de forma generalizada. Assim, ocorre, então, queda da taxa de lucro, independentemente da vontade dos capitalistas.

Cabe aqui observar que essa lei vigora também nos ramos de produção cujo produto não entra direta nem indiretamente no consumo do trabalhador ou nas condições de produção de seus meios de subsistência. Ela se estende aos ramos de produção em que o barateamento das mercadorias não pode contribuir para aumentar a mais-valia relativa, nem para baratear a força de trabalho [...] quando o novo método de produção começa a difundir-se, e, por conseguinte, se comprova de fato que essas mercadorias podem ser produzidas mais barato, têm os capitalistas, que operam nas condições antigas de produção, de vender seu produto abaixo do respectivo preço de produção, pois o valor de sua mercadoria caiu, o tempo de trabalho exigido para produzi-la está acima da média social. Em suma – o fenômeno é efeito da concorrência –, eles têm de introduzir também o novo processo que reduz a proporção do capital variável com o constante. Tudo o que leva o emprego da maquinaria a baratear o preço das mercadorias produzidas reduz-se sempre a decréscimo da quantidade de trabalho absorvida por cada unidade de mercadoria e a decréscimo da fração de desgaste da maquinaria, ou seja, do correspondente valor que entra em cada unidade. [...] Nos dois casos, aumenta a quantidade e o valor do capital constante fixo em relação ao variável (MARX, 2008, p. 345).

A queda da taxa de lucro pode ser compensada em parte pelo aumento da massa de lucro, se o modo de produção capitalista como tal se expandir e assim for aplicado mais capital dinheiro produtivamente. Contudo, Marx não abandona a constatação necessária de

que o capital é autocontradição em processo, pois, por um lado, tem como único objetivo, a incessante acumulação de valor, ou “riqueza abstracta” (Marx, 2014), mas, por outro lado, a concorrência obriga, através do desenvolvimento das forças produtivas, a tornar supérflua a força de trabalho, que é a única fonte deste valor, e a substituí-la por dispositivos técnico-científicos (KURZ, 2012a). Ao capital interessa, apenas, a quantidade de força de trabalho criadora de valor, tendo que crescer em termos absolutos, para que o fim em si da acumulação se realize. Na verdade, o capital depende não apenas do valor simplesmente, mas da mais-valia produzida pela força de trabalho, para além do seu auto custo.

A parte do capital real no capital dinheiro aplicado aumenta continuamente, enquanto diminui também continuamente a força de trabalho com ele mobilizável. Isto pode ser lido indiretamente nas estatísticas burguesas, no fato de historicamente os custos prévios de um posto de trabalho aumentarem inexoravelmente, porque tem de ser utilizado um agregado cada vez maior de maquinaria, infraestruturas etc. para poder empregar um trabalhador. Uma vez que apenas a força de trabalho produz valor novo, o lucro médio do capital dinheiro antecipado tem de baixar à escala social, embora aumente a quota parte da mais-valia na produção de valor por trabalhador. O resultado social depende da relação de grandeza de duas tendências opostas (KURZ, 2012a, [s.p]).

Vale lembrar que a lei tendencial da queda da taxa de lucro é uma constante que atua em contradição direta com a lei do valor. O valor da força de trabalho tem relação direta com o valor da sua reprodução. Quanto mais baixo este valor, maior é a concentração do valor e mais baixa é a massa salarial presente no valor total (do capital) investido no processo produtivo e no seu reinvestimento. A pressão para baixo do valor da força de trabalho eleva o nível, ou a parte do valor produzido pelo trabalho total, que é acumulado pelos capitalistas. Isso é possível devido a diversos mecanismos que garantem a manutenção de um valor médio dos salários abaixo do valor real. Queda no valor ou preço dos gêneros alimentícios, ou bens necessários à reprodução da força de trabalho, moradia, transporte, baseada nas condições médias de vida de uma região ou nação¹⁹.

¹⁹ Essa problematização nos remete a um paralelo com o pensamento da chamada Teoria Marxista da Dependência, sobre os processos de trabalho no Brasil e na América Latina do final dos anos 1960. Marini (2011) apreende a superexploração como característica fundamentalmente estrutural da subordinação do trabalho ao capital, nessa região continental. Categoria analítica das condições históricas da exploração intensa da força de trabalho pelo capital (pelas burguesias interna e externa), responsável pela extração da mais-valia absoluta e mais-valia relativa, pelas formas de remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor de (re)produção, em condições de exploração profundamente degradantes. É dessa constatação, inicialmente fundamentada por Marx n’O Capital, da possibilidade que o capitalismo tem de remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor real, que Marini desenvolve sua tese da superexploração. Além de Marini, destacam-se nomes como o de Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo, Jaime Osorio e Adrián Soletto dentre os intelectuais latino-americanos que deram impulso e fôlego inicial à TMD. As contribuições à atualização desse pensamento da vanguarda intelectual da TMD vem reaparecendo na cena do debate político-acadêmico contemporâneo,

Na expansão monopólica do capitalismo mundial o fundamental é a propriedade sobre o trabalho morto, sob a sua forma monetária, capaz de permitir a propriedade direta ou indireta sobre os meios e recursos de produção (FONTES, 2010). É por essa razão que o controle e o comando da economia passa da esfera produtiva aos desígnios do rentismo, e a esfera monetária-financeira ganha uma dinâmica real/abstrata autônoma, social e economicamente hegemônica. Essa autonomia é, contudo, relativa, pois, como nos assegura Marx: “logicamente que os juros, ou a remuneração de capital que se converte em mercadoria corresponde a uma parcela do mais-valor extraído do sobretrabalho” (FONTES, 2010, p. 23). Isto é, juro se paga com lucro.

Mas, o capital portador de juros (monetário, bancário, prestamista), “trata-se de capital que resulta da expansão do capital industrial ou funcionante que, por seu turno, a impulsiona” (Idem, p.23). Mas, isso só é possível, observa Marx (2015), porque “o moderno sistema bancário rouba do capital usurário o seu monopólio (pois concentra todas as reservas monetárias e as coloca no mercado monetário) e restringe o monopólio dos metais preciosos através da criação de dinheiro de crédito” (p. 738). Ademais, indica que o "caráter social do capital", é mediado e completamente realizado apenas com o "desenvolvimento pleno do sistema bancário e de crédito" (p. 742).

A forma do capital portador de juros tal como analisada por Marx, depois como capital financeiro por Hilferding, Lênin e tantos outros autores do século XX, é uma categoria central na dinâmica dos circuitos de realização da valorização de capital, que passa a se realizar na sua forma fictícia mais elevada, como sinalizou Marx no livro terceiro d'O capital. Contudo, é necessário abrir aqui um parêntese para situar as dimensões categoriais dessa problemática mais abrangente, que é o capital. Vale lembrar aqui a lógica interna de realização social do capital enquanto valor e mais-valor (fundamento da órbita social capitalista).

Mas, afinal, o que é o capital? É o mesmo que dinheiro? A resposta certa seria: é e não é. Na investigação de Marx é essencial a pergunta sobre como o dinheiro se transforma em capital. Capital não é outra coisa senão a incessante valorização do valor, aparecendo como o fim-em-si de transformar dinheiro em mais dinheiro. Para Marx só se pode chegar ao conceito de capital a partir da definição do valor de troca concretamente desenvolvido na esfera da circulação. Mesmo sabendo que capital é trabalho acumulado não se pode identificá-lo

enquanto tal, pois sob o capital o trabalho acumulado nada mais é senão criador de valor que busca se valorizar, ou seja, valor que cria mais valor. Portanto,

[...] o conceito de capital não pode ser derivado diretamente do trabalho, e sim do valor, visto que este é a forma assumida pelo trabalho na sociedade capitalista. Essa forma social (formal), por sua vez, exige uma forma material (fenomênica) adequada”, por meio da qual o valor se realiza e ganha existência. Essa forma é o valor de troca ou o dinheiro, expressão necessária de aparição do valor, como equivalente geral do valor. (TEIXEIRA, 1995, p. 127).

A era do capital impõe ao dinheiro uma nova dinâmica, isto é, impõe ao dinheiro transformações qualitativas para aperfeiçoar, facilitar e multiplicar as possibilidades de sua transformação em capital (ALBUQUERQUE, 2010). Na trajetória histórica do desenvolvimento capitalista, o curso da acumulação das mercadorias, especialmente da mercadoria dinheiro (a mercadoria, por excelência, universal) fez da monetarização a sua forma privilegiada. O dinheiro enquanto capital²⁰ é ponto de partida e de chegada, no circuito produtivo de uma economia capitalista de mercado, expressa na fórmula clássica de Marx, D-M-D'. Este esquema pode ser lido como uma indicação da forte interligação e interdependência entre o dinheiro (capital monetário) e o processo produtivo (capital industrial ou produtivo).

Desde o início do modo de produção capitalista, esse desenvolvimento institucional possibilita a emergência de uma divisão mais complexa entre os diversos capitais²¹, com uma divisão de trabalho funcional entre eles e ilustra os processos históricos para a deflagração do esquema D-M-D' (ALBUQUERQUE, 2010). Fecho aqui o parêntese supondo que esses desenvolvimentos foram, por um lado, causa do desenvolvimento do capitalismo industrial

²⁰ Nos *Grundrisse*, através do raciocínio sobre formas superiores e formas inferiores de dinheiro, Marx chega à conexão com o capital. A partir disso se impõe o desenvolvendo de uma nova fase com a emergência do modo de produção capitalista: "dinheiro como capital é um aspecto do dinheiro que vai além do seu simples caráter como dinheiro. Pode ser visto como a sua mais elevada realização. De qualquer forma, dinheiro como capital é distinto de dinheiro como dinheiro. Por outro lado, capital como dinheiro parece ser a regressão do capital a uma forma inferior" (MARX, 2015, p. 250-251).

²¹ O capital só pode ser concebido como tal quando o compreendemos como uma totalidade, contudo, há uma divisão funcional e orgânica da sua existência prática como forma de propriedade particularizada em proprietários distintos, que funcionam numa relação de concorrência, mas também de cooperação. É preciso observar que a industrialização e a capitalização formam uma unidade dialética do mesmo processo orgânico de composição do capital, ainda que sejam unidades de relativa autonomia, possuem uma dinâmica de realização intrinsecamente correspondente. Há, claramente, uma subdivisão das funções burguesas entre os estratos da classe capitalista. É dessa forma que necessariamente a dominação do capital se materializa. As frações da classe burguesa se constituem proprietárias do capital global que se configura, a partir das formas de subdivisão do modo de produção, de reprodução e de acumulação do capital. Para Marx isso corresponde à divisão do trabalho entre as classes e no interior das classes. Sendo as principais frações capitalistas aquelas proprietárias do capital fundiário, industrial (produtivo), bancário (monetário-financeiro) e comercial.

posterior e, por outro lado, consequência de demandas e pressões advindas do desenvolvimento particularmente imperialista.

A Era dos monopólios é a exasperação absoluta das contradições do sistema do capital, que levou até às últimas consequências os preceitos fundamentais à proteção da propriedade privada do capital, metamorfoseada nas formas de concentração e centralização dos meios, dos recursos e das condições de produção globais, em escala planetária. Para tanto, produziu e desenvolveu as mais horrendas formas históricas de expropriação das condições de vida das populações, com intensa exploração do trabalho (substância do valor) e brutal extração de recursos naturais, em todas as regiões do mundo. O imperialismo é a consolidação histórica do moderno desenvolvimento capitalista e são a expropriação colonial, com a sua permanente e intensiva política de guerra, e a supremacia do capital financeiro as expressões prevalentes não apenas do caráter da propriedade privada do capital, mas da condição social total do breve século XX, remetidas dramaticamente ao século XXI.

Nessa esteira histórica é que o capital financeiro volta-se para o crescimento da indústria bélica, o que implica uma relação muito estreita com o aparelho do Estado burguês, que se militariza. Como assinala Del Roio (2007), o “Estado militarista serve para ampliar a acumulação do capital no mercado interno e para defender os interesses do capital financeiro no mercado internacional na sua concorrência com o capital financeiro de outras nacionalidades” (p. 8), todos, de alguma forma, interessados em processar a exportação de capitais sob a forma de capital-dinheiro, de técnicas de produção ou meios de transporte de mercadorias. A concorrência interimperialista e a militarização do Estado burguês fazem com que a guerra seja não apenas inevitável, mas uma condição permanente do imperialismo.

Essa problemática político-econômica imperialista constituiu a base dos grandes debates e das disputas político-ideológica cruciais no âmbito dos segmentos da esquerda no início do século XX. Quando os conflitos coloniais entre as potências econômicas imperialistas (Inglaterra, Alemanha, Japão, Estados Unidos) desembocaram no conflito bélico internacional da Primeira Grande Guerra Mundial, a defesa dos interesses das economias nacionais, tendo à frente a máquina militarizada dos Estados imperialistas, constituiu-se no falseamento ideológico que desmantelou irremediavelmente a unidade política da esquerda socialista, especialmente da social democracia europeia. Esse processo redundou, num primeiro momento, no divisionismo partidário entre as correntes revolucionárias e reformistas, legando a essas últimas a conquista da hegemonia política no seio das lutas operárias e trabalhistas, a partir de então.

Lênin identifica essa fragmentação como uma das tendências mais desafiadoras e ascendentes da luta de classes, nesse estágio superior do desenvolvimento do capitalismo. Para ele, a formação de uma “aristocracia operária” consistia na base social da ascensão do reformismo no interior do movimento operário, que convergindo com as posições reformistas e pacifistas de setores da direita, numa puramente “crítica retórica” aos horrores bélicos do imperialismo, produziu uma condição política altamente favorável à hegemonia imperialista. Aspectos relevantes desse processo comparecem na problematização do item que se segue.

1.2 A “aristocracia operária” e as bases estruturais do reformismo

A grande problemática do capitalismo no início do século XX estava consubstanciada na trágica expropriação colonial moderna ilustrada pelas guerras imperialistas que desembocaram na Primeira grande Guerra Mundial. Assim é que a indústria bélica se firmou como uma tendência inexorável da economia política monopolista. Atento às questões essenciais do seu tempo, Lênin compreendia a perspectiva bélica com todo o seu arsenal de irracionalidade e desumanidade, como a expressão histórica da profunda decadência social do capitalismo. Analisava aquele cenário de horror como uma condição histórica cujas contradições sócio-econômicas e políticas engendravam situações de crise revolucionária, isto é, o desastre causado pelas guerras, a exploração e a miserabilidade das massas proletárias, a incapacidade política dos governos de conter os efeitos sociais da crise, abria uma possibilidade histórica para o triunfo revolucionário da classe proletária, que encontrava-se em plena ascensão e consolidação. Os desdobramentos históricos das tendências analisadas por Lênin revelaram grandes reveses da situação revolucionária, que a priori teria nas economias centrais o seu estopim de deflagração, o que não aconteceu, embora a revolução bolchevique de outubro (a Revolução Russa de 1917) tenha sido a confirmação de suas prospecções mais eminentes.

É importante observar que a fase imperialista não apenas resguardou o conteúdo essencialmente capitalista (trabalho assalariado, propriedade privada e a superestrutura estatal), mas remeteu as suas contradições a um elevado e inédito patamar, gerando ainda mais violência e guerra. Esta constatação informa o núcleo duro da análise crítica de Lênin ao

imperialismo, que não se limita, evidentemente, a saídas e ou a estratégias reformistas. Para o líder da revolução bolchevique, o problema do capitalismo imperialista só poderia ter um destino resoluto quando deparado com a revolução socialista.

[...] a guerra de 1914-1918 foi, de ambos os lados, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem e de rapina), uma guerra pela partilha do mundo, pela divisão e redistribuição das colônias, das esferas de influência, do capital financeiro, etc. É que a prova do verdadeiro caráter social ou, melhor dizendo, do verdadeiro caráter de classe de uma guerra não se encontrará, naturalmente, na sua história diplomática, mas na análise da situação objetiva das classes dirigentes em todas as potências beligerantes. Para refletir essa situação objetiva há que colher não exemplos e dados isolados (dada a infinita complexidade dos fenômenos da vida social, podem-se encontrar sempre os exemplos ou dados isolados que se queira susceptíveis de confirmar qualquer tese), mas sim, obrigatoriamente, todo o conjunto dos dados sobre os fundamentos da vida econômica de todas as potências beligerantes e do mundo inteiro (LÊNIN, 2012, p. 3).

Para além das fórmulas apologéticas, são duas as principais vertentes de interpretação crítica do imperialismo que se formaram do início do século até a metade da Primeira Guerra Mundial: a reformista e a revolucionária. Del Roio (2007) assinala que a primeira tende a observar a política imperialista como um desvio ou uma deformação temporária do processo civilizatório capitalista, que deveria ser corrigido, como condição de preservação do potencial democrático, supostamente contido na ordem burguesa. Na análise dos reformistas, para a maior parte da burguesia não seria a guerra uma forma de conflito desejável ou necessária, já que o seu interesse fundamental é a expansão do mercado mundial de forma pacífica.

Já a segunda vertente era definida pela Internacional Comunista que, a partir do seu VI Congresso tinha como pressuposto a ideia de que o capitalismo viveria uma fase decadente/moribunda e que seu fim seria iminente. A perspectiva era de que “o sério abalo dos alicerces econômicos proporcionaria as condições objetivas imediatas para um ataque frontal e armado do proletariado ao poder constituído, conquistando o Estado burguês e, numa rápida transição, o destruindo [...]” (CASTELO, 2013, p.105).

O problema do imperialismo, na concepção liberal reformista de Hobson, por exemplo, estava assentado no precário poder de consumo das classes trabalhadoras e médias que implicava no excedente de mercadorias. Em paralelo a concentração de riqueza sem consequente capacidade de consumo geraria não só o rentismo como a especulação nos territórios coloniais sob a guarida governamental. O resultado seria a formação de uma camada social de parasitas que vive da aventura imperialista e da exploração do trabalho dos povos colonizados (DEL ROIO, 2007). Não há nenhuma inconsistência nessas constatações, contudo, a problemática da guerra como característica fundamental do imperialismo é tratada

pelo autor no contrassenso de uma via pacifista burguesa, falseadora das reais tendências imperialistas, na medida em que vislumbra resolução à questão da guerra, a partir de mecanismos mediadores próprios de políticas redistributivas:

[...] ampliação da capacidade de consumo [que] deveria ser feita às expensas do capital rentista e especulativo (precisamente aquele que se beneficiava do imperialismo), com distribuição de renda e aumento da massa salarial. O crescimento das forças produtivas seria sempre acompanhada pela ampliada e equilibrada capacidade de consumo, de tal modo que até mesmo o mercado externo teria a sua importância drasticamente minorada. Assim, a expansão colonialista poderia adquirir o seu caráter benévolo e civilizador, eventualmente sob um governo conjunto dos Estados do Ocidente liberal. A formulação de Hobson pode ser considerada como sendo precursora da obra de Keynes. (DEL ROIO, 2007, p. 3).

Assim, a concorrência monopolista poderia levar a difusão da democracia e da civilização por meio do mercado. Essa é a compreensão difundida por correntes do pensamento social democrata alemão, das quais se ressalta o “kautskismo”. Deslumbrado com o capitalismo, Kautsky defende que o processo inexorável de concentração e centralização de capitais determinaria a sobrevivência de apenas alguns supermonopólios atuando num mercado mundial unificado por um ultra-imperialismo²², que prepararia, incontornavelmente, a transição ao socialismo.

A implicação política da teoria reformista é a possibilidade, ou mesmo necessidade, de aliança com parcelas da burguesia que supostamente se opunham à guerra e ao imperialismo. Quando a guerra europeia eclodiu em 1914, a postura política dessa vertente teórico-política não poderia ser outra que o pacifismo. Tratava-se de aguardar a passagem da tempestade da guerra para que fosse retomado o curso normal da evolução do capitalismo. É importante notar como essa tese de Kautsky²³ voltou à tona nos últimos anos

²² O ultra-imperialismo ou o superimperialismo são conceitos formulados pelo intelectual “marxista” da II Internacional, o alemão Karl Kautsky o qual designa uma tendência econômica de união das potências imperialista numa fase de domínio do capital financeiro e de cessação das guerras sob o capitalismo. Kautsky compreende o imperialismo não como uma fase do capitalismo do seu tempo, mas apenas como uma das suas formas políticas do capitalismo. Lênin é um crítico frontal de Kautsky, e sua objeção ao conceito de ultra-imperialismo comparece no *Imperialismo* como uma forma de desmascaramento da ruptura de Kautsky com o marxismo, estabelecendo um franco combate ao reformismo e oportunismo presentes nas ideias e na ação política de seu interlocutor: “As ocas divagações de Kautsky sobre o ultraimperialismo estimulam, entre outras coisas, a ideia profundamente errada, que leva a água ao moinho dos apologistas do imperialismo, de que a dominação do capital financeiro atenua a desigualdade e as contradições da economia mundial, quando, na realidade, o que faz é acentuá-las” (LÊNIN, 2012, p.45).

²³ Lênin avalia que correntes ideológicas alinhadas ao kautskismo, por exemplo, são, por um lado, o produto da putrefação da II Internacional, e, por outro, o fruto inevitável da ideologia dos pequenos burgueses, prisioneiros dos preconceitos burgueses e democráticos. Del Roio (2007) nessa passagem faz referência ao ressurgimento da força dessa tendência reformista na atualidade e isso não ocorre por acaso. A ascensão do reformismo como produto síntese da atividade intelectual e da ação política de vetores majoritários na esquerda mundial resulta das contradições criadas pelo capitalismo na sua fase de plena maturação e consolidação do capital fetiche. O imperialismo possui uma ligação intrínseca com o oportunismo, a forma como essa relação se estabelece em cada contexto e particularidade histórica merece ser verificada, a partir da apreensão do estágio da luta de classes

(sem que seja reconhecido o formulador original da ideia) (DEL ROIO, 2007, p. 10).

Não por acaso, a certa altura, na crítica que tece ao oportunismo, Lênin chamou Kautsky e Hilferding de companheiros de armas. Embora visse valor científico na obra de Hilferding, o que não corresponde à apreciação feita a Kautsky, Lênin identificara em ambos os autores, uma identidade intelectual oportunista nas análises acerca das tendências da economia política imperialista. Hilferding, assim como Kautsky, nutre uma perspectiva socialista como resultante de um salto qualitativo organizacional do capitalismo. Vejamos em que sentido isso é concebido:

A concorrência no mercado mundial demanda o apoio e a presença constante do Estado junto ao capital, de modo que se estreitam as relações entre Estado e burguesia. Junto com os elementos de planejamento empresarial, os vínculos entre Estado e burguesia apontam para a constituição de um *capitalismo organizado*. Dessa capacidade organizativa e racionalizadora do capitalismo, Hilferding deduzia que a guerra seria contornável e que o conteúdo da revolução seria a passagem do capitalismo organizado (pelo capital financeiro) ao poder operário, enfatizando os aspectos de planejamento presentes na economia e no Estado. Assim, do *capitalismo organizado* e imperialista, Hilferding deduz um socialismo de Estado (não imperialista?) (DEL ROIO, 2007, p. 5. Grifos meus).

Os fundamentos puramente ideológicos presentes na concepção de “socialismo de Estado” como consequência de um “capitalismo organizado” são inspirados em perspectiva revisionistas, espreada por correntes do reformismo burguês levado às últimas consequências, no interior do movimento socialista europeu, do início do século. O acirramento das tendências reformistas e revolucionárias desaguou num claro divisionismo²⁴ de esquerda no interior do movimento socialista e de suas estruturas partidárias, cuja diáspora mais efusiva se deu no âmbito e a propósito da degeneração política da II Internacional²⁵.

como expressão de uma determinada forma de desenvolvimento capitalista. Esta pesquisa, ainda que modesta e tangencialmente, busca contribuir de alguma forma com essa tarefa analítica.

²⁴ Del Roio (2007) chama a atenção para o fato de quando a vertente centrista “ortodoxa” do Partido Social Democrata Alemão (SPD) compôs uma nova maioria com as tendências mais à direita (e que nada tinham em comum com a cultura marxista), uma nova esquerda teve origem no movimento socialista alemão. Logo em seguida, na Rússia, a vertente bolchevique tomou a decisão de promover a cisão teórica e orgânica como reformismo menchevique. Ainda que minoritária, as esquerdas conseguiram fazer passar uma declaração do movimento socialista internacional contra a guerra que se aproximava, ameaçando a burguesia com a revolução. A depuração do movimento revolucionário se deu, a partir desse divisionismo instaurado na esquerda socialista, dando origem aos partidos revolucionários comunistas que encetaram a III internacional, em 1919.

²⁵ Em sucessão a I Internacional dos Trabalhadores (fundada por Marx e Engels em 1864) a II Internacional Operária e Socialista foi criada em 1889, como uma associação de partidos social democratas e trabalhistas, cujas correntes principais abarcavam tendências revolucionárias e reformistas. O acirramento das disputas ideológicas no interior do movimento operário e socialista, pautadas pelo contexto imperialista do início da década de 1910, reverberou amplamente nas direções e nas cúpulas partidárias, vetores intelectuais presentes no

A cisão internacional de todo o movimento operário mostra-se agora com inteira nitidez (II e III Internacionais). A luta armada e a guerra civil entre as duas tendências é também um fato evidente: na Rússia, apoio a Koltchak e Deníkine pelos mencheviques e pelos “socialistas-revolucionários” contra os bolcheviques; na Alemanha, os partidários de Scheidemann, Noske e C.^a ao lado da burguesia contra os spartakistas; e o mesmo na Finlândia, na Polônia, na Hungria, etc. Onde está a base econômica deste fenômeno histórico universal? (LÊNIN, 2012, p. 8).

Quando reflete as implicações políticas do capitalismo pautadas pela Guerra, Lênin assinala para as seguintes questões:

[...] a guerra está sendo travada por todas as grandes potências pela espoliação e distribuição do mundo, pelos mercados, pela subjugação dos povos. Isso beneficia a burguesia. Um pequeno setor da burocracia e da aristocracia operárias, e então, a pequena burguesia (intelectuais, etc.) apegada ao movimento operário promete migalhas desses benefícios (LÊNIN, 1984, p. 62).

O nosso autor se refere, claramente, à espoliação e subjugação de nações inteiras, para as quais o poder político-militar é sempre um elemento-chave. “Longe de explicar o ‘suborno’ como uma relação imediata entre salários e benefícios imperialistas, neste caso, ele fala inclusive em termos de ‘promessas’. Trata-se de uma relação muito mais mediada entre economia, política e ideologia” (MAIELLO, 2019b, s/p). Contudo, completa o autor, “não existe uma relação técnica necessária entre o crescimento da produtividade e os aumentos salariais. Se isso acontece ou não, depende também da relação de forças entre as classes” (ibdem).

A busca pela base econômica do reformismo é o ponto de partida e de chegada do empreendimento analítico feito por Lênin, na investigação que realiza sobre o imperialismo. Dito de outra maneira decorre da passagem do processo das lutas de classe para patamares ainda mais elevados, o metamorfoseamento complexo do modo de ser do capitalismo. Evidente, não se trata de processos distintos, senão de uma unidade dialética. Facilitaria a compreensão dessa indissociabilidade, ter em conta a concepção materialista filosófico-dialética de que o capital é, antes de mais nada, uma relação social.

Se Imperialismo, etapa superior do capitalismo permanece o principal trabalho revolucionário que ainda define o essencial do sistema contemporâneo, isto é porque Lenin estabeleceu a conexão objetiva entre monopólio e revisionismo (aquela da Segunda Internacional de sua época) [...] O ponto essencial é que a extensão deste papel hegemônico dos monopólios em uma escala mundial, e a divisão da classe trabalhadora no

interior da II internacional. O apoio dos partidos social democratas aos seus governos imperialista, através da aprovação dos créditos para a participação na Primeira Guerra Mundial, foi o estopim à implosão da II Internacional, em 1914.

centro, que aceitou a hegemonia revisionista, ocorreu simultaneamente. [...] Lenin chamou atenção para essa simultaneidade, pois denunciou as raízes objetivas da hegemonia da “aristocracia operária” sobre a classe, a redução do marxismo a uma expressão ideológica economicista e a burocratização e a traição nacionalista dos partidos da classe trabalhadora da Segunda Internacional [...] (AMIM, 1977, p. 107-108, apud, LESSA, 2013, p. 196).

A tese de Lenin sobre o imperialismo²⁶ e a sua problematização sobre a formação de uma aristocracia operária serve para justificar, em parte, segundo argumenta Hobsbawm (2013), por que os partidos da II Internacional Comunista acabaram por se converter em partidos da ordem burguesa (transformismo, revisionismo, reformismo) e em agentes profissionais da administração do capital²⁷. No capítulo no qual trata do parasitismo e da decomposição do capitalismo, (*na obra Imperialismo, estágio superior do capitalismo*), Lênin (2012) afirma que o imperialismo tende a formar camadas privilegiadas também entre os operários, a fim de separá-las das grandes massas do proletariado²⁸. E pontua, a partir de Engels, para essa situação causas e consequências claras: Causas: 1) exploração do mundo inteiro pela Inglaterra; 2) seu monopólio no mercado mundial; 3) o seu monopólio colonial. Consequências: 1) aburguesamento de uma parte do proletariado inglês; 2) uma parte do proletariado se deixa dirigir por pessoas compradas pela burguesia ou, pelo menos, pagas por ela. No prefácio às edições francesa e alemã da mesma obra, o autor define deste modo a aristocracia operária:

²⁶ A tendência histórica do capitalismo é realizar a concentração e a centralização do capital e da força de trabalho como propriedade capitalista. Foi esse processo de concentração (acumulação primitiva e acumulação manufatureira fomentadas pela concorrência intercapitalista) que deu origem às revoluções industriais, que por sua vez, intensificaram o processo de concentração de mercadorias e de dinheiro, como mercadoria e expressão por excelência do capital. A exacerbação dessa tendência deslançou na formação do capitalismo monopolista, cuja economia concorrencial de mercado alterou sua composição e fez da concorrência individual entre capitalistas uma competição entre grandes corporações monopolistas. A política de expansão dos mercados nacionais centrais, nesta etapa de desenvolvimento do capitalismo, foi compreendida por analistas do início do século XX, tais como Hobson, Hilferding, Lenin, Bukhárin, Rosa Luxemburgo, dentre outros, como o Imperialismo (DEL ROIO, 2007).

²⁷ Durante dezenas de anos, registra Lênin (2012), “Marx e Engels estudaram sistematicamente essa relação entre o oportunismo no movimento operário e as particularidades imperialistas do capitalismo inglês. Engels escrevia, por exemplo, a Marx, em 7 de Outubro de 1858: “O proletariado inglês vai-se aburguesando de fato cada vez mais; pelo que se vê, esta nação, a mais burguesa de todas, aspira a ter, no fim de contas, ao lado da burguesia, uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês. Naturalmente, por parte de uma nação que explora o mundo inteiro, isto é, até certo ponto, lógico” (p. 26). “Quase um quarto de século depois, na sua carta de 11 de Agosto de 1881, fala das “piores trade-unions inglesas que permitem que gente vendida à burguesia, ou, pelo menos, paga por ela, as dirija”. E em 12 de Setembro de 1882, numa carta a Kautsky, Engels escrevia: ‘Pergunta-me o que pensam os operários ingleses acerca da política colonial. O mesmo que pensam da política em geral. Aqui não há um partido operário, há apenas partido conservador e liberal-radical e os operários aproveitam-se, juntamente com eles, com a maior tranquilidade do mundo, do monopólio colonial da Inglaterra e do seu monopólio no mercado mundial.’” (p. 27).

²⁸ O autor assinala que o fomento imperialista à decomposição temporária do movimento operário se manifestou, na Inglaterra, desde meados do século XIX, período no qual Marx e Engels estudaram sistematicamente essa relação entre o oportunismo no movimento operário e as particularidades imperialistas do capitalismo inglês.

Essa camada de operários aburguesados ou de “aristocracia operária”, inteiramente pequeno-burgueses pelo seu gênero de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção de mundo, constitui o principal apoio da Segunda Internacional e, hoje em dia, o principal apoio social (não militar) da burguesia. Porque são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, lugar-tenentes operários da classe capitalista (*labor lieutenants of the capitalista class*), verdadeiros veículos do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos “versalheses” contra os “communards” (LÊNIN, 2012, p. 34).

Mas, Lênin insiste que o traço distintivo da situação desse período seria a existência de condições econômicas e políticas que não podiam deixar de tornar o oportunismo ainda mais incompatível com os interesses gerais e vitais do movimento operário. É tanto que “[...] em alguns países, atingiu sua plena maturidade, passou esse estágio e decompôs-se, fundindo-se completamente, sob a forma do social-chauvinismo, com a política burguesa” (LENIN, 2012, p. 147).

O imperialismo possibilita que os capitalistas repartam uma fração do excedente apropriado com uma elite dos trabalhadores, na perspectiva de fazer uma aliança de interesses contra os trabalhadores em geral. É uma espécie de aliança dos trabalhadores de um país contra os trabalhadores de outros países e de seus próprios países, em que uma fração da classe é claramente subordinada para se aliar aos interesses da burguesia. É a parcela que se aburguesa, fenômeno político que caracteriza a natureza dos principais partidos socialistas que integram a segunda internacional (LÊNIN, 2012, 148).

Do ponto de vista econômico e político a aristocracia operária se forma e se explica, a partir da estratégia monopolista de desenvolvimento do capitalismo desigual e combinado, a partir do centro imperialista. Corresponde politicamente à formação estratégica do poder hegemônico da classe capitalista nestes países. Enquanto fração de classe ela corresponde, em geral, à parte mais bem preparada e tecnicamente formada da força de trabalho e é, em parte, o setor produtor da mais valia-relativa que usufrui de melhores salários e garante para si maiores e melhores condições de organização política.

A formação da aristocracia operária se explica pela condição mesma da exploração do trabalho de forma absoluta nos países coloniais. É por essa razão que seu surgimento aconteceu nas economias centrais do final do século XIX. O desenvolvimento desigual do capitalismo mundial permitiu, segundo Lenin, a emergência de um proletariado essencialmente economicista. A aristocracia operária brota quando o capitalismo reúne condições para fazer “[...] concessões significativas ao proletariado, dentro do qual, certas camadas conseguem, por meio da sua especial escassez, engenho, posição estratégica, força

organizacional, etc., estabelecer muito melhores condições para si em detrimento dos restantes” (HOBSBAWN, 20013, p. 2).

Lênin estava ciente da cisão internacional de todo o movimento operário, e para ele era fundamental perseguir e apreender as determinações base desse fenômeno histórico universal. Dentre as condições concretas analisadas por Lênin ele destaca a exploração dos superlucros como um elemento central dessa problemática.

É evidente que tão gigantesco superlucro (visto ser obtido para além do lucro que os capitalistas extraem dos operários do seu “próprio” país) permite corromper os dirigentes operários e a camada superior da aristocracia operária. E os capitalistas dos países “avançados” corrompem-nos efetivamente: fazem-no de mil e uma maneiras, diretas e indiretas, abertas ou ocultas. Sem ter compreendido as raízes econômicas desse fenômeno, sem ter conseguido avaliar a sua importância política e social, é impossível de se avançar um só passo no cumprimento das tarefas práticas do movimento comunista e da revolução social (LÊNIN, 2012, p. 34).

É importante frisar que o conceito de aristocracia operária não engloba, para Lênin, toda a classe trabalhadora dos países centrais, mas para uma pequena minoria. Se assim não fosse, iria contra toda a política da III Internacional que apostava no proletariado dos centros imperialistas como a chave para a revolução mundial. Ao mesmo tempo, Lênin não alegou que os recursos para esse “suborno” adviriam exclusivamente dos benefícios do Investimento Estrangeiro Direto de empresas individuais com uma base nacional neste ou naquele país imperialista (MAIELLO, 2019b).

Na advertência teórico-política que faz sobre as tendências de subordinação conciliatórias e reformistas da social democracia, Lênin (2012) chama à atenção do movimento operário revolucionário em geral e o movimento comunista em particular, para não deixar de analisar e desmascarar os erros teóricos do “kautskismo”. E ele argumenta sobre essa necessidade pelo fato de o pacifismo e a “democracia” em geral serem correntes, extraordinariamente, espalhadas em todo o mundo, mas que por não guardarem nenhuma relação com o marxismo, dissimulam a profundidade das contradições do imperialismo e a inelutabilidade da crise revolucionária que este engendra. A luta contra tais tendências, afirma Lênin (2012), “é obrigatória para o partido do proletariado, que deve arrancar da burguesia os pequenos proprietários que ela engana e os milhões de trabalhadores cujas condições de vida são mais ou menos pequeno-burguesas” (p. 31).

A compreensão do cenário mundial fez Lênin concluir que não haveria saída sob o capitalismo, pois as amplas massas proletárias estavam inteiramente a mercê dos desígnios do imperialismo capitalista, tanto quanto os povos submetidos pelo colonialismo. O proletariado

deveria proceder à cisão imediata com o reformismo e construir, o quanto antes, novas organizações políticas revolucionárias que fizessem da guerra interimperialista uma guerra civil revolucionária. A configuração da luta de classes teria de um lado o conjunto das frações burguesas, a pequena burguesia e a “aristocracia operária”, enquanto que de outro estaria a grande massa proletária, os semiproletários e o campesinato pobre em busca da revolução socialista (DEL ROIO, 2007).

Rosa Luxemburgo, como uma das mais proeminentes expoentes da nova esquerda, no seu livro *A acumulação do capital* de 1913, discutiu o tema do imperialismo a partir da tentativa de resolver o problema da reprodução ampliada do capital, com o argumento de que a reprodução ampliada ocorre a partir da extração do valor-trabalho na fábrica, na mina e na empresa agrícola, o que conforma o proletariado industrial das economias capitalistas. No entanto, decisivo seria também o valor adquirido por meio da incorporação de espaços naturais e sociais pré-capitalistas²⁹. Del Roio (2007) sugere que na análise de Rosa o colonialismo é sempre visto como agressão e saque dos povos subjugados e o imperialismo considerado expressão política da acumulação do capital na sua luta pelos resíduos de ambientes não-capitalistas, ainda não submetidos à lógica do mercado. Assim, o esgotamento do espaço não-capitalista de expansão para a acumulação do capital levaria à estagnação econômica e ao aumento da exploração dos trabalhadores. Seria dessa forma que a guerra imperialista e a estagnação econômica criariam as condições para a necessária revolução socialista.

Já Nikolai Bukhárin, que estivera muito próximo das posições políticas da nova esquerda e de Rosa, procede a uma importante crítica ao trabalho de Rosa, no seu livro *O imperialismo e a economia mundial* (1915). A crítica é centrada nas observações que ratificam o imperialismo pela existência dos monopólios e pela exportação de capitais. Mas, apresenta um ponto destoante importante sobre a possibilidade ou não do capitalismo continuar se desenvolvendo após conquistar todo o planeta e constituir um sistema fechado global. “Enquanto Rosa tendia para uma interpretação estagnacionista, Bukhárin entendia que o capitalismo poderia continuar se desenvolvendo de forma mais organizada”. É perceptível, nesse sentido, “a influência da obra de Hilferding sobre a elaboração de Bukhárin ainda que havendo consequências políticas bastante distintas.” (DEL ROIO, 2007, p. 8).

²⁹ Essas seriam, para a líder Spartakista, as zonas agrícolas de economia camponesa e artesanal, sobreviventes da época feudal, a exemplo da comuna oriental camponesa, que ainda sobrevivia na Rússia e, sobretudo, a ampla zona colonial do mundo (DEL ROIO, 2007).

O tensionamento entre as duas vertentes principais de interpretação do imperialismo se distinguem em alguns pontos essenciais, como já assinalados. De um lado o social-reformismo (de esquerda, mas também composto por vertentes da direita) entendia o imperialismo como desvio e como eventual fase de adaptação dentro de um mais largo processo civilizatório conduzido pela burguesia. Nessa perspectiva o próprio colonialismo poderia desempenhar um papel civilizatório, tratando-se apenas de aplicar a política correta.

À vertente marxista revolucionária o imperialismo pode ser intrínseco ao próprio capitalismo ou ser visto como uma fase de desenvolvimento do capitalismo. Del Roio (2007) assinala para o fato de que as diferenças de análise nesse campo, entre Rosa e Lênin, tiveram também implicações na tática política. Para Rosa, a fase expansiva e relativamente pacífica do capitalismo, assim como a legalidade burguesa, havia persuadido uma grande parcela da classe operária das teses da burguesia e do social-reformismo. Contudo, a guerra imperialista e a tendência à estagnação econômica criariam as condições para que a classe operária se deslocasse pra o campo da revolução socialista. Para Rosa, a questão principal estava então em soldar a unidade operária dentro do campo da revolução, mas esse processo seria mais fácil, de início, naquelas regiões de maior fricção entre o capitalismo imperialista e as zonas de recente reprodução ampliada do capital, como era o caso da Rússia. Na Alemanha deveria ser travada ainda uma batalha político-ideológica pra a conquista da maioria da classe operária.

Lênin (2012) concluiu em seu estudo que a luta contra o imperialismo capitalista se vincula com a luta contra o reformismo. A questão central para ele dizia respeito ao fato de a fase imperialista ter provocado uma cisão social na classe operária, gerando uma camada social e ideologicamente diferenciada, que se identificava no social-reformismo. Essa situação demandava uma urgente e radical ruptura teórica e orgânica com o reformismo, a fim de lutar contra a guerra e o imperialismo por meio de uma tática revolucionária.

Ambas as tendências desse debate representativo da organicidade das lutas partidárias no seio operário tiveram respaldo e desdobramentos efetivos no contexto histórico iminente. A inominável barbárie da guerra e a eclosão da revolução socialista internacional na Rússia, seguido da difusão pela Europa centro-oriental pareceu dar toda a razão às interpretações do imperialismo feito no campo do marxismo revolucionário. Contudo, a posterior derrota da revolução e a permanente ofensiva capitalista deram novo fôlego à teoria reformista, com destaque para a tese do “capitalismo organizado” de Hilferding (DEL ROIO, 2007). O tal “capitalismo organizado” mostrou-se capaz de minorar os impactos sociais do rentismo ao proporcionar, no compasso da sua

expansão do capital financeiro, a convivência com condições de desenvolvimento de políticas econômico-sociais de viés keynesista, preservando a classe operária no campo reformista.

Kurz (2016) compreende que somente à social-democracia, após a Primeira Guerra Mundial, ficou reservado desempenhar o papel de “mastim” e de cordeiro pascal democrático, em união pessoal. Afinal a ilusão jurídica do velho movimento operário tinha consistido precisamente em querer converter as categorias socioeconômicas fundamentais da relação de capital, não ultrapassadas e ontologizadas, num “socialismo” de cidadania do Estado e de sistema produtor de mercadorias, enquanto forma legal. O autor segue sua crítica ao reformismo social democrata sugerindo que:

É precisamente esta dupla inverdade, de querer converter em algo apresentado como completamente diferente a relação social de entrega incondicional ao fetiche da valorização, sem romper com este princípio e justamente na forma de expressão jurídico-política própria dele, que constitui a cegueira da esquerda político-democrática em geral. Em vez de se reconhecer o carácter político-jurídico do Estado de direito, como uma necessária forma secundária de representação da repressão social inerente à relação de capital, a máscara de carácter política e jurídica dos sujeitos do valor é jogada incessantemente contra a máscara de carácter econômica, como se se tratasse de existências completamente diferentes; e, como consequência disso, também se invoca, no seio da própria esfera político-jurídica, o “estado normal” do Estado de direito democrático [...]. (KURZ, 2006, s/p).

A social-democracia alemã teve de se vergar à verdadeira identidade quando, na Primeira Guerra Mundial e no final desta se converteu, ela própria, no “cão de guarda” do estado de exceção, claro que apenas para em seguida continuar a alimentar a velha ilusão jurídica, como se nada tivesse acontecido (KURZ, 2016).

Essa vertente continuou defendendo a necessidade do colonialismo adquirir uma faceta humanista ou então a “descolonização”, enquanto a derrota do movimento operário revolucionário nos centros imperialistas deslocou a luta antiimperialista para a zona colonial, para o campo do mundo, tendo havido uma mediação ou mesmo um divórcio entre antiimperialismo e anticapitalismo. Parecia que a teoria do imperialismo, tal como formulada no debate do início do século estava se esvaindo (DEL ROIO, 2007, p. 10).

O autor ainda ressalta que, particularmente depois da desintegração do socialismo de Estado na URSS e na Europa oriental, apareceram aqueles que entendiam que uma época de paz e democracia se aproximava e que a concorrência entre grandes corporações na economia mundializada seria a regra. O campo das lutas teria migrado agora para questões universais do tipo: preservação ambiental e direitos humanos. Contudo, “a duradoura e persistente crise de acumulação do capital, a ofensiva contra os trabalhadores, a financeirização e a guerra

generalizada e intermitente parece apontar elementos muito sérios de razão para a clássica interpretação marxista revolucionária do imperialismo” (DEL ROIO, 2007).

O ponto de maior polêmica insiste à análise Del Roio (2007), encontra-se na leitura da tendência internacional da mundialização imperialista, na atualidade. Há aqueles que entendem haver uma tendência unipolar, tanto em relação à centralização do capital quanto ao poder político imperial militar, como há outros que pensam um imperialismo maduro multipolar, com a ascensão da China, Índia, Brasil, além da consolidação da União Européia e o renascimento da Rússia. Ocorre, portanto, que a configuração dos conflitos internacionais depende diretamente do desdobramento de tais tendências: unipolar ou multipolar.

A prevalência de qualquer uma delas não desloca a guerra colonial do horizonte imperialista imediato, porque o capitalismo é o paradoxo de um encargo extraordinário permanente. Trata-se, de acordo com Kurz (2016) de converter a totalidade do processo de reprodução social num único “processo de angariação de dinheiro” ou “processo de multiplicação do dinheiro”, e as pessoas em máquinas de trabalho e serviço abstrato dessa “lei” inicialmente exterior e imposta. Este estado de exceção original tornou-se o estado normal moderno, que se encontra na base de toda a estatalidade de direito. A relação de capital não é outra coisa senão “um estado de exceção coagulado [...] O processo de valorização dissociou-se do fim original da multiplicação permanente de dinheiro para alimentar a máquina militar³⁰ e tornou-se um fim em si social” (KURZ, 2016, s/p)³¹.

O domínio das matérias-primas, desde os combustíveis como petróleo, gás, urânio, os recursos da mineração em geral, até a água doce, entre outros, é um privilégio fundamental para o qual, sem dúvida, o poder militar é fundamental. Seria impossível entender a geopolítica norte-americana e as recentes guerras como a do Iraque ou a própria luta pelo controle do Oriente Médio, com suas centenas de milhares de mortes, sem levar em consideração o fator-chave - ainda que não exclusivo - do controle dos recursos energéticos. É claro que não se trata apenas de intervenções militares diretas,

³⁰ Essa questão está essencialmente vinculada à configuração da geopolítica mundial do capitalismo imperialista a mais de um século. Caracteriza-se a partir de interesses estratégicos de países como os Estados Unidos e outras potências imperialistas – Líderes mundiais (EUA (all Street), União europeia (Alemanha; França, Inglaterra, Suécia, Suíça), Japão e Coreia do Sul) que possuem, nas suas políticas comerciais, duas grandes pautas centrais e altamente articuladas: o domínio tecnológico e a produção energética. Razão pela qual desenvolve uma atuação bélica em regiões como a do Oriente médio (região de interesse energético, sobretudo pela produção do petróleo na Arábia Saudita, Emirados Árabes e no Iraque). Os EUA, a maior potência militar imperialista do planeta, é altamente dependente de fontes energéticas, como é o caso do petróleo.

³¹ O imperialismo dos EUA, por exemplo, possui um dos privilégios fundamentais, que é o papel determinante do dólar para toda a economia mundial como moeda de reserva e seu peso no comércio e nas finanças internacionais. Maiello (2019) lembra que as implicações, nesse sentido, são graves, dentre as quais a obrigatoriedade dos demais países financiarem os déficits comerciais e fiscais dos EUA. “É claro que para que essa posição do dólar não seja questionada, em última instância, as armas são, mais uma vez, indispensáveis. Por sua vez, EUA, União Europeia e o Japão são a base de operações dos grandes bancos e instituições financeiras que sugam a riqueza do mundo periférico” (idem).

no Brasil, por exemplo, a operação Lava Jato realizada junto com o Departamento de Estado sempre teve como um de seus objetivos a apropriação das reservas de petróleo do pré-sal pelas multinacionais imperialistas (MAIELLO, 2019, s/p.).

O autor diz que o desenvolvimento de um azeitado aparato de cooptação/coerção – o que Gramsci desenvolveu sob o conceito de “Estado Integral” – especialmente por parte dos Estados imperialistas, seus regimes e seus partidos como forma de neutralização dos movimentos de esquerda, podia ser uma novidade para Kautsky, Lênin ou Luxemburgo em princípios do século XX (Maiello, 2019a). Lênin, conceituou esse fenômeno, apontando como os gigantescos superbenefícios dos capitais imperialistas, muito superiores aos que obtêm espremendo a sua própria classe trabalhadora, são o que permite corromper os dirigentes operários e cooptar a camada superior dos trabalhadores dos países centrais, seja direta ou indiretamente, de forma aberta ou oculta. Desde então, o imperialismo tem sofrido muitas transformações, mas, sem dúvida, esse mecanismo continua operando (Maiello, 2019a).

O segredo da incrível capacidade do Partido Democrata norte-americano³² para cooptar enormes movimentos progressistas de massas, a resposta, sem dúvida, tem a ver com isso: “trata-se de um dos pilares da maior potência imperialista da terra durante os últimos três quartos de século” (Maiello, 2019^a, s/p). Se o capital imperialista, num passado recente, não cessou fogo, nem mesmo quando o reformismo consolidou os processos de sua hegemonia “pacifista” do Pós-Segunda Guerra (de curta duração e limitada abrangência) abarcada pela formação do *Welfare-state* e pela expansão fordista, poderia ele prescindir dos mecanismos de cooptação em meio à crise orgânica generalizada que o sistema atravessa? Ou teria o capitalismo rebaixado as condições da sua reprodução ao nível da dominação pautada pela “guerra de movimento” total (militarizada) ? São indagações que merecem reflexão e esforço de pesquisa, pois refletem tendências possíveis da dominação burguesa, nesse momento histórico.

1.3 A era dourada do capitalismo: apogeu e crise da aristocracia operária

³² O autor diz que se há algo em que o Partido Democrata tem experiência histórica é em cooptar os setores de esquerda que surgem dos movimentos sociais, como fez com o movimento operário do CIO [maior central operária dos EUA] na década de 1930, ou com a esquerda do movimento pelos direitos civis e contra a guerra do Vietnã, ou mais recentemente com o movimento pelos direitos dos imigrantes nos anos 2000 (Maiello, 2019a).

Como vimos, a fase imperialista do capitalismo gerou uma diferenciação nas classes fundamentais da sociedade burguesa. O capital financeiro deu vida a uma oligarquia financeira, que se diferencia a partir do conjunto da burguesia. Por outro lado, a dominância do capital financeiro promoveu também uma importante diferenciação no seio da classe operária. “As taxas de expansão do capital conseguidas com a especulação financeira e com o saque imperialista permitem que a burguesia consiga ampliar a sua margem de consenso por dentro do próprio movimento operário” (DEL ROIO, 2007, p. 11). Ao refletir a particularidade do imperialismo alemão, Maiello (2019) sugere que:

Os benefícios da espoliação colonial haviam redundado em um crescimento do ingresso per capita, muito forte até 1902, logo mais lento, acompanhado da expansão da legislação social da época de Bismarck (aposentadoria, “auxílio doença”, pensão em caso de acidentes de trabalho etc.), que alguns supõem o precursor do chamado “estado de bem-estar”. Essa situação, que atravessou a etapa de expansão dos sindicatos e do SPD, marcou as fortes pressões do partido em sua integração ao regime (MAIELLO, 2019a, s/p).

As frações dos trabalhadores que estavam mais concentrada e melhor organizada no sindicalismo conseguiram melhoras efetivas nas suas condições de vida e de salário, próximas do padrão de vida e ideologia da pequena-burguesia. Organizadas em sindicatos e partidos, a “aristocracia operária” se faz portadora da ideologia da colaboração de classes, defendendo o reformismo social. A degeneração da crítica ao capital, nessas camadas proletárias, foi tão profunda que a revolução perdeu o seu sentido estrutural enquanto enfrentamento de uma luta aberta e irrestrita contra as classes proprietárias do capital, ao Estado burguês e ao seu regime salarial de exploração do trabalho (LESSA, 2012).

A revolução foi assimilada pelo reformismo como forma de integração positiva da classe proletária ao processo de expansão do capitalismo imperialista, no compasso das conquistas parcialmente distributivas, operacionalizadas por incremento de políticas salariais e pelos sistemas de compensação salarial, criados e desenvolvidas pelos Estados monopolistas e pelo planejamento empresarial do “capitalismo organizado”. É emblemática a subsunção da social democracia europeia aos interesses do capital financeiro, decididamente, a partir do apoio espúrio a Primeira grande Guerra imperialista, em 1914.

A dominância da fração financeira contribuiu decididamente para a transformação do Estado, que assume a sua feição agressiva e militarista. A expansão da Alemanha é uma expressão cristalina desse processo, com sua corrida colonial que exasperou a concorrência monopolistas com as gigantes europeias (Inglaterra, França e Bélgica). Os conflitos sócio-

econômicos que determinaram as duas grandes Guerras Mundiais alteraram substantivamente a geopolítica mundial, numa velocidade temporal inimaginável, que abarcou as três primeiras décadas do início do século XX.

Castelo (2013) argumenta que a Primeira Grande Guerra foi o ápice do desmoronamento de todas as principais instituições da sociedade capitalista do século XIX. Por essa razão é que o entre guerras (Primeira e Segunda Guerras Mundiais) é considerado um período de profunda crise orgânica³³ do capital, em termos gramscianos, dada a amplitude do seu abalo às estruturas e superestruturas do bloco histórico do capital.

O sistema seria obrigado a reinventar as suas instituições políticas e econômicas, nacionais e internacionais. Esta tentativa, contudo, não se deu automaticamente, pois os principais sujeitos históricos demoraram cerca de uma década para perceber que o mundo, tal qual eles conheceram antes da guerra, não mais existia, e a simples reconstrução do mercado autorregulável, do sistema de equilíbrio de poder, do Estado liberal e do padrão monetário mundial baseado no ouro e na libra esterlina nada mais era do que uma relíquia do passado (CASTELO, 2013, p. 101).

Muitas foram as razões para que isso tenha ocorrido, tanto do ponto de vista econômico quanto político e social. A “paz” experimentada pelo capitalismo se esvaiu, nos últimos trinta anos do século XIX. O liberalismo como ideologia burguesa dominante entrou em franco desmoronamento, que no plano político se revelou incapaz de respaldar direitos civis elementares frente à ascensão de governos autocráticos, em diversas realidades nacionais. Para fazer o capitalismo funcionar tais governos tiveram, no período de crise, que tomar medidas completamente distintas das orientações liberais *stricto sensu*. Do ponto de vista econômico “a estagnação dos fluxos econômicos e financeiros internacionais obrigou-os a romper com o livre-cambismo e a adotar medidas protecionistas de seus mercados internos,

³³ Gramsci trata desse constructo categorial em diversas passagens dos seus Cadernos do Cárcere e também das Cartas do Cárcere. A problematização de tal categoria comparece nas análises que tece acerca dos processos de expansão e de crise do capitalismo na transição entre os séculos XIX e XX. A crise orgânica é constituída por uma fratura entre estrutura e superestrutura, determinada pelo surgimento de contradições que nascem no momento em que a superestrutura se desenvolve em não conformidade com a estrutura. Esta constatação se associa perfeitamente ao que sinalizou Marx sobre uma das tendências de crise capitalista: o fato de o estágio ou as condições de desenvolvimento das forças produtivas entrar em contradição com as relações de produção. Gramsci (2000a) toma como exemplificação histórica, no caderno 13, o período pós primeira-guerra como ilustração precisamente cristalina da crise orgânica, e particulariza o Estado italiano como uma forma material de estilhaçamento do aparelho hegemônico (cujas manifestações mais secundárias e triviais são a crise do princípio de autoridade e a dissolução do sistema parlamentar). La Porta (2017) assinala que a crise orgânica se apresenta com as características próprias de uma crise de hegemonia: ‘Em cada país o processo é diferente, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente’ (GRAMSCI, citado por LA PORTA, 2017, p. 163). O autor segue defendendo que a crise de hegemonia se manifesta no momento em que a sociedade civil priva o Estado do apoio constituído pela direção, pela organização do consenso de massa e pela formação ideológica de funcionários e quadros dirigentes, abrindo-se assim, caminhos para a crise orgânica.

estimulando a produção das indústrias nacionais em detrimento da importação de produtos estrangeiros” (CASTELO, 2013, p.100).

Ao se projetar para o mercado mundial, a concorrência interimperialista impôs a necessidade de, não apenas, proteger os seus mercados internos, como garantir as condições favoráveis à exportação do capital excedente, em busca de novos mercados e de força de trabalho barata e outras condições de (re)produção de capital (matérias-primas e recursos naturais). É importante destacar que tal processo supôs a reconfiguração das relações de assimilação das superestruturas estatais pelos blocos de capitais privados, que atuavam na defesa das condições sócio-econômicas, políticas e jurídicas, em favor da rapinagem praticada pelos seus conglomerados monopolistas.

Trata-se de um período particular no qual o capitalismo ao intensificar os seus circuitos de expansão não pôde fazê-lo, como lhe é inerente, sem produção de crises, a principal característica da sua permanente instabilidade. Na compreensão de Gramsci (2000a), a instabilidade social do capitalismo ocorre com maior ou menor intensidade, a partir da forma como se deflagram as crises capitalistas (de autoridade, de hegemonia e orgânica). Todas elas têm, primordialmente, na condição econômico-social das classes a base precípua da sua determinação histórica, embora seu caráter emergencial ganhe, em geral, feições de uma crise de autoridade. O que não corresponde a uma falsificação da realidade, mas antes a uma expressão concreta da crise de hegemonia, constitutiva da crise orgânica de um bloco histórico específico.

A crise orgânica é o reflexo categorial no qual Gramsci apreende o drama histórico que transcorre nos processos de ruptura e de transição entre diversos modos de produção. Fundamentalmente, essa transição contém elementos de permanência e de inovação, como síntese dialética de inflexões complexas que abalam as estruturas e as superestruturas de uma dada sociedade, numa determinada época. É, nesse sentido, que Gramsci reflete a crise orgânica como uma crise de grandes proporções sociais, econômicas, políticas e culturais.

A esse respeito Castelo (2013) sugere, que, em larga medida Gramsci encaminhou sua abordagem sobre crises orgânicas em termos histórico-concretos, a partir de dois grandes momentos do modo de produção capitalista: o processo de unificação do Estado italiano (o *Risorgimento*) e a crise dos anos 1910-1930 (a Grande Guerra, a Revolução Russa, o fascismo e o americanismo-fordismo). Um traço preciso da reflexão de Gramsci na sistematização da crise orgânica comparece, especialmente, na pesquisa que desenvolve acerca do americanismo-fordismo, como forma de uma revolução passiva, caracterizada como uma fase

intermediária (de transição) da crise capitalista do início do século XX. Frosini (2017) ressalta que

[...] a relação entre Europa e América é lida à luz da exigência, surgida como reação à crise de 1929 e à conexas queda tendencial da taxa de lucro, de passar da economia individual à economia programática. A crise de 1929 surge, de fato, da “determinação” nacional do “mercado”, de sua *nacionalização forçada*, imposta politicamente pelas diversas burguesias nacionais como garantia da manutenção de determinadas relações de forças nacionais internacionais [...], ao passo que o mercado capitalista é estruturalmente um mercado mundial (FROSINI, 2017, p.160).

A tempestividade desse período se assenta na crise do padrão monetário internacional liderado pela Inglaterra. Castelo (2013) oferece uma leitura a esse propósito, a partir de Karl Polany (1976), na qual identifica o signo do conservadorismo e da restauração como emblemas do início da década de 1920. Diante das revoluções socialistas, os grupos sociais conservadores reagiram com uma tentativa desesperada pelo retorno ao século XIX. “Todos ainda estavam presos aos fantasmas do passado, às instituições clássicas do capitalismo ocidental: livre mercado, o Estado guarda-noturno, o padrão ouro-libra e o Concerto da Europa” (p.101). Diante da crise as mudanças na economia se impuseram com força total, e não se restringiram à mediação da política econômica estatal.

Diante da recessão mundial e do desemprego estrutural, a crença no livre mercado começa a se derruir. O Estado monopolista passa a intervir mais escancaradamente na economia, com a finalidade de manter a ordem social e conter as pressões sociais decorrentes da crise, não apenas por via da repressão, mas, especialmente, através da criação de políticas sociais (sistemas de proteção social) e de estímulo ao pleno emprego. Essa é a configuração estatal do capitalismo monopolista, em sua fase ascendente, que se convencionou chamar de Welfare State (Estado de Bem-Estar). É nessa mesma conjuntura sócio-econômica que surgem novos processos de trabalho na indústria automobilística (o fordismo)³⁴ nos Estados Unidos. Tais inflexões foram responsáveis pela revolução passiva que conduziu o capitalismo aos “30 anos gloriosos”, a restauração do capitalismo entre o Pós-segunda Guerra até sua crise estrutural, iniciada na década de 1970.

³⁴ O fordismo, como amplamente conhecido na literatura sociológica do trabalho mundial, foi um modelo revolucionário de inovação técnico-tecnológica de produção fabril em série, desenvolvido e implementado, inicialmente, no interior da indústria automobilística americana (Ford Motor Company), pelo engenheiro mecânico, Henry Ford, no início do século XX, nos Estados Unidos da América. O fordismo corresponde à generalização mundial do modelo de produção e de organização fabril da Ford (linhas móveis de montagem, com uso de esteiras mecânicas) para outros ramos industriais. Este modelo é responsável pela intensificação e aceleração do ritmo da jornada de trabalho, a partir de uma parcialização do processo produtivo integral.

Da fábrica ao escritório, do comércio aos serviços públicos, o fordismo se espalhou produzindo uma espécie de amoldamento social generalizado. A análise crítica que Mészáros (2002) tece sobre essa imantação social do fordismo é pautada, a partir da categoria da alienação em Marx. O autor compreende o fordismo como um processo generalizado de elevação do patamar de alienações criadas pelo capitalismo. O frenesi da produção fordista escancara as contradições grotescas do capitalismo, determinando, pela sua intensiva dinâmica de produção destrutiva, um esgotamento estrutural do sistema sociometabólico do capital, isto é, uma decadência totalizante da humanidade e da natureza.

Na esteira da problematização sobre o fordismo, comparece, também, sua crítica ao Estado de Bem-Estar. Que resulta de um ajuste realizado pelos Estados capitalistas avançados, a partir de um “duplo padrão” que estabelece nos países “metropolitanos” ou “centrais” “um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora” (assegurado pela política democrática) e, na “periferia subdesenvolvida”, um governo maximizador de exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso), abertamente autoritário (MÉSZÁROS, 2002, p.111). O estabelecimento desse duplo padrão é que possibilita, na análise do autor, o capitalismo ocidental aumentar a renda da classe trabalhadora, nos países centrais³⁵.

O que ocorre é que do ponto de vista da organização da produção o fordismo promoveu uma divisão social do trabalho e uma decomposição dos atos na produção que eram, naquele momento histórico, a expressão de um nível de alienação inédito na história dos processos de trabalho³⁶. Um capitalismo que “necessitava um consumo ascendente de mercadorias cada vez mais baratas e novidadeiras” implicou no desgaste físico resultante de jornadas de trabalho intensas e prolongadas, com rotina maçante, monótona infinitamente repetitiva (LESSA, 2013, p. 94-95).

As conquistas trabalhistas do período fordista são compreendidas por Mészáros (2007) como uma condição estrutural da expansão capitalista do período. Do ponto de vista das

³⁵ Para Mészáros (2007) “as taxas de superlucros obtidas pelos países capitalistas ocidentais dominantes só foram possíveis mediante a sustentação da forma mais impiedosa de exploração capitalista, a degradação material e humana dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos” (p. 421). A título de ilustração o autor apresenta uma pesquisa sobre a taxa diferencial de exploração, a partir de salários pagos pela Ford aos trabalhadores norte-americanos e aos trabalhadores filipinos, no ano de 1971: “[...] enquanto o valor da hora de trabalho especializado nos Estados Unidos era de quase US\$ 7,50, o valor da hora de trabalho similar nas Filipinas era de apenas US\$ 0,30” (p. 425). É possível associar esse debate às reflexões produzidas pela Teoria Marxista da Dependência (TMD) a partir da categoria de superexploração da força de trabalho.

³⁶ Lessa (2013) ao descrever aspectos da vida coletiva da classe proletária nos principais centros industriais do mundo, remete-se às enormes plantas industriais, com milhares de trabalhadores produzindo 24 horas, sete dias por semana, cercadas por bairros inteiros com milhares de casas ou apartamentos também produzidos em série (por vezes, muitas dezenas de milhares, como em Detroit, Chicago, e Los Angeles; Paris, Londres, Manchester, Milão) À monotonia do trabalho na fábrica somava-se a monotonia da paisagem urbana (p. 95).

classes teria havido uma cooperação ativa sobre os ganhos imperialistas, ajustados e comandos pelas classes dominantes do capitalismo central. Os trabalhadores do capitalismo central conseguiram, explica Mészáros (2002), por intervenção das suas organizações de defesa, como os sindicatos e grupos parlamentares, extrair do capital concessões aparentemente significativas. Essas concessões se traduzem, em grande medida, na ação da classe trabalhadora por conquistas no âmbito da legalidade (jurídico-formal), assim como na obtenção de ganhos graduais em seu padrão de vida.

Lessa (2012) compreende que a aliança da aristocracia operária com o capital conduziu a um fenômeno típico do pós-guerra: o aumento do peso das grandes estruturas sindicais na vida social. Segundo ele, o aumento do peso da aristocracia operária, a burocratização dos sindicatos e a integração destes ao Estado são tendências que se potencializam mutuamente. Da mesma forma Bihl (1998) ressalta que na Europa, os sindicatos passaram por transformações importantes e se adaptaram à nova qualidade de sua relação com os poderes estabelecidos, aumentaram seu peso político ao preço da domesticação do seu horizonte estratégico, fizeram diminuir a influência dos organismos de base nas decisões da cúpula dirigente e converteram os dirigentes em “membros remunerados inamovíveis dos sindicatos”, formando uma casta com “interesses próprios distintos dos de sua base” (BIHR, 1998, p. 48).

As contradições desse desenvolvimento industrial conduziram a grandes embates entre trabalhadores e capitalistas, embates nos quais a disposição ao compromisso da aristocracia operária vai separando-a do restante dos trabalhadores. Em termos de ilustração dessa tendência política, Lessa (2012) cita o exemplo francês, no qual destaque que o ponto culminante foi o Governo da Frente Popular e a onda grevista que seguiu à sua posse, em 1936. A direção reformista tanto do Partido Comunista Francês (PCF) apoiada pela aristocracia operária, conduziu a greve a uma histórica derrota e ao fortalecimento dos organismos de controle do Estado e do patronato sobre os trabalhadores. A aristocracia operária recebeu como recompensa uma maior presença nos órgãos do Estado e nos mecanismos institucionais de negociação trabalhista. O resultado foi que, terminada a Segunda Grande Guerra, o governo De Gaulle pôde entregar a administração dos fundos da previdência social para as grandes entidades sindicais, que se transformam em administradoras da força de trabalho para o capital. Essa postura dos sindicalistas relata o autor:

(...) facilitou em muito a relação dos líderes sindicais com os empregadores e o governo e forneceu uma base sólida para um processo de colaboração entre

eles que tornou tais líderes sócio menores do empreendimento (*enterprise*) capitalista. Esse processo assumiu um caráter muito mais oficial do que no passado: os sindicatos são agora regularmente “consultados” pelos seus governos, e seus representantes são também encontrados em vários organismos do sistema estatal. Os líderes sindicais acreditaram facilmente em que, porque foram reconhecidos como elementos necessários na operação do capitalismo, também atingiram paridade com os negócios na determinação das políticas. De fato, suas incorporações na vida oficial de seus países serviram principalmente para fazê-los assumir responsabilidades que enfraqueceram ainda mais suas posições de negociação e que ajudaram a diminuir sua efetividade (MILIBAND, 1969: 160-1; tb. ROBINSON, 1962, *apud* LESSA, 2012, p. 24).

No capitalismo pós-segunda guerra, a realização da valorização do valor supunha processos de produção de altíssima escala, que resultou num acúmulo exponencial de capitais, impactando, profundamente o estágio de desenvolvimento das forças produtivas no mundo. Isso significou a expansão e intensificação da tecnologia, da automação e da tecnificação do trabalho, dentre outros mecanismos que compuseram o processo de “revolução produtiva” no final do ciclo de ouro da expansão capitalista, entre os anos 1960 e 1970. A base da acumulação do período fordista, no âmago dos países imperialistas, teve como fundamento uma economia baseada politicamente numa colaboração de classes, circunscrita no conjunto dos países centrais, cujo escopo foi um crescimento capitalista sem grandes ameaças externas ao próprio capitalismo³⁷. Isto é, o tipo de acumulação baseado na produção industrial de grande escala, de tipo taylorista/fordista, supunha a criação de uma economia de consumo de massas. Daí a importância, inclusive, da intervenção econômica do Estado, a partir da criação de uma regulação social de tipo keynesiana para garantir as condições necessárias à acumulação capitalista, aferindo-lhe um caráter conciliatório nos principais centros imperiais do capitalismo mundial³⁸.

O braço do Estado foi e, permanece sendo, o principal esteio no qual se apoia a superestrutura (formal) indispensável à acumulação capitalista. Funciona como uma engrenagem, por assim dizer, que permite o desenvolvimento pleno das relações sociais de exploração. Isso, evidentemente, exige da estrutura estatal o desenvolvimento das capacidades de galvanizar todas as condições sociais necessárias à regulação e legitimação das relações e da divisão social do trabalho entre as classes sociais, como mediação precípua e garantidora

³⁷ Cabe a ênfase de que se trata do período histórico que deu início à chamada Guerra Fria, entre as potências imperialistas e o bloco socialista liderado pela antiga União Soviética.

³⁸ Paralelo às conciliações e as democracias do *Welfare State* que predominaram no chamado período glorioso, o capitalismo combinado e desigual fez o seu habitual complemento necessário, o uso da repressão e da tortura também como estratégia de Estado. Basta lembrarmos o que ocorreu em países da América latina nesse período, ou o que foi a via prussiana brasileira, como nos faz lembrar os intérpretes da modernização conservadora da economia brasileira, a exemplo de Fernandes (2008) e Oliveira (2017).

do direito à liberdade (liberal) burguesa, à propriedade privada (sendo o capital monetário a mais proeminente expressão) e à extração de valor e do mais-valor.

Poulantzas (1976) questiona a adesão da “aristocracia operária” (seus membros) à social democracia, quando diz que as preferências políticas e sindicais da “aristocracia operária” correspondem, grosso modo, à dos “operários pobres”. Na verdade, ele observa que a adesão destas diferentes camadas operárias parece se dividida, no período entre as duas guerras mundiais, “em parte sensivelmente iguais entre o partido e os sindicatos comunistas e o partido e os sindicatos socialistas”. Para ele é aceitável considerar que, após a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento da “aristocracia operária”, nos países centrais, esteja ligado à relação salarial de tipo fordista e ao Estado providência, especialmente, em razão das melhorias na relação salarial. A partir de 1950, a relação salarial tipo taylorista/fordista contribui para o pleno emprego estável e o crescimento dos salários, através de uma distribuição mais equilibrada dos ganhos de produtividade entre o capital e o trabalho. Para o autor o Estado de Bem-Estar (providência) teria firmado e celebrado o compromisso tenso e instável entre o Estado, o capital e o trabalho que implementou uma dupla renúncia: enquanto os capitalistas abdicaram de uma parte dos seus lucros em favor de uma partilha do rendimento menos desfavorável no trabalho, os trabalhadores (as suas organizações) optaram, em alguns casos tacitamente, pela via reformista.

Lessa (2013) nos oferece um contraponto decisivo à análise de Poulantzas, ao lembrar que se o Estado de Bem-estar foi uma vitória dos trabalhadores, esta vitória não chegou às condições de trabalho não apenas dos operários, mas da grande maioria dos trabalhadores. Além disso, a compreensão de que teria havido uma possível distribuição mais equilibrada dos ganhos de produtividade, não tem a menor força de sustentação, uma vez que a degradação nas condições de trabalho e a ampliação da mais-valia extorquida ao longo dos “30 anos dourados”, como nos lembra Lessa (2013), são tendências universais da era fordista. Dentre as diversas pesquisas citadas pelo autor na sua problematização sobre as condições de vida e de trabalho da classe proletária no período foridista, destacamos a seguinte passagem de Kuczynsky (1969):

Não apenas em razão do número crescente de acidentes, mas, sobretudo, devido ao desgaste mais rápido dos corpos humanos, pela primeira vez depois de centenas de anos, a duração da vida do trabalhador “em tempos de paz normal” está regredindo. Já em 1963, o órgão do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos reportou que “se cai doente mais facilmente”, que aumentam os casos de invalidez prematura, que a duração da vida se encurta (...) Tanto são os sinais de brutal degradação à qual são expostos hoje os trabalhadores (idem, p. 221-2, citado em LESSA, 2013, p. 97).

A interpretação de Poulantzas (1976), sobre os ganhos de produtividade e distribuição equilibrada entre capital e trabalho, corresponde a uma espécie de leitura enviesada do fenômeno fordista, pois não abarca as contradições que compõe sua totalidade. Isto é, corresponde a uma concepção ideológica reformista, que ao positivar as possibilidades do capitalismo engendrar condições de melhoria da vida dos trabalhadores, desconsidera o caráter social do capital. Essa leitura sintetiza uma forma de falseamento socialmente necessário ao *statua quo*. É como se o conflito capital x trabalho tivesse sido temporalmente suspenso, ou se tornado uma legalidade anacrônica. Para além do que os olhos podem ver, supõe-se a buscar pelos fundamentos teóricos desse fenômeno, entender a sua dinâmica (aparência e essência) por dentro da sua estrutura lógica, evitando falseamentos grotescos.

Partindo do pressuposto de que a massa salarial compõe o “capital total” (MARX, 2014), e que a produção exponencial do capital se eleva em escala planetária é possível compreender que, pelas necessidades próprias à reprodução ampliada do capital, aquela massa salarial tendeu a um crescimento exponencial e relativo aos investimentos do capital total, mas não de forma absoluta e paralela à proporção de aumento do capital. Muito pelo contrário, essa parte do capital, tende ao decréscimo enquanto compósito do capital total, pela razão que repousa na dinâmica da composição orgânica do capital. É por essa razão, que, o crescimento real dos salários só pode ocorrer como um fato econômico superficial e contingencial. Os trabalhadores ganham num determinado contexto, melhorias salariais, mas logo em seguida são saqueados. Na melhor das hipóteses é isso que ocorre, porque, na realidade, na relação com o capital os trabalhadores, ainda quando ganham, perdendo.

É vasta a literatura sociológica que demonstra, a partir de estudos estatísticos sobre a empregabilidade da força de trabalho e seus correspondentes níveis salariais (na indústria), como há um descompasso profundo entre o aumento da produtividade do trabalho e o aumento de ganhos salariais. Glyn e Sutcliffe (1972) indicam que o levante de greves, na França, nos anos 1960, teve na desvalorização salarial uma das suas principais razões, que se faz sentir com mais força naquele contexto, embora as perdas salariais sejam registradas na queda gradual do salário-hora na França entre 1938 a 1953. Os autores observam que no ano de 1957 houve uma queda mais sensível dos salários na renda nacional

Em meados de 1957 o governo abandonou sua política de estabilizar o custo de vida com subsídio, e a vantagem competitiva da desvalorização de 20% foi varrida quando os preços e salários subiram 18% no ano. Uma nova desvalorização de 17,5% em 1958 permitiu as firmas francesas manterem os preços (em franco) e, portanto, sua margem de lucro (...). O *boom* de exportações que se seguiu foi feito, portanto, às expensas da classe trabalhadora: o poder de compra dos ganhos médios por hora caíram 1,2%

entre 1957 e 1959, enquanto a produtividade por hora subiu 5,5% - a parcela do trabalho caindo mais do que 1,5%. Não surpreendentemente, os investimentos cresceram cerca de 50% entre 1957 e 1961 – praticamente dobrando a taxa de aumento dos anos anteriores (GLYN e SUTCLIFFE, 1972:81-2, *apud* LESSA 2013, p. 131).

Vale rastrear os fundamentos e a lógica interna desse processo de acumulação capitalista, na perspectiva de identificar as suas determinações mais ocultas. A predominância da mais-valia absoluta até o início do século XX é o determinante, então, da acumulação de capital e da valorização do valor, e as crises desta é que impõem a constituição de novas formas de exploração do trabalho (KURZ, 2019). Isso porque o impulso impessoal da concorrência a mover o desenvolvimento das forças produtivas desdobra aquela contradição basilar da totalidade (fragmentada) social entre trabalho abstrato e concreto / valor e valor de uso da mercadoria na contradição entre o montante de capital a se valorizar (corporificado no dinheiro e na maquinaria, trabalho morto) e trabalho vivo a ser explorado (mercadoria capaz de valorizar o valor), tornando cada vez mais difícil de a valorização do valor ocorrer, o que Marx denominou aumento da composição orgânica dos capitais e sua conseqüente queda tendencial da taxa de lucro (PITTA, 2020).

A possibilidade da mais-valia relativa como central para a acumulação de capital a partir da década de 30 do século XX, com expansão da linha de montagem fordista, teria, conforme Kurz (2019), funcionado como uma contratendência à queda tendencial da taxa de lucro, a partir da crise de 1929, ao incorporar trabalhadores ao processo produtivo com a exportação de capitais e a possibilidade de, ao reduzir o valor por unidade de mercadoria, permitir que a classe trabalhadora pudesse acessar tais mercadorias por meio do consumo de massas, principalmente nos países então centrais do capitalismo.

Porém, afirma Pitta (2020), a produção da mais-valia relativa conduz a uma contradição lógica. Ela aumenta a parcela de mais-valia por cada força de trabalho, mas ao mesmo tempo, por causa dos efeitos da racionalização produzidos pelo mesmo desenvolvimento, emprega cada vez menos força de trabalho para cada soma de capital (o que faz aumentar os custos preliminares para cada emprego, ou seja, a intensidade de capital ou a parcela de capital fixo na “composição orgânica”). Este segundo efeito de tendência contrária, prossegue o autor, compensa o primeiro efeito a longo prazo. Isto significa que o aumento da taxa conjunta de mais-valia relativa para cada força de trabalho é obtido ao preço de uma queda concomitante da taxa de lucro para cada soma de capital investido. Tal efeito, completa Kurz (2019), só pode ser compensado se crescer a massa absoluta de força de trabalho produtiva utilizada e, portanto, se juntamente com a massa absoluta de mais-valia crescer a

massa absoluta de lucro. Mas, isto só é possível com uma extensão permanente do modo de produção, algo efetivamente conseguido, em certa medida, no modo de expansão fordista.

O desenvolvimento da articulação entre mais-valias absoluta e relativa, com a conseqüente gênese e desenvolvimento da aristocracia operária, é o fundamento do que Marx, em *O Capital*, denomina de “subsunção real do trabalho ao capital” (Marx, 1985:106, *apud* LESSA, 2012). Parte da classe operária converte-se em aliada da burguesia na exploração do restante dos trabalhadores (e, a história tem sua ironia, também na exploração de si própria). Isso não significa que a aristocracia operária não seja explorada pelo capital com o qual se aliou, nem significa a gênese de uma nova classe social (Mandel, 1964). ‘Significa, apenas, que algumas das vantagens da aristocracia operária, se comparado ao restante da classe, podem ser ampliadas, dentro de limites, pela maior exploração do restante dos trabalhadores’ (LESSA, 2012, p. 24-25).

Essa é inclusive a tese defendida por O’Connor (1973). O autor concebe as economias, norte-americana e europeia, compostas por quatro grandes setores: as estruturas sindicais (“o trabalho organizado”), o capital monopolista, o “setor estatal” e o “setor competitivo” (a parcela da economia não monopolizada). Para O’Connor o que houve foi um “acordo forçado” “pelo capital sobre o trabalho organizado nas indústrias monopolistas.” Mediante o qual o “capitalismo monopolista e o trabalho organizado exportaram seus conflitos para o setor estatal e o setor competitivo” (O’CONNOR, 1973, p. 43-44, *apud* LESSA, 2013).

Não seria, portanto, na análise de O’Connor (1973), a mais-valia absoluta produzida na periferia do sistema a base material da ampliação da aristocracia operária, mas a exploração dos trabalhadores nos setores não monopolistas e estatal da economia europeia e estadunidense.

Do ponto de vista do capitalismo monopolista, quanto maior a socialização dos custos dos investimentos sociais, maiores os lucros. Do ponto de vista do trabalho organizado, quando maior a socialização destes gastos, maior o aumento da produtividade e dos salários (p. 41, *apud* LESSA, 2013, p. 196).

É dessa confluência de interesses entre a “indústria monopolizada” e o “trabalho organizado” teria feito com que ambas as forças sociais tivessem apoiado conjuntamente a “socialização dos custos” com a saúde, a educação, e as aposentadorias. “Em contraposição à massa de trabalhadores mais mal paga, negros, imigrantes etc., com maior dificuldade para sua organização sindical” (LESSA, 2013, p.196). Juntos, o sindicalismo da “aristocracia operária” e o capital monopolista teriam defendido tanto o orçamento militar e desenvolvimento de novos programas militares, quanto reivindicado o sistema de Bem-Estar. Essa colaboração de classes agravou decisivamente os antagonismos entre:

Os “*mainstream workers*” nos setores monopolistas e estatal e os trabalhadores dos setores concorrenciais periféricos. Os trabalhadores dos setores estatal e monopolista clamam por prioridades nos orçamentos que lhes favoreçam e redução na carga de impostos. Os trabalhadores nos setores concorrenciais crescentemente exigem uma mudança orçamentária a seu favor. O único modo de a classe trabalhadora conseguir o que ela quer é estabelecer uma aliança contra o capital monopolista. Mas isto é impraticável precisamente devido à colaboração entre o *big business* e o trabalho organizado: os trabalhadores dos setores monopolistas têm garantida sua parcela no aumento da produtividade, o grande negócio tem garantido mais do que um *modicum* de paz com os seus trabalhadores (O’CONNOR, 1973:43-4, *apud* LESSA, 2013, p. 197).

A síntese dessa apreensão de O’Connor é o aumento da bifurcação da classe trabalhadora, pois a relação de produção nos setores monopolistas e estatal incide na absoluta desvantagem dos trabalhadores dos setores competitivos. A esse propósito Lessa (2013) faz uma ilustração (dessa bifurcação) dentro de um mesmo setor produtivo, a exemplo do setor automobilístico. Argumenta que, a estrutura de produção de carros impõe tal divisão social de trabalho desencadeando dois processos correlatos, quais sejam: uma massa de trabalhadores mais bem remunerada que se distingue, já nas próprias montadoras, daqueles que realizam operações menos ou não especializadas e com salários muito mais abaixo. Ele cita o caso japonês, onde “a distância entre tais setores cristalizou-se na divisão dos trabalhadores que têm emprego vitalício e o resto, a escória” (p. 93-94). O segundo processo de tal divisão decorre do fato dos grandes fabricantes de carros não passarem de montadoras das autopeças que vêm, literalmente, de milhares de pequenas e médias indústrias³⁹. É nestas últimas onde se encontra a força de trabalho que gerará a mais-valia absoluta para sustentar os melhores salários dos trabalhadores especializados das montadoras. O parque industrial brasileiro também desenvolveu aspectos dessa bifurcação na periferia.

É mais fácil, agora, compreender por que o diretor de uma das indústrias automobilísticas inglesas tinha o mesmo objetivo dos governos trabalhistas da época: um carro para cada trabalhador da sua fábrica. Com base no enorme montante de mais-valia transferido do setor de auto-peças para as montadoras, era uma possibilidade real fazer com que seus trabalhadores gastassem parte de seus salários comprando os carros que eles próprios montavam. O capital retornaria ainda mais rapidamente para a fábrica, o trabalhador seria elevado a um “burguês” e o político podia dizer que estava a ascensão social dos trabalhadores. Mas, para isso, era preciso desconsiderar que esta “riqueza” nunca chegaria aos demais trabalhadores (*idem*, p. 94).

³⁹ Ver o primeiro item deste capítulo, precisamente o resgate das análises sobre a expansão monopólica das empresas alemãs e americanas, feitas por Lênin (2012).

O que vale notar é que o aumento da extração da mais-valia requer e possibilita tendencialmente, “o desenvolvimento de um setor da classe operária que se diferencie do restante pela sua maior qualificação, maior estabilidade e maior renda”. Como vimos Lênin, depois de Engels, chamou de “aristocracia operária”, parcela da classe operária que “tende a se comportar como parceira da burguesia, porquanto a expansão econômica requer a ampliação da sua participação no mercado consumidor”. É importante atentar que o desenvolvimento da “aristocracia operária” supõe o desenvolvimento, seja no centro ou na periferia do sistema imperialista e resguardadas as suas distintas particularidades, do outro setor operário, “desqualificado e bem menos organizado, e que é a fonte da mais-valia absoluta, imprescindível ao funcionamento de todo o sistema do capital” (LESSA, 2013, p. 103).

As principais teses que problematizam o fenômeno “da aristocracia operária” se dividem na análise sobre a derivação do valor que permite a relativa elevação da remuneração dessa fração da classe operária. As análises alinhadas à compreensão de O’Connor (1973) identificam a base da riqueza produzida derivada dos processos de exploração dos trabalhadores das indústrias e setores não monopolizados e do Estado. Outras análises, a exemplo do que interpretou Lênin no início do século passado, e já na segunda metade do século, Amin (1977), Chomsky (1997), Emmanuel (1972) e (1974), Lentin (1975), o fundamento da riqueza que financiou a “aristocracia operária” se situa no imperialismo (LESSA, 2013).

Os empreendimentos analíticos de Amim, Emmanuel, Chomsky e Lentin acerca do desenvolvimento da “aristocracia operária” apresentam uma especial atenção para a ação política da classe operária a partir das suas estruturas sindicais e partidárias (parlamentares). No seu conjunto, tais análises mostram como a colaboração da aristocracia operária com suas burguesias, no conjunto dos países industrializados, especialmente os centrais, consubstanciou-se, no contexto da Guerra Fria, numa programática “pacífica” de expansão capitalista com direitos sociais e trabalhistas às parcelas privilegiadas da classe proletária e trabalhadora do capitalismo central, em detrimento de suas frações, na periferia do sistema, massivamente agonizadas pelos efeitos do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo imperialista. Mas, não apenas na periferia. As políticas de pleno emprego não foram capazes ou suficientes para cobrir a massa sobrando de trabalhadores, produzidas e cada vez mais disponíveis à exploração do capital, como resultado da própria expansão predatória e expropriadora.

É nesse sentido, que Lessa (2013) defende a tese de que os trinta anos dourados do capitalismo representam uma derrota histórica dos trabalhadores. É possível verificar tal derrota quando se faz o balanço do que foi a colaboração de classes fordista, que produziu o falseamento reformista do Estado de Bem-Estar e pulverizou, em todas as partes, a flâmula revolucionária no interior das classes operária e trabalhadora. Essa assertiva se impõe, na medida em que a expansão fordista deixou de ser a solução provisória para o processo alucinado de valorização do capital, o que já era muito ruim se tornou ainda pior após os anos de 1970, com a dita reestruturação produtiva. Ocorre que o capitalismo depara-se, novamente, com o problema estrutural da queda tendencial da taxa de lucro de tal maneira que não consegue transpô-lo ampliando substantivamente o processo de valorização, como fez no passado recente, que pôde ser compensada por meio da extensão do modelo fordista (com extensão da massa absoluta de mais-valia explorada pelo capital como totalidade).

A crise fordista se confunde, por todas as razões elencadas, com a decadência da aristocracia operária como produto social da luta de classes, consolidado pelo capitalismo monopolista, ao longo do século XX. A crise estrutural do capital que se irrompe, nos anos 1970, pôs em xeque o conjunto superestrutural dos contratos, dos tratados produzidos pela colaboração de classes na expansão fordista. Isso significou a crise da sociedade salarial, dos sistemas de proteção social e das conquistas democráticas, desnudando por completo os limites da mediação estatal, em favor dos trabalhadores, frente aos desígnios da acumulação capitalista atual.

A crise fordista decretou também falência às formas tradicionais da política, relegando os conflitos ao rebaixamento imediatista, fragmentário, corporativista *stricto sensu*, na melhor das hipóteses. As classes trabalhadoras já não conseguem comparecer na cena política de forma orgânica, para explicitar ordenadamente os interesses, como projeto coletivo galvanizador das aspirações das massas. A captura ideológica das estruturas partidárias de esquerda é um produto da colaboração de classes no âmbito parlamentar, a maioria delas se encontra dividida entre o esforço de atualização das aspirações reformistas, muitas vezes adornadas pela retórica de um capitalismo justo e inclusivo (social-liberalismo) e, o escárnio da debandagem explícita para o lado de seus “opositores” (neoliberalismo ortodoxo).

Bem mais que nos partidos, essa crise política pode ser identificada no interior do movimento sindical. É irrefutável a forma como a crise fordista deteriorou o poder de barganha do sindicalismo fabril, um dos agentes políticos de considerável interlocução, na construção da programática de desenvolvimento econômico fordista. Embora não tenham

perdido por completo sua influência, as estruturas sindicais trabalhistas do capitalismo contemporâneo são nada mais, do que, um arremedo do que foi o sindicalismo fordista.

CAPÍTULO 2 - FINANCEIRIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: A COMPOSIÇÃO DE UMA NOVA EXPANSÃO DO CAPITAL IMPERIALISMO

Na alvorada deste século (XXI) o acirramento das contradições orgânicas do sistema do capital fez deflagrar problemáticas vitais e de ordem gigantesca, ainda que particularizadas em realidades continentais, nacionais e regionais diversas, suas formas de manifestação se articulam numa totalidade que aponta para a destruição e o esgotamento de recursos naturais não renováveis, bem como para dramáticas degradações e abissais desigualdades sociais entre povos e nações. São as bárbaras expressões, em curso, de uma longa e estrutural crise do sistema capitalista.

A crise que atravessamos, atualmente, tem determinações históricas nos processos de restauração do capitalismo, desde pelo menos os anos 1970, mas, com notórios gravames financeiros em 2008, possui uma incontornável expressão monetária de ordem fictícia/especulativa, ligada aos monopólios centrais do sistema capitalista mundial. Do ponto de vista sócio-econômico, as análises mais acuradas apontam que, esta é a maior depressão mundial desde a década de 1930. Tal processo vem impondo às classes trabalhadoras, de todo o mundo, acirradas condições de vida e de trabalho, sem precedentes históricos.

Estamos numa situação em que o capitalismo, como resultado de suas próprias operações de mercado, está experimentando o seu pior colapso e sua maior taxa de falências em 70 anos (PETRAS, 2009). Com semelhanças nas causalidades das crises de um passado recente, esta crise possui particularidades que devem ser levadas em consideração, sobretudo, por se processar no curso de uma reestruturação sistêmica do capitalismo, com requintes de degradação das forças de trabalho e pulverização dos sistemas de proteção social⁴⁰, em escala mundial.

A dinâmica da (re)produção capitalista contemporânea incorpora formas sociais, econômicas, políticas e culturais profundamente diversificadas e nacionalmente desiguais, mas, que, unificadas pela lógica da valorização do valor, integram-se num processo histórico global quase que inexoravelmente absorvente. Assim, a galvanização social da totalidade dos

⁴⁰ Na tempestuosa conjuntura da atual crise sócio-econômica estamos assistindo a uma espécie de restauração neoliberal com forte retorno às chamadas políticas e medidas de austeridade, em diversos países da zona do euro, a exemplo da Grécia, Itália, Espanha, Portugal (União europeia), e de forma ainda mais dramática em países latino-americanos, como Brasil, Argentina, Chile, dentre outros. Do centro à periferia capitalista, o que se tem visto é a retenção do gasto público como a condição fiscal necessária à travessia desse período de crise e recessão.

processos de produção e reprodução do conjunto da vida social, atualmente, é mobilizada e comandada pelos desígnios econômicos do capital monetário-financeiro.

2.1 A financeirização da economia: tendências globais do capitalismo contemporâneo

O sistema do capital não se realiza sem a produção de crises. É, seminalmente, importante a constatação a que Marx chega sobre o fundamento das crises. Sua constatação se deve a uma compreensão do capital como uma totalidade orgânica, cuja lógica de funcionamento possui contradições grotescas, abrangentes e irremediáveis entre o desenvolvimento do conjunto das forças produtivas e as relações de produção. Desde a consolidação do capitalismo no século XIX, as crises econômicas têm na sua base os elementos da superprodução e superacumulação do capital, nas suas formas de mercadoria, dinheiro e capacidade produtiva, o que na análise marxiana equivale à acumulação da propriedade dos meios, dos recursos, isto é, das condições concretas da produção capitalista.

As condições necessárias à reversão da crise que assola o sistema global, atualmente, supõem, em tese, do ponto de vista do capital, a reorganização do processo de extração do mais-valor em escala planetária, de modo a criar novas cadeias industriais altamente produtivas, concentradas, automática e simultaneamente conversíveis à valorização e à capitalização. Como se trata de contrarrestar a queda tendencial da taxa de lucros, as classes proprietárias do capital, historicamente, buscam fazê-lo através de dois mecanismos principais: desvalorizar a massa de capital sobrando e ou expandí-la para áreas, ramos e setores (novos espaços e negócios) de valorização do capital excedente.

A análise que Mandel (1985) realiza acerca das crises cíclicas do capital sugere que, ao final de cada ciclo virtuoso de crescimento do capital, a capacidade de acumulação chega ao seu ponto máximo de expansão, dadas as condições históricas de cada período, porque se esgotam as possibilidades de realização da taxa de lucros ou da realização do valor, o que Marx chama n' *O Capital*, de queda tendencial da taxa de lucro, isto é, o decréscimo da remuneração dos capitais, cujo núcleo se origina na produção de valor e de mais-valia. Essa tendência é uma espécie de contradição presente no processo de crescimento do capital, que é ao mesmo tempo expansão da acumulação de capital e, necessariamente, a condição *sine qua non* do desenvolvimento de crises.

Segundo Teixeira (2004), o capital está vivendo mais uma forma de produção da mais-valia, denominada cooperação complexa, e os fenômenos do capitalismo contemporâneo são resultados de um processo de evolução. Para o autor, a fase atual do capital não apresenta nenhuma ruptura com as formas pretéritas de produção de mercadorias, mas uma superação das contradições que limitavam a autovalorização do valor, ou seja, do processo de financeirização do capital.

Se há uma característica que se pode aferir às crises capitalistas é a sua factual inevitabilidade. Em razão das contradições presentes na lei do valor, as crises se tornam, na esteira do desenvolvimento capitalista, incontroláveis. As crises são incontroláveis porque elas correspondem a um sistema de produção social igualmente incontrolável, como muito bem nos esclarece Mészáros (2003). O capital é incontrolável porque ele se ampara ilimitada e anarquicamente na produção de mercadorias, cujos “produtores livres” se relacionam num mercado de livre e anárquica concorrência. É o capital - valor que busca valorizar-se – que supõe e impõe socialmente (em conteúdo ou forma) níveis excelsos de liberdade a si mesmo. Como centro inteligível desta sociabilidade, sua reprodução depende da subjugação de toda a sociedade aos desígnios da lei do valor. Assim, a inversão sujeito x objeto se realiza na coisa que é o capital, a liberdade da coisa só se realiza ao subsumir o sujeito à coisa, ao movimento do objeto ao qual o sujeito está subordinado. O desvelamento crítico dessa relação (sujeito x objeto) se confunde com um ato de descoberta dos limites da “liberdade burguesa” e das contradições internas nessa relação enquanto processo dialético.

A atual crise capitalista foi desencadeada por colapsos financeiros na economia norte-americana, mas a crise mundial é uma crise de acúmulo excessivo de lucros mediante a exploração exacerbada do sobrevalor do trabalho, através de mecanismos de transações econômicas nas esferas, das finanças⁴¹, do crédito⁴² e dos juros⁴³, sobretudo. Por essa razão, é

⁴¹ O capital financeiro envolve a fusão do capital bancário e industrial em condições de monopólio capitalista, redundando na concentração da produção e na fusão de bancos com indústria. A gestão desses monopólios converte-se em dominação da oligarquia financeira, que tende a crescer com os lucros excepcionais, os empréstimos estatais, a especulação com terras, dentre outros mecanismos. Desdobra-se na monopolização da renda da terra pelo monopólio bancário e industrial, espalhando-se o domínio dessa oligarquia financeira para todas as dimensões da vida social, independente dos regimes políticos (IAMAMOTO, 2008).

⁴² O crédito apresenta-se como um novo elemento de concentração, da aniquilação de capitais individuais centralizados. O crédito é a forma na qual o capital procura colocar-se como diferente dos capitais individuais e na qual o caráter social da produção capitalista encontra sua mais clara expressão. Contraditoriamente, o crédito, ao mesmo tempo, suprime os obstáculos a valorização e eleva-os a forma mais geral, criando períodos de superprodução e subprodução que se encontra nas raízes das crises do capital. Impulsiona a ordem capitalista na direção de sua forma suprema possível, aproximando-a de sua dissolução, para a decepção dos “ilusionistas da circulação” (IAMAMOTO, 2008).

⁴³ O juro expressa a valorização do capital, a possibilidade de apropriar-se de parcela do lucro médio que a propriedade do capital propicia ao capitalista monetário. Parte da mais-valia é retirada da circulação sob a forma de juro, expressando uma distribuição da mais-valia entre pessoas diferentes. Ele aparece de maneira mistificada,

importante compreender que o fetiche das finanças está cimentado na divisão da mais-valia em lucro e juro. Esses aparecem como se originassem de fontes essencialmente diversas, sendo aquele primeiro do processo produtivo e o outro do próprio capital, sem mediação dos processos de produção e de circulação. Iamamoto (2008) recupera essa reflexão marxiana e lembra que o juro se manifesta como criação de valor peculiar do capital enquanto tal, que emana dele independente do processo de produção, das relações sociais que imprimem a propriedade do dinheiro e da mercadoria, sua marca capitalista enquanto contraposta ao trabalho.

Contudo, essa divisão (autonomização) não passa de uma abstração, na medida em que “não pode alterar a natureza, sua origem e as condições de sua existência” (MARX, 1985). Assim, o capital ao subordinar toda a sociedade, impõe-se em sua lógica quantitativa, enquanto riqueza abstrata, que busca incessante crescimento, aprofunda as desigualdades de toda natureza e torna, paradoxalmente, invisíveis as mediações que viabilizam esse processo e, conseqüentemente, o trabalho vivo que cria a riqueza e os sujeitos que o realizam (IAMAMOTO, 2008).

A reorganização do mercado financeiro global é, segundo Harvey (1996), um dos elementos centrais no processo de recuperação da crise capitalista dos anos 1970. Na verdade, o processo de financeirização do capital surge, entre 1979 e 1987, a partir da adoção de medidas de desregulamentação e liberalização, tomadas, inicialmente, pelos Estados Unidos e Inglaterra, seguidos, posteriormente, pelos demais países centrais, significando a abertura externa e interna dos sistemas nacionais, a partir de interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros dos países que propiciaram o surgimento de um espaço financeiro mundial⁴⁴. Assim, a potencialidade de formação de crises financeiras e monetárias autônomas

como o “preço” do capital emprestado. Considerando qualitativamente, o juro é mais-valia (trabalho não retribuído) que o mero título de propriedade sobre o capital proporciona ao seu proprietário, embora apareça separado do processo real de produção. O juro é determinado pela taxa geral de lucro e suas flutuações. Contudo, a queda da taxa de juros se torna independente da taxa de lucro em alguns casos, como os dos rentistas que vivem do trabalho de seus antepassados e do desenvolvimento do sistema de crédito, tal como se verifica na atualidade, o que reforça o seu fetiche. (IAMAMOTO, 2008)

⁴⁴ O marco da regulamentação mundial do mercado financeiro é estabelecido pelo o acordo de Bretwood, a partir da criação de organismos como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), no período pós-segunda guerra mundial. Esse processo demarca também a hegemonia imperialista transitada aos EUA, que passa a comandar os novos modelos de expansão econômica do centro à periferia capitalista mundial. Já com o Consenso de Whashington, de 1989, esses organismos (BM e FMI) preconizaram a cartilha neoliberal como condição para a concessão de novos empréstimos e cooperações econômicas adotando medidas altamente impelidoras à Abertura econômica e comercial da economia de mercado e controle fiscal macroeconômico; estabelecendo metas de austeridade econômicas aos países devedores, tais como: Disciplina e reforma fiscal e tributária do Estado (prevendo uma arrecadação poupadora de impostos empresariais); Privatização de empresas estatais, especialmente no setor de infraestrutura e de serviços públicos potenciais à conversão mercantil/comercial (para garantir a ampliação e predomínio da iniciativa privada); Abertura comercial irrestrita da econômica dos países para produtos e investimentos estrangeiros e por fim, a desregulamentação do controle

e independentes é muito maior do que antes, mesmo se desenvolvendo condições de suavizar os riscos, por meio da diversificação e da rápida transferência de fundos de empresas, regiões e setores em decadência, para outros setores lucrativos.

De acordo com Chesnais (1998), a esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de certa força de trabalho de múltiplas qualificações. Os capitais que os operadores financeiros põem para valorizar, através de suas aplicações financeiras e das arbitragens entre diversos tipos de ativos, nasceram, invariavelmente, do setor produtivo e começaram assumir a forma de rendimentos que se constituíram na produção e intercâmbio de bens e serviços. Contudo, uma parcela elevada desses rendimentos é captada ou canalizada em benefício da esfera financeira e transferida para esta. O autor esclarece que só depois dessa transferência é que podem se gestar, dentro do campo da esfera financeira, vários processos, em boa parte, fictícios, de valorização, que fazem inchar, ainda mais, o montante nominal dos ativos financeiros.

O caráter financeiro da crise capitalista atual não é falso, pois se manifesta numa esfera específica do sistema econômico, mas não se encerra ou tampouco se inicia nela. A grande problemática social e econômica presente na lógica da financeirização da economia é que ela funciona, ainda que abstratamente, como autogeradora de valor. Mas, a esfera financeira não gera valor. Contudo, o crescimento da riqueza financeira, isto é, o volume de valor que ela retém, embora não o produza autonomamente, se dá numa velocidade muito maior que a riqueza social real.

Kurz (2012c) avalia que o ápice da contradição interna (produção/acumulação de valor) é modificado e filtrado pela expansão histórica do sistema de crédito, que prossegue refletindo especularmente a estagnação e declínio da massa de trabalho produtora de valor. Para ele, o crédito transformou-se de elemento propulsor adjuvante da produção de mais-valia no seu substituto. Assim, a acumulação alimenta-se, desde então, cada vez menos da substância de trabalho real passado e cada vez mais da antecipação de trabalho imaginário futuro⁴⁵. Dessa forma, investimentos e empregos sem qualquer base real são financiados por uma dívida global sem precedentes e pelas bolhas financeiras⁴⁶ que daí resultam.

econômico e das leis trabalhistas. Para melhor detalhamento e aprofundamento desta problemática ver Harvey (1996); Mandel (1985) e Behring (2003).

⁴⁵ Essa é a base social real do capital fictício. A engenhosa trama social de realização desse processo de acumulação fictícia de capital é encarnada, em escala planetária, pelos bancos e agências financeiras e de seguro, bolsas de valores, e pelos escandalosos esquemas de dívida pública.

⁴⁶ Bolhas de endividamentos e financiamentos pareciam poder produzir novo valor infinitamente, mesmo sem a utilização de força de trabalho. Desde que o capital monetário, em grande parte "sem emprego", começou a desvalorizar em crashes financeiros e crises de dívida, os bancos centrais vieram tapar o buraco. Por todo o

Em última instância, a função do dinheiro como "meio de conservação do valor" requer uma substância de valor própria. Ao longo da história foram os metais nobres que desempenharam essa função, porque representavam "trabalho abstrato" de modo particularmente condensado. Mas, apesar da acelerada circulação do dinheiro, já nem todo o ouro do mundo podia representar a crescente massa de mercadorias. No século XX o dinheiro foi desacoplado da substância do valor dos metais nobres; o último fio foi cortado em 1973, quando se rompeu a ligação ao ouro do dinheiro mundial dólar. A garantia apenas jurídico-estatal do dinheiro ficou, todavia, frágil. Daí as crescentes inflações e crises do dinheiro e da moeda. Atrás do dólar está hoje apenas a máquina militar dos USA; atrás do euro não há nada; a maioria das outras moedas de qualquer forma já caiu. A ameaça de uma grande crise monetária mundial não vem da concorrência entre o dólar e o euro, mas da dessubstancialização do dinheiro em geral. À desvalorização da força de trabalho corresponde a desvalorização das mercadorias e esta leva à desvalorização do dinheiro (KURZ, 2012a, [s.p.]).

Atualmente, os mecanismos da valorização ocorrem através de processos financeiros que garantem a concentração e a centralização do capital, a partir de operações e processos econômicos de crédito e de especulação financeira que realizam a mais elevada rotação do capital, através de formas que vão desde o comprometimento futuro de valores ainda não produzidos, até apostas estritamente relativas ao valor da taxa de juros e valor de ativos, em determinado tempo e espaço. Os valores de derivativos, por exemplo, nada mais são do que os juros provenientes dessas frações de apostas, uma espécie de jogatina controlada por profissionais de bolsas de valores e de instituições financeiras, sobre a dinâmica futura dos mercados de capitais.

Essa compreensão é tida por Carcanholo (2017) como expressão do capital fictício, que nada mais é do que a venda do direito de apropriação de um valor futuro que ainda não foi produzido. Esse mecanismo real/abstrato resulta numa exacerbação dos juros, por isso a sua profunda vulnerabilidade à crise, as tão propaladas bolhas financeiras. Mesmo chegando a níveis de saturação elevados, essa crise de superacúmulos, produtora de dívidas e riquezas fictícias, por isso intangíveis, não é um fenômeno recente. Nem mesmo seus mecanismos de contração são inéditos, embora, renovem-se incessantemente.

A expressão "o valor do acionista" sintetiza as práticas de gestão empresarial que buscam maximizar a extração de valor de um ativo já existente em detrimento da criação de valor mediante o investimento em um novo ativo reprodutivo. É impressionante a evolução da saída líquida de grana das grandes empresas para remunerar os acionistas e recomprar as próprias ações. [...] Inverteu-se a relação entre os recursos destinados ao investimento e aqueles utilizados para propiciar a elevação "solidária" dos ganhos dos acionistas e a remuneração dos administradores ("stock options"). A associação de interesses sobre gestores e acionistas estimulou a compra das

ações das próprias empresas com o propósito de valorizá-las e favorecer a distribuição de dividendos. A isso se juntam a febre das fusões e aquisições, o planejamento dos paraísos fiscais, o afogadilho das demonstrações trimestrais de resultados e as aflições das tesourarias de empresas e bancos, açoitadas com o guante da marcação a mercado (BELUZZO, 2019, s/p.).

O capital financeiro especulativo determina, atualmente, o controle acionário da maior parte dos grandes conglomerados industriais mundiais. Institucionalmente, a “predominância financeira do capital se expressa nas orientações e no papel cumprido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio (OMC)” (MOURA, 2008, p. 53). E as instituições financeiras, como os bancos, fundos de pensão e companhias de seguro, controlam não só as ações das principais empresas mundiais, como também operam com os títulos das dívidas externas e internas de vários países nos mercados especulativos, determinando sua agenda política e social (MOURA, 2008).

Após um encadeamento cerrado de crises financeiras, que nos últimos trinta anos abalaram países e sectores econômicos isolados, o crash financeiro de 2008 assumiu pela primeira vez uma dimensão global. O rompimento das cadeias de crédito coloca na ordem do dia o grande surto da desvalorização. Foram os Estados, já por si altamente endividados, que impediram o início da avalanche, por meio de injeção maciça de crédito adicional e emissão monetária. Presentiu-se, pelo menos, que não estava a chegar ao fim uma tempestade purificadora, mas eram as luzes do capital mundial que estavam na iminência de se apagar. Assim, os créditos podres foram enterrados como lixo nuclear com a ajuda de garantias dos Estados, as capacidades industriais excedentes foram mantidas por meio de enormes subvenções e a conjuntura econômica foi artificialmente alimentada com programas estatais [...]. Logo que a emissão monetária deixar de se limitar a adiar a desvalorização dos títulos de dívida, mas passar a alimentar diretamente a conjuntura econômica com dinheiro sem substância por meio da simulação de crédito, o próprio meio dinheiro em si se desvalorizará. Também a inflação tem um percurso prévio histórico. [...], após [por exemplo, a primeira] guerra mundial, o fantasma da inflação tornou-se um companheiro constante do capitalismo, porque o sistema de crédito expandido se tornou constitutivo também para a produção ordinária de mercadorias. Hoje, os pacotes de resgate já ultrapassaram as dimensões da economia de guerra e a enxurrada direta de dinheiro dos bancos emissores revela-se como última instância. Mesmo uma reforma monetária radical, que anulasse todas as fortunas e créditos, não levaria a um ponto zero e ao reinício. Pois é incontornável o agregado de conhecimento da sociedade, que já não permite produção suficiente de mais-valia. A desvalorização repetir-se-ia, só que em intervalos cada vez mais curtos. (KURZ, 2012a, [s.p.]).

A fase financeira da economia global se converteu na forma social dominante, assumindo caráter social das relações sociais contemporâneas. Permanentemente competitivos, os grandes proprietários de capital, sob a forma monetária, procuram mantê-lo, a maior parte possível do tempo sob essas condições e buscam valorizá-lo em altas taxas e

velocidades. Como nos aponta Fontes (2008), este processo permite dar impulso a expropriações continuadas e eleva as taxas de exploração do sobretabalho com condicionantes e determinações territoriais locais, regionais e nacionais, absolutamente diversificados e desiguais.

É inegável, segundo nos esclarece Marx (2008), que massas monetárias independentes, bancos, crédito, dívida pública e capital fictício já estão presentes na origem do modo de produção capitalista, constituindo precondições e pressupostos para o seu desenvolvimento. Mas, há na definição de Marx, no livro III d'O Capital, pelo menos três grandes formas de capital fictício: a dívida pública, capital acionário e capital bancário⁴⁷. Dentre esses elementos, Brettas (2012) chamar à atenção para a relação que Marx estabelece entre a dívida pública e o capital fictício. A autora diz que ao analisar o papel da dívida pública para o sistema bancário, Marx faz uma observação importante: o capital fictício faz parte dos mecanismos da acumulação primitiva (títulos da dívida pública constituem um exemplo de capital fictício).

Os sistemas de dívida pública e tributação, portanto, que se desenvolvem de forma significativa no período infantil da indústria moderna, para usarmos os termos de Marx, são, ainda hoje, elementos fundamentais para entendermos a dinâmica do modo de produção capitalista (BRETTAS, 2012, p. 99).

A autora resgata o debate que Marx realiza acerca do papel que a dívida pública exerce sobre a acumulação primitiva. Esta seria, segundo Marx, equivalente para a economia política ao pecado original para a teologia. O ponto de partida da acumulação capitalista, que, obviamente, não se esgota nele. Segundo Brettas (2012), Marx destaca como meios propulsores da acumulação primitiva alguns sistemas: o colonial, o das dívidas públicas, o moderno sistema tributário e o protecionismo. E enfatiza que todos eles têm como marca o uso da força e o poder do Estado.

Outro elemento que nos parece pertinente salientar é a relação entre dívida pública e o sistema internacional de crédito. É possível identificarmos – portanto, isto não é um fenômeno recente – significativos processos de transferência de recursos, por meio da dívida pública, de uma nação para outra. [...] Marx ([1867] 1985) identificou que essas relações já estavam presentes ainda na Idade Média e analisava que, em seu tempo, muitas vezes, quando a produção já não atingia as exigências de remuneração dos capitalistas, uma das principais atividades poderia ser a de emprestar capital para países em ascensão. Assim, Marx sinaliza à relação entre dívida e

⁴⁷ Atualmente, para além dessas formas de capital fictício identificadas por Marx, há também outras modalidades de existência e realização desse capital, a exemplo do mercado de derivativos, evidentemente, extemporâneas ao nosso autor.

crédito com os impostos, quando reflete a seguinte questão: “apoiando-se a dívida pública na receita pública, que tem de cobrir os juros e demais pagamentos anuais, tornou-se o moderno sistema tributário o complemento indispensável do sistema de empréstimos nacionais” (MARX, [1867] 1985, p. 874).

O sistema tributário aparece, portanto, como uma poderosa engrenagem desse sistema, o qual leva os governos a um círculo vicioso. Se, por um lado, a possibilidade do crédito permite o acúmulo de dívidas como forma de dar conta de despesas exorbitantes e evitar o recurso do aumento de impostos, por outro lado, os governos acabam fazendo uso desse recurso quando a dívida vai se avolumando. Nesse sentido, “o aumento da dívida leva a um novo processo de endividamento quando as despesas, por uma razão ou por outra, crescem além do esperado” (BRETTAS, 2012, p. 99). [...] Em outras palavras, recai para a classe trabalhadora o ônus de alimentar esse processo de endividamento, na medida em que se define uma estrutura tributária pautada na tributação indireta. Assim, Marx afirma que “a tributação excessiva não é incidente: é um princípio” ([1867] 1985, p. 874) e uma maneira de transferir recursos dos trabalhadores para os capitalistas (ibidem, 2012, p. 99).

Sobre esse princípio, Salvador (2018) recupera de Marx algumas reflexões fundamentais dentre as quais a compreensão de que a origem da arrecadação tributária no capitalismo, só é possível a partir da extração da mais-valia. Isto é, a origem do financiamento das atividades estatais está na exploração da força de trabalho pelos proprietários dos meios de produção, sendo a renda dos trabalhadores tributada diretamente via impostos de renda, o que reduz a renda disponível desses e, indiretamente, via os tributos que incidem sobre os produtos consumidos pela classe trabalhadora.

Marx tinha consciência da exploração tributária sobre os trabalhadores e como os impostos pesavam sobre os meios de subsistência. [...] Ao discutir a terceira lei da mais-valia, afirma Marx (1987b, p. 598) “o acréscimo ou decréscimo da mais-valia é sempre consequência e não causa correspondente decréscimo ou acréscimo do valor força de trabalho”. [...] Para Marx (1987b), a supressão de impostos em nada modifica o montante do valor excedente que o capitalista extrai diretamente do trabalho⁴⁸. Essa supressão apenas modifica a proporção em que o capitalista embolsa a mais-valia ou a divide com outros (SALVADOR, 2018, 96-97).

⁴⁸ Para Salvador (2018) a supressão de impostos incidentes sobre a força de trabalho não altera a relação entre o valor da força de trabalho e a mais-valia. Segundo ele, isso dá algumas pistas para entender o caso brasileiro, que vem apresentando na última década uma “ampla desoneração da folha de pagamento por meio da redução dos encargos sociais previdenciários, como forma de socorro ao capital e que beneficiou 56 segmentos econômicos, retirando do orçamento da seguridade social, em 2016, R\$ 64,02 bilhões” (p. 97). Nessa perspectiva, o nosso autor indica que as medidas tomadas pelo governo brasileiro de supressão dos impostos dos capitalistas não atuaram no sentido de gerar empregos ou de possibilitar o aumento da remuneração dos salários, mas sim de recompor a taxa de lucros dos setores econômicos beneficiários, na atual crise do capitalismo (ibidem).

A relação espúria que o Estado capitalista mantém com suas corporações de classe está pautada, dentre outras coisas, pelas formas de aquisição e de manutenção da dívida pública como condição latente, primitiva e fictícia de acumulação de capitais. Essa é uma condição que merece análise cuidadosa, pois ela é reveladora da situação social dramática determinada pela crise, bem como do seu mais profundo caráter fetichista. Assim, parece oportuno situar, aqui, a forma como o Estado capitalista vem atuando, atualmente, na administração financeira da crise estrutural do capital.

Maiello (2019) apresenta que em termos de "transferências financeiras líquidas", incluindo entradas e saídas, ilícitas e lícitas ("ajuda ao desenvolvimento", remessas de salários, balanços comerciais líquidos, serviços da dívida, novos empréstimos, investimento estrangeiro direto, investimentos de carteira e outros fluxos), os países "emergentes" e "em desenvolvimento" perderam quase 3 trilhões de dólares frente a países ricos entre 1980 e 2012, segundo o estudo "Fluxos financeiros e paraísos fiscais: combinando para limitar a vida de bilhões de pessoas".

Em média, entre os anos 2000 e 2012, as transferências representaram pelo menos 8% do PIB dos países afetados . [...] Abstrair esses e outros privilégios de determinadas nações ao analisar os fundamentos do conceito de "aristocracia operária" seria um erro. Inclusive, mesmo que nós o fizéssemos e reduzíssemos tudo essencialmente a um efeito das diferenças na produtividade do trabalho entre os países, faltaria explicar de onde vem o maior investimento que historicamente deu origem a essas diferenças. O que nos levaria, entre outras coisas, a verificar que um efeito fundamental da ação das transnacionais patrocinadas por seus estados imperialistas tem sido moldar as economias dos países dependentes e semicoloniais de acordo com as necessidades do próprio capital imperialista. Subtraindo também fundos potencialmente investíveis nesses países como resultado da apropriação, da remessa de lucros e da espoliação que as finanças globais fazem através da dívida. O resultado são estruturas econômico-sociais deformadas que perpetuam o atraso e a dependência (MAIELLO, 20019, s/p).

No Brasil, segundo Fattorelli (2019)⁴⁹, em 2018, a dívida consumiu 41% do orçamento da União. Dos R\$ 5,5 trilhões da dívida, ela defende que pelo menos R\$ 1,2 trilhão são

⁴⁹ Maria Lúcia Fattorelli foi auditora fiscal da Receita Federal do Brasil entre os anos de 1982 e 2010. É, atualmente, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida Pública brasileira. Milita ativamente no debate político acerca do fundo público e da problemática da dívida pública brasileira, teve forte participação na realização do Plesbício Público sobre o pagamento da Dívida, realizado em 2000, que envolveu a participação de mais de 6 milhões de pessoas, no país. Participou nos anos de 2009 e 2010, como assessora técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados Federais, em Brasília-DF, assim como, na Comissão de Auditoria Integral da Dívida Externa Equatoriana que revisou a dívida do país com instituições financeiras privadas, em 2008. A autora recorre aos resultados desta última para exemplificar o impacto positivo gerado por uma auditoria. O Equador reduziu 70% da sua dívida pública depois de auditá-la. Segundo ela, o alívio decorrente dessa redução possibilitou ao país, investimentos impressionantes nas áreas sociais, na saúde,

ilegais, pois dizem respeito a títulos usados pelo Banco Central (BC) para remunerar a sobra de caixa de bancos privados. Essa remuneração custou, nos últimos 10 anos, em valores nominais, sem atualização, R\$ 754 bilhões. Através de pesquisas da auditoria, foi descoberto que esse R\$ 1,2 trilhão não é destinado à amortização da dívida, como consta no orçamento da União, mas, usado para pagamento de juros. A autora defende a tese de que a crise econômica brasileira dos últimos anos foi fabricada, pois ao remunerar a sobra de caixa dos bancos privados, o Banco Central diminuiu a oferta de crédito às empresas e ao comércio, o que elevou os juros de mercado, conseqüentemente, falência das empresas por falta de crédito.

Dentre outras problemáticas econômico-sociais, esse sistema da dívida incorporou também a poupança dos trabalhadores referente propriamente ao fundo previdenciário, forçando “contra-reformas”, nos termos de Behring (2003), da Política de Previdência Social no Brasil, há pelo menos três grandes reformas previdenciárias de 1998 a 2019; forçou também, na perspectiva do que analisa Fontes (2010), um processo agudizado de expropriações de segunda ordem, via privatizações e outras medidas de ajuste fiscal⁵⁰. Para Fatorrelli (2019) não precisariam ser feitas nenhuma dessas reformas, caso o Brasil auditasse a dívida pública brasileira. Na crítica que tece à reforma da Previdência⁵¹, a autora avalia que o problema da área previdenciária é a diminuição da arrecadação - que ocorreu por conta dos fechamentos de empresas, aumento de desempregados e trabalhadores informais, além de desonerações de impostos destinados ao financiamento da seguridade social.

Marx defende no livro III d'O Capital que a dívida pública deve ser denominada de capital fictício, isto é, uma das formas de ser do capital portador de juros. Brettas (2012) esclarece que a dívida esconde, na verdade, o fato de que, trata-se de recursos que vêm das receitas da União e que são repassados aos credores da dívida por meio do pagamento de

educação, assistência, como também investimentos no desenvolvimento socioeconômico, em estradas, rodovias, geração de emprego e renda. Depois disso, o Equador passou a obter créditos a juros baixíssimos, porque a situação fiscal melhorou.

⁵⁰ Essa tendência permanente de ajuste fiscal ganhou, recentemente, expressão na EC 95/2016 (Emenda Constitucional) do governo do ex-presidente Michel Temer. Esta Emenda à Constituição estabelece o congelamento de gastos públicos por vinte anos, em áreas sociais, em Saúde, Educação e Segurança, por exemplo. Além de interferir diretamente no reajuste do salário mínimo, cuja atualização do valor é efetuada com base nos cálculos da inflação e no percentual de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). A PEC desfaz essa regra geral de reajuste do mínimo, mantendo apenas o índice da inflação como referência para o reajuste salarial. É relativamente simples compreender o impacto social dessas medidas, levando em consideração que o conjunto do valor dos benefícios previdenciários são vinculados ao mínimo. Os gastos previdenciários não constituem matéria direta dessa PEC. A Previdência corresponde a cerca de 40% no gasto obrigatório do orçamento público, e é por essa razão que ganhou no rol das reformas em curso, um trato específico, notadamente, exasperador da depredação dos direitos constitucionais do conjunto dos trabalhadores brasileiros.

⁵¹ Refere-se à reforma da Previdência Social do atual governo brasileiro, do Presidente Jair Bolsonaro (Eleito pelo Partido Social Liberal, nas eleições gerais de 2018).

juros. Durante o pós-Segundo Guerra, a dívida cumpriu o papel de garantir as condições de produção e reprodução do capital, estimulando a aceleração de acumulação de capital e passou, desde o final do século XX, a cada vez mais alimentar um processo de reprodução ampliada de base financeiro-especulativa, por meio do capital fictício. Desde 1979, com a elevação da taxa de juros estadunidense, a dívida pública consistiu num importante mecanismo de garantia das margens de rentabilidade do capital e de fortalecimento dos detentores da dívida, parcela significativa da aristocracia financeira que se forma nesse período. “Trata-se, desse modo, de uma mudança do lugar que a dívida pública assume no circuito de valorização capitalista” (BRETTAS, 2012, p. 100).

O recurso ao endividamento pode se dar pela venda de títulos aos que os compram para fins especulativos, o que, em termos marxistas, significa percorrer o circuito D-D', na ilusão de que seria possível fazer dinheiro com o próprio dinheiro, sem passar pela produção. Pode também acontecer como estratégia de saída de uma situação de crise econômica, com “pacotes de salvamento”, que incluem o direcionamento de recursos públicos para a iniciativa privada, como forma de evitar uma quebra em cascata, para usar os argumentos do *mainstream* (idem, p. 112).

Grosso modo, a primeira forma de endividamento descrita pela autora se deve ao fato de que a relação de agiotagem mantida pela lógica da dívida pública (juros e amortizações) é uma das formas de existência do capital portador de juros, que, por sua vez, torna-se fictício quando essa dívida é contraída ou (re)negociada através de títulos públicos. Isto é, o Estado sanciona e emite uma espécie de direito ao orçamento público que é comercializado pelo mercado de capitais, como títulos do Tesouro. A dívida passa a ser, nesse sentido, objeto de especulação, na medida em que seus credores comercializam livremente os seus direitos (a remuneração) ao orçamento público, como uma forma de ganhar mais dinheiro. O que ocorre na verdade é a uma abstração da substância do valor representada pelo dinheiro. A mistificação presente nessas operações de mercado, - que objetivamente encurtam o circuito de realização do capital, isto é, da sua valorização (D-D') – não pode prescindir concreta e socialmente da base exploratória e, cada vez mais, expropriante das relações que produzem a remuneração desses capitais, qual seja, a produção da mais-valia.

Apoiado na tese Kurziana da crise do trabalho, como crise da substância do capital, Pitta (2020) defende que a grande contradição operante no interior desses circuitos de valorização do capital é que esta só pode ocorrer, concomitantemente, ao aprofundamento do acesso a capital fictício a adiantar, via cadeias creditícias, trabalho futuro a ser explorado, capital fictício que já aparecia socialmente por meio da inflação estrutural global do

capitalismo, que se verificou com a crise deste momento de acumulação no início dos anos 1970, na forma de estagnação e nova rodada de crise econômica (PITTA, 2020).

Contudo, o problema estrutural dessa riqueza fictícia “agonizada” em crise, revela-se menos pelo declínio da atividade rentista (declínio do valor acionário das empresas, bancarrota de bancos, decadência das bolsas, explosão das dívidas públicas dos Estados nacionais) (KURZ, 2012a), que pelas formas de agonização das massas trabalhadoras, no mundo inteiro, caracterizada pela explosão demográfica do exército de reserva e pelos dramáticos processo migratórios de massas de trabalhadores advindas de países e regiões miseráveis e afugentadas pela fome, desemprego ou por guerras, destinam-se a “toda sorte” pela subsistência nas regiões centrais e nórdicas do globo.

A selvageria desse contexto é pautada pelas alucinações da financeirização da economia, pela permanente reestruturação produtiva, pela geração de inovações tecnológicas 4.0 (ANTUNES, 2018) e pela chancela programática (político-ideológica) do neoliberalismo. Essa é a tríade que compõe as condições gerais de desenvolvimento do capitalismo imperialista na vida e no tempo histórico presente. Passo a seguir à discussão sobre os desdobramentos do neoliberalismo como um dos principais requisitos do capitalismo imperialista contemporâneo.

2.2. O neoliberalismo: requisitos superestruturais de uma nova escala de acumulação de capitais

Passadas as décadas douradas, a longa onda de expansão do capitalismo pós-guerras, adveio períodos de recessão e crise. A forma como o capital saiu dessas crises (especialmente nos anos 1970) contou com um pacote inteiro de medidas implementadas pelo neoliberalismo, a reestruturação produtiva e por uma complexa financeirização da economia mundial, como exposto a cima. O neoliberalismo se revelou numa estratégia mundial de crescimento e desenvolvimento econômico pela simples razão de ter conduzido politicamente a reversão das conquistas trabalhistas do pós-guerra, através de poderosas mediações detentoras de controle ideológico-corporativo sobre a sociedade e de supremo controle político-econômico do capital financeiro/fictício sobre o orçamento público estatal, como uma das grandes diretrizes do Consenso de Washington (1989).

É evidente que, o esteio material desse processo histórico de financeirização econômica, é dado pela terceira e devastadora revolução industrial, do final do século XX,

caracterizada pela alta concentração da capacidade técnica e tecnológica das forças produtivas no capitalismo tardio⁵². Não foi por acaso a convergência de um movimento de administração da superprodução, mediante expansão do crédito para financiar, tanto os déficits dos países hegemônicos, quanto à integração funcional dos países periféricos ao processo de internacionalização do capital (MOTA, 2000).

A pressão que capital financeiro realizada sobre as economias periféricas, a partir da década 1990 é brutal. Ela foi dirigida para os mais variados segmentos econômicos: industrial, bancário, agrícola, de seguros, de saúde, de educação e outros. Houve nesse período, uma forte pressão para a absorção das economias latino-americanas no circuito internacional de valorização financeira, com a criação de uma nova legislação que facilitasse o investimento volátil nos títulos da dívida pública desses países ou nas suas bolsas de valores e que garantisse o repatriamento seguro e rápido desses investimentos financeiros em condições cambiais favoráveis. De acordo com Boito Júnior (2018), o interesse por essa incorporação periférica é partilhado por um segmento amplo, heterogêneo e poderoso da burguesia brasileira.

Grupos financeiros nacionais beneficiam-se com a política empresas nacionais que se associaram a grupos estrangeiros para participar dos leilões de empresas estatais, empresas comerciais ligadas à importação, os grupos empresariais das áreas de saúde e de educação, uma parte dos setores internacionalizados da indústria local e de abertura novas oportunidades de negócios e de associação com o capital estrangeiro. [...] setor poderoso da burguesia brasileira que, de dentro do país, também pressionava os governos para que dessem início à temporada de abertura ao comércio e ao investimento externo. [...] veio a formar a fração que estamos denominando grande burguesia interna [...] (p. 65).

Os Estados da América Latina, desde o final do século XX, não conseguiram resistir à ofensiva do capital transnacionalizado e transformaram seus históricos padrões de acumulação e seus projetos capitalistas “nacional desenvolvimentistas” em modernos projetos associados-subordinados ao domínio mundial do capital, com forma de Estados nacionais de concorrência, poderes públicos privatizados, financeirizados e precarizados cujo principal objetivo passou a ser a valorização do capital transnacional e financeiro e a participação no mercado mundial na qualidade de economias periféricas reprimarizadas de neoexportação (OLIVER, 2009).

Neste contexto, a dominância do padrão de Estado Ajustador impôs-se uma dada

⁵² Este termo, capitalismo tardio, está fundamentado na perspectiva analítica de Mandel (1985) que apreende e designa a fase de desenvolvimento do capitalismo no pós-segunda guerra, como uma fase madura, tardia.

encarnação democrática: a “democracia neoliberal”. A cultura política democrática e as conquistas da democratização são freadas, corroídas e, algumas vezes, solapadas pelo reformismo neoliberal. Em verdade, a democracia - domesticada e submetida - assume as reformas orientadas pela lógica do mercado como sua própria agenda, restringindo-se e, mesmo desfigurando-se, ao abdicar do próprio exercício da política. A agenda neoliberal submete a política aos ditames do mercado. É a afirmação, na vida brasileira, do “consenso democrático liberal”, encarnando uma concepção minimalista de democracia, restrita ao campo representativo. Em verdade, em confluência com os processos de mercantilização do ajuste estrutural, a democracia na América Latina e, particularmente no Brasil, transforma-se numa “democracia de eleitores” e não numa “democracia de cidadãos” (idem).

O processo de redemocratização dos países latino-americanos significou, com todas as contradições, uma restauração da ordem capitalista entre nós. Desde o final dos anos 1970 é alarmante o crescimento das desigualdades sociais entre as classes. São patentes e crescentes as mudanças na composição dos estratos de cima das classes dominantes, camada cada vez mais estreita e concentradora de riquezas (KATZ, 2016).

O acirramento da luta de classes é a expressão mais tangível de tamanha contradição social no continente e sintomático nas manifestações da questão social que se revela nos indicadores sociais de profunda miserabilidade das populações empobrecidas que convivem e são acometidas pela violência, analfabetismo, desemprego, fome e epidemias. Contudo, as condições de vida e de trabalho que afetam as camadas de trabalhadores e de outros setores das massas populares não são enfrentadas apenas numa perspectiva pacífica, elas também são encaradas numa tônica de luta política por democracia e cidadania.

Nessa mesma linha de raciocínio sobre a perspectiva democrática do capitalismo contemporâneo é que Demier (2018) propõe uma interpretação dos seus limites demonstrando o seu caráter blindado, completamente antidemocrático e antipopular. Ele afirma que as *democracias blindadas* têm seus núcleos políticos decisórios praticamente impermeáveis às demandas populares. Uma autonomia quase que absoluta em relação aos processos eleitorais e, portanto, livres de qualquer tipo de controle popular, o poder Judiciário e certos organismos do Estado responsáveis pelas questões consideradas estratégicas tornaram-se monopólios inquestionáveis dos representantes políticos e prepostos comerciais da classe dominante. Ademais, na *democracia blindada*, em função de aspectos com a força do poder econômico e midiático nos processos eletivos e de legislações eleitorais altamente restritivas aos pequenos partidos que não aderem às grandes coalizões do pleito, os poderes Executivo e Legislativo –

para não falar do Judiciário – parecem ter poucos poros pelos quais poderiam adentrar representações políticas genuinamente vinculadas aos trabalhadores (idem).

A violência do capital é permanente e constitutiva: a produção em massa da expropriação, sob formas variadas, em função da escala da concentração de capitais, jamais se reduziu ou “normalizou” em escala mundial. Mais ainda: esse fenômeno não resulta necessariamente de uma coexistência entre países capitalistas (“normalizados”) e não capitalistas (primitivas), mas, ao contrário, das formas históricas de expansão desigual do capitalismo, tanto no interior de cada país, quanto entre os países [...]. Em outros termos, a normalização das relações capitalistas corresponde à expansão sempre mais truculenta de expropriações, tornando normalizadas a existência de massas crescentes da população do planeta necessitadas da venda de sua capacidade de trabalho, deste ponto de vista, disponíveis sem a utilização de coerção direta pelo capital que as explora (FONTES, 2010, p. 64-65).

O triunfo dos mercados seria inconcebível sem a ativa intervenção das instâncias dos Estados nacionais, no lastro dos tratados internacionais (IAMAMOTO, 2008). Não foi por acaso que para contornar a implosão das bases do Estado de bem-estar e administrar a última grande crise do século passado⁵³, a burguesia internacional organizou-se, a partir de um estratégico ataque às conquistas da classe trabalhadora, numa contra tendência que articulou a reestruturação produtiva e a política neoliberal, deslançando na transnacionalização do poder da economia capitalista, de um modo intensamente reificado.

[À] propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, o qual, gradualmente, por meio dos impostos, foi adquirido pelos proprietários privados e, por meio das dívidas públicas, ficou completamente à mercê destes, e cuja existência, nas subidas e quedas dos papéis do Estado na Bolsa, ficou totalmente dependente do crédito comercial que os proprietários privados, os burgueses, lhe concedem. Porque é uma classe, e não mais um estamento, a burguesia é obrigada, desde cedo, a organizar-se nacionalmente, e já não localmente, e a dar ao seu interesse médio uma forma geral. Pela emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular a par, e fora, da sociedade civil, mas ela nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa quanto internamente, para garantia mútua de sua propriedade e dos seus interesses. [...] Como o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns [...] que adquirem uma forma política são mediadas pelo Estado. Daí a ilusão de que a lei assentaria na vontade e, mais

⁵³ Nos processos das duas maiores crises capitalistas do século XX, “o Estado (burguês) experimentou pelo menos dois processos de reestruturação” (NETTO, 2004, p. 69). Da primeira crise, no início do século passado (1929), resultaram instrumentos institucionais com efetivo poder de intervenção macro-econômica nacional e regulação social dinâmica do capital; e, da recessão generalizada, de 1975-1976, resultaram no deslocamento daqueles instrumentos de intervenção macro-econômica para os Estados centrais e para instâncias supranacionais por eles controladas e a redução da sua dimensão reguladora.

ainda, na vontade dissociada da sua base real, na vontade *livre* (MARX e ENGELS, 2009, p. 111-112).

Na linha geral da recomposição capitalista desse último período, a reestruturação do Estado representou uma condição fundamental na medida em que garantiu:

[...] pesada transferência do patrimônio público estatal para o grande capital pela via da privatização; drenagem de recursos privados e públicos para o capital parasitário-financeiro através das políticas de ajuste (financeira tributária) – o que, especialmente nos Estados periféricos e semi-periféricos, conduz a uma verdadeira quebra do poder estatal para financiar o enfrentamento da “questão social” (donde, por exemplo, refilantropização da assistência); diminuição do poder do Estado como regulador das relações capital-trabalho, pela via da flexibilização; apequenamento do papel econômico-indutor dos Estados periféricos e semi-periféricos, seja pela orientação que conduz à sua redução, seja pelo novo papel desempenhado pelas instâncias supra-nacionais do grande capital (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial); enfim, amesquinamento da função desses Estados de afiadores de padrões de crescimento decididos “desde dentro”, pela via da desregulamentação (também sob comando do grande capital, mediante supra-nacionais como a Organização Mundial do Comércio) (NETTO, 2004, p. 72).

A premissa neoliberal⁵⁴ fundamenta-se na compreensão de que o excesso de privilégios e poder da classe trabalhadora, na forma de direitos sociais que onerava/sobrecarregava, demasiadamente, o orçamento público, determinou a crise fiscal do Estado. A reação burguesa disseminou, portanto, essa premissa ideológica para efetivar as medidas de desregulação das relações de trabalho e do sistema de proteção social, e implantar um modelo de regulação social baseado na lógica do mercado, cujos desdobramentos estabelecem a barbarização da vida social.

As formas de expropriação do sobretrabalho, nos dias que correm, ganham uma diversidade complexa e inédita. O processo de produção associa, na atualidade, trabalhadores altamente qualificados (com contratos de trabalho capazes de assegurar temporariamente o pagamento de previdências complementares e fundos de pensão) a trabalhadores

⁵⁴ A rota econômica adotada pelos governos neoliberais tem acompanhado parâmetros macroeconômicos baseado nas imposições previstas, em 1989, pelo Consenso de Washington, cujas tendências reafirmam “a idéia de um desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo” (BERHIHG, 1998, p. 182). Na realidade, as medidas preconizadas por esse consenso foram adotadas pelo governo norte-americano como imposições na negociação das dívidas externas dos países latino-americanos. E acabaram se tornando o modelo do FMI e do Banco Mundial para todos os países do mundo. Nesse sentido, o ajuste proposto pelos organismos internacionais, como forma por meio da qual as economias nacionais tiveram que se adaptar as condições da economia mundial, consistiu, basicamente, como já colocamos, na liberalização financeira e comercial das economias, desregulamentação das relações de trabalho, privatização de setores e empresas lucrativos pertencentes ao Estado, e profundo atrofiamento dos gastos sociais.

completamente destituídos de direitos (FONTES, 2008, p. 32). Pior ainda, desprovidos do próprio horizonte de possibilidade de vir a conquistá-los, pela própria desigualdade interposta entre eles, erigida como separação hierárquica não apenas no interior das empresas, mas entre empresas e no conjunto da vida social. Não é por acaso que grande parte das formas de absorção da força de trabalho está pautada na mais profunda vulnerabilidade e precarização.

[...] a subcontratação organizada abre oportunidades para a formulação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista ('padrinhos', 'patronos' e até estruturas semelhantes a da máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo [...]. Em todos esses casos, o efeito é uma transformação do modo de controle do trabalho e do emprego [...] umas das grandes vantagens do uso dessas formas de processo de trabalho e de produção pequeno-capitalista é o solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes. Nelas, a consciência de classe já não deriva da clara relação de classe entre o capital e o trabalho, passando para um terreno muito mais confuso dos conflitos interfamiliares e das lutas pelo poder num sistema de parentesco ou semelhante [...] que contenha relações sociais hierarquicamente ordenadas (HARVEY, 1996, p. 145-146).

Conforme Tavares (2006), embora o emprego formal já não tenha a mesma centralidade na sociedade capitalista, a matriz Estado-empregadores-assalariados permanece sendo o paradigma para a reprodução do capital. Se indivíduos da classe trabalhadora não conseguem vender a sua força de trabalho, só lhes resta a possibilidade de encontrar os seus meios de subsistência mediante uma atividade por conta própria, o que não quer dizer que este trabalhador tenha autonomia.

A internacionalização do capital e o processo de acumulação flexível intensificaram amplamente o padrão de desenvolvimento desigual. A máxima rentabilidade para o capital depende, hoje, cada vez menos, do crescimento absoluto ou da expansão para fora e mais da redistribuição e de uma brecha, cada vez mais, extensa entre ricos e pobres, tanto no interior das nações-Estado como entre elas (WOOD, 2005).

Contudo, a mundialização da economia capitalista não poderia ser pensada sem a redução das fronteiras (heteronomização) das nações-estado, processo viabilizado pela implantação do neoliberalismo, "cuja essência é o afastamento dos obstáculos legais e políticos a circulação do fluxo de mercadorias e dinheiro" (BEHRING, 1998, p. 182). E, em decorrência disso, "o Estado-nação adquiriu novas funções como um instrumento da competição. Em todo o caso, o Estado-nação é o principal agente da globalização" (WOOD, 2005, p.110). A descentralização das economias e dos mercados, assim como a depreciação

da força de trabalho e dos salários, em todas as partes do mundo dependeu, fundamentalmente, disso.

Ante essa realidade, Behring (1998), reflete que os Estados nacionais têm dificuldades em desenvolver políticas industriais, restringindo-se a tornar os territórios nacionais mais atrativos as inversões estrangeiras, ou seja, convertem-se em ponto de apoio das empresas, que, por sua vez, se tornam “organizações de governo da economia mundial” (p.183). Ora, o horizonte dos monopólios é a supressão da concorrência para o comando da produção e, conseqüentemente, a concentração e centralização das riquezas sociais, internacionalmente produzidas. A mundialização do capital forjou as condições propícias para isto. E as catastróficas conseqüências sociais, políticas e ambientais não parecem ser questões centrais à preocupação do grande capital.

Notadamente, a volatilidade do mercado (característica central da acumulação flexível) em detrimento da organização do trabalho, tem destituído os espaços sócio-ocupacionais (postos de trabalho), e com isso ampliado a competitividade entre os sujeitos da classe trabalhadora⁵⁵, impondo-lhes um padrão de absorção baseado na precarização e flexibilização. Pois, na medida em que a propriedade dos títulos se tornou líquida, para os acionistas, o capital físico e, sobretudo, os assalariados devem ter a mesma “liquidez”, a mesma flexibilidade, com a possibilidade de serem descartados (CHESNAIS, SERFATI e UDRY, 2005). Essa liquidez se expressa com maior evidência no mercado de trabalho. Cada vez mais interessa ao capital

reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins [...] os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo (HARVEY, 1996, p. 144).

Essa dinâmica da volatilidade parte da lógica de desregulação ampliada dos mercados nacionais. Apenas para retomar o que colocamos a pouco, a abertura generalizada das

⁵⁵ O crescimento das disputas entre os trabalhadores é uma realidade assustadora. Possui proporção similar a expansão do capital, isto é, não ocorre apenas na circunscrição de cada país, transgride as fronteiras dos mercados nacionais. A expulsão de gigantescas massas de trabalhadores do mercado de trabalho, parcela constituinte daquilo que Marx chamou de universo sobranter ou massa supérflua para o capital, revela que o sistema capitalista não possui a capacidade de integrar todos os indivíduos nos processos coletivos de trabalho. O exercito de reserva é resultante da acumulação capitalista e, portanto, se torna indispensável a esta, pois é um componente ineliminável da dinâmica capitalista. Quanto aos trabalhadores, concerne-lhes o desafio de enfrentar as imposições do mercado de trabalho. E por falar nesse desafio, no decurso histórico da vida social presente, assistimos a mais sorradeira banalização e naturalização da barbárie, da qual as práticas xenófobas, por exemplo, são mais um indício do exacerbado nível de competição entre trabalhadores no mercado de trabalho “mundializado”.

fronteiras, facilitou a internacionalização do capital (especialmente o financeiro evidentemente sob o comando dos países centrais), adentrando, avassaladoramente, nas economias periféricas. A desfavorável concorrência com os monopólios internacionais tem levado a falência grande parte das indústrias nativas dos países periféricos e, junto com elas, postos de trabalho⁵⁶.

Há, hoje, uma fração moderna do trabalho informal, que longe de ser uma atividade à margem do núcleo formal da economia, participa diretamente do processo de acumulação do capital, como é o caso de indústrias nacionais e internacionais que utilizam o trabalho domiciliar como parte do trabalho coletivo (TAVARES, 2006). Tal relação implica, geralmente, mais sobretrabalho sem os custos sociais correspondentes para o capital. Em outras palavras:

a acumulação flexível tenta esconder relações que articulam mais-valia absoluta e mais-valia relativa, mediante uma rearrumação de formas pretéritas da produção de mercadorias, nas quais se inscrevem cooperativas de trabalho, trabalho domiciliar, empresas familiares, e tantas outras formas de trabalho precário, que os liberais conseguem enxergar como espaços de autonomia e de independência do trabalhador (TAVARES, 2006, p. 2).

Não nos espanta que os agudos contrastes radicados nas atuais relações de exploração do trabalho, sejam tomados pelos contornos ideológicos das classes dominantes como potenciais formas de redenção dos trabalhadores. Vivemos um tempo em que a reatualização das formas de exploração se consolida a partir da ampla subsunção real e formal do trabalho ao capital, com o auxílio de práticas consideradas libertárias do ‘despotismo de fábricas’ e vitalizadoras da liberdade do indivíduo que continua explorado, mas se pensa livre (MOTA e AMARAL, 1998). Ora, é uma contradição verdadeiramente grotesca a defesa de que numa economia inteiramente dominada pelo capital, seja possível haver alguma organização autônoma do trabalho.

Portanto, é preciso demonstrar que o papel de dominação social e político da minoria sobre a maioria, que está ligado a venda e a não-venda da força de trabalho (ou seja, ao desemprego e ao fantasma permanente do mesmo), tem aumentado como consequência da polarização das riquezas; mas que isto também ocorre em um momento no qual a tecnologia

⁵⁶ As exportações do Brasil assumiram cada vez mais ao perfil de um país de produção primária [insumos, recursos naturais e agrícolas]; as exportações de ferro, soja, açúcar, sucos cítricos e madeira só fizeram crescer, enquanto seu setor industrial estancou-se devido às taxas de lucro mais altas do mundo (18,5%) e à queda das tarifas alfandegárias. Mais de 25 mil operários do calçado perderam seus empregos devido às baratas importações chinesas (PETRAS, 2006).

permitiria dar um salto colossal na libertação dos homens do trabalho⁵⁷ (CHESNAIS, SERFATI e UDRY, 2005). De acordo com esses autores, a origem do atual desemprego das massas está:

Na liberalização, na desregulamentação e na privatização características da presente fase de globalização do capital, bem como na crescente concentração desta propriedade e na submissão da atividade produtiva a imperativos cada vez mais estreitos de valorização extrema. Onde não há desemprego em massa, encontramos “pobres no trabalho” e os inumeráveis mecanismos de exploração de um trabalho “flexível” e disponível a todo o momento (CHESNAIS, SERFATI e UDRY, 2005, p. 286).

Ao analisar as tendências contemporâneas do mundo do trabalho e as condições de vida das massas trabalhadoras, Braga (2017) invoca o conceito de precariado como definição mais flagrantemente apropriada à sua caracterização.

O precariado é um amálgama de diferentes grupos, porque tem uma parcela de gente jovem, que vem de muitas classes sociais. O mercado brasileiro é muito segmentado e muito segregado. Mesmo em setores tradicionais estes jovens não conseguem empregos de classe média, então eles tendem a atravessar o processo de proletarização e acabam não conseguindo reproduzir aquela que foi a trajetória sócio-ocupacional das gerações anteriores. Isto por si só já introduz um elemento que é de diversidade. E esta segregação aumenta a desigualdade. As mulheres trabalhadoras ganham muito menos que os homens trabalhadores, os negros ganham menos, e conseqüentemente as mulheres negras ganham menos que os homens negros. A informalidade também é central para entender o exército de microempreendedores. [...] Então, juntando isso tudo, temos como resultado uma ampliação do precariado [...] muito heterogênea, e composto por grupos que não se comunicam uns com os outros (BRAGA, 2017, n.p.).

Embora alteradas as formas de manifestação da luta de classes, o conflito social de classes antagônicas não deixou de existir nem de se expressar. Na verdade, o arrefecimento das lutas sociais, corresponde “a uma realidade material, a forma como o mundo social é realmente organizado pelo capitalismo” (WOOD, 2005, p. 108). Aliás, é preciso chamar a atenção, que, os efeitos mais imediatos do capitalismo limitaram o conflito de classes às unidades individuais de (re)produção, descentralizando e localizando a luta de classes. E ao espriar-se na conformação da sociabilidade e da cultura, reconfigura o Estado e a sociedade civil, redimensionando as lutas sociais (IAMAMOTO, 2008).

⁵⁷ É uma evidência que o desenvolvimento tecnológico alcançado pela humanidade tornou possível a disponibilização de maior tempo livre aos indivíduos sociais. Mas o uso social que o capital faz dele não está voltado para esta perspectiva. Muito pelo contrário, favorece as perversas estratégias de expropriação vital da classe trabalhadora, no sentido de favorecer mais que nunca a expropriação do trabalho e a maximização dos lucros. E estes conteúdos regressivos, precisam ser evidenciados e negados na luta dos trabalhadores, vítimas do desemprego estrutural.

Se pensarmos no papel desempenhado, sobretudo, pelo Estado, na garantia da reprodução social, veremos por que a luta por direitos e políticas sociais representa uma questão central na atual agenda de lutas e no cotidiano de vida da classe trabalhadora. As políticas sociais representam ganhos para os trabalhadores, o que significa, ainda que brandamente, a imposição de limites à usura do capital. Não é por acaso que a classe capitalista mundial se empenhou em elidir as conquistas históricas da classe trabalhadora no campo dos direitos sociais e trabalhistas, verificados na experiência histórica dos países centrais e de forma muito pífia na realidade dos países periféricos, no período glorioso da produção e acumulação capitalistas do pós- segunda guerra.

Por essa razão não podemos compreender o contexto de perda e degradação dos direitos e das políticas sociais sem contextualizar sua articulação com a política econômica e a luta de classes, pois elas são processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e lutas de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo (BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

O longo movimento industrializante da primeira e da segunda revoluções industriais, por suas formas técnicas, virtualmente abriu o caminho para a formação de grandes massas de trabalhadores que, apropriando-se dessa relação em dialética com o socialismo, deram lugar à classe operária. Tratou-se de um movimento no sentido da publicização das relações. A publicização aparece como um processo em que os canais privados são insuficientes para o processamento das relações operário/assalariado/patrão, seja do ponto de vista da enorme ampliação do conflito, seja do ponto de vista da acumulação do capital. Sabem-se os resultados que produziu: a constituição de uma sólida classe social, o deslocamento do conflito do contrato mercantil para o campo dos direitos sociais, e, no limite, pelo papel do fundo público na acumulação, uma espécie de poder de veto sobre o capital. Este é o fundo do conflito do qual emergiu, como reação, o neoliberalismo (OLIVEIRA, 2000, p. 17-18).

As condições históricas que determinaram o surgimento do operariado trouxeram consigo os elementos impulsionadores de sua formação política, remetendo-o à condição de classe para si, quando empenhou explicitamente uma luta social contra outra classe (a classe capitalista). Sem o primado da transformação política, as possibilidades colocadas no terreno da economia não necessariamente se realizam. A publicização da qual fala Oliveira (2000), nada mais é do que a politização de um tensionamento econômico real, isto é, a classe só atinge uma consciência política porque a relação social da exploração, da compra e venda da força de trabalho é uma condição social concreta. Ainda que secundária a influência político-ideológica não deixou de ser decisiva, em termos de afirmação da classe. A existência da

dimensão político-ideológica não implica hierarquização da importância das esferas (política ou econômica) na dinâmica social, pois na prática elas são uma unidade dialética.

Outro aspecto fundamental a ser ressaltado na passagem de Oliveira (2000) é de como a luta de classes produz canalizações e mediações estruturalmente contraditórias, a exemplo do fundo público. Como resultado do conflito estrutural da sociabilidade classista, essas estruturas político-econômicas são eivadas, a cada contexto histórico, de incidentes mobilizações política e ideológica das classes em confronto, ainda que, seu direcionamento tenha predominante funcionalidade à reprodução do sistema capitalista. Segundo Oliveira (1998)

[...] a transferência para o financiamento público de parcelas da reprodução da força de trabalho é uma tendência histórica de longo prazo no sistema capitalista; a expulsão destes custos do “custo interno de produção” e sua transformação em socialização dos custos foi mesmo, em algumas sociedades nacionais, uma parte do percurso necessário para a constituição do trabalho abstrato (p. 22, grifos do autor).

Na análise de Oliveira (1998), o conceito de fundo público busca apreender os processos próprios da regulação capitalista, especialmente, do pós-segunda guerra. Salvador (2010) defende que, na visão do autor, a formação do sistema capitalista é historicamente dependente de recursos públicos, e a diferença no *Welfare State* é que deixa de ser provisório e passa a ser, no capitalismo contemporâneo, abrangente estável e marcado por regras pactuadas pelos principais grupos sociais e políticos. O fundo passou, assim, a ser o “pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais” (OLIVEIRA, 1998, p. 19-20).

É nesses termos que o pressuposto fundamental à compreensão do fundo público está localizado no processo da luta de classes. Na tentativa de expor esse pressuposto Oliveira (1998) apresenta a seguinte argumentação acerca do fundo público

Ele não é, portanto, a expressão apenas de recursos estatais destinados a sustentar ou financiar a acumulação de capital; ele é um mix que se forma dialeticamente e representa na mesma unidade, no mesmo movimento, a razão do Estado, que é sociopolítica, ou pública, se quisermos, e a razão dos capitais, que é privada. O fundo público, portanto, busca explicar a constituição, a formação de uma nova sustentação da produção e da reprodução do valor, introduzindo, mixando, a mesma unidade, a forma valor e antivalor, isto é, um valor que busca mais-valia e o lucro, e uma outra fração, que chamo de antivalor, que por não buscar valorizar-se *per se*, pois não é capital, ao juntar ao capital, sustenta o processo de valorização do valor (p. 53).

A despeito das polêmicas que a tese do antivalor suscitou no debate⁵⁸, acerca do fundo público, vale ressaltá-la nos seus aspectos contributivos à compreensão da unidade dialética das dimensões econômicas e políticas que envolvem a estrutura do fundo público, sob o capitalismo, que, evidentemente, só pode se constituir, a partir do excedente da riqueza social global.

As razões pelas quais o fundo público assume um papel estrutural no processo de acumulação do capital são, de fato, pautadas pelo nível intensivo da luta de classes no capitalismo monopolista. Contudo, é fundamental compreender que a engrenagem da sua constituição não se aparta dos designios da lei do valor e, por essa razão mesmo, é que a ela se torna funcional. A constatação dessa contradição se efetiva sem prejuízo do reconhecimento dos ganhos e avanços civilizatórios da importante mediação política que o fundo público realiza na história recente do capitalismo ocidental.

Na perspectiva de compreender a engrenagem da sua constituição mais geral, vale lembrar que desde a “era dourada” do capitalismo monopolista, o Estado exerce um papel diferencial em relação à força de trabalho, ao desonerar o capital de boa parte dos ônus da preservação da força de trabalho, que passam a ser financiados pelos tributos da massa da população, financiamento que assegura a prestação de uma série de serviços públicos (NETTO e BRAZ, 2006). É dessa maneira que o fundo público participa da reprodução geral do capital, “seja por meio de subsídios, negociação de títulos e garantias de condições de financiamento dos investimentos dos capitalistas, seja como elemento presente e importante na reprodução da força de trabalho, única fonte de criação do valor na sociedade capitalista” (SALVADOR, 2010, p. 91).

Na realidade, o orçamento público sempre desempenhou papel fundamental nos processos da acumulação capitalista, seja em períodos de estabilização ou crise econômica. Ou seja, como em momento algum o capital prescindiu da estrutura estatal, hoje, mais que nunca necessita dela para manter as condições de acumulação e de competitividade em várias formas, incluindo subsídios diretos e operações de resgate financiadas pelos contribuintes. O

⁵⁸ Dentre as argumentações que se estabelecem nesse debate destacamos a contraposição à tese do antivalor na análise apresentada por Behring e Boschetti (2006,) na qual, defendem que o fundo público não poderia ser considerado um antivalor, uma vez que participa de forma direta e indireta do ciclo de produção e reprodução do valor. O fundo público não gera diretamente mais-valia, porém, tenciona pela contradição entre a socialização da produção e a apropriação privada do produto, atua apropriando-se de parcela da mais-valia, sustentando num processo dialético a reprodução da força de trabalho e do capital, socializando custos da produção e agilizando os processos de realização da mais-valia, base da taxa de lucros que concretiza com a conclusão do ciclo de rotação do capital (BEHRING E BOSCHETTI, 2006, p. 176).

capitalismo precisa do Estado, sobretudo, “para preservar a disciplina do trabalho⁵⁹ e a ordem social diante da austeridade e da “flexibilidade” e para acrescentar a mobilidade de capital, ao mesmo tempo em que bloqueia a mobilidade dos trabalhadores” (WOOD, 2005, p. 110).

O que se impõe como questão crucial na ordem do dia, do ponto de vista do capital, são as demandas da crise financeira, ou seja, a recomposição das taxas médias de lucro. Petras (2009) chama a atenção para o papel essencial que o Estado desempenha no atual período de crise financeira: “o papel do Estado (que estamos assistindo) não é o de canalizar dinheiro para empresas de propriedade pública visando empregos e salários para os trabalhadores, mas direcioná-lo para capitalistas que fracassaram no mercado competitivo” (p. 11). No fundo, não se trata apenas da intervenção do Estado em si, mas da intervenção do Estado em favor de um projeto econômico. Na análise do autor há, nesse contexto atual, uma perspectiva de crescimento da estatização, mas, não uma estatização progressista. Nessa prospecção, o autor aponta um crescimento vasto do papel do Estado, direcionado para canalizar recursos públicos para salvar o empreendimento privado em colapso.

É por essa razão, que, em contextos de crise de acumulação as políticas e os direitos sociais representam para os interesses do capital uma grande ameaça. A crise do Estado providência é comumente mais associada à produção de bens sociais públicos e menos à presença dos fundos públicos na estruturação da reprodução do capital, o que confere um caráter eminentemente ideológico à crise (OLIVEIRA, 1998). Na mesma perspectiva, Berhing (2003) reflete que, no contexto de implantação do ideário neoliberal, as políticas sociais passam a ser caracterizadas por meio de um discurso nitidamente ideológico. Ou seja, “paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e devem ser acessadas via mercado. Evidentemente, nessa perspectiva deixam de ser direito social” (idem p. 64) e passa a incrementar um processo de aguda privatização, constantemente, induzido e expansivo nesse terreno.

O neoliberalismo enquanto projeto político-ideológico da burguesia imperialista tem como escopo fundamental a reestruturação da intervenção pública estatal (leia-se com indução permanentemente restritiva aos direitos sociais) na regulamentação da relação capital x trabalho, nas mais diversas realidades nacionais. A expansão mundial desse ideário resultou numa profunda contração dos rendimentos da população, afetou a capacidade de consumo, aumentou a superprodução de mercadorias, agravou as modalidades de superacumulação de capital e, por conseguinte, a intensificação das formas de exploração e superexploração da

⁵⁹ Essa disciplina se impõe tanto pela violência quanto pelo convencimento, pois coerção e consenso também atuam no âmbito das relações produtivas (FONTES, 2008).

força de trabalho mundialmente. Assim, os conflitos entre as classes dominantes se processam em um novo cenário de negócios globalizados, fazendo perdurar, sobre esse mesmo cenário, o retrocesso que impôs aos trabalhadores.

Na verdade, como indica Fontes (2008), o que vem ocorrendo não é apenas a conversão em mercadoria algo que não o era, mas um efetivo processo social de expropriação.

Em última instância trata-se de assegurar

[...] a permanência e expansão das relações sociais que nutrem o capitalismo. A expropriação permanece, portanto, o fulcro central da exploração capitalista, à qual corresponde, no extremo oposto da mesma relação, a concentração de recursos sociais (meios de produção e subsistência) aptos a se converterem em capital, para serem valorizados, aplicados à própria exploração de trabalhadores (Idem, p. 28).

Isso tem se evidenciado, na era das finanças, como o processo em que o capital realiza novos impulsos nas suas formas de expropriação, através da apropriação privada de atividades que escapavam a mercantilização, a exemplo dos sistemas de proteção social coletivos construídos pelos assalariados, no curso da história, que passam por drásticos processos de supercapitalização e de desmantelamento. Como nos chama a atenção Chesnais, Serfati e Udry (2005), o que encontramos, no coração do pensamento neoliberal, é a glorificação, levada às suas últimas conseqüências, do “individualismo proprietário”, o individualismo centrado sobre a propriedade privada.

A ofensiva burguesa, segundo Oliveira (1998), tem abalado os fundamentos da democracia moderna, convertendo o Estado a uma completa subordinação ao capital, num verdadeiro banquete dos ricos. Essencialmente, é o dinheiro público que assume as dívidas privadas de corporações e a restauração da economia de mercado. Assim, no fim do ciclo regressivo elas, sempre, voltam para o capital privado. Petras (2009) afirma que, na atual conjuntura, não será diferente, veremos, portanto, um vasto crescimento da intervenção econômica pelo Estado, inclusive com a nacionalização e enorme gasto de impostos⁶⁰. É importante compreender este movimento de nacionalização e, sobretudo suas finalidades, para

⁶⁰ O que o Estado brasileiro viveu nos últimos anos é bastante ilustrativo desse processo. O Estado nacional canalizou prioridades de gastos em torno de uma programática de desenvolvimento capitalista a base de um endividamento de alto custo ao orçamento público, descolada dos interesses e das necessidades fundamentais da esmagadora maioria da população brasileira. O que está em curso no Brasil é execução de uma agenda político-econômica privatista, cujo vetor crucial é a parceria público/privado em todos os setores da intervenção estatal. Os investimentos bilionários com a modernização e construção de novas infra-estruturas, sobretudo, para a realização de mega eventos (copa do mundo e olimpíadas, por exemplo) são expressões da bárbara punção no orçamento público que beneficia diretamente o grande capital nativo e internacional, em detrimento da agenda social e dos interesses da classe trabalhadora brasileira.

que não se alimente falsas esperanças com as medidas tecnocratas de governos burgueses. Pois, não se pode esperar que um governo que assume dívidas enormes, nas quais o pagamento dos juros compromete altas parcelas do orçamento federal, consiga encarar despesas sociais para aumentar ou mesmo manter determinados programas sociais⁶¹. Essa questão, em outros termos, expressa nitidamente a contraditória disputa de interesses sócio-econômicos e políticos que permeia a esfera do Estado e do fundo público.

No caso brasileiro a política econômica tem conformação que privilegiam a manutenção do superávit primário, a Desvinculação de Receitas da União, que desvincula recursos arrecadados de impostos e contribuições – fontes da seguridade social – para o pagamento de dívida pública e manutenção do superávit [...]; taxas de juros parametradas pela selic [...]; apostas (e incentivos) na política do ‘exportar é o que importa’, com base no agronegócio, que não é gerador de empregos nem se volta para o mercado interno de massas; o inesgotável pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública, nossa sangria diária de força produtiva para os credores nacionais e internacionais [...] (BERHING, 2004, p.63).

Segundo Iamamoto (1998) no Brasil, a argumentação oficial defende que o empresariado tem um gasto adicional maior com os encargos sociais do que com a remuneração direta do trabalhador, ou seja, com o que ele recebe. A partir disso, propala-se que as despesas relativas ao custo social do trabalho são muito elevadas no país e, assim, elabora-se a justificativa do processo de desregulamentação do trabalho, o que significa a pulverização dos direitos sociais do trabalho. “Daí [parte] o consenso, partilhado pelo Estado [burguês] e pelo empresariado, para reduzir os gastos sociais e flexibilizar o custo do trabalho no país” (p. 45). Nesse caso, verifica-se, concretamente, um incontornável teor ideológico no discurso dominante, na perspectiva de tentar legitimar a rentabilidade do capital em detrimento da reprodução do trabalho. Pois na ordem burguesa, as determinações ideológicas, fundadas no liberalismo, são portadoras de oportunismos capazes de atribuir sentidos

⁶¹ Como já nos referimos anteriormente (conferir nota de rodapé 31), a EC 95/2016 é uma das mais expressivas tendências desse processo permanente de destruição dos direitos sociais e das garantias sociais conquistadas pela classe trabalhadora ao longo de gerações. Behring (2018) a chama de “uma espécie de Cavalo de Troia que indexa os gastos primários do governo federal à inflação do ano anterior, poupando os juros, encargos e amortizações da dívida pública, algumas transferências constitucionais e as chamadas empresas estatais independentes, pessoas jurídicas de direito privado que podem realizar operações financeiras com debêntures e títulos podres da dívida ativa. O discurso da EC é o de realizar para entregar um país saneado e que volte a crescer. Apesar da dívida brasileira ter chegado em 2016 a 4,2 trilhões, a relação dívida PIB se mantinha em 55% em 2014, e aumentou para 70,1% em 2016” (p. 65). Contudo, segue a autora: “é preciso comparar para pensar se há uma necessidade de uma medida tão destrutiva: em 2002, a relação dívida PIB com FHC era de 81%; a dos EUA hoje, de 101%; da zona do euro hoje, de cerca de 90,7%; do Japão, 229,2%. Os países não estão quebrados como sugerem os defensores dessas medidas. Trata-se de assegurar o superávit primário a qualquer custo, dando garantias aos credores do pagamento da dívida pública (p.65).

completamente diferentes a um mesmo fenômeno, a depender do estágio do desenvolvimento econômico (TAVARES, 2006).

De acordo com Behring (2008), as desigualdades sociais resultante do aumento do desemprego foram agudizadas também por mudanças na composição do financiamento e dos gastos públicos, visto que a maioria dos países passou a ampliar a arrecadação pela via de impostos indiretos, o que acaba onerando toda a sociedade e penalizando os trabalhadores com rendimentos baixos. Diante disso, a autora infere que, a política real é a de direcionar o fundo público como um pressuposto geral das condições de produção e reprodução do capital, diminuindo sua alocação e impacto junto as demandas do trabalho, ainda que isso implique em desproteção social, considerando que este é um mundo no qual não há emprego para todos, donde decorre a perversa associação entre perda de direitos e criminalização da pobreza (BEHRING, 2008).

Por isso, não podemos considerar a reconfiguração do Estado de forma isolada e autônoma das dimensões constitutivas da reprodução social de base capitalista. Como na arena da política o que está em jogo são projetos e interesses de classes, tal trama não se revela nitidamente, como que num campo de batalha aberto, como numa guerra de movimento, em termos gramscianos. Essas lutas se expressam na tessitura das relações sociais com a complexidade de aspectos aparentemente fragmentados, encorajados de dimensões sociais pautadas pelo modo e pelas condições de vida das massas, expressos pela cultural, pela moral e pela ideologia. E dentre outras tragédias políticas, o neoliberalismo vem se sustentando “do cansaço político gerado pela alternância de conservadores e sociais-democratas na administração do mesmo modelo [de poder] (KATZ, 2016, p. 81).

É inegável que nesse novo contexto de recomposição da ofensiva capitalista, a correlação de forças entre as classes sociais se alterou profundamente, registrando-se imenso desfavor às lutas do trabalho. As condições históricas que favoreceram concreta e virtualmente à formação política da classe trabalhadora enquanto classe para si, pelo menos até a crise fordista, foram suplantadas. É verdade, também, que mesmo substancialmente contraditórias, as leis internas de funcionamento e desenvolvimento do capitalismo, não encontraram na luta de classes limites, dito de outra forma, mesmo em profundo descompasso com o desenvolvimento das forças produtivas, as relações sociais de produção não configuraram uma condição de veto ao modo de produção vigente.

Isto se revela, primordialmente, no âmbito da organização da luta política dos trabalhadores, sendo emblemática a predominância de interesses eminentemente imediatos e corporativistas, resultando numa condição fundamental para o capital, na medida em que se

“retrai o âmbito de luta para esse universo, no universo da luta meramente imediata e não se vislumbra nada além da imediaticidade, para além do capital” (ANTUNES, 1996, p. 82). A perspectiva neoliberal e a acumulação flexível empregaram ao projeto capitalista uma dimensão triunfal, pois na medida em que disseminaram o individualismo⁶² e acirraram o nível de competição entre os sujeitos sociais, pulverizaram a solidariedade de classe entre os(as) trabalhadores(as). Ramos (2005) argumenta que a difusão dessa lógica condicionou o alardeamento de uma falsa ideia de que não existe outra alternativa, em termos de projeto societário; o fim da história em contraposição direta ao projeto da modernidade e o pensamento único são expressões desse fetiche que convenceu amplos segmentos inclusive no universo do pensamento de esquerda, em nível mundial.

Para os trabalhadores, além dos impactos objetivos da crise, especialmente em função do desemprego, da precarização do trabalho, dos salários e dos sistemas de proteção social, observa-se a construção de outras formas de sociabilidade marcadas por iniciativas pragmáticas de enfrentamento da crise, fraturando suas formas históricas de organização e esgarçando uma cultura política que comporta alternativas à ordem do capital. (MOTA e AMARAL, 1998, p. 30).

Porém, como nos lembra Petras (2009), os trabalhadores nunca são marginalizados, mas reduzidos em sua capacidade de barganha, com perdas absolutas de renda. Do ponto de vista de reprodução do lucro, o tamanho do excedente de mão-de-obra está relacionado com o declínio de renda e de serviços sociais para os trabalhadores. Mas, a marginalização da renda não significa a dissociação sistêmica dos trabalhadores em relação às operações do sistema capitalista, como a economia política vulgar defende e faz acreditar. Quanto maior for o excedente da força de trabalho, maior será a competição por empregos entre trabalhadores; quanto maior a competição, mais baixos ficam os salários, mais opções terá o capital para negociar contratos. O desemprego tem a funcionalidade estrutural de compressão salarial sobre a massa de trabalhadores empregados, subempregados ou inteiramente disponíveis (sobrante) no mercado, é uma condição essencialmente real e necessária à imposição da recuperação das taxas de remuneração dos diversos capitais nos ombros da classe trabalhadora. Cada vez mais, o desenvolvimento de trabalho temporário, precário,

⁶² É a expressão da construção do indivíduo a partir de um permanente confronto com a estrutura social global e com os outros indivíduos, numa dinâmica de disputas pelas quais, cada individualidade, ao se construir enquanto egoísta e competitiva, constrói também uma sociedade desumana, concorrencial. O individualismo burguês interfere na constituição da substância de cada individualidade sob a hegemonia do capital. Cada um desdobra a sua existência como uma infinita luta contra tudo e contra todos. Sob o capital, a existência humana é reduzida à sua faceta menos humana: ou ser mero cofre para acumular capital ou, então, ser banido da civilização humana reduzindo-se à disputa por um pedaço de pão (LESSA, 2007).

intermitente, isto é, trabalhadores sem contratos fixos e com alta flexibilidade e rotatividade da força de trabalho, torna-se a forma social mais abrangente de incorporação ao mercado de trabalho. Porém, a despeito do que argumentam liberais e neoliberais, em aspecto algum este é um resultado progressista, muito pelo contrário, é o reverso de décadas de organização social.

A recuperação capitalista significa que os trabalhadores pagam pelo prejuízo do capitalismo, a não ser que se tenha um governo diferente, com compromissos sociais diferentes e compromissos de classe diferentes, que procure financiar a recuperação dos padrões de vida dos trabalhadores, que garanta o emprego dos trabalhadores e que intervenha nas fábricas que vão contra essa política – intervir no sentido de assumir o gerenciamento, a direção, o investimento e a política salarial. Não há dúvida alguma de que irão falar sobre “sacrifício igual” dos capitalistas e dos trabalhadores. Mas os capitalistas irão continuar donos das fábricas, sem quaisquer perdas, e os trabalhadores perderão seus salários (PETRAS, 2009, p. 17, Grifos do autor).

Estamos diante de um formidável impulso da acumulação capitalista, profundamente destruidor, e sua destruição primeira incide sobre as formas de luta da própria classe trabalhadora, a qual o capital precisa converter em mera força de trabalho sempre disponível, para a garantia da sua perpetuação (FONTES, 2008). Em outros termos, a lei geral da acumulação possui como premissa básica a reprodução do capital, o que supõe sobrepor o processo de valorização do capital a todo custo. E, com todas as suas contradições, isto só é possível e viável numa sociedade desigual, mantenedoras da propriedade privada e da divisão sócio-técnica do trabalho⁶³. Nesse sentido, a reestruturação produtiva e a reconfiguração do Estado devem ser compreendidas como elementos partícipes de um mesmo processo social que tem no seu horizonte o aprofundamento da disponibilização do trabalho para o capital e, ao mesmo tempo, do disciplinamento da força de trabalho nas novas condições de expropriação e na nova escala da concentração de capitais (idem).

Desde a sua última grande crise do século passado, a recuperação das taxas de lucro do capital tem se processado intensivamente. O capital nunca lucrou tanto quanto nesses últimos trinta ou quarenta anos. E não é absurdo afirmar que a financeirização junto à reestruturação produtiva e a política neoliberal, têm se configurado “‘achados’ [do capital] [...], para novamente impulsionar o dinamismo da extração de sobretrabalho” (GRANEMANN, 2008, p. 61).

Vale retomar um aspecto importante acerca da formação e do significado político do

⁶³. É importante perceber que a acumulação de capital aumenta a divisão do trabalho e a divisão do trabalho aumenta o número de trabalhadores; mutuamente, o número crescente de trabalhadores aumenta a divisão do trabalho e a divisão crescente do trabalho intensifica a acumulação do capital. (MARX, 2005). Vale lembrar aqui, que, capital nada mais é senão a acumulação de sobretrabalho.

Estado. O Estado burguês condensa o poder político que “[...] nada mais é do que a força social apropriada por determinados grupos particulares e posta a serviço da reprodução de uma determinada forma de sociabilidade na qual os interesses desses grupos são predominantes [...]” (TONET, 2011, p.4). Através do aparato jurídico-político instituído socialmente, a liberdade dos indivíduos, quer seja individuais ou coletivas – de organização política ou de expressão -, perpassam a defesa da propriedade privada. Tal defesa ocorre tanto através das bases legais, ou seja, através do Direito⁶⁴; quanto da repressão a qualquer manifestação contundente de insatisfação popular pelas intervenções estatais, que propiciam cada vez mais a acumulação do capital.

Predominantemente, as contradições passaram a ser tratadas e compreendidas como questões de responsabilidade inteiramente individual. Por essa razão, não se pode ter a ingenuidade de pensar que o enfrentamento – pelo menos, não no sentido da sua erradicação - das desigualdades é preocupação para o capital, como quer nos fazer crer o Banco Mundial e o FMI (TAVARES, 2006). Sobre essa tendência Fontes (2008, p. 34) aponta que:

[...] muitos militantes, sinceramente engajados na melhoria das condições sociais da maioria da população, mas (muitas vezes legitimamente) decepcionados com os rumos de muitos partidos, abandonariam a prática (e a reflexão) voltada para o fim das classes sociais, concentrando-se na atividade local, pontual. Apoiados em formas locais de solidariedade e auto-ajuda, empreenderam importantes lutas, mas esbarraram na dificuldade de recursos. O encontro entre intelectuais dispostos a apoiar movimentos que se mantivessem estreitamente nos limites corporativos e lutas sociais que se debatiam com escassez de recursos impulsionou a constituição de entidades de cunho filantrópico, no qual a autonomia reivindicada deixava de ser capaz de produzir contra-hegemonia, não devendo mais forjar uma visão de mundo revolucionária, mas a autonomia de cada segmento, organizado em torno de demandas específicas, de cunho corporativo segundo a conceituação de Gramsci.

A autora complementa dizendo que as múltiplas fontes de financiamento (das agências internacionais do capital e do próprio Estado) apoiaram essa dinâmica, inclusive para fazer frente ao risco de que a internacionalização em curso impulsionasse reivindicações localizadas em direção a uma contestação mais abertamente anticapitalista. E com isso tentam impedir que as lutas específicas, que agem a partir das condições imediatas e respondem aos efeitos da devastação capitalista, convertam-se em fulcros coletivos e internacionalizados de luta anticapitalista (FONTES, 2008).

⁶⁴ De acordo com Tonet (2011, p. 5), “[...] o direito regula a atividade social no interior de uma sociabilidade fundada na desigualdade social [...]” proporcionando, portanto, a própria reprodução dessa desigualdade, já que o solo matizador do Direito é a própria defesa da propriedade privada.

Para Lessa (2007), uma das principais tendências desse fenômeno ideológico, é a perda de nitidez da fisionomia político-ideológica das classes sociais⁶⁵. Uma vez veladas as distinções entre as classes sociais, as propostas centradas numa postura de acomodação dentro da ordem tendem a adquirir maior visibilidade, em detrimento da priorização da luta pela superação da propriedade privada e de toda e qualquer forma de exploração.

Na medida em que a única classe social historicamente interessada na superação da propriedade privada, o proletariado, comparece nas lutas políticas com propostas mais propriamente burguesas ou pequeno-burguesas, centradas quase sempre na manutenção do emprego (isto é, manutenção da exploração do trabalho pelo capital) e na elevação dos salários (isto é, manutenção da extração da mais-valia), a proposta de superação do capital e sua substituição por uma sociedade comunista parece carecer de toda a base social e, portanto, revela-se uma mera utopia no sentido literal de não ter lugar na história. (LESSA, 2007, p. 173).

Os trabalhadores não apenas sofrem as crises e as determinações desse sistema, mas, constroem formas de resistência ao capital. Contudo, as contradições desta sociabilidade só se tornam mediações políticas com perspectivas anticapitalistas na medida em que a afirmação da consciência revolucionária passar a fazer parte do cotidiano e da ação política dos trabalhadores organizados. É óbvio que as lutas cotidianas, a resistência à ordem capitalista, devem ser encampadas com o propósito para além do capitalismo, mas isso perpassa pela defesa das conquistas da classe trabalhadora, sem o constrangimento de entendê-las como um fim em si mesmo.

Considerando o endurecimento das condições reais para o desempenho dessa tarefa política, frente aos desafios de ordem de sobrevivência e de afirmação política que esta sociabilidade impõe ao conjunto da classe trabalhadora, Oliveira (2000) sugere que o conflito de classes possui como clivagem principal a utilização do fundo público, no sentido da afirmação política da classe trabalhadora. A orientação político-intelectual da esquerda necessita atentar para esse fato, sem o prejuízo de qualquer desvio ao escopo revolucionário. A relevância do que propõe nosso autor consiste numa compreensão estratégica na perspectiva de fomentar um projeto de unificação política dos trabalhadores alternativa às suas burguesias e à rapinagem do capital imperialista, na sua forma fictícia, pois sem base material unificadora não há classe social no sentido político. Ignorar essa condição é incorrer a graves equívocos de análise e de ação.

⁶⁵ O autor lembra que esse fenômeno ideológico é apenas e tão-somente um fenômeno ideológico. Ou seja, “não cancela as determinações das classes sociais pelo fundamento ontológico do lugar que as mesmas ocupam na estrutura produtiva da sociedade” (LESSA, 2007, p. 172).

Por outro lado, é necessário compreender as limitações e os riscos que ligam essa estratégia política à decadente experiência trabalhista social-democrata nos países imperialistas centrais, do século passado, e na nossa experiência recente. Esse alerta não despreza os ganhos “civilizatórios” dessa experiência, sobretudo no que diz respeito à afirmação política da classe operária e trabalhadora, em perspectiva global, mas, não se deve furtar, igualmente, o reconhecer de que o reformismo, o revisionismo e o transformismo se apresentam como tendências dessa experiência histórica.

A acomodação social dos segmentos trabalhistas frente aos ganhos permitidos pelo modelo de acumulação fordista, pelas políticas do *Welfare State*, consolidou a tradição de uma tendência já identificada por Lênin na aurora do século XX, e antes dele Marx e Engels também identificaram: de que o capitalismo tende, em certos momentos do seu desenvolvimento, à formação de camadas “privilegiadas” do operariado que passam a ter modos de vida próximos à pequena burguesia, ou ainda, uma “aristocracia operária”.

A estratégia da luta pelo fundo público e sua partilha como forma de socialização da riqueza social, supõe, na perspectiva dos trabalhadores, uma luta política e social muito mais abrangente, que perpassa pelo amplo controle popular e pela proteção coletiva dos fundos públicos vinculados ao trabalho e não apenas do seu controle imediato, burocrático e corporativo, mas, tal luta deve também influir ativamente sobre a taxação da propriedade do capital privado nas suas formas produtiva e monetária. Aqui não se trata de apostar numa luta social-democrática no sentido histórico de sua realização como farsa (em termos da filosofia hegeliana), até porque a fase atual de desenvolvimento do capital imperialismo⁶⁶, não permite reedições desse tipo, embora tenhamos identificado processos recentes que se desdobram como formas tardias e muito caricaturais dessa tradição, na nossa realidade periférica.

A ordem de grandeza dessa problemática nos faz compreender de que maneira essa dinâmica totalitária do endividamento público corresponde à tragédia social produzida pela era do capital imperialismo. Atualmente, a indústria da dívida pública tem entre os seus principais e lucrativos negócios, mecanismos de valorização dentre os quais aparecem os “fundos de pensão”, os conhecidos investidores institucionais que envolvem, “fundos coletivos de aplicação, sociedade de seguros, bancos que administram sociedades de investimentos, operando, portanto, no sentido da captura do fundo público para uma fração da burguesia financeira” (SALVADOR, 2010, p. 108).

⁶⁶ Vale frisar que esse termo é referente à compreensão tratada por Fontes (2010) sobre o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Vale conferir a atualização da leitura histórica e categorial desse conceito feita pela autora, que parte do contributo leniniano à elucidação do capitalismo monopolista do início do século passado, tema discutido no capítulo anterior.

A problematização sobre o desenvolvimento e a ampliação desses instrumentos e mecanismos financeiros, na realidade do capitalismo brasileiro, conforma o debate apresentado nos próximos capítulos, especialmente, nos dois últimos capítulos deste trabalho. O capítulo que se segue, é uma espécie de preâmbulo à discussão sobre a conformação da hegemonia do capital financeiro entre nós. Trata-se de uma breve recuperação sobre a formação da classe operária brasileira e da sua “aristocracia”. Agente político do reformismo neoliberal subsidiário à provisória restauração do capital imperialista no Brasil recente.

CAPÍTULO 3 - O ESTADO E A ARISTOCRACIA OPERÁRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Durante os trinta anos dourados, a degradação das condições de trabalho dos operários e dos trabalhadores em geral esteve articulada a dois outros fenômenos. Por um lado, ocorreu a integração dos sindicatos ao Estado burguês, com a resistência operária sendo desorganizada de forma sistemática e persistente - a partir da formação da “aristocracia operária”, fornecedora de parte significativa da base social do reformismo contemporâneo – por outro, as transformações na base produtiva do capital revolucionou a sua a composição orgânica do capital, fornecendo a outra opção da base social do reformismo, qual seja: o gigantesco descolamento da força de trabalho, das indústrias, para o setor de serviços (LESSA, 2012).

Não há dúvida que a social democracia aprofundou a reforma social, impregnando a revolução dentro da ordem de conteúdos e esperanças inovadores. Porém ela se confundiu com o *Welfare State* a ponto de esquecer que seus símbolos, ideologias, utopias e funções revolucionárias jamais deveriam ser meios para a defesa e reprodução da sociedade civil lastreada no capital oligopolista. Essa é análise que Fernandes (1991) faz ao dizer que o que se auto-proclamou como socialismo, na Europa, reduziu-se, desde o início do século XX, a uma social-democracia pequeno-burguesa deturpada, que entregou a cabeça aos capitalistas e o coração aos assalariados. Incorporados à participação eleitoral e às instituições oficiais, os social democratas renegaram primeiro o marxismo e, depois, o socialismo propriamente dito.

O autor argumenta que o esforço histórico do movimento operariado mundial desenvolveu táticas de organizações culturais, sindicatos, centrais operárias e partidos políticos, o que conferiu ao movimento operário uma rica experiência no manejo da luta de classe para forçar inovações tópicas “melhoristas” e “reformistas” ou para separar as “revoluções dentro da ordem” exequíveis das “revoluções contra a ordem” utópicas (ibidem). Porém, isso não impediu a interrupção da revolução burguesa, a partir de cima, e sucessivos congelamentos prolongados da estabilidade política “em defesa da ordem”. Mas, o crucial é que os trabalhadores se incluíram, como e enquanto classe, entre os agentes históricos, forçando a maioria das grandes transformações sociais do mundo moderno, que figuram na consciência burguesa e na ‘história oficial’ como inovações das elites no poder (FERNANDES, 1991, s/p).

Entre as transformações repontam desde a modificação das condições de trabalho, da jornada de trabalho, elevação dos salários, redistribuição da renda e padrões decentes de vida,

até a participação simbólica dos trabalhadores na administração da empresa, a conquista de códigos de trabalho mais equitativos, da seguridade social, da expansão e da democratização do ensino, dentre outras conquistas. Tais conquistas, tão ameaçadas e deterioradas, hoje em dia, são, não apenas, expressões da luta de classes sob o capitalismo maduro, mas também a determinação explícita das clivagens no interior das próprias classes trabalhadora na sua constituição mais ampliada. Da experiência expansionista do capitalismo imperialista, na sua fase, fordista, destacam-se as camadas privilegiadas do operariado mundial, isto é, a aristocracia operária.

Foi o imperialismo que produziu as condições de sua origem, viabilizadas pela dinâmica escalada de exportação de capitais, como já amplamente demonstrado. Cabe, doravante, verificar de que maneira e, a partir do pressuposto do desenvolvimento desigual e combinado, as particularidades desse processo na realidade de uma economia periférica e dependente como a brasileira.

3.1 A “modernização” do capitalismo brasileiro e a formação de uma "aristocracia operária"

O fim da Segunda Guerra Mundial delimita o início de uma nova era, na qual a luta do capitalismo por sua sobrevivência desenrola-se em todos os continentes, pois onde não havia revoluções socialistas vitoriosas, surgiam forças fortes e movimentos socialistas ascendentes. Nessa situação, o controle da periferia passa a ser vital para o “mundo capitalista”, não só porque as economias centrais precisam das suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nelas se achava o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo. Onde a oportunidade não fosse aproveitada ou fosse perdida, a alternativa seria o alargamento das fronteiras do “mundo socialista” e novas transições para o socialismo (FERNANDES, 2006).

A própria implantação, a posterior irradiação e a consolidação do padrão de desenvolvimento monopolista nas economias periféricas teriam de assumir um caráter especificamente político. De um lado, as dimensões dos projetos, dos recursos materiais e humanos envolvidos, dos prazos de duração forçaram as grandes corporações, e através delas os governos das nações hegemônicas e suas organizações internacionais, a colocarem em primeiro plano os requisitos políticos da transformação capitalista da periferia.

‘Sem estabilidade política não há *cooperação econômica*’, eis a nova norma ideal do comportamento econômico ‘racional’, que se impõe de fora para dentro, exigindo das burguesias e dos governos pró-capitalistas das nações periféricas que ponham ‘a casa em ordem’, para que pudessem contar com a viabilidade do ‘desenvolvimento por associação’ (FERNANDES, 2006, p. 297).

O autor defende que, nessa fase, a economia brasileira já não concorre, apenas, para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista no exterior: ela se incorpora a esse crescimento, aparecendo, daí em diante, como um de seus pólos dinâmicos na periferia⁶⁷. A transição estrutural e histórica para o padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista, nas condições assinaladas, alterações tão profundas dos mecanismos de mercado, na organização do mercado financeiro e de capitais, nas dimensões da produção industrial, e medidas correlatas tão complexas, referentes à política econômica e à aplicação de incentivos que privilegiam as economias industriais de escala e exportação, que ela se torna impraticável sem um apoio interno decidido e decisivo, fundado na base de poder real das classes possuidoras, dos estratos empresariais mais influentes e do Estado⁶⁸ (FERNANDES, 2006).

Em termos gerais, é indiscutível que, a disputa entre modelos capitalistas de desenvolvimento econômico para o Brasil, implicou numa disputa política permanente pelo controle do poder estatal. A liderança de uma perspectiva liberal modernizadora, representada por Vargas, aparelhou a estrutura de Estado redefinindo os rumos da economia e da política nacionalmente. A modernização da economia, sobretudo, pressupôs a formação de estratégias

⁶⁷ Vale uma nota importante para compreender essa questão. Com a eclosão da I Guerra Mundial guerra, a exportação de produtos primários e importação dos industrializados foram subitamente interrompidas. “[...] Logo, contudo, novas possibilidades surgiram. A própria necessidade da economia de guerra dos países beligerantes restabeleceu e ampliou a exportação de bens primários brasileiros. Ao mesmo tempo, faltavam produtos industrializados para importarmos, já que para o capital imperialista era mais lucrativo produzir para a guerra do que para consumo dos nossos oligarcas. Os preços dos produtos industrializados em nosso país subiram e estimularam o investimento na sua produção. Por essa via transversa e meramente conjuntural, o país começou a se industrializar. [...] Não nos industrializávamos impulsionados por um mercado mundial nem com base em um acúmulo secular de capital que foi o essencial da Acumulação Primitiva; nossas indústrias surgiram para atender ao consumo, em pequena escala, difuso pelo enorme território, de uma classe dominante muito pequena e em um país que nem sequer contava com um significativo setor de assalariados não proletários (as “classes médias”).” Esse primeiro impulso à industrialização advindo da I Guerra Mundial, mesmo que limitado, possibilitou o surgimento do primeiro proletariado industrial em nosso país (p. 29) (LESSA, 2012, p. 28-29).

⁶⁸ “[...] o Estado se torna o centro nacional mais importante das decisões sobre a política econômica. Tanto assim que o poder público não só formula e orienta a política econômica, como também passa a executar alguns dos pontos dos programas de desenvolvimento. A criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (PETROBRAS), em 1953 e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, simbolizam as direções em que se lança o poder público, na dinamização da economia nacional” (IANNI, 1978, p.27).

políticas que contemplassem amplamente os diferentes interesses dos estratos econômicos envolvidos num pacto pelo desenvolvimento nacional.

O processo de industrialização da economia, impulsionado pelo Estado nacional, foi a determinação histórica e a expressão política mais precisa da transição para um modelo produtivo modernizador, que, paulatinamente, foi suplantando as relações produtivas do passado e exigindo condições sócio-políticas especificamente renovadas. Isto é, a construção de um pacto interclassista estruturador de novas relações sociais, condição necessária ao desenvolvimento do capitalismo monopolista. Não por acaso, por bondade pessoal ou carisma de lideranças políticas, a criação da legislação trabalhista e a conformação de uma agenda social de amparo ao trabalho, constituíram-se condições de reprodução de um modelo de desenvolvimento capitalista baseado numa combinação moderno-conservadora. Assim como, grandes incentivos fiscais, estruturais e monetários (que não se tratou de uma novidade essencialmente, pois já se constituía numa prática da política estatal desde o período cafeeiro) aos setores empresariais.

O surgimento de uma burguesia, de um setor assalariado de serviços (funcionários públicos e liberais) e do proletariado, são as alterações mais importantes que o país conheceu, nesse período. A modernização das classes sociais e o acelerado processo de urbanização do país não significou, contudo, “a ruptura com o passado colonial (com nosso lugar na integração ao mercado mundial) é um aspecto que nem sequer foi tocado” (LESSA, p.33-34). As alianças com o grande capital internacional e seus aliados internos foram mantidas e as oportunidades de ruptura, aberta com a crise do capital mundial que abriu não foram aproveitadas, estancando-se com a superação da crise.

A formação dos movimentos de massa, como estruturas políticas e ideológicas de sustentação do poder político orientado para o desenvolvimento industrial é uma das grandes consequências do processo de industrialização brasileiro e da política de massas⁶⁹. Acontece que o alargamento do mercado interno, desde a implantação do modelo de substituição de importação, contribuiu, inicialmente, para a adesão da burguesia industrial ao “pacto social” estabelecido pela política populista, mas esse processo não foi harmônico, nem duradouro. As benesses estatais nutriram fácil e fartamente os negócios da burguesia nacional, e os interesses majoritários dessa classe não tardaram a se desvincular do projeto de desenvolvimento

⁶⁹ A política externa independente é “uma manifestação relacionada com o tipo de democracia populista em funcionamento no Brasil” à época (IANNI, 1978, p. 66). O nacionalismo desenvolvimentista está na base da Campanha do Petróleo, entre 1947 e 1953, por exemplo.

nacionalista, passando a constituir, imediatamente, um pacto intraburguês com o capital estrangeiro, consolidando de forma imediata o modelo de desenvolvimento associado.

É absolutamente importante frisar que a condição de dependência estrutural do capitalismo brasileiro determina na sua formação um profundo atrelamento à dinâmica e aos ditames do capital estrangeiro, em todas as fases do seu desenvolvimento interno. Mas, é importante atentar para o intercâmbio entre as classes sociais e as mediações criadas pela intervenção estatal internamente. Desde o golpe de Estado contra Getúlio Vargas e o Estado Novo, o processo político brasileiro abrangera amplamente os operários, os setores médios da sociedade e grupos de trabalhadores agrícolas.

Isso ocorre por que a política de massas⁷⁰ defende Ianni (1978), “funcionou como uma técnica de organização, controle e utilização da força política das classes assalariadas, particularmente o proletariado” (p.64). Foi a democracia populista que propiciou a conciliação de interesse em benefício da industrialização e em nome do desenvolvimento nacionalista, fornecendo as bases políticas e ideológicas do seu aceleração. É de amplo conhecimento que a formalização das relações de trabalho, nos termos da Consolidação das Leis Trabalhistas, por exemplo, implicou na delimitação e no controle das condições de atuação política das classes assalariadas, cooptando e estimulando práticas pelegas nos setores organizados de trabalhadores, especialmente nas direções sindicais. Aliás, o peleguismo sempre foi uma prática inerente à estrutura da legislação trabalhista⁷¹. É de fundamental importância notar que o populista, segundo a caracterização de Ianni (1978), é uma clara dimensão do reformismo assentado no processo de modernização do capitalismo brasileiro, que tem no surgimento das classes sociais fundamentais (burguesia e proletariado) e na configuração de um Estado interventor e conciliador a sua mais expressiva determinação.

⁷⁰ Mas, como afirma Ianni (1978), a política de massas foi a vida e a morte do modelo getuliano de desenvolvimento econômico. No jogo e contradição dos interesses das classes e grupos sociais em luta pelo poder e pela formulação da política econômica, surge o padrão de desenvolvimento combinado, cujas contradições aparecem na tentativa de sustentação de uma política populista/nacionalista de massas ao mesmo passo que se impulsiona a internacionalização da economia. O crescimento e a implantação dessa última tendência do modelo combinado exigiu a liquidação da democracia populista, como estrutura política nacional, tanto quanto a destruição da ideologia e prática da doutrina de independência econômica e política do país, bases fundamentais do pensamento e da tradição nacionalistas

⁷¹ “O imposto sindical criado pelo governo, depositado e controlado pelo Ministério do Trabalho, é a fonte dos recursos financeiros do sindicato. Os sindicatos e seus dirigentes reduzem-se a instrumentos de manobras políticas à vezes totalmente alheias aos interesses dos assalariados. As lideranças operárias e comerciárias são obrigadas a formular uma linha de atuação política congruente, de alguma forma, com os interesses governamentais. [...] Entretanto, essa legislação não impediu que os níveis do salário real continuassem a situar-se abaixo dos índices de custo de vida. O confisco salarial e, em consequência, o progresso da reprodução do capital. Por meio das técnicas jurídicas e políticas inerentes ao populismo, manteve-se em nível adequado ao progresso industrial a relação entre custo de vida e salário real” (IANNI, 1978, p.56).

A análise oferecida por Oliveira (1987) na sua *crítica à razão dualista* é de fundamental relevância para compreender os processos estruturais internos da política desenvolvimentista, nessa fase de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Para o nosso autor, foi o desenvolvimentismo que possibilitou ideologicamente, no Brasil, o período em que se constituiu a hegemonia da classe dominante.

O período de hegemonia agrário-exportadora se encerra em 1930, e cede lugar para instauração de hegemonia de base urbano-industrial. A posição hegemônica é tratada pelo autor numa perspectiva gramsciana, caracterizada como uma nova correlação de forças. O aparelho estatal e suas ações são reformulados para criar condições institucionais para o desenvolvimento de um novo modo de acumulação capitalista, criando as condições de expansão do mercado interno brasileiro. Nessa definição hegemônica é, também, possível visualizar as bases sociais do reformismo como tendência reproduzida no capitalismo periférico. Foi neste período em que se pode observar uma

[...] nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno (OLIVEIRA, 1987 p.14).

A primeira ação é a regulamentação da oferta e da demanda no conjunto da economia, através da regulamentação de leis visando gerir a relação entre capital e trabalho, a conhecida “legislação trabalhista” (OLIVEIRA, 1987 p.15). Tratava-se da introdução de um novo modo de acumulação o qual penalizava o custo de produção, o lucro e conseqüentemente a rentabilidade da economia agrário-exportadora.

Nesse sentido, Oliveira percebe que a legislação trabalhista estudada apenas do ponto de vista da estrutura formal corporativista, da organização dos trabalhadores e da possível tutela estatal, direciona uma hipótese de que o salário-mínimo teria sido uma medida arbitrária por seu artificialismo em relação às reais condições da oferta e da demanda de trabalho. Considerado como uma abstração, “[...] o papel do Estado é ‘institucionalizar’ as regras do jogo” (OLIVEIRA, 1987 p.16).

[...] a conversão de enormes contingentes populacionais em ‘exército de reserva’, adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que se buscava reforçar, por duas razões principais: de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de

outro lado, a legislação trabalhista igualava reduzindo – antes que incrementando – o preço da força de trabalho. (OLIVEIRA, 1987 p.16).

Decisivamente, as leis trabalhistas (levou ao salário-mínimo a uma mera condição de reprodução da força de trabalho) teriam se configura como um conjunto de medidas visando à instauração de uma nova forma de acumulação, principalmente concentrada no meio urbano, contribuindo para a formação de contingentes significativos da população em um enorme exército de reserva, igualando pela base e privilegiando a acumulação de capital⁷².

A intervenção estatal na esfera econômica favoreceu a acumulação capitalista de base urbano-industrial.

[...] o preço da oferta da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo da alimentação- determinado este pelo custo de reprodução da força de trabalho rural – do custo dos bens e serviços propriamente urbanos; nestes, ponderava fortemente uma estranha forma de “economia de subsistência” urbana, [...] tudo forçando para baixo o preço da oferta da força de trabalho urbana, e conseqüentemente os salários reais. [...] A indústria [...] nunca precisou de incrementos substantivos do mercado rural para viabilizar-se⁷³ (OLIVEIRA, 1987 p.24).

Essa dinâmica econômica impulsiona a empresa industrial, que se torna setor-chave para o crescimento e desenvolvimento do Brasil, consolidando novos parâmetros para o mercado, os preços, orientando o esforço de acumulação à indústria, através da deliberada intervenção estatal. A industrialização brasileira teve início, em primeiro lugar, com a produção de bens de consumo não duráveis, produzido precipuamente para o consumo das classes mais populares. Desembocando em uma segunda etapa de expansão concentracionista, deslocando a atenção para a produção de bens de consumo duráveis o que se deveu sobremaneira “[...] à redefinição das relações trabalho-capital, à enorme ampliação do ‘exército industrial de reserva’, ao aumento da taxa de exploração, às velocidades diferenciais

⁷² O autor diz que salário-mínimo conseguido nas cidades sem dúvidas era mais significativo se comparado aos rendimentos possíveis no campo através da extração rural e da agricultura de subsistência. Esta realidade contribuiu sobremaneira para engrossar os contingentes de trabalhadores migrando para o meio urbano. Essa distinção entre a realidade urbana e rural enfraqueceu, na análise de Oliveira a formação de uma consciência de classe entre a população operária (.)

⁷³ O autor ressalta que, somente com a queda da taxa de lucro e a crise de acumulação do capital da forma em que esta se apresenta, desde as décadas finais do século XX, até a primeira década do século XXI é que o capital vai expandir seus interesses acumulativos para o meio rural, através de uma lógica intensamente associada a formas de superexploração da força de trabalho (OLIVEIRA, 1987). A reprimarização da economia nacional é determinada por essa crise, que impacta fortemente as economias periféricas industrializadas. Essa é a base, inclusive, da polêmica discussão sobre a desindustrialização da economia brasileira, questão que nos renderia uma longa e densa reflexão, impossível para o espaço de uma nota. Por hora, vale registrar que a expansão vertiginosa da fronteira agrícola brasileira (agro-indústria) é expressão medular da de uma nova fase da expansão do capitalismo brasileiro, baseada na produção de commodities e na produção energética.

de crescimento de salários e produtividade que reforçam a acumulação [...]” (OLIVEIRA, 1987 p.28).

[...] A industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação, e não às do consumo [...] se existe primordialmente uma importante massa urbana, força de trabalho industrial e de serviços, e se é importante manter baixo o custo de reprodução da força de trabalho a fim de não ameaçar a reprodução dessa força de trabalho afim de não ameaçar a inversão, torna-se inevitável e necessário produzir bens internos que fazem parte do custo de reprodução da força de trabalho; o custo de oportunidade entre gastar divisas para manter a força de trabalho e produzir internamente favorece sempre a segunda alternativa e não a primeira. (OLIVEIRA, 1987 p.27).

Desta forma, torna-se possível os preços de produtos industrializados dos setores ‘dinâmicos’, oferecidos no mercado interno pelas indústrias nacionais serem mais altos do que seus similares no mercado mundial. Além de permitidos os preços altos tornaram-se necessários, obviamente, para que a acumulação continuasse sendo permitida, esta assertiva não era válida para os produtos destinados à reprodução da força de trabalho.

Por todas essas razões é que, o conceito de *subdesenvolvimento*⁷⁴ transitou entre um sistema que se moveria, situado entre a capacidade de produção de excedentes e a incapacidade de absorção integral de parte deste excedente gerado. A partir de uma perspectiva dual, polarizada pela relação centro-periferia, o problema revelar-se-ia como uma oposição entre nações, enquanto na essência, o desenvolvimento ou crescimento diz respeito a uma oposição entre classes sociais no interior do processo. Na prática,

[...] foi sua proeminência nos últimos decênios que contribuiu para a não-formação de uma teoria sobre o capitalismo no Brasil, cumprindo uma importante função ideológica para marginalizar perguntas do tipo. ‘aquém serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil? Com seus estereótipos de ‘desenvolvimento auto-sustentado’, ‘internalização do centro de decisões’, ‘integração nacional’, ‘planejamento’, ‘interesse nacional’, a teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do ‘desenvolvimentismo’ que desviou a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com a transformação da economia de base agrária para industrial-urbana, as condições objetivas daquela se agravavam. (OLIVEIRA, 1987 p.13).

No final dos anos 1950, o Brasil contava com centros urbanos e estruturas de transportes e comunicação adequadas à industrialização, as matérias-primas e energias eram

⁷⁴ Oliveira (1987) compreende a teoria do subdesenvolvimento como a ideologia própria do chamado período populista, que caiu em desuso porque a “hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara” (p.13).

abundantes e baratas e, além do mais, “possuía uma classe operária sem tradição de luta revolucionária”⁷⁵. Mas, o lugar ocupado pelo país no “concerto internacional” era essencialmente o mesmo do passado. Nossa função, no sistema do capital, continuava sendo a de produzir riquezas para serem acumuladas pelos grandes capitais internacionais.

Lessa (2012) chama a atenção para o período da entrada das multinacionais (automobilísticas, principalmente), no final dos anos 1950 início dos anos 1960, período no qual começa a alterar este quadro, “com o fordismo e o taylorismo sendo adaptados às condições extremamente favoráveis para se explorar a força de trabalho local” (p. 32). Entretanto, apenas na década de 1970, com o “Milagre Brasileiro”, é que a classe operária brasileira ganhou uma verdadeira feição fordista e os processos de trabalho se aproximaram dos centros capitalistas mais avançados. Em termos dessa inovação ocorre que:

[...] entre 1965 e 1975, o país se converteu em uma economia industrializada. O “milagre brasileiro” (1969-73) é a marca da virada. O grande capital internacional se aliou com setores da burguesia nacional e com o latifúndio (que, então, se transformava em *agrobusiness*)⁷⁶, resultando em uma “mistura” que não poderia ser mais palatável para o grande capital. A burguesia brasileira, surgida tão tardiamente, finalmente encontrou um rentável lugar subordinado ao capitalismo internacional e que, além disso, lhe possibilitou manter e fortalecer a aliança com classe dominante do campo. Os trabalhadores brasileiros, principalmente os operários do campo e das cidades, encontram pela frente as classes dominantes articuladas em um projeto comum sob os auspícios do grande capital internacional e sob o tacão da ditadura militar (LESSA, 2012, p.35-3636).

Vale lembrar, por fim, que essa é a base da derrota do modelo populista no Brasil. Como se sabe, não aconteceu por um avanço da esquerda, mas por uma contrarrevolução preventiva e prolongada, para falarmos nos termos de Florestan Fernandes. Foi sob um caráter político eminentemente antidemocrático e violentamente agressivo, que o modelo de desenvolvimento associado consolidou o processo da revolução burguesa no Brasil. Este fato evidenciou como a “conciliação de classes”, fundamento do populismo de Estado e propósito da política de massas, foi e continua sendo um episódio bastante tênue e pouco consistente na história do capitalismo periférico. Por funcionar e obedecer aos desígnios de uma lógica econômica, os expedientes da trama política são operacionalizados sob uma ordem material

⁷⁵ Ianni (1978) chama a atenção, ainda, para o rápido aumento do contingente relativo dos trabalhadores sem qualquer “tradição política”. Não podemos esquecer que se trata de um Brasil majoritariamente rural em transição à urbanização, no qual predominavam “os valores e as formas patrimoniais ou comunitárias de organização do poder, de liderança e submissão. O universo social e cultural do trabalhador agrícola está delimitado pelo misticismo, a violência e o conformismo, como soluções tradicionais” (p. 57).

⁷⁶ Isto é, a groexportação monocultora capaz de tornar as riquezas naturais enorme massa de mais-valia absoluta aliada a uma massa adicional de mais-valia absoluta gerada pela economia urbana industrializada (idem).

muito coercitiva. É por essa razão que diante de uma crise econômica, a democracia populista revelou-se incompatível com os interesses de um novo patamar de acumulação capitalista.

Trata-se, na leitura gramsciana, de uma crise orgânica do capitalismo brasileiro, pautado pela transição para um novo bloco histórico, determinado por alterações importantes na composição das classes dominantes, lembrando que as classes só podem existir em relação, e é dessa relação que se constitui a hegemonia social. Nesses termos, Andrade (1979), problematiza uma questão importante, qual seja: as análises sobre o populismo ignorariam que o próprio controle populista necessitaria de um espaço de livre expressão das massas, para então transformar suas demandas em doações, apropriando-se, com antecedência, de qualquer projeto autônomo alternativo. Além disso, as pressões populares nunca seriam de fato espontâneas, estando sempre ligadas a lideranças organizadas politicamente, com destaque, no Partido Comunista⁷⁷. Vejamos o que pensa Saes (1984), acerca dessa questão:

O nacionalismo, ao propor-se defender os interesses de classe da burguesia industrial, é rejeitado por esta; todavia, enquanto ‘ideologia de Estado’, ele é suscetível de impor-se aos partidos de esquerda e às ‘organizações paralelas’ em aliança como o populismo. Desse modo, a corrente nacionalista se reforça nas conjunturas em que as organizações populares dominantes sentem a necessidade de conferir uma forma política concreta à pressão operária espontaneamente ascendente. Daí o paradoxo aparente do nacionalismo: embora propondo-se como representação universal dos interesses da burguesia nacional, ele se converte na expressão política concreta da ascensão operária. E aí encontramos a segunda razão da rejeição burguesa do nacionalismo: dado que o movimento nacionalista é a forma política assumida pela pressão operária ascendente, a burguesia industrial, ao decidir o bloqueio da ameaça popular, passa a uma etapa de combate ao nacionalismo (p. 120-121).

⁷⁷ Uma das críticas mais contundente aos equívocos de análise e de ação da esquerda brasileira, nesse período, tem em Prado Júnior um dos mais célebres expoentes. Trata-se da crítica sobre a ideia de existência de uma burguesia nacional, com a qual a esquerda poderia, numa luta frontal contra o imperialismo, realizar uma revolução democrática no Brasil. Para ele a consciência revolucionária no Brasil naquele momento, era considerável projeção. Diz ele “Não é por acaso que nem por exibicionismo que o golpe de 1^o de abril de 1964 se enfeitou com o nome de “revolução. Foi esse o espetáculo que proporcionou o país o convulsionado governo deposto em 1^o de abril. Quase toda a esquerda brasileira, interpretaram aquele período malfadado como de ascenso e avanço revolucionário. Mas, de fato, ele de nada mais serviu que para preparar o golpe de abril e o encastelamento no poder das mais retrógradas forças da reação”. Sobre os equívocos e limites de análise políticas dos vetores da esquerda nacional, ele prossegue “Nos círculos dirigentes das nossas esquerdas, a começar, e em primeiro e principal lugar, pelos comunistas, bem como a estratégia e tática decorrente daquela “teoria”, temos ocasião de verificar como as graves distorções observadas na interpretação da realidade política, econômica e social brasileira contribuíram para os erros que vinham sendo cometidos desde longa data na ação política da esquerda, e que levaram ao desastroso golpe militar. Não é de admirar que as esquerdas brasileiras, privadas de uma teoria satisfatória e capaz de as conduzir com segurança a seus objetivos, se tivessem deixado levar pelas seduções de demagogos instalados no poder. Na ausência de uma tal teoria, e incapacitados por isso de se conduzirem na complexidade dos fatos reais que não se ajustavam a seus esquemas teóricos sem correspondência com a realidade, as esquerdas brasileiras não podiam, como de fato não lograram, mobilizar efetivamente as verdadeiras forças revolucionárias (PRADO JÚNIOR, [1966],).

Sobre a importância e o significado da luta de classes nesse processo, o autor aponta para uma verdadeira reversão da realidade histórica sobre a questão ideológica “conciliadora” do populismo. Saes (1984) diz que a pressão operária, ainda que expressa politicamente pelo sindicalismo de Estado sob o impulso das ‘organizações paralelas’, obriga o Estado populista a ultrapassar as linhas gerais da política da ordem, cuja necessidade é preconizada pelo conjunto da classe dominante. Evidentemente, a nova orientação do Estado populista não abre a possibilidade imediata de transformação global da sociedade; todavia, ela é vivida pelo conjunto da classe dominante como uma primeira manifestação da luta de classes, doravante estimulada, e não mais amortecida, pelo populismo.

Portanto, não é a ruptura do ‘compromisso’ entre as oligarquias rurais e a burguesia industrial que explica a crise final do populismo; é antes o Estado populista, ao reconhecer a legitimidade da ascensão popular a fim de conservar sua base social de apoio e, portanto, de assegurar sua soberania, que ultrapassa os limites impostos pela necessidade de manutenção da ordem social e, assim, afasta-se do conjunto da classe dominante. “A incapacidade do populismo em conter a ascensão política das classes populares o condena, portanto, à morte; nessa perspectiva, a crise final do populismo constitui um momento de rejeição do populismo, enquanto estratégia política de desenvolvimento, pelo conjunto da classe dominante” (ibidem, p. 105).

Qualquer semelhança desse desfecho com a realidade política nacional do período atual não é mera coincidência. Pode parecer, para alguns, forçoso, buscar estabelecer uma relação do presente com o passado em termos das vicissitudes históricas. Contudo, esta tese, ainda que tangencialmente, refere-se à formação histórica social brasileira em seus traços estruturantes: relação de classes, formação político-econômica, organização do Estado e da sociedade civil. Não parece equivocado, nesse sentido, identificar na experiência histórica dos governos de centro-esquerda, com destaque para o governo Lula, as características políticas de uma reedição do populismo, evidentemente, sobre novas bases históricas. Partindo do pressuposto de que o populismo foi e ainda é visto como um conceito explicativo do sistema político e social brasileiro, na relação entre o Estado e as classes trabalhadoras, e as massas subalternas.

Não se trata aqui de um desvio de análise, nem da invocação de um conceito alheio ao processo histórico que é objeto desta pesquisa, a questão fundamental nessa reflexão é notar como os descaminhos da política levaram as lideranças de classe a certas abstrações no seu interior. Isto é, a luta pelo poder teve abstraída o seu caráter de classe. A ironia é que tal configuração se encarna numa liderança política de origem operária, que ao se dispor à

conciliação típica das hegemonias populistas (reformista), contribui antes com a derrota política da classe trabalhadora do que com as condições para sua afirmação consciente. Parece óbvio que o traço populista da experiência petista, na medida em que se desdobrou numa tática de poder baseada na política eleitoreira, atendeu e contornou provisoriamente as insatisfações das massas populares com políticas compensatórias do seu programa social liberal. Porém, a tática populista desintegrou-se frente às mudanças conjunturas da crise e da correlação de força no interior do bloco de poder consorciado pelo PT.

A questão é que no passado, a política populista teria se constituído para integrar os trabalhadores à fase da industrialização do Brasil, período no qual a formação política da classe encontrava-se em processo de ascensão. O populismo petista também cumpre a função de integração das massas ao capital. Contudo, isso ocorre num contexto substantivamente diverso do passado, cujas condições para a formação política da classe trabalhadora aparecem deterioradas, dada o estágio de desenvolvimento do capitalismo monopolista na sua fase contemporânea. O entrave à formação política autônoma das classes trabalhadoras, pela ação integradora do Estado burguês, é o fundamento da política populista do passado e do presente, o que difere essencialmente cada uma delas são as condições concretas de sua operacionalidade e os sujeitos da ação histórica concreta. No século passado a política populista teve nos estratos oligarcas seus maiores protagonistas. O Brasil levou quase um século para que estratos das camadas operárias pudesse desempenhar esse papel. A histórica tem seus reveses, o capitalismo é tragicamente surpreendente.

3.2 O novo sindicalismo e o PT: expressões de uma consciência corporativa de classe de novo tipo

A revolução burguesa atrasada, do capitalismo *sui generis* brasileiro, foi como se sabe complementemente destituída do caráter revolucionário de suas predecessoras. Apoiadas pelo poder econômico e político do imperialismo, nessas regiões periféricas, a revolução burguesa atrasada transcorreu como um processo ultra-conservador que preparou a sociedade para a penetração do capital, mas marginalizou violentamente a grande maioria da população de seus benefícios.

Para Florestan Fernandes (2015), caberia às classes trabalhadoras resgatar o que foi deixado para trás pela burguesia e lutar pela realização da revolução democrática e da

revolução nacional, dando-lhes um nítido conteúdo operário. O padrão de aliança e o programa político que deve nortear o movimento operário nas sociedades em que a revolução burguesa deu as costas para a revolução democrática e para a revolução nacional, consolidando-se como uma contra-revolução permanente – precisamente o caso do Brasil.

[...] criar as condições subjetivas para a autonomia da classe operária. O que exige reflexão, contudo, são os custos políticos de uma manobra desse gênero. A revolução dentro da ordem é meramente instrumental e conjuntural para o proletariado, ligando-se à necessidade histórica de proteger e acelerar a constituição da classe como classe em si. A partir de certo nível, o proletariado força a mudança de qualidade da ‘guerra civil oculta’, exige que as reivindicações socialistas mudem de teor, pondo em xeque a supremacia burguesa e o poder político da burguesia (FERNANDES, 2015, p. 20).

Para o autor, o avanço do capitalismo teria criado tanto as condições objetivas para a formação da classe operária, quanto as bases objetivas para a proletarização dos partidos operários.

Nos últimos trinta anos dourados (e especialmente depois de uma industrialização maciça com uma tecnologia avançada e intensiva no uso do capital), a formação da classe se adiantou muito e os que defendem posições típicas do socialismo revolucionário e do comunismo precisam colocar-se na situação de classe dos proletários e caminhar por dentro da classe para fazer parte de sua vanguarda (FERNANDES, 2015, p. 23).

Dado o baixíssimo patamar da luta de classes no Brasil, os partidos operários tinham pela frente uma árdua tarefa: Formar a consciência revolucionária do proletariado. “Por princípio, sua estratégia será a de converter a ‘guerra civil oculta’ em ‘guerra civil aberta’, tão depressa quanto isso for possível” (ibidem, p. 24).

A produção capitalista é, portanto, a determinação concreta do modo de existência do tempo histórico particular dos indivíduos e das classes, e da sociedade universalmente. Quando reflete a composição geral do capital (orgânica), Marx (2014) demonstra como esse processo complexifica, pelo próprio movimento de expansão, concentração e centralização do capital, as condições de vida e de reprodução das classes sociais. A incidência dessas transformações determina no capitalismo o modo de organização das relações de trabalho, altera o modo de vida das classes, cria novo caráter social do empobrecimento dos trabalhadores, na mutação nas relações de trabalho e ocupações, numa palavra, nas contradições próprias do capitalismo na sua fase de maturidade.

A unidade dialética formada pela trama da (re)produção social capitalista comporta em si mesma a dinâmica das lutas de classes como núcleo constitutivo da sociabilidade capitalista. Analiticamente, a existência das classes só se explica pelo fundamento da contradição presente no interior de uma lógica, isto é, da lei do valor. Esta é uma mediação imprescindível no desvelamento das relações desiguais de troca, fetichizadas pelo dinheiro e pelo trabalho assalariado, no interior da produção capitalista.

É importante lembrar que, os indivíduos, isoladamente, só formam uma classe na medida em que tem de empreender uma luta comum contra outra classe; no restante, eles se defrontam como inimigos na concorrência (MARX e ENGELS, 2005). O permanente confronto entre as classes sociais é mediado pelos interesses históricos e conjunturais das classes, enquanto sujeitos político-coletivos antagônicos. Este antagonismo é, primordialmente, determinado pela condição material de existência das classes e da relação objetiva entre si, como vimos afirmando, mas há outras mediações de ordem subjetiva que determinam as lutas de classes: política, ideológica, cultural e valorativa.

Elas acontecem e se engendram em momentos históricos no quais, o acirramento dos conflitos impõe a necessidade de organização política de uma classe contra outra. É somente, a partir dessa condição que surge a “consciência em si” de classe, o que significa, historicamente, a aquisição de uma qualidade superior de intervenção nas lutas sociais, à formação da “consciência para si”⁷⁸.

Para os movimentos populares dos anos de 1970-80, o objetivo final era o socialismo; o meio para alcançar esse objetivo era o aprofundamento da luta democrática contra a ditadura: lutar pela democracia era lutar pelo socialismo. “Acreditávamos – defendíamos explicitamente – que a luta pela saúde, pela escola, pelo asfalto, pela terra, contra a carestia etc., eram passos das massas em direção ao socialismo” (LESSA, 2012, p. 58).

O autor registra que o apogeu dos movimentos populares foi, também, o início de seu ocaso: as greves do ABC de 1978-80. As greves de apenas algumas fábricas mudaram o cenário político nacional. Desencadearam uma moderada onda grevista por todo o país, e a ditadura nunca mais se recuperou. A confluência da luta popular com a luta operária parecia iniciar o acerto da estratégia política (e, portanto, da concepção teórica e ideológica) do movimento popular: a luta dos bairros foi polarizada e catalisada pelas greves operárias. “A simpatia generalizada da população pelos grevistas, os fundos de greve (alimento e dinheiro),

⁷⁸ Classes existem ao longo da história sem desenvolverem – e sem terem qualquer possibilidade de virem a desenvolver – seu para si. Pensemos em todas as classes sociais de toda as sociedades pré-capitalista. Apenas com a burguesia revolucionária o para-si das classe adentrou à história, por isso que esta é uma categoria muito tardia no desenvolvimento da humanidade. Não desconsiderando, aqui, o limitado para-si possível no passado como gênese do que viria a ser esta categoria no capitalismo desenvolvido (LESSA, 2014).

a atuação política dos setores revolucionários da Igreja (os partidários mais radicais da teologia da libertação), etc, tudo parecia confirmar o acerto da nossa estratégia” (ibidem, p. 58).

O movimento operário e sindical brasileiro viveu, em fins dos anos 1970, um momento de profunda relevância para a sua história, história essa que se confunde com a vida nacional do período. Fruto da conjuntura de crise que levava a ditadura à bancarrota, “a reemergência do movimento dos trabalhadores estremeceu os arranjos políticos da transição ao rearranjo civil que estava sendo articulado, excluindo o movimento sindical e dos trabalhadores, e atacava frontalmente a política econômica desenvolvida pela ditadura” (ANTUNES, 2018, p. 194). Assim, nasce o novo sindicalismo, articulando variadas concepções acerca de um sindicalismo de classe, autônomo e independente em relação ao Estado, com perspectivas de negar e superar o passado político pautado por colaboração de classe, conciliação e cupulismo.

É [...] comportando confluências e tensões entre importantes correntes que praticavam um sindicalismo diferenciado do peleguismo, que nasceu a CUT. [...] A nova central nasceu, portanto, da associação de diversas forças com tradições sindicais distintas – sindicalistas independentes, oposições sindicais, militantes da pastoral operária, setores da esquerda tradicional que romperam com o sindicalismo político vigente no pré-64 [...] Essa associação entre distintas variantes do sindicalismo de classe partia de uma concepção de unidade concreta que, inclusive, esteve presente no próprio nome da central, cujo conteúdo político-ideológico é o seguinte: ‘[...] expressar a ideia inquebrantável da classe’ (ANTUNES, 2018, p. 196-197).

Na contra mão do refluxo que atingiu as organizações sindicais nos países centrais, os trabalhadores brasileiros reconstruíram suas bases de organização política, no início dos anos 1980, num contexto de crise da economia nacional, determinado e associado à crise mundial de acumulação fordista e à formação de um novo bloco histórico na vida nacional, pautado pela crise orgânica instaurada pelo fim do “milagre econômico” e pela decadência política do regime militar, processo que redundou na redemocratização do país e na recomposição de forças políticas progressistas e setores de esquerda, que conformaram plataformas políticas para disputar a direção do Estado nacional.

A década de 1980 se encerrou com a Assembleia Constituinte e, no plano internacional, com a consolidação da estratégia neoliberal de administração de crise estrutural do capital. “[...] No país o movimento popular e operário sofreu seguidas derrotas eleitorais e as greves deixaram de ser operárias e se deslocaram aos trabalhadores de colarinho branco, principalmente os bancários e os funcionários públicos” (LESSA. 2012, p. 59).

Lessa (2012) demarca que foi nesse momento que teve início a “costura” da colaboração de classes entre a aristocracia operária, representada pelo “sindicalismo autêntico” (Lula, Jair Meneguelli, Jacó Bittar, Vicentinho, Paulo Gushiken etc.) e a grande burguesia.

Esta estava disposta a ser convencida de que uma aliança com as lideranças operárias “responsáveis”, com as quais “se pode conversar” poderia ser lucrativa, principalmente pelo controle da base operária e dos trabalhadores; a CUT e o PT, por sua vez, precisavam demonstrar que poderiam controlar suas alas mais à esquerda (p. 59).

Um discurso radical, que identificava a democracia à participação dos trabalhadores no Estado, era associado à crítica liberal da experiência “socialista” soviética, ao apoio incondicional e acrítico ao Sindicato Solidariedade na Polônia, à aliança com a Igreja Católica e, para extirpar quaisquer dúvidas, à filiação da CUT ao CIOLS (1992) e aos financiamentos que recebiam da social-democracia europeia e do sindicalismo estadunidense.

Um discurso radical, que se apresentava como a experiência mais importante e revolucionária do ponto de vista dos trabalhadores brasileiros, encobria uma prática de acomodação ao capital. Nada disso era uma novidade quando se tratava da ideologia típica da burocracia que brotou da aristocracia operária nos países imperialistas. A novidade é que acontecia com várias décadas de atraso e em um país como o Brasil. Por baixo da pele lobo, a alma de cordeiro: a negociação só seria possível ao redor de pautas economicistas e corporativas. Esse limite não era aceitável como ainda era conveniente à aristocracia operária e sua burocracia (aqui, como no resto do mundo). A única luta capaz de superar a fragmentação dos trabalhadores, o confronto geral com o capital, é também a única luta que ameaça de morte a aliança da aristocracia operária com o capital. A manutenção do poder da burocracia sindical e partidária, poder fundado na aliança com a burguesia, requer um discurso radical e uma prática de colaboração de classe (LESSA, 2012, p. 60).

O corporativismo e as pautas economicistas passaram a ser cada vez mais defendidos por eles, e as diferenças entre a CUT e a Força Sindical, por exemplo, foram desaparecendo. Lessa (2012) defende que, em um movimento análogo ao dos países imperialistas, a nossa “aristocracia operária” encontrou nos burocratas da CUT e do PT (e seus assemelhados) sua melhor expressão ideológica e política. O percurso:

[da] nossa aristocracia, conduzida por seus burocratas, passou a ser fiadora do “desenvolvimentismo” petista, e a República, tornou-se a “República dos Sindicalistas”. Não há contradição alguma no fato de essa “República dos Sindicalistas” ser a continuidade do nosso “passado colonial”, nem que seja o instrumento especial de repressão dos trabalhadores a serviço das classes dominantes. Uma vez mais na nossa história, o novo não passa de um *aggiornamento* do velho (p. 60).

Na ideologia dos movimentos populares e do novo sindicalismo, o fator decisivo para a acomodação ao horizonte burguês foi o seu caráter democrático. “A concepção de que o comunismo é a democracia levada às suas últimas consequências revela, por si só e desde o primeiro momento, uma disposição ideológica de forte inclinação burguesa” (LESSA, 2012, p. 60-61). Na verdade, o novo sindicalismo se formou em condições muito particulares. Foi a crise do chamado “milagre econômico” que empurrou o novo sindicalismo para a luta geral contra a ditadura, e sua politização desaguou na formação do PT (OLIVEIRA, 2018).

[...] a denominação do partido, que parece ser uma identificação com a esquerda, foi muito mais, no início, um sinal de isolacionismo: a política que batia às portas parecia muito mais uma projeção das negociações privadas, e um partido de trabalhadores deveria lutar apenas pelos interesses dos trabalhadores. [...] ficou a imagem de que o PT já nasceu como partido de esquerda, o que está longe do projeto inicial; embora não se deva proceder a um revisionismo da frente para trás, é evidente que a ausência de uma cultura de esquerda no meio operário hegemônico pelo sindicalismo do ABCD cobra seus direitos na clara direitização do Partido dos Trabalhadores. A crise geral da ditadura e o movimento de redemocratização empurraram o PT para a esquerda (p. 61-62).

Excluindo-se as tentativas de revoluções nacionalistas ou proletárias e de transição ao socialismo, as alterações mais dramáticas apareceram no projeto burguês de cooptar os trabalhadores através de compromissos políticos com a ordem social estabelecida. “Estados de bem-estar social” (apesar de sua vulnerabilidade às crises econômicas de porte) e regimes de social-democracia (malgrado seu enquadramento pelos dinamismos da sociedade capitalista e as alternâncias de partidos conservadores e reacionários no poder) atestam aonde chegou o pânico burguês e o alcance da reforma social como alternativa à revolução socialista. Embora seja difícil isolar sociologicamente os efeitos da pressão operária (do trabalhador manual e do trabalhador intelectual) dos efeitos concomitantes da metropolização e do consumo de massa, parece evidente que o movimento social dos trabalhadores afetou profundamente as disposições conciliadoras das classes burguesas sob o capitalismo competitivo e na primeira fase de desenvolvimento do capitalismo monopolista (FERNANDES, 1991, s/p.).

A criação do novo sindicalismo e de novas estruturas partidárias ligadas aos sindicatos trabalhistas e aos movimentos sociais populares constituíram as bases sociais do já mencionado Projeto ou Estratégia Democrático Popular⁷⁹ para o Brasil, nos anos 1980. A

⁷⁹ O PDP foi aprovado em 1987, no 5º Encontro do PT, como parte das suas Resoluções Políticas. Em 1987, a URSS e seu antigo bloco ainda não haviam desmoronado; o governo sandinista estava à frente da Nicarágua, e

esquerda, que, alijada do direito de organização, oprimida pela repressão militar, passa a ser, nas suas mais variadas e heterogêneas expressões, uma grande protagonista das lutas de classes, no Brasil, seja na organização de greves de abrangência nacional, seja nas mobilizações pela abertura do sistema político que emplacaram na campanha das “Diretas Já” (em 1984), seja na disputa pelos direitos sociais, em torno da participação da constituinte, no final da década de 1980. Imersa nesse caldo cultural e sob o prenúncio de um novo tempo, a esquerda organizou-se num amplo campo de organismos e entidades sindicais, partidárias e de movimentos sociais estratégicos, em todo o país.

No final das contas, a Estratégia Democrática ou Projeto Democrático Popular de poder correspondeu na experiência histórica das últimas décadas a uma estratégia eleitoral de governabilidade a qualquer preço e isso determinou uma fissura na esquerda brasileira e uma profunda crise política. Apesar de todas as contradições e inflexões sofridas ao longo dos anos, a crise do PDP tem um significado sócio-político importante, embora contraditório para a experiência da esquerda brasileira, em razão de sua decadência expressar uma reviravolta transformista nas estratégias de conquista do poder, caracterizada por uma direitização do pensamento crítico no interior de parte majoritária dos organismos da esquerda, abandono da perspectiva de classes, atrofiamento interpretativo da realidade brasileira e da questão do Estado nacional, e explícito equacionamento ideológico com os setores dominantes.

A história do movimento sindical brasileiro é fortemente marcada pelas contradições que caracterizam o processo de monopolização da economia capitalista mundial e sua influência nas fases de desenvolvimento e modernização da nossa economia capitalista dependente. Compreender historicamente a organização político-sindical supõe, em primeiro lugar, ter a clareza de que as classes são em si mesmas expressões de uma relação sócio-econômica e política⁸⁰; em segundo lugar, que essa relação social é, por excelência, determinada pelo processo de desenvolvimento do modo de (re)produção capitalista e, por

em outros países da região (especialmente El Salvador) estava em curso um grande processo de lutas. O “socialismo cubano” permanecia uma grande referência política para a maior parte dos militantes do PT. Ou seja, a referência dos petistas no socialismo era muito forte. Neste contexto, não é surpreendente que as Resoluções Políticas do 5º Encontro do PT tenham sido as mais à esquerda de toda a história deste partido. O referido encontro foi a base da definição da linha para a campanha presidencial de 1989. Na verdade, suas resoluções contribuíram positivamente para as feições de esquerda e de classe que a campanha presidencial de Lula teve em 1989, em linhas gerais (MACHADO, 2011).

⁸⁰ Essa clivagem é uma tendência inerente à divisão social e técnica do trabalho sob o capitalismo, e as subdivisões internas das classes é um processo dialeticamente determinado por fatores de ordens diversas. Objetivamente isso ocorre no processo de concentração e de centralização de capital, cuja dinâmica altera sobremaneira as relações de classes e a configuração das frações que as constituem. Já do ponto de vista subjetivo, diretamente relacionado aos elementos anteriores, cria as condições virtuais de formação política das classes, tendo seus níveis de consciência pautados pelas condições próprias de vida e de trabalho.

último, que as mediações do Estado na luta de classes tem sido, aqui e em todo o mundo capitalista, resguardadas as particularidades nacionais, formas especificamente capitalistas de garantir os interesses de reprodução do capital.

No Brasil foi a intensa introdução de plantas industriais modernas e sua concentração geográfica nas regiões metropolitanas das cidades mais desenvolvidas do país, como a conhecida região do ABCD paulista que fez nascer, entre os anos 1950 e 1960, uma nova classe operária no país. As multinacionais eram, nesse período, a principal mediação para incrementar a extração de mais-valia absoluta em nosso país. Desde aí se impusera a necessidade das classes operárias passarem por uma reciclagem em conformidade aos novos padrões produtivos, intolerantes à convivência político-democrático com as organizações trabalhistas. Assim, sindicatos e partidos ligados aos interesses, mesmo que economicistas e reformistas, dos trabalhadores, deveriam ser retirados do caminho. Lessa (2012) chama a atenção para a decomposição dos partidos de esquerda, “nenhum sobreviveria para ser o representante do “novo” proletariado: além das organizações menores, tanto o PCB quanto o PC do B perderiam a corrida para o PT” (p.37), no início dos anos 1980.

Na análise de Coelho (2005) a intelectualidade orgânica do PT concebera estratégias de criação da dualidade de poder, a partir da articulação simultânea de forças sociais no âmbito da sociedade civil e também na perspectiva da conquista do aparelho de Estado (a partir de dentro). Num primeiro momento isso correspondeu à conformação de uma consciência política de esquerda pautada pela concepção de autonomia da classe trabalhadora e como forma de afirmação política da classe em si, guiada por influências nitidamente socialistas, assimiladas em organismos de reorganização política dos trabalhadores, que, naquele momento de reabertura político-democrática, ganhava forte e especial expressão nos sindicatos, mas também em movimento sociais que se constituíram bases de interlocução e de apoio político ao Partido dos Trabalhadores ao longo das décadas de sua consolidação como partido de massas⁸¹. Contudo, a via constitutiva da chamada “guerra de posição” nessa estratégia da conquista do poder foi sofrendo profundas inflexões ao longo da década seguinte (1990), ganhando relevância e predomínio, no interior do partido, o direcionamento à institucionalização burocratizante (consubstanciada pela via eleitoral). A guerra de posição como processo de formação e disputa gradual da hegemonia social, correspondera, portanto, à

⁸¹ A construção do chamado PDP, liderada e difundida pelo Partido dos Trabalhadores e pelas estruturas da sua plataforma político-programática abrangiu, ao longo da década de 1990, uma diversidade de setores e segmentos sociais da esquerda, desde sindicatos profissionais e setoriais de diversas categorias de trabalhadores urbanos e rurais, assim como, frações do movimento estudantil e de outros movimentos sociais do campo e da cidade (Liga camponesa, Trabalhadores sem terra, juventude, mulheres, negros e outros movimentos sociais).

condição política fundamental da afirmação política da classe como dirigente de um novo bloco histórico, naquela quadra histórica de surgimento do PT, de redemocratização do país e de profunda crise do capitalismo mundial.

O Estado possui uma centralidade política indiscutível na organização da vida nacional das classes, sua participação ativa na formação das condições de vida das classes e, portanto, no modo de reprodução social. O poder que está reunido no aparato estatal é tão potente que isso só se explica como expressão de uma totalidade social, denominada por Gramsci de Estado Integral (constituído pela sociedade política e pela sociedade civil). Segundo esta definição teórica, o Estado é organizado como momento ético-moral e político que subordina toda a sociedade a um modo de produção específico. É a superestrutura detentora das condições efetivas do exercício da hegemonia, isto é, opera e controla as forças de coerção e de consenso sobre o permanente movimento de inconstância e instabilidade político-social existente na sociedade de classes.

Gramsci analisa a questão da hegemonia, por exemplo, a partir da formação e do papel exercido pelos intelectuais orgânicos vinculados às classes sociais fundamentais, e à luta interna e interclassista destas pelo poder político⁸², o processo ético-político de fazer-se Estado.

[...] todo elemento social homogêneo é 'Estado', representa o Estado na medida em que adere a seu programa; de outro modo, confunde-se o Estado com a burocracia estatal. Todo cidadão é 'funcionário' se é ativo na vida social conforme a direção traçada pelo Estado-Governo, e tanto mais é 'funcionário' quanto mais adere ao programa estatal e o elabora inteligentemente (GRAMSCI, apud, LIGUORI, 2007, p. 25).

Aqui está presente um dos elementos superestruturais de maior importância para Gramsci, já que ele identifica nos intelectuais a capacidade de criar mediações ideológicas, culturais e políticas que incidem na formação de hegemonia. Os partidos, os sindicatos, as associações, os jornais, as igrejas, constituem aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil, aparelhos superestruturais nos quais atuam e ou se formam os intelectuais. Esses

⁸² Petras (2006) chama a atenção para o fato de que as grandes maiorias da América Latina, operários, camponeses, desempregados e pobres – sofreram as graves consequências do apoio de seus movimentos aos partidos e coalizões de “centro-esquerda”. Muito da culpa deve recair sobre seus líderes imediatos, alguns dos quais foram cooptados, outros decepcionados, manipulados ou auto iludidos. Mas, parte do fracasso reside nos intelectuais de esquerda, jornalistas, gente de ONG e acadêmicos que escreveram e falaram a favor de políticos e partidos de “centro-esquerda”. Eles promoveram suas virtudes, suas histórias e suas promessas; eles aclamaram a oportunidade, seus fundamentos plebeus e sua honestidade; de uma forma superficial, imensamente ignorante e acrítica.

espaços desempenham uma função estratégica à formação da hegemonia, pois em alguma medida expressam um entendimento de mundo, operam o processo de universalização desse entendimento, orgânica e politicamente vinculado aos interesses das classes fundamentais, que Gramsci chama de dominantes e dominadas ou subalternas.

A simples existência das classes sociais nascidas “sobre o terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica” [...] coloca para elas a necessidade de criar para si “uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” [...] (DIAS, 1996, p. 28-29).

Ao problematizar o significado e relevância da potência partidária que se tornara o PT já no início da década de 1990, Fernandes (1991) defende que uma das razões se deve à inexistência de um partido dos de baixo que pudesse atuar, simultaneamente: na criação de uma democracia que conferisse peso e voz aos trabalhadores e aos oprimidos na atual sociedade de classes, realizando tarefas políticas monopolizadas pelos de cima; abrir a ordem existente para reformas sociais de interesse específico para os trabalhadores e os oprimidos; formar as premissas históricas de uma revolução socialista. Daí se expressaria o encaminhamento de uma posição de luta que refutava o socialismo burocrático, a ditadura militar, os artifícios da burguesia reacionária ou conservadora e os propósitos espoliativos do imperialismo. Em uma situação extremamente difícil, o PT eclodiu como a via que poderia unir os trabalhadores e seus aliados orgânicos nas várias batalhas simultâneas que deveriam enfrentar para que brotasse uma República democrática e a conquista do socialismo não se restringisse a mera retórica.

Fernandes (1991) enfatiza que, em consequência disso, o PT ultrapassou os imperativos políticos do seu ventre materno, o ABC, pois se via impelido à frente pelas forças sociais que ele representava, unificava e orientava para “ocupar o poder”, porque deveria se preparar para ir mais longe: conquistar o poder e solucionar a questão do Estado. Precisava refundir os fundamentos de sua existência e propor-se em termos mais exigentes seus problemas de organização. Se não fizesse isso, naquele instante, perder-se-ia como partido de massas, socialista e revolucionário. Oscilaria de posição, convertendo-se em partido da ordem, de centro-esquerda, uma fatalidade brasileira. A perspectiva real desse risco já estava sob alerta desde então.

O nosso autor demonstra uma expectativa ulterior ao destino que o partido trilharia já no final daquela década. Com raízes sindicais e radicais profundas, o PT precisava

avançar contra a corrente (nacional e internacional), opondo-se aos que preferem uma fácil acomodação social-democrática com a ordem. Ele não era mais o “braço político” do movimento sindical, mas a expressão de um vasto acúmulo secular de ansiedade coletiva nova, uma cultura nova e uma República democrática. Cumprir-lhe-ia retirar a luta do contexto de reivindicações isoladas, imediatistas e corporativas e colocá-la num patamar coletivamente abrangente e sem tréguas por trabalho, por educação, por padrões de vida mínimos da imensa maioria da população e por liberdade com igualdade. Pensando naquele momento áureo de ascensão do PT, como partido de massa, Fernandes (1991), defendera, por exemplo, que, uma greve, sem espaço político, esgotava-se em si e por si mesma, mas com a presença ativadora do PT ela ganhava outra dimensão como luta de classes e fator de contrapeso da hegemonia ideológica das classes dominantes.

Coelho (2005) analisa que, à época, para as correntes políticas hegemônicas no interior do PT, o Estado burguês continuava, a ser considerado como “um organismo de poder de classe da burguesia, o centro organizador por excelência dos interesses da burguesia”. Assim, diante deste Estado, o partido deveria “lutar pela sua destruição”, o que implicaria em “elaborar uma teoria da violência revolucionária organizada”. No entanto, a teoria da revolução era suplementada com a noção de que o poder político e ideológico da dominação burguesa precisaria ser enfraquecido, num “movimento que se realizaria por fora e também por dentro dos aparatos estatais, configurando uma disputa pela hegemonia em toda a sociedade (COELHO, 2005). As chaves de interpretação da política, das classes e do Estado serviram de abertura para formas de desenvolvimento de estratégias de luta pelo poder nesses vetores da esquerda e do partido. Afinal,

Todo movimento político que pretende a construção de uma hegemonia, necessariamente tem de criar, entre outras coisas, uma leitura da história com a qual e pela qual pode apresentar-se como projeto. Essa leitura não apenas permitirá dar uma lógica ao novo projeto, mas fundamentalmente, permitirá destruir as bases de sustentação do projeto anterior (DIAS, 2014, p. 94).

As tarefas do partido, no interior do PT, foram ganhando contornos bastante distintos ao longo dos períodos que marcaram a sua fundação e a conversão do partido ao carreirismo eleitoral. As correntes internas do PT, desde seu surgimento, procuravam fazer análises mais amplas sobre a sociedade brasileira, dentre as quais Coelho (2005) aponta uma delas como extensa e bem articulada proposta de interpretação histórica da formação econômica e social brasileira através do conceito de *capitalismo monopolista de Estado*, que teria assumido, no Brasil, o caráter *dependente e associado*. A outra era uma tentativa de interpretação, em

perspectiva gramsciana, da dominação burguesa no Brasil. Segundo os autores desta tese última, o Estado no Brasil apresenta a complexidade própria dos países de capitalismo avançado. É o resultado da combinação gramsciana de força e hegemonia.

Mas, o aspecto mais relevante da dominação burguesa aqui seria o “seu caráter antidemocrático (...) típico de uma sociedade capitalista monopolista dependente e de Estado”. Seu elemento chave seria a coerção e não o consenso, gerando a hipertrofia da sociedade política em relação à sociedade civil e a tutela desta por aquela, características distintas das democracias burguesas clássicas, como as européias. A tese tenta reconstituir os principais momentos da formação histórica da dominação burguesa no Brasil através do conceito de “revolução pelo alto” que explicaria a persistência das restrições ao pleno desenvolvimento da sociedade civil. Em todos aqueles momentos, a classe operária teria se apresentado “despreparada para dirigir as demais classes populares, empreendendo um ataque frontal ao Estado burguês”. (COELHO, 2005, p. 244).

Essas interpretações sociológicas compõem níveis de problematização sobre a revolução burguesa brasileira (nossa via prussiana), que fundamentaram essencialmente, ao longo de décadas, as formulações de uma Estratégica Democrática de esquerda no Brasil. Desde o Partido Comunista Brasileiro (PCB), nos anos 1950/60, até o Partido dos Trabalhadores (PT) nos anos 1980. Para Iasi (2012), embora correta a análise acerca do desenvolvimento *sui generis* do capitalismo brasileiro⁸³, tal Estratégia se revelou uma falácia, pois essa característica essencial do capitalismo entre nós, não significou um desenvolvimento social e econômico nacional autônomo, que pudesse interessar e integrar a burguesia e o proletariado. Para o autor, essa condição é por si só a definição da falácia, qual seja:

O crescimento do capitalismo que rompe com seus entraves não capitalistas (sejam ou não identificados com resquícios feudais, formas oligárquicas ou imposição “imperialista”) levaria ao desenvolvimento de um “capitalismo autônomo” que interessaria tanto à burguesia “nacional” como ao proletariado. No que cabe ao proletariado parece indicar que o desenvolvimento das relações capitalistas levaria ao crescimento do proletariado, que diante das contradições do sistema se colocaria em luta por seus objetivos históricos socialistas. Aí se encontra a falácia, o crescimento

⁸³ Como sabemos a revolução burguesa no Brasil não se realiza ou se consolida por via clássica, com processos de ruptura revolucionária de transição para um novo regime social de produção com a deflagração de classes sociais, modernização do Estado e estabelecimento de novas relações contratuais e de propriedade. Entre nós isso se deu de forma muito particular, social e politicamente deletéria. A mediação da luta de classes, no nosso capitalismo dependente e periférico, alcançou patamares de desenvolvimento incapazes de tornar, por exemplo, os direitos sociais, políticos e civis uma realidade democrática e universalizante. Essas dimensões do direito burguês se expressam, entre nós, de modo meramente formal e claramente tardio. A consolidação do Estado de direitos é uma realidade restrita às experiências do capitalismo central, que vive hoje uma flagrante decadência dos seus sistemas de bem-estar social.

das relações capitalistas vem acompanhado dos meios políticos próprios do capitalismo desenvolvido, seja na sofisticação de seu Estado, seja através dos meios, diretos e indiretos, de amoldamento da classe trabalhadora à ordem do capital, levando ao “aburguesamento” descrito por Lênin ou ao “transformismo” nas palavras de Gramsci (p. 293. Grifos do autor).

A compreensão defendida pelas correntes hegemônicas do PT sobre a revolução socialista a concebia como “uma ruptura institucional precedida pela dualidade de poderes”. Isto é, o poder seria uma relação social de força. “Concepção segundo a qual é possível a ‘tomada do Poder’ aproxima-se, teoricamente, mais do blanquismo que do comunismo” (COELHO, 2005, p. 246). Um poder alternativo se constrói com ideias e instituições. Ideias capazes de orientar as ações e instituições capazes de organizá-las e reproduzi-las. Sua construção, portanto, se inicia no capitalismo e é condição para o avanço da revolução até o socialismo e para o desenvolvimento deste. Seria para a construção deste poder alternativo que a ação revolucionária deveria se voltar “nos movimentos sociais e nos aparatos estatais”. Os desafios a vencer seriam “estimular o engajamento de expressivos contingentes de massa na luta política e o de criar uma nova esfera pública efetivamente democrática, onde os excluídos adquiram o estatuto da cidadania” (Ibidem, p. 272-273).

O PT estabelece claramente essa concepção da estratégia democrática, a partir do seu V encontro nacional, no final dos anos 1980.

Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista – tarefas não efetivadas pela burguesia –, tem duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto um governo hegemônico pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitantemente de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfraquecimento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática popular (V Encontro Nacional [1987], in Almeida e Cancelli et al, 1998: 322, *apud* IASI, 2014, p. 14).

O autor destaca que essa formulação contrasta profundamente com os termos do 12º Encontro Nacional que antecede a chegada do PT pela primeira vez ao Governo Federal quando afirma que:

Um novo contrato social, em defesa das mudanças estruturais para o país, exige o apoio de amplas forças sociais que deem suporte ao Estado-nação. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover uma ampla inclusão social – portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e especuladores serão atingidos diretamente pelas políticas distributivistas e, nestas condições, não se beneficiarão do novo contrato social. *Já os empresários produtivos de qualquer porte* estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade para o capital produtivo (12.º Encontro Nacional (2001): 38, *apud* IASI, 2014, p. 14).

Durante os anos 1990 a “esquerda do capital” (COELHO, 2005), ainda em formação, não conseguiu conquistar a posição hegemônica entre as frações e grupos da classe dominante, e o bloco político construído em torno do governo FHC manteve consigo o monopólio do “interesse geral” da burguesia. Mas isso não diminui a importância do trabalho político da esquerda neste período. Para o autor, uma das alterações importantes produzidas pelo transformismo da esquerda brasileira foi, assim, ampliar e diversificar os grupos que disputam a hegemonia no interior da classe dominante. Os novos intelectuais orgânicos de esquerda da burguesia, atuando como força organizada e coesa, credenciaram-se como uma opção de hegemonia a partir do momento em que a sua definição alternativa de “interesse geral” se acomodou no interior dos limites da ordem do capital. Credenciar-se para a luta pela hegemonia não significa travá-la em condições favoráveis.

Mas, esse é um momento de crucial mudança na correlação de forças no interior do longo processo da “revolução passiva”⁸⁴ brasileira. Aos momentos históricos revolucionários sucederam-se sempre processos de restauração. Essa tendência se traduz no entendimento de uma complexa organização da sociedade civil e da sociedade política, isto é, do conjunto do Estado burguês na sua relação orgânica com a base econômica estrutural. Nessa perspectiva, a luta socialista no Brasil se daria num contexto em que, “como de resto no capitalismo contemporâneo, a extração da mais-valia relativa predomina sobre a mais-valia absoluta”. Temos aqui um “Estado ‘ocidental’ maduro e não mais um Estado pré-capitalista ou intermediário entre o ‘oriente’ e o ‘ocidente’”.

⁸⁴ As revoluções passivas para Gramsci é o modelo de conflito que suplanta as formas de confronto aberto próprias do período oitocentista. Ele enxerga isso analisando como a crescente racionalização do capitalismo, a partir do crescimento da economia e da industrialização, absorve os espaços da sociedade civil com a sua lógica e dominação. Esse bloco social formado, a partir do final do século XIX, “renuncia ao ‘jacobinismo’ e adota definitivamente a estratégia da guerra de posição e da revolução passiva” (CICCARELLI, 2017, p. 360).

Aqui o “caráter passivo” da revolução burguesa teria deixado como herança a “exclusão política das camadas populares”, uma “trágica combinação de reação política com hegemonia passiva”. Esta situação, contudo, estava mudando. “Os anos 1980 testemunhavam o desenvolvimento inicial de uma sociedade civil complexa e autônoma”, sendo a CUT e, principalmente, o PT a sua melhor expressão (COELHO, 2005). Estava implícita uma concepção estratégica de tomada de poder e isso perpassava a interpretação concreta das classes sociais no Brasil. Embora não haja classes que carreguem uma posição socialista intrínseca, a estratégia de hegemonia no Brasil deveria distinguir aquelas classes e camadas que se encontravam exploradas, espoliadas, oprimidas, porque tais classes e camadas possuíam interesses e aspirações materiais e/ou espirituais que se chocavam com o capitalismo, sendo, portanto, suscetíveis a um projeto socialista. O bloco social da revolução seria composto pelo proletariado, semi-proletariado, campesinato pobre e pequena burguesia urbana, excluindo suas camadas mais ricas (Ibdem).

A estratégia se desdobraria em dois momentos: o primeiro, de “acúmulo estratégico prolongado de forças, de concentração crescente de hegemonia”. O segundo de “disputa aberta contra o Estado visando a capacitação para a ruptura estratégica e a própria ruptura estratégica”. O momento inicial, pensado como guerra de posição, se destacaria como o mais importante nas condições brasileiras: “a luta pela hegemonia deverá ser o traço característico, por um largo período, da luta por uma alternativa socialista” (COELHO, 2005, p. 275).

Nesta perspectiva, até mesmo as teses relativas à linha sindical que passaram a vigorar no início dos anos 1980, através das tendências hegemônicas do PT, propunham construir um “movimento sindical proletário e revolucionário” a partir de uma orientação que deveria “ser concebida como parte integrante da estratégia da revolução no ‘Ocidente’ capitalista, consubstanciada na combinação da ‘guerra de posição’ com a ‘guerra de movimento’”.

A construção deste movimento operário anti-burguês seria ‘um elemento destacado da luta pela hegemonia, que requer a criação de uma sociedade civil alternativa à sociedade civil burguesa, da qual o sindicato burguês é um elemento destacado’ (COELHO, 2005, p. 245).

Para Gramsci (2000) os conflitos entre as classes se explicitam e ganham dinâmica na disputa pelo poder. Gramsci diz o seguinte, a respeito da concepção do Estado na perspectiva das classes, no Caderno 3: “a escassa compreensão do Estado significa escassa consciência de classe” (p. 309). Para o nosso autor, a unificação histórica das classes dirigentes dá-se no Estado, e sua história é essencialmente a história dos Estados e dos grupos de Estados. A hegemonia no nível econômico se dá por via do consenso entre as classes dominantes. O nível

da realidade que permite o consenso das classes aliadas não é político ou cultural, mas econômico, nível no qual a função hegemônica aparentemente não exerce um papel fundamental, uma vez que “o instrumento determinante da transformação é a coerção estatal da legislação e do direito, ainda que entrem em ação outros instrumentos mais positivos, como escola ou outras instituições culturais” (TEXIER, 2017, 733)”.

Antes de ser dominante uma classe necessita ser dirigente. Devendo conquistar uma “hegemonia política também antes de ir ao governo, e não precisa contar apenas com o poder e com força material que este lhe dá para exercer a direção ou hegemonia política” [...] A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a liquidar ou a submeter inclusive com força armada, e dirige os grupos afins e aliados. [...] Gramsci diz que “é no mínimo estranha a atitude do economicismo em relação às expressões de vontade, de ação e de iniciativa política e intelectual, como se estas não fossem uma emanção orgânica de necessidades econômicas, ou melhor, a única expressão eficiente da economia”⁸⁵ (idem, p.732-733).

Ao tratar da história das classes subalternas Gramsci reflete a relação das classes entre si e enxerga que esta classe se situa na sociedade civil como uma parte que não se unifica no Estado, e existe numa forma eminentemente desagregada. Ao analisar essa condição Gramsci se preocupa em identificar as condições políticas necessárias para que a classe dominada se torne dominante e hegemônica. A classe só parece a Gramsci madura para se pôr como classe hegemônica quando atende alguns requisitos, ou melhor, determinadas condições principais, dentre as quais duas se destacam: a primeira delas se trata de um partido integralmente autônomo, frente as classes dominantes; e o segundo elemento é quando a classe sabe unificar-se no Estado.

O Estado é essencial precisamente como lugar de uma hegemonia de classe, momento em que se tem “uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto” (GRAMSCI, apud LIGUORI, 2007, p. 69). Gramsci defende que a hegemonia burguesa se torna restrita desde 1848, período no qual se abrem ciclos revolucionários que produziram

⁸⁵ Essa síntese aponta para a crítica que Gramsci dispara contra o economicismo, o liberalismo, ou ainda o liberismo. Todas essas ideologias tendem ao pragmático separatismo entre sociedade civil e sociedade política, uma forçosa separação não apenas metodológica, mas orgânica. Um grande equívoco de cunho necessariamente ideológico e político.

uma alteração na formação da hegemonia, que passa a ser organizada, através do choque de hegemonias entre as classes, através de seus aparelhos privados.

O Estado moderno, ou a ditadura moderna, abole todas as formas de autonomia de classe e se esforça por incorporá-las às atividades estatais. Abole muitas autonomias das classes subalternas, mas certas formas de vida interna das classes defende Gramsci, renascem como partido, sindicato, associação cultural (LIGUORI, 2007). Como vimos, a existência de um partido autônomo é compreendida por Gramsci como uma dimensão imprescindível, na perspectiva da classe proletária, revolucionária. Para ele o partido é o instrumento indispensável para a passagem da sociedade política para a sociedade civil-política, ou sociedade regulada. Essa compreensão sobre o papel do partido está remetida a questão do exercício da hegemonia como processo pedagógico que só se completa e só se torna dominante no e com o alcance do poder. Por isso que as classes só conseguem o domínio quando se faz Estado, pois este é o aparelho de hegemonia de maior expressividade e alcance social.

O Estado integral (ditadura + hegemonia) é a síntese de uma superestrutura composta por sociedade civil e sociedade política, a própria e complexa organização da hegemonia couraçada de coerção. Sem a imbricação desses elementos (consenso e coerção ou força) na forma estatal, não é possível a garantia de nenhuma direção social e política de classe. Essa é a mais precisa e realista lição (história e teórica) da arte política que Gramsci problematiza na sua brilhante tese sobre o Estado integral. Evidente que esta síntese não resolve fácil e pacificamente os conflitos sociais que a filosofia da práxis se encarrega de explicitar, mas ao evidenciá-los, cumpre uma função teórica e política fundamental, qual seja, fornece uma leitura ideologicamente orgânica da realidade social, numa perspectiva politicamente interessada na organização de uma nova hegemonia, e na criação de um novo Estado.

Maiello (2019) diz que, tanto Gramsci como Trotsky, apontaram para o papel de "policia política" que a burocracia operária cumpre, como um agente da burguesia no interior das organizações de massa. O autor acrescenta ainda, que, na atualidade o desenvolvimento de burocracias é uma tendência crescente em outros movimentos de massas muito importantes (estudantil, de mulheres, etc.), em muitos casos sob a forma de ONGs, associações civis ligadas ao Estado. Muitas das características da aristocracia operária podem ser encontrar em países dependentes e semicoloniais como o Brasil, que, ao contrário da primeira parte do século XX, adquiriu certos traços "ocidentais" (segundo a metáfora geográfica da Terceira Internacional). O que a realidade tem mostrado é que, seja no centro ou na periferia, todas as burocracias reformistas identificam-se com o Estado capitalista.

3.3. O PT e a concertação do capitalismo brasileiro

A passagem dos anos 1980-90 é marcada, em grande parte da América Latina, pela transição das ditaduras aos regimes democráticos e constitucionais, negociados, a partir de acordos pelo alto entre cúpulas militares e partidos políticos tradicionais. Katz (2016) aponta que o social-liberalismo tornou-se o pensamento hegemônico na condução desses processos no continente, justificando-os como convenientes para a criação da soberania e da redemocratização nacionais. Como sabemos, esses compromissos gerados pelo alto geraram sistemas políticos completamente subordinados aos credores externos⁸⁶.

Como um dos principais expoentes das mutações social-liberais na América Latina, Fernando Henrique Cardoso explicitou fortemente o conservadorismo do seu pensamento adotando claras posições de direita nos seus mandatos governamentais, embora tenha tentado encobrir sua conduta com argumentos de defesa das administrações “republicanas” perante os governos “populistas” (KATZ, 2016). Seus governos acabam por assumir uma reivindicação pragmática do capitalismo, um deslumbramento pela globalização, tornando-se adversário da soberania nacional e das lutas sociais. Não por acaso, as diretrizes precípua da Era FHC (1994-2002) foram pautadas por um convencionalismo profundo ao neoliberalismo.

As consequências social do processo neoliberal não transcorreu sem resistência popular, em diversas realidades nacionais do continente latino americano. As lutas que eclodiram na América Latina⁸⁷ já no início deste século, modificaram o cenário de refluxo popular em que o neoliberalismo se consolidava, nas décadas passadas. Estas mobilizações ocorreram em diversos países, como o Brasil, ainda que não se tenha registrado mobilizações de tão grandes expressões, entre nós. Contudo, é inegável que as impopulares políticas neoliberais terminaram por alterar eleitoralmente as tendências do voto popular, conferindo derrota política aos grupos neoliberais ortodoxos e vitória a uma frente política composta por conciliação de forças liberal-democráticas de centro-esquerda, com projetos de cariz neonacionalista.

⁸⁶ O social-liberalismo supunha que o constitucionalismo abriria as comportas do bem-estar, desconhecendo as consequências de perpetuar estruturas econômico-sociais desiguais e contrárias ao desenvolvimento. Os social-liberais Concentraram seus estudos na temática institucionalista, evitando qualquer referência à desigualdade, aos interesses de classe ou à exploração capitalista (KATZ, 2016).

⁸⁷ Os quatro levantes vitoriosos ocorreram na Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela entre 2000 e 2005. Os mandatos identificados com o neoliberalismo foram expulsos da presidência e os programas de virulenta privatização, abertura comercial e de flexibilização do trabalho perderam sustentação social (KATZ, 2016).

Despontando nas urnas, nas eleições de 2002, chega à presidência da república, um ex-operário, liderança de uma aliança centro-esquerda, politicamente tutelada por um projeto dito alternativo e democrático-popular, para o desenvolvimento Brasil. O que poderia ter determinado política e socialmente esse episódio inédito na tradição do sistema político brasileiro⁸⁸? A história encarregou-se de mostrar tal episódio como uma “farsa”, no sentido de uma repetição do “trágico”, isto é, como produto de um processo histórico decadente: o delírio reformista carente de esteio objetivo.

A particularidade que marca a histórica experiência dos governos petistas, do ponto de vista da política econômica, diz respeito ao que parte da intelectualidade nacional convencionou chamar de novo-desenvolvimentismo. Este modelo é caracterizado por Castelo (2013), como sendo uma espécie de Terceira Via, uma estratégia de desenvolvimento alternativo aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao “populismo burocrático” (grifos do autor) representado por setores arcaicos da esquerda e partidários do socialismo, quanto à ortodoxia convencional, representada por elites rentistas e defensores do neoliberalismo, cujo principal objetivo é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhora substancial nos padrões distributivos do país, um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na “questão social”.

O desafio à alavancagem do projeto petista no poder isto é, realizar a Estratégia Democrática Popular, esbarrava-se, em primeiro lugar, na condição de aplacar os entraves ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Isto é, a caracterização da economia periférica subordinada ao dreno massivo de capitais, somente poderia emplacar tais “ambições minimamente distributivas”, sob o marco do capital, a partir de uma expansão violenta das suas formas de exploração e expropriação da força de trabalho no continente (FONTES, 2008).

A condição de uma economia dependente e subordinada inviabilizaria, como de fato não permitiu, uma democratização sócio-econômica para os trabalhadores, sem acirrar a luta de classes no seu interior, a partir de um luta frontal ao capital, o que não ocorreu. O capitalismo brasileiro, cujas características da dependência se reatualizam, está pautado pelas seguintes características: 1) superexploração da força de trabalho (aumento da taxa de mais-valia, pagamento da força de trabalho abaixo do valor médio da força de trabalho, sem o aumento da produtividade média do trabalho e da economia); 2) deterioração dos termos de

⁸⁸ O nosso sistema político que configuram a nossa estrutura republicana possui um formato oligárquico propício à conciliação das elites e é, por essa razão, profundamente impeditivo do alcance de uma direção de e ou de governança de esquerda (SAFATLE, 2017).

troca (troca desigual) na produção, na circulação e na taxação de preço de mercado das mercadorias produzidas num mesmo ramo/setor produtivo ou dirigente, de mesmas mercadorias ou de mercadorias distintas⁸⁹; 3) Transferência de valor (Balança comercial e de pagamentos e remessas monetárias) Capitais produtivos ou especulativos/financeiro para os centros capitalistas. O capitalismo dependente vai produzir uma mais-valia que não vai constituir (grande parte) a acumulação de capital interna, mas fazer parte da dinâmica de acumulação externa dos capitais centrais; 4) Concentração brutal de renda (fluxo) e riqueza (patrimônio e propriedade); 5) Consequências sociais e políticas nefastas (pobreza e miséria brutais, violência de todas as naturezas e um Estado social mínimo, austero e autoritário) Carcanholo (2015).

O elemento conciliação está presente desde a conformação de um programa de governo vitorioso nas urnas. Lula não era a essa altura, exatamente um líder carismático, frente às massas eleitorais, mas esse perfil é constituído logo no seu primeiro mandato. O lulismo nasce do encontro de Lula com o “subproletariado”⁹⁰ na concepção de Singer (, 2012). O lulismo surge quando essa fatia significativa da população brasileira encontra nos programas sociais do seu governo uma grande oportunidade para mudar e melhorar as condições de vida. O encontro de um líder popular com as massas se dá exatamente, através de políticas sociais massificadas, especialmente, a transferência de renda, assumida como prioridade pelo governo.

O dado mais interessante da análise de Singer (2012) é quando ele pontua que o lulismo caracterizou a tão sonhada manobra (eleitoral) do PT de enraizar-se nos grotões, favelas e periferias, revertendo a rejeição histórica e conquistando hegemonia nas regiões mais empobrecidas do país (Norte e Nordeste). “Os setores populares das regiões empobrecidas substituem a classe trabalhadora, a classe média e a intelectualidade na sustentação da administração desses governos, que se guiaram pelo princípio de concessões aceitas pela classe dominante” (KARTZ, 2016, p.55).

⁸⁹ O fundamento aqui é que determinados capitais se apropriam de massas de valor produzidas em outros setores ou mesmo setores produtivos de capitais concorrentes, desde que aquele possua uma produtividade mais elevada. Todo capital que possua uma produtividade mais elevada se apropria de uma massa de valor ou mais-valor em relação aos capitais concorrentes cuja produtividade é sempre e necessariamente menor. Isso acontece nas relações de troca, no valor das mercadorias e dos preços médios de mercado. A dialética da produção versus apropriação de valor no comércio internacional ou mercado mundial (mercadorias inter e entre setores econômicos).

⁹⁰ Segundo o autor, o “subproletariado” se compõe dos despossuídos e deserdados, daqueles na faixa mais desfavorável de renda, acesso a direitos. Seria uma camada social com dificuldades crônicas para se organizar, composta de grossa gente vivendo exclusivamente no presente, vulnerável às intempéries da economia e da política, imersa na “lei da sobrevivência (SINGER, 2012).

O “subproletariado” ou, em termos marxianos, o lumpemproletariado brasileiro deu a Lula uma sustentação inédita a qualquer outra força organizada de esquerda da história do Brasil, suportando-o, inclusive, nos períodos mais críticos de bombardeios pela grande imprensa, como no caso do mensalão, e poderíamos atualizar esses episódios lembrando os casos de acusação, e de condenação por corrupção ainda em trâmite em instâncias judiciais.

A formação do lulismo é compreendida por Singer (2012), como a determinação de um ciclo político longo, um substantivo realinhamento eleitoral. As políticas sociais do governo Lula passaram a magnetizar até a oposição, como estratégia eleitoral, a direita se vê forçada a convergir ao programa lulista para se apresentar em suas campanhas. O efeito principal do lulismo, diz o autor, foi o espessamento do mercado interno, a partir do consumo da grande parcela da população via acesso a políticas de transferência de renda, impactando os níveis de miséria no país. Porém, o custo político principal disso, analisa o autor, foi o esvaziamento do conteúdo anticapitalista, com o conseqüente esvaziamento da luta entre direita e esquerda. Dessa equação, resultou um “reformismo fraco”, sem incomodar o grande capital, ou pior, favorecendo-o. “Ao invés do conflito que um ‘reformismo forte’, Lula prefere a posição arbitral, mediando as classes” (CAVA, 2012, p. 268).

Há, inegavelmente, uma regressão política do lulismo. A lógica dos conflitos sociais é completamente abstraída pelas figuras do pobre e do rico, e não mais na formação e na perspectiva de classes sociais, proletariados x capitalistas. Facilmente, pode-se ver o desvirtuamento dessa questão em torno, inclusive, da própria leitura que os aparelhos de governo fazem sobre a classe social como formação política. Dispõe-se de uma leitura de enquadramento social das classes, a partir de uma lógica de cidadania por escala de consumo. Pra não tocar aqui na trágica problemática da relação de aparelhamento das lutas e dos movimentos sociais (com destaque para o movimento sindical) feitos pelos governos do PT, especialmente, manejados por setores do governo e pela própria figura do Lula.

Entretanto, tais políticas não foram suficientes para acabar com o grande fosso social entre ricos e pobres, marca histórica das relações sociais no Brasil. Safatle (2017) revela que a superficial ascensão social das massas precárias da população não passou de uma promoção social que equalizou o índice de GINI no Brasil dos anos 2000 (dois mil) aos anos 1960 (sessenta). Não obstante, no Brasil do lulismo, a desigualdade social aumentou absolutamente. Se por um lado é verdadeiro que, nesse período, houve o crescimento de emprego e ocupações, os níveis salariais de quase 80% das ocupações no país não chegaram a mais que 3 salários mínimos. As políticas assistências compensatórias, embora necessárias,

foram insuficientes para se fazer diante da crise das commodities e ao processo de descapitalização dos pobres⁹¹.

O desempenho do projeto de um novo desenvolvimento do capitalismo brasileiro, nos últimos quinze anos Brasil, deu ao país lugar de destaque pelo seu desempenho econômico e pela sua política diplomática, junto aos blocos imperialistas centrais. Foi o seu passaporte ao chamado G20, grupo de países cuja economia é considerada intermediária a exemplo da Rússia, China e Arábia Saudita. A economia dependente/emergente brasileira tem uma importância no mercado internacional pautada pela sua alta capacidade produtiva de commodities, isto é, produtos cuja base de agregação de valor é muito baixa e compõem a base de fornecimento de produtos e matérias-primas essenciais para a produção mundial de mercadorias manufaturadas/industrializadas, nos países altamente industrializados.

Apesar da forte desaceleração econômica vivida pela economia brasileira no biênio 2011-2012, o mercado de trabalho no país manteve-se relativamente estável e a tendência de desconcentração de renda na base da pirâmide salarial (ainda) não foi revertida (BRAGA, 2014). Essa conjuntura alimentou uma falsa sensação de que a crise econômica não era algo tão grave e a economia reagiria em breve. Convenientemente, essa esperança, ressalta o autor inspirado em seu mestre Chico de Oliveira se esqueceu de uma velha lição do marxismo crítico que floresceu na América Latina entre os anos 1950 e 1960: em países outrora colonizados e depois subdesenvolvidos, as modernas relações de produção capitalistas são dominadas pelo atraso, tendendo a reproduzir as bases materiais da produção massificada do trabalho barato e superexplorado.

[...] se olharmos por trás da relativa desconcentração de renda verificada entre aqueles que vivem do trabalho experimentada durante o período de 2003 a 2010, encontraremos a dura realidade de uma sociedade periférica cuja economia depende estruturalmente de preço anormalmente abaixo da sua força de trabalho. [...] na última década, os trabalhadores brasileiros tornaram-se reféns de um modelo de desenvolvimento capitalista cuja estrutura alimenta-se de condições cada dia mais precárias de vida e de trabalho (BRAGA, 2014, p. 389).

Se a gênese desse modelo de desenvolvimento pós-fordista e periférico remonta ao início dos anos 1990, quando as políticas de ajuste estrutural implementadas pelos governos Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso elevaram a taxa de desemprego de 3% para 9,6%

⁹¹ O crescimento das desigualdades fez rapidamente com que acontecesse a inevitável queda real do valor de compra dos salários da classe trabalhadora, ademais a crise mundial atingiu diretamente o preço das matérias-primas no mercado mundial e isso abalou diretamente a economia nacional. Esse fator atingiu o mercado de trabalho de forma significativa e determinou o declínio das taxas de emprego (SAFATLE, 2017). Ver também, Castelo (2013); Katz (2016).

da população economicamente ativa (PEA), nocauteando a massa salarial (basta lembrar que de 1995 a 2004, a participação dos salários na renda nacional caiu 9%, enquanto a participação das rendas de propriedade subiram 12,3%), sua consolidação foi obra dos dois governos de Lula da Silva.

[...] houve uma intensa reformalização do mercado de trabalho durante a década passada, que, somada a um crescimento econômico da ordem de 4,1% ao ano, redundou em uma incorporação anual de aproximadamente 2,1 milhões de novos trabalhadores ao mercado formal. A base da pirâmide salarial aumentou nitidamente, fortalecendo o mercado de trabalho: em 2004 e 2010 a participação relativa dos salários na renda nacional aumentou 10%, enquanto os rendimentos oriundos da propriedade decresceu cerca de 13%. No entanto, desses 2,1% de novos postos de trabalho criados nesse ano, cerca de 2 milhões remuneravam o trabalhador em até 1,5 salário mínimo (US\$ 460,00 por mês ou, somando férias e 13º salário). Eis o segredo de polichinelo: o crescimento econômico da década passada apoiou-se sobre o trabalho barato (BRAGA, 2014, p. 390).

Os dados por si falam, mesmo redundante, é necessário dizer que esses trabalhadores simplesmente não são capazes de poupar. Ou seja, todo o dinheiro que entrou na base da pirâmide salarial na última década foi imediatamente convertido em consumo popular. E o aumento desse consumo combinou-se com o barateamento das mercadorias proporcionado pelo aprofundamento da mundialização capitalista. Um novo padrão de consumo emergiu no país: pós-fordista pois baseado no regime de acumulação mundializado em multiplicar a oferta de novos bens; e popular, pois apoiado no crescente endividamento das famílias trabalhadoras, que precisam fazer “das tripas coração” para pagar as incontáveis prestações do comércio varejista (BRAGA, 2014).

O corre que esse novo padrão de consumo repousa não sobre os ganhos de produtividade proporcionados pelo desenvolvimento da indústria nacional – na realidade, há pelo menos uma década, a estrutura social brasileira não conhece ganhos reais de produtividade – mas, principalmente, sobre as economias de escala garantidas por alguns setores econômicos estratégicos que empregam largamente força de trabalho não qualificada: mineração, petróleo, agroindústria e construção civil. [...] A economia cresceu à custa da deteriorização da indústria de transformação (de 27,8% do PIB, em 1988, passamos para 14,5% do PIB em 2010), a única capaz de garantir ganhos reais de produtividade (BRAGA, 2014, p. 390).

O atual ciclo de financeirização da economia, inaugurado nos anos 1990, não apenas promoveu a inserção da estrutura social brasileira na mundialização capitalista por meio de

altíssimas taxas de juros, da independência operacional do Banco Central e da política de flutuação cambial, como também redefiniu as bases sociais do precariado do país. Para Braga (2014), o “precariado”, isto é, o proletariado precarizado, é formado por aquilo que, excluídos tanto o lumpemproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de “superpopulação relativa” compostas pelas seguintes frações: a população “flutuante”; a população “latente”; a população “estagnada” e a população “pauperizada” (BRAGA, 2014, p. 390).

Se até meados dos anos 1990, a dinâmica nacional de criação de empregos concentrava-se na faixa de 3 a 5 salários mínimos, com a indústria concentrando 40% das novas vagas, entre 1994 e 2008 a dinâmica do emprego deslocou-se para os serviços – 70% das vagas se concentraram nesse setor. Assim, aquela massa de 6 milhões de trabalhadores desempregados formada entre 1994 e 2002 logrou ser reabsorvidas por ocupações serviços sub-remuneradas (até 1,5 salário mínimo). Isso fez com que a parcela dos ocupados nessa faixa salarial alcançasse 60% de todos os postos de trabalho do país (ibidem: p.391).

No entanto, aos aumentos do salário mínimo acima da inflação seguiu-se um endurecimento nas condições de consumo da mercadoria força de trabalho: no ano 2000, a taxa de rotatividade do trabalho do país aumentou cerca de 10% (de 33%, em 1999, para 36% em 2009), em especial entre os trabalhadores da base da pirâmide salarial para aqueles que ganham entre 0,5 e 1,5 salário mínimo, a taxa de rotatividade foi de 86% em 2009 – ou seja, um aumento de 42% em comparação com 1999. Para piorar ainda mais a situação, a taxa de terceirização do trabalho entre 1996 e 2010 apresentou um aumento de 13% ao ano (p. 391). O autor se remete à pesquisa de Pochamann (2012), na qual destaca que apesar da desconcentração de renda entre aqueles que vivem dos rendimentos do trabalho, os anos 2000 foram marcados por uma flagrante deteriorização das condições de consumo da mercadoria força de trabalho em benefício dos setores que mais lucraram na década: a indústria financeira, as mineradoras, o setor petroquímico, o agronegócio e a construção civil (p. 391).

Pensemos, por exemplo, no caso de trabalhos e ocupações ultra flexíveis vinculados aos chamados “contratos de zero hora”, cuja modalidade não garante uma jornada de trabalho previamente definida e tampouco salário estabelecido. A massificação dessa tendência é irrefutável, a partir da implantação da plataforma digitais de serviços que uberificaram⁹² as relações de trabalho no setor, através do recrutamento e gerenciamento online, de um exército de trabalhadores com tempo disponível para a execução de serviços de mobilidade particular

⁹² Uber é uma empresa multinacional norte-americana, prestadora de serviços eletrônicos na área do transporte privado urbano, através de um aplicativo e-hailing que oferece um serviço semelhante ao táxi. In site: www.google.com.br.

urbana. É inegável que a tendência à extração de valor sob essas condições de controle da força de trabalho ganha clara eminência no mercado mundial.

Não são as relações formais ou informais de trabalho (emprego x desemprego), por exemplo, mas as relações reais de produção, que determinam as classes sociais. Na sociedade capitalista a dinâmica de subdivisão dessas classes sociais se realiza a partir dos diferentes estágios de desenvolvimentos das forças produtivas. É de fundamental importância atentar para isso, pois os modos e as condições de vida dos indivíduos e das classes sociais são determinados pela dinâmica de reprodução social do trabalho social geral, cujas condições são controladas e sua função social orientada pelo capital (como inteligibilidade e força material, detidas e controladas pela classe dominante)⁹³.

[...] Na verdade, o operário [...], não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por exercer este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais' [...], do mesmo modo que o empresário também tem 'sua figura social [...] determinada não por elas, mas pelas relações gerais sociais que caracterizam efetivamente a posição do empresário da indústria (DIAS, 2014, p. 105-106).

Como era de se esperar, esse modelo transformou a relação do sindicalismo da indústria de *call center* como o Estado. Dirigentes sindicais opinam predominante e amplamente favoráveis ao governo Lula. Para justificar sua adesão ao governo petista, os sindicalistas utilizavam frequentes comparações com a era FCH. Além disso, projetos de formação profissional implementados pelos sindicatos – sem mencionar os acordos com faculdades particulares – dependem de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e contam com o apoio de programas federais, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), que distribui bolsas de estudos parciais ou integrais para estudantes de baixa renda financiarem estudos em universidades privadas (p. 395).

Afinal, a ligação entre a recente expansão do acesso ao crédito e o aumento do consumo popular, com repercussões positivas sobre a popularidade presidencial, já se tornou uma banalidade entre pesquisadores e jornalistas econômicos. Na realidade, ao enfatizar os resultados eleitorais, as políticas públicas e o transformismo sindical, o debate atual

⁹³ Lukács defende que, ao surgirem as classes sociais, as posições teleológicas secundárias, as que buscam incidir sobre a consciência dos outros homens para induzi-los a realizar a posição desejada, podem, por via espontânea ou institucional ser postas a serviço de um domínio (LUKÁCS, 2013). Eis aqui a distinção entre o "trabalho intelectual e físico e a divisão entre cidade e campo." A distinção entre o trabalho intelectual e o manual é um produto histórico do surgimento da exploração do homem pelo homem. Nas sociedades de classe o intercâmbio orgânico com a natureza passa a ter por finalidade a reprodução da propriedade privada da classe dominante (LESSA, 2014).

mostrou-se desinteressado em investigar os dilemas e os dissabores vividos pelo precariado brasileiro (p. 397).

É estreita a margem de concessões aos trabalhadores consentida pelo modelo de desenvolvimento pós-fordista. Afinal, mesmo a celebrada política de aumentos do salário mínimo acima da inflação, praticada pelo governo federal desde 2006, serve para ilustrar a precariedade da cidadania salarial no país. Para efeitos comparativos, vale lembrar que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) calcula que o salário mínimo necessário para o trabalho suprir despesas básicas familiares com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, como determina a Constituição brasileira, deveria ser de US\$ 1.174,63 reais (março de 2011). Para o cálculo do salário mínimo de 2012 (US\$ 311,00), o governo federal repassou o índice da inflação, acrescentando a variação do PIB no período (BRAGA, 2014, p. 397).

O movimento grevista deflagrado no país em 2011, abriu uma fissura no processo de regulação lulista dos conflitos trabalhistas, e foi a partir daí que seus primeiros sinais de fadiga se tornaram visíveis. A onda de paralisações, greves e rebeliões operárias que se espalhou em março de 2011 pela construção civil, atingindo algumas das principais obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, mostrou que crise não se tratava apenas de uma “marolinha”. “Tudo somado, o Dieese calculou em 170 mil o número de trabalhadores que, somente em março de 2011, cruzaram os braços” (BRAGA, 2014, p. 397- 398).

[...] pudemos perceber os dois lados do atual modelo de desenvolvimento: o acesso aos direitos sociais, mas à custa de baixos salários e precárias condições de trabalho. A angustia do precariado volta-se por fim para sindicatos [...] Nesse caminho, os sindicalistas buscam conectar os teleoperadores às políticas públicas do governo federal, aliviando a insatisfação operária ao aproximá-lo do atual modo de regulação (p. 398).

Na realidade, a dialética da modernização periférica não se submete à fixação de um “*télos*” abstrato – para alguns o próprio crescimento econômico interpretado como um fim em si mesmo -, supostamente capaz de superar o subdesenvolvimento brasileiro. Em síntese, e essa é a sugestão de Chico de Oliveira, o núcleo racional do problema deve ser buscado na história da dominação do atraso sobre o moderno na periferia do sistema (BRAGA, 2014, p. 398).

Há que se considerar que a evolução das lutas de classes no país é, fundamentalmente, reprodutivista e, em consequência, conservadora. Para Braga (2014) o novo sindicalismo

negou sua própria negação ao assumir a direção do modelo de desenvolvimento pós-fordista no país. O reformismo petista deixou de ser plebeu para se transformar em um reformismo (quase sem reformas) de gabinetes. No entanto, da mesma forma que a reprodução do regime de acumulação despótico no anos 1950 e 1960 alimentou a inquietação operária, pressionando a regulação populista, também o atual regime de acumulação financeirizado pressiona a regulação lulista, complexificando a reprodução das condições sociais de produção do trabalho barato no país (ibidem, p. 399).

A maneira pela qual foi processada a erosão da “hegemonia neoliberal” (crise ainda no governo Fernando Henrique Cardoso) contribui para explicar por que um dirigente operário tradicionalmente opositor tenha assumido o governo como liderança moderada.

Ao assumir o governo em 2003, Luís Inácio Lula da Silva colocou em suspenso as políticas antissindicais, acolhe algumas demandas do sindicalismo em seu programa de governo, promove o emprego formal, valoriza o salário mínimo e estimula a construção de âmbitos tripartites para a definição das políticas públicas voltadas para o mundo do trabalho. Ainda assim, enfrentaram desafios: o governo Lula precisava mostrar que um partido com nítida (embora não exclusiva) base sindical podia governar o país. O sindicalismo foi protagonista dessa renovação, ao apresentar-se como alternativa viável de poder. Lula, por sua vez, foi reeleito em 2006 e promoveu, em 2010 e 2014, a eleição e a reeleição de Dilma Rousseff (CARDOSO E GINDIN, 2017).

De acordo com os autores, no plano econômico, as taxas de inflação no Brasil foram mantidas, com algumas exceções, dentro das metas estabelecidas pelo Banco Central. A resiliência do processo inflacionário nos dois países coincidiu com a redução das altas taxas iniciais de crescimento do PIB. Entre 2003 e 2013, o PIB argentino cresceu a uma taxa média anual de 6,2%, e o brasileiro, de 3,5%. O crescimento, porém, não foi constante. Entre 2003 e 2007 o Brasil cresceu 4%. Nos anos seguintes a média caiu para 3,1%, sendo correspondente a 2010 no Brasil. Uma média, muito baixa nos demais anos do período (e mesmo recessão em 2009).

No mercado de trabalho houve mudanças significativas que afetaram, uma vez mais, a estrutura da classe trabalhadora. O emprego industrial cresceu e o desemprego caiu substancialmente. Em 2003 a taxa de desemprego foi de 12,3% no Brasil, caindo a 6,4% e 5,2% em 2013, respectivamente. Apesar disso, não mudaram as "novas" formas de gestão do trabalho (que parecem ter se consolidado) e, embora numa tendência descendente, em 2011 os trabalhadores por conta própria, empregadores com cinco empregados ou menos, trabalhadores independentes, empregados domésticos e auxiliares de família ainda

representavam quase o 40% da PEA (39% no Brasil, segundo dados da Cepal, apud CARDOSO E GINDIN, 2017). O emprego formal cresceu constantemente desde 1997, mais do que dobrando no período, mas a participação da indústria de transformação caiu de 25,2% para 21,2% do total do emprego assalariado formal. Os serviços responderam pela maior parte do emprego formal criado, em termos absolutos.

Tabela 1 - Evolução do emprego registrado no setor privado (Brasil, 1997, 2002 e 2012)

	vidades márias	Indústria	Eletricidade, gás e água	Construção	Comércio	Serviços	Total	Evolução (do total)
1997	1.103.722	4.703.756	332.051	1.162.045	3.668.782	7.662.212	18.632.568	100
2002	1.261.036	5.209.774	310.366	1.106.350	4.826.533	9.182.552	21.896.611	118
2012	1.723.554	8.148.328	423.277	2.832.570	9.226.155	16.167.385	38.521.269	207

Fonte: Rais/TEM, *apud*, Cardoso e Gindin (2017).

Tabela 2 - Índice de representatividade das centrais sindicais (2008-2014)*

	CUT	FS	UGT	NTSC	CTB	CGTB
2008	35,84%	12,33%	6,29%	6,27%	5,09%	5,02%
2014	34,39%	12,59%	11,92%	8,01%	9,33%	-

* O sindicalismo do setor público está sub-representado; porcentagens sobre o total de sindicatos filiados a centrais. Fonte: Ministério do Trabalho e o Emprego, *apud* Cardoso e Gindin (2017).

Tabela 3 - Greves no Brasil (2003-2013)*

Anos	Horas paradas	Funcionários públicos	Empresas estatais	Setor Privado	Total
2003	15.805	156	20	160	340
2004	23.851	158	27	114	302
2005	19.738	138	24	135	299
2006	24.703	145	20	151	320
2007	30.632	140	21	149	316

2008	24.681	155	29	224	411
2009	34.730	215	36	266	518
2010	44.894	233	35	176	445
2011	63.332	296	29	227	554
2012	86.921	381	29	464	877
2013	111.342	796	137	1.106	2.050

* O total inclui greves nos setores público e privado. Fonte: Dieese, *apud* Cardoso e Gindin (2017).

No Brasil o crescimento do emprego registrado tem efeitos automáticos sobre as instituições do mundo do trabalho (como a cobertura das convenções coletivas e o sistema de seguridade social) e ativa uma série de direitos sociais e trabalhistas que tornam o trabalhador visível do ponto de vista do Estado e lhe garantem certa segurança socioeconômica. É o que Hector (2008) denominou "mecanismo laboral", que favorece também a ação sindical ao ampliar as receitas institucionais e o número de trabalhadores representados. No Brasil, cada novo trabalhador formal terá descontado um dia de seu salário para sustentar o sistema de representação sindical. Mais emprego formal quer dizer mais trabalhadores nas bases sindicais, mais recursos financeiros e organizacionais e, eventualmente, maior poder de barganha junto aos empregadores, especialmente em razão da queda nas taxas de desemprego. Parece ter sido muito significativo o crescimento do sindicalismo em regiões periféricas, sobretudo nos novos territórios produtivos resultantes do processo de desconcentração industrial das últimas décadas. No Brasil, a densidade sindical cresceu entre 2002 e 2006, tanto entre os trabalhadores assalariados do setor privado (1,1 ponto percentual) quanto do setor público (2,4 pontos percentuais). É verdade que o aumento acentuado no emprego formal depois de 2006 e a entrada maciça de jovens no mercado de trabalho reduziram a densidade sindical a partir de então, mas em números absolutos os sindicatos do setor privado ganharam 1,5 milhão de novos adeptos, e os do setor público, mais de 300 mil entre 2006 e 2012.

O Brasil possui uma taxa de sindicalização, com variação para mais ou para menos, algo em torno de 16% dos trabalhadores ocupados, sendo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a entidade com maior índice de representatividade⁹⁴ desse segmento, no país.

⁹⁴ De acordo com a divulgação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2009, o percentual de representatividade das centrais sindicais, segundo o número de entidades sindicais vinculadas às centrais, é o seguinte: 1) Central Única dos Trabalhadores - CUT, índice de representatividade de 36,79%; em 2008 o

[...] de acordo com os últimos dados do Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (SAG-Dieese), os trabalhadores brasileiros protagonizaram em 2013 uma onda grevista inédita na história do país somando 2.050 greves. Isso significou um crescimento de 134% em relação ao não anterior e configurou um novo recorde na série histórica do SAG-Dieese (BRAGA, 2016, p.56).

Assim, o país superou o declínio grevista das últimas duas décadas e o movimento sindical readquiriu certo protagonismo político. [...] as greves metalúrgicas tornaram-se rotineiras. Além disso, professores, funcionários públicos, metalúrgicos, operários da construção civil, motoristas e cobradores de ônibus reconciliaram-se com a mobilização sindical entre 2013 e 2015. Um notável protagonismo da esfera privada tornou-se saliente, consolidando a tendência iniciada em 2012. [...] as greves da esfera privada representaram 54% do total, superando as da esfera pública. Aqui vale destacar a verdadeira explosão de greves ocorrida no domínio que acantona com mais frequência os grupos de trabalhadores não qualificados ou semiquilificados, terceirizados, sub-remunerados, submetidos a contratos precários de trabalho e, portanto, mais distantes de certos direitos trabalhistas – isto é, o setor de serviços privados (BRAGA, 2016, p. 56).

Além de oito greves nacionais realizadas pelos trabalhadores bancários, nota-se também um particular ativismo entre os trabalhadores em turismo, limpeza, saúde privada, segurança, educação e comunicação. Em acréscimo, a maioria das greves de 2013 foi deflagrada por trabalhadores dos transportes. Tanto em termos de administração direta quanto em relação às empresas estatais, o aumento mais expressivo das greves deu-se nos municípios (BRAGA, 2016, p. 56).

percentual foi 35,84%) 2 Força Sindical (13,10%); 2008 (12,33%) 3 União Geral dos Trabalhadores - UGT (7,19%); 2008 (6,29%) 4 Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB (6,12%); 2008 (6,27%) 5 Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST (5,47%); 2008 (5,09%) 6 Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB (5,02%); 2008 (5,02%). Na aferição das centrais sindicais feita pelo MTE, em 2016, apenas seis centrais das treze existentes no Brasil, atingiram o índice de representatividade exigido pela lei 11.648/2008. Tendo a CUT 2.319 (21,22%) dos sindicatos existentes no país, com 3.904.817 milhões de trabalhadores na sua base nacional correspondendo a (30,47%) dos trabalhadores brasileiros sindicalizados; seguindo respectivamente da UGT 1.277 (11,69%) de sindicatos e 1.458.320 (11,38%) de trabalhadores; CTB 744 (6,81%) de sindicatos e 1.277.110 (10,04%) de trabalhadores; FS 1.615 (14,78%) de sindicatos e 1.279.477 (9,98%) de trabalhadores; Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) 597 (5,46%) de sindicatos e 1.028.439 (8,02%) de trabalhadores; NCST 1.136 (10,40%) de sindicatos e 954.443 (7,45%) de trabalhadores. As demais centrais (CONLUTAS; Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); Central Brasileira Democrática dos Trabalhadores (CBDT); Pública; União Sindical dos Trabalhadores (UST); Central Unificada dos Profissionais Servidores Públicos do Brasil e a INTERSINDICAL, individualmente não chegam a aglutinar 2% dos sindicatos existente e, apenas, a CONLUTAS atinge pouco mais de 2% dos trabalhadores sindicalizados) (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP, 2018).

Nesse sentido, a atividade sindical ampliou-se para categorias diferentes daquelas já tradicionalmente mobilizadas. Em termos gerais, considerando ambas as esferas pública e privada, é possível identificar uma expressão do movimento do centro para a periferia, em uma espécie de transbordamento grevista que revela uma forte aproximação do precariado urbano em relação à mobilização sindical (BRAGA, 2016, p. 56).

Diante da magnitude desse ciclo grevista, o autor se diz desconfiado das várias explicações para a atual crise política, talvez a mais subestimada seja essa: as classes dominantes simplesmente não precisam de uma burocracia sindical incapaz de controlar as próprias bases, sobretudo no momento em que o único projeto realmente crível para os dominantes consiste em restaurar a acumulação capitalista aprofundando a espoliação social por meios de ataques aos direitos dos trabalhadores (BRAGA, 2016, p. 56-7).

O atual ciclo grevista e as vicissitudes enfrentadas pelas classes subalternas brasileiras e seu modo de vida precário são duas faces reveladoras dos limites e das ambiguidades inerentes ao projeto lulista. Compreender as contradições desse projeto implica analisar os limites da hegemonia precária reproduzida pelo Partido dos Trabalhadores (BRAGA, 2016).

Ademais, o projeto de governo petista soube combinar concretamente os interesses da burocracia sindical, das lideranças dos movimentos sociais de setores médios intelectualizados, criando as bases para um consentimento ativo ao lulismo, cujo lócus foi o aparelho de Estado. Além da absorção de milhares de sindicalistas às funções de assessoria parlamentar, cargo em ministérios e chefias de empresas estatais, parte da burocracia sindical ascendeu a posições estratégicas nos conselhos dos grandes fundos de pensão das estatais, administrando como fundos de investimento, assumindo, em acréscimo, posições nos conselhos gestores do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (BRAGA, 2016, p. 57-8).

E para reproduzir tal controle, ela deve ser capaz de acomodar os interesses tanto de seus aliados históricos (setores médios da própria burocracia, pequena burguesia intelectualizada etc.) quanto de seus adversários (camadas burocráticas hostis, grupos sectários com interesses corporativistas etc.) no interior do aparelho do Estado. Ainda que com grandes dificuldades – decorrentes da assimilação do petismo às regras antidemocráticas do jogo eleitoral brasileiro e da tentativa do primeiro governo Lula em romper com os esquemas do presidencialismo de coalizão por meio da compra direta de apoio político no parlamento – a hegemonia lulista alcançou, até 2014, notável êxito em reproduzir tanto o *consentimento passivo* das massas quanto o *consentimento ativo* das direções (BRAGA, 2016, p.58).

As demandas do movimento sindical junto ao Estado foram feitas com base na participação orgânica no governo brasileiro. Em certa medida, essa situação resulta do

percurso do sindicalismo desde a redemocratização nos dois países: enquanto no Brasil muitas lideranças sindicais - particularmente as da CUT - procuraram aceder à estrutura do Estado por meio da sua participação no PT. Isso contribuiu também para explicar por que a CUT tentou estabelecer uma agenda de discussão em torno das grandes linhas de política econômica e trabalhista.

No Brasil, o Ministério de Trabalho foi ocupado inicialmente pela CUT, e começou a ser debatida uma reforma da legislação trabalhista e sindical. Contudo, a única mudança significativa foi a Lei n.º 11.648, de 2008, que regulamenta as centrais sindicais, garantindo-lhes parcela do dinheiro arrecadado via imposto sindical e estimulando a busca, por elas, de adesão por parte dos sindicatos de base, já que a partilha do imposto é feita segundo a representatividade de cada central, medida pelo número de trabalhadores filiados aos sindicatos representados pelas centrais.

Em 2007, a Corrente Sindical Classista (CSC) deixou a CUT e criou a Confederação Geral de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), central integrada por militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), partido que participou dos governos do PT. Nesse contexto de reorganização, fora do antigo campo cutista, setores da estrutura sindical tradicional criaram, em 2005, a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST). Três centrais sindicais menores se unificaram na União Geral de Trabalhadores (UGT), também em 2007, e outro grupo de sindicatos constituiu a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) em 2008. A tendência à maior fragmentação organizacional do sindicalismo brasileiro (tanto na base quanto na cúpula) não deve obscurecer a crescente unificação política do movimento sindical (com a exceção da dissidente esquerda cutista) em torno do modelo de país, e também do modelo sindical, principalmente no segundo mandato do presidente Lula.

Em termos de setores econômicos, a CUT é a central mais diversificada, com sindicatos em praticamente todos os setores, e é dominante no serviço público, entre os trabalhadores rurais e em algumas categorias importantes, como bancários e petroleiros. Em linhas gerais, a Força Sindical também está organizada na maioria dos setores, mas tem particularmente peso na indústria, e a União Geral dos Trabalhadores (UGT) se concentra nos setores de serviços e comércio. A Conlutas e a dissidente esquerda cutista em geral conservam posições em algumas categorias tradicionalmente cutistas, em especial os professores do setor público.

O sindicalismo não transformou em prestígio político os momentos de maior adesão social aos governos do PT, e não é uma instituição popular. Na eleição de 2006, Lula foi reeleito com expressivas votações nos bairros pobres das grandes metrópoles e no Nordeste,

tradicionalmente refratários ao PT. Esse resultado não foi encarado como emanado do sindicalismo organizado. O presidente, pessoalmente, assumiu sua autoria. A participação direta num governo altamente popular resultou, paradoxalmente, na perda de visibilidade política da CUT, que, pela primeira vez em sua história, exercitou a tradicional fórmula social democrata de restringir demandas e conter o ímpeto reivindicativo imediato de seus representados, em nome de seu projeto de poder de longo prazo.

No contexto das dificuldades econômicas enfrentadas por ambos os países, a relação entre os governos e o movimento sindical encontrou crescentes problemas. No Brasil, a CUT perdeu algumas passarelas importantes de acesso ao governo. A primeira, o Ministério de Trabalho, em 2007. Em março desse ano, Lula nomeou Carlos Lupi (PDT) ministro do Trabalho, e a CUT deixou de controlar essa pasta estratégica. Nessa nomeação operou Paulo Pereira da Silva, da FS, à época também do PDT.

Em outras palavras, para garantir a formação de uma coalizão mais sólida no Congresso, Lula deu o controle do Ministério de Trabalho à central sindical que concorre mais diretamente com a CUT. A segunda passarela: a eleição de Dilma em 2010 tirou do centro do poder o interlocutor preferido da CUT - o próprio Lula. Essa situação, num ambiente político e econômico mais incerto e mais restritivo em razão da crise internacional iniciada em 2008, levou os sindicatos cutistas a importantes conflitos setoriais, nos quais se enfrentaram com o governo no transporte aéreo e no funcionalismo federal, por exemplo (CARDOSO E GIDINI, 2017).

Nas economias dependentes como o Brasil, a moeda não é conversível e isso cria uma situação dependente de outras moedas consideradas fiduciárias, seja para exportar ou importar, fazer empréstimos, etc., é preciso comprar dólar no mercado mundial. O ciclo de liquidez internacional, isto é, o mercado de crédito se orienta conforme a economia das potências mundiais. Uma das explicações que Carcanholo (2015) oferece é de que o chamado neodesenvolvimentismo, no Brasil, logrou algumas estratégias de crescimento do capitalismo brasileiro, no início dos anos 2000, devido às taxas de crescimento da economia chinesa, num contexto em que a liquidez de capitais no mundo estava farta e favorável a taxas de juros tendencialmente baixas.

A drenagem dessa liquidez é reabsorvida com absoluta eficiência pelo capital financeiro, como se sabe. Não por acaso, a atuação dos bancos no Brasil, que, num universo de 200 bancos funcionando, então, no Brasil, 25 deles detinham, sozinhos, mais de 80% do ativo total. O balanço dos lucros dos bancos no primeiro trimestre de 2005 mostrava que os cinco maiores bancos do país respondiam por 69% de todo o lucro do sistema bancário; se

considerados os dez maiores, essa parcela subia para 83% do total dos lucros (BOITO JÚNIOR, 2018 p.31)⁹⁵. Ademais o autor fala que o grande capital financeiro no Brasil é diversificado quanto à origem, ao tipo de inserção no mercado brasileiro e à área de atuação. Temos, acima de tudo, os grandes bancos comerciais – nacionais e estrangeiros – que possuem rede de agências no Brasil – Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander, HSBC e outros.

No Brasil, esses grandes bancos e grandes grupos industriais mantêm-se relativamente separados e uma particularidade brasileira no quadro da América Latina é a importância dos grandes bancos nacionais, setor que, aliás, até meados da década de 1990 não apresentava investidores estrangeiros dignos de nota. As demais empresas e instituições que integram o capital financeiro são os bancos estrangeiros comerciais e de investimentos que, sem terem rede de agências no Brasil, possuem investimentos de curto e longo prazo no país, e os fundos de investimento e os fundos de pensão nacionais e estrangeiros. No Brasil e em outros países dependentes, esse capital financeiro funciona, em grande medida, como capital usuário e predador – o capital dinheiro portador de juro que se valoriza, a taxas muito elevadas, sem financiar a produção capitalista (posse dos títulos da dívida pública, fornecimento de empréstimo ao consumidor a taxas que chegam a 8% ao mês, empréstimos consignado, a taxas ditas “populares”, dirigidos a assalariados e aposentados de baixa renda etc.) (BOITO JÚNIOR, 2016, p.32).

O Brasil apresentou uma taxa considerável de crescimento econômico ao longo da década primeira década dos anos 2000, que só pôde ocorrer, conforme argumenta Pitta (2020), com distribuição de capital fictício em razão da melhora das contas do Estado em função da bolha global das commodities que ocorria naquele momento. Por meio do endividamento geral da sociedade brasileira (empresas – em dólar –, trabalhadores precarizados e desempregados) e do próprio Estado (via dívida interna em reais), que não se explicitou em toda sua profundidade até 2013 em razão da inflação dos títulos de propriedade (KURZ, 2005) nos mercados de derivativos financeiros.

Essa é a base de falseamento do processo econômico que levou camadas miseráveis e pobres da sociedade brasileira passaram a compor uma suposta “nova classe média” (SINGER, 2012), quando computada a capacidade de consumo da sociedade em geral, a partir de 2005 em diante. Tais “novas camadas médias”, reforça Pitta (2020), que passaram a ser então a “maioria” da sociedade brasileira, nada se assemelham com a ascensão das camadas

⁹⁵ O autor indica o levantamento feito pelo Banco Central do Brasil, num universo considerado de 106 instituições bancárias em 2005, no qual aponta que o lucro dos bancos cresceu 52% no 1º trimestre, segundo divulgado pela Folha de S. Paulo, em 4 junho de 2005, p. B-9.

médias formadas no boom fordista do Pós-Segunda Guerra Mundial, do momento de acumulação capitalista baseada na mais-valia relativa e de aumento do consumo em razão do aumento real dos salários das classes trabalhadoras.

As tais novas camadas médias brasileiras é produto do capitalismo de bolhas financeiras do momento de crise fundamental do capital, compostas por uma miríade de trabalhadores precarizados, empregados em empresas terceirizadas, basicamente nos setores de serviços e alimentadas a crédito e a bolsas do Estado (PITTA, 2010; BRAGA, 2014; SINGER, 2012). A selvageria da sociedade capitalista brasileira já se aprofundava então enquanto concorrência entre a população como um todo, atingindo inclusive a antiga e minoritária camada média composta de brancos, mais vinculada a profissões liberais, que após a crise econômica de 2012/2013 sentiu materialmente a perda de suas anteriores condições econômicas e sociais, conforme constata Singer (2012).

Nos setores industriais (incluída aqui a agroindústria e demais produções de commodities), a expulsão da força de trabalho do processo produtivo apenas se aprofundava, uma característica já presente na sociedade brasileira desde a modernização retardatária do último quartel do século XX, a qual se acelerou ainda mais a partir de 2002, sendo o desemprego estrutural apenas momentaneamente dissimulado pelo crescimento de postos de trabalho em setores categorialmente improdutivos (Kurz, 2019) do ponto de vista da totalidade da acumulação capitalista e com as características acima mencionadas. Tal processo pode ser interpretado, como o faz Menegat (2019a), como tentativa de *gestão de populações e da barbárie* do momento da crise fundamental do capitalismo, em razão de uma conjuntural possibilidade de acesso a capital fictício, determinado pelo estouro da bolha relativa as commodities (PITTA, 2020).

A crítica de Safalte (2017) aos processo que levaram o país, em meados de 2013, ao agravamento da crise permanente do capitalismo brasileiro, o autor argumenta que o Brasil tende a se ver como a maior ilha do mundo. Para ele o país procura desenvolver análises de seus processos político-sociais como se sua estrutura causal fosse completamente endógena. E propõe, melhor seria, no entanto, se procurássemos perceber como se dá nosso modo de integração a movimentos globais, não apenas para denunciar como, em certos momentos, acabamos por mimetizar, com atraso, processos socioeconômicos transnacionais, mas, principalmente, para expor as dinâmicas de esgotamento de modelos globais que apenas começam a ser sentidas em países do centro do capitalismo.

Nesse sentido, o fracasso da experiência latino-americana, em especial em seu setor mais avançado - capitaneado pelo Brasil -, não é apenas algo que diz respeito a uma região periférica do capitalismo mundial: ele representou a paulatina tomada de consciência de que o tempo da democracia liberal e seus acordos não mais existia. Nós havíamos chegado tarde demais. Por isso, a experiência latino-americana expôs, de forma mais explícita, o que o resto do mundo começará a descobrir de forma dramática. Ela trouxe como saldo a consciência de que uma política de conciliação impulsionada por ajustes gradualistas, facilmente anulados no primeiro retorno ao poder dos núcleos dirigentes tradicionais (como vemos claramente no Brasil desde o golpe parlamentar de 2016), não tem mais lugar (SAFATLE, 2017, p. 31).

Na sua crítica à trajetória reformista do PT o autor demonstra a forma como este elevou a lógica sindical-corporativista ao centro do poder. Não produziu um novo sujeito político, mas integrou, “capitalizou”, os dominados. O “flerte com a conservação” estava presente desde os primórdios da CUT. O autor chega à conclusão, nesse sentido, de que o abandono da revolução pela esquerda foi o primeiro passo para também abandonar a reforma (p. 35). Já na sua crítica à Safatle (2017), Pimenta (20018) diz que tais processos acontecem quando as reformas não têm claras indicações estratégicas, ou quando o objetivo da organização só se resume a democratizar este Estado para redistribuir essa riqueza, com finalidade de tornar “menos pior” a vida da massa. Isso é o proletariado (mais concretamente, sua “aristocracia”) agindo sob a posição/ideologia inimiga, de conservação, apenas como “capital variável” buscando se valorizar, que acontece quando não se tem uma posição revolucionária suficientemente desenvolvida para se contrapor, ainda mais quando esse inimigo lhe paga cursos sobre sindicalismo nos E.U.A. (PIMENTA, 2018).

Na leitura de Coelho (2005) o PT manteve-se atuante no movimento operário e popular, seu berço natal, “a esquerda do capital” agiu desorganizando a classe e organizando a submissão intelectual e moral à visão burguesa de mundo e de política. Seu discurso oposicionista ambíguo, sobretudo no caso da Articulação, a sua principal tendência interna, podia às vezes fazer passar por contra-hegemonia antagônica de classe – um projeto de mudança de ordem –, o que era apenas uma contra-hegemonia burguesa, uma opção de mudança dentro da ordem. A apresentação pública do novo projeto político (o discurso político) tinha de ser, necessariamente, ambivalente, devido aos objetivos a que se lançava.

O acúmulo de forças democráticas, ao longo das décadas de 1980 e 1990, no campo das lutas populares e da classe trabalhadora brasileira, terminou por condicionar uma composição tacanha a vetores da nossa “aristocracia operária” no interior das estruturas de poder no Brasil. A “esquerda do capital”, nos termos de Coelho (2005), passou a compor o

partido da ordem quando se dispôs à colaboração de classes que compôs as condições sócio-econômicas do primeiro ciclo de crescimento econômico que o país viveu, desde a financeirização da economia nacional, no final dos anos 1970. O Partido dos Trabalhadores que se envaidece por ter feito o capitalismo brasileiro funcionar e se desenvolver, cumpriu também e, por essa razão, uma função ideológica essencial à conformação da hegemonia burguesa no Brasil, encerrando mais uma etapa da “revolução passiva” brasileira.

CAPÍTULO 4 - A CONTRIBUIÇÃO DA ARISTOCRACIA OPERÁRIA À CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO NO BRASIL

O primeiro governo de Lula da Silva preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento – cerca de 1.305 vagas no total – com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual de 200 bilhões de reais. Além disso posições estratégicas dos fundos de pensão das empresas estatais foram ocupadas por dirigentes sindicais. Vários deles assumiram posições de grande prestígio em empresas estatais – como por exemplo, Petrobras e Furnas Centrais Elétricas -, além de integrar o conselho administrativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O governo federal promoveu ainda uma reforma sindical que oficializou as centrais sindicais brasileiras, aumentando o imposto sindical e transferindo anualmente cerca de 100 milhões de reais para essas organizações⁹⁶. Tudo somado, o sindicalismo brasileiro elevou-se à condição de um ator estratégico no tocante ao investimento capitalista no país (BRAGA, 2014, p. 394).

[...] a cúpula dos bancários de São Paulo foi o principal meio de ligação da aliança afiançada por Lula da Silva entre a burocracia sindical petista e o capital financeiro. Na verdade, o cimento desse pacto foram os setores da burocracia sindical que se transformaram em gestores dos fundos de pensão e dos fundos salariais. O Sindicato dos Bancários de São Paulo forneceu os quadros políticos para essa operação. Enquanto os sindicalistas egressos das fileiras dos metalúrgicos do ABCD ocupavam-se da política trabalhista e Luiz Marinho tomava assento no Ministério do Trabalho, os dirigentes sindicais bancários de São Paulo, como, por exemplo, Gilmar Carneiro, Luiz Gushiken, Ricardo Berzoini e Sérgio Rosa, voavam rumo ao mercado financeiro, ocupando o comando do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ), da Petrobras (a Ptros) e da Caixa Econômica Federal (a Funcef) (ibidem, p. 395).

⁹⁶ As três maiores centrais sindicais do País - CUT, Força Sindical e UGT - deixaram de arrecadar, no ano de 2018, cerca de R\$ 100 milhões em contribuição sindical com o fim da obrigatoriedade de recolhimento do imposto incluído na reforma trabalhista que entrou em vigor em novembro. As centrais ficavam com 10% do valor arrecadado pelos sindicatos relativos a um dia de salário de cada trabalhador. A queda da arrecadação para algumas centrais chegou a 90% em relação ao ano passado. Em 2017, a Força Sindical recebeu R\$ 43,7 milhões nos meses de abril e maio, quando ocorria o desconto anual do imposto sindical. Neste ano, no mesmo período, foram R\$ 3,55 milhões, queda de 92%, segundo informa João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário-geral da entidade, que reúne cerca de 1,7 mil sindicatos em todo o País. Na União Geral dos Trabalhadores (UGT), a queda foi de 90%, de R\$ 45 milhões para R\$ 4,5 milhões. Já a Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central sindical do País, calcula que deixará de arrecadar cerca de R\$ 20 milhões, o equivalente a 40% dos R\$ 50 milhões que recebia anualmente (Correio brasiliense, 30/06/2018).

O autor afirma que na condição de investidores institucionais o compromisso principal desse grupo de sindicalistas é com a liquidez e a rentabilidade dos ativos financeiros dos fundos. Muitos têm argumentado que, além de gerar emprego e renda para os trabalhadores, os fundos teriam um papel importante na seleção de investimentos ecologicamente sustentáveis. Ao contrário, os fundos de pensão brasileiros têm atuado como uma linha estratégica do processo de fusões e aquisições de empresas no país e, em consequência, estão financiando a oligopolização econômica, com efeitos sobre a intensificação dos ritmos de trabalho, o enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores e o enxugamento dos setores administrativos das empresas. Isso sem mencionar sua crescente participação em duvidosos projetos de infraestruturas, como a usina de Belo Monte, uma das principais fontes de preocupação dos ambientalistas brasileiros (BRAGA, 2014, p. 395).

Essa função de linha auxiliar do investimento capitalista decorre da própria natureza periférica da estrutura econômica brasileira, como a taxa de poupança privada é historicamente baixa, o Estado é obrigado a recorrer à associação com o capital externo ou ao endividamento a fim de equacionar o problema do investimento capitalista no país. Nas palavras de Gramsci, “o Estado fabrica o fabricante”.

Os fundos de pensão têm atuado nessa linha, buscando solucionar a relativa carência de capital para investimento. O curioso é que, no período atual, a aposentadoria do trabalhador, administrada por burocratas oriundos do novo sindicalismo, está sendo usada para financiar o ciclo de fusões e aquisições de empresas, além de reforçar os investimentos no setor de produção de energia. Ou seja, os fundos de pensão transformaram-se em peças-chave para a reprodução do atual modelo de desenvolvimento brasileiro (p.395).

Não é por força do acaso que o crescimento dessas instituições financeiras, emplacaram no mercado de capitais no país. Respondendo por um capital de até 20 % do PIB nacional, os fundos de pensão tornaram-se credores da dívida pública do Estado, como propulsores da política de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. A participação dos estratos da “aristocracia operária” brasileira, formada por uma vanguarda sindical e parlamentar orgânica ao PT, é o tema de discussão desse capítulo.

4.1 Centrais sindicais e a disputa pelo controle dos fundos de poupança dos trabalhadores

Não só no Brasil, os fundos de pensão tornaram-se uma força recente e poderosa na economia. No livro *Os Novos Capitalistas*, Stephen Davis, Jon Lukomnik e David Pitt-Watson sustentam que o grosso da riqueza financeira mundial não está mais nas mãos de investidores individuais, e sim na de trabalhadores com recursos aplicados em fundos de pensão. Nos Estados Unidos, segundo os três autores americanos, os mil maiores fundos de aposentadoria gerenciam mais de 5 trilhões de dólares em recursos de terceiros. Os cinco maiores representam os funcionários públicos da Califórnia, Nova York e da Flórida. “Em conjunto”, diz o livro, “os trabalhadores, por meio de suas poupanças, são acionistas majoritários das empresas mais poderosas do mundo.” Em 1970, os fundos de trabalhadores tinham participação de apenas 19% nas ações das empresas. Hoje, a fatia chega a 52% (DIEGUEZ, 2009).

De acordo com a ANAPAR (2019) os fundos de pensão são o principal mecanismo mundial de poupança. Em 2017, suas reservas eram da ordem de US\$ 42 trilhões, para um PIB mundial de US\$ 120 trilhões. Os 20 maiores fundos investiam 42% em renda variável, 37% em renda fixa e 21% em investimentos alternativos. Mas, o documento da entidade avalia que o portfólio de investimentos dos fundos brasileiros destoa. A manutenção de uma das mais elevadas taxas básicas de juros do planeta garante aos credores da dívida pública retorno elevado com baixo risco. Os fundos fechados aplicam cerca de 70% de seus ativos em títulos públicos e 15% em ações. Nos fundos abertos, nada menos de 99% das reservas estão alocadas em papéis da dívida pública. Este enorme volume de recursos poderia estar sendo aproveitado para incrementar o desenvolvimento econômico.

O uso dos fundos de pensão estatais como instrumento de governo é um traço peculiar do modo de organização política brasileira. Moldadas no regime militar, as 89 fundações públicas existentes dispõem de uma reserva de investimentos (R\$ 450 bilhões no ano passado) que seduz governantes: permite-lhes vislumbrar a possibilidade de induzir iniciativas econômicas, por meio da participação dos fundos na estrutura de propriedade das empresas envolvidas. Petros, Previ, Funcef e Postalis, por exemplo, concentram dois terços do patrimônio dos fundos públicos (CASADO, J. NOGUEIRA. D, ORDOÑEZ R e ROSA B, 2016).

Zélia Cardoso de Mello, ministra da Economia no início do governo Collor, colocou os fundos das estatais em evidência em 1991. Ela pressionou a Previ, a Petros e a Funcef, os três maiores fundos, a investir 12 milhões de dólares na compra de ações da Sade, uma empresa praticamente falida, cujo dono era o empresário Nelson Tanure, amigo da ministra.

“Aí nós começamos a ver que precisávamos tomar conta do nosso patrimônio”, disse Rosa em Entrevista à Revista Piuai (DIEGUEZ, 2009).

Foram os negócios nada ortodoxos entre fundos estatais e empresas privadas durante o governo Collor, em 1991, que levaram Gushiken e dois diretores do sindicato paulistano, Ricardo Berzoini e Sérgio Rosa, a abrir o debate dentro do PT sobre o potencial político dos fundos de pensão — até então percebidos como meros instrumentos governamentais de cooptação de sindicalistas (CASADO, J. NOGUEIRA. D, ORDOÑEZ R e ROSA B, 2016).

No ano seguinte, em 1992, a cúpula político-sindical do PT elegeu bancários para diretorias da Previ e da Funcef, derrotando a velha guarda da Confederação dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito.

O grupo avançou com a eleição de Berzoini à presidência do sindicato paulistano, com Sérgio Rosa e João Vaccari Neto na diretoria. Meses depois, esse trio teve a ideia de entrar no ramo imobiliário com apoio financeiro dos fundos de previdência: nascia a Bancoop, cooperativa habitacional, hoje alvo de múltiplos processos por suposto desvio de dinheiro para campanhas do PT e calote em mais de dois mil clientes (CASADO, J. NOGUEIRA. D, ORDOÑEZ R e ROSA B, 2016).

De acordo com a reportagem, Gushiken decidiu não disputar o quarto mandato de deputado federal pelo PT, em 1998. Berzoini ficou com a vaga. Elegeu-se, mas fez questão de continuar na direção da Bancoop até a campanha presidencial de Lula, em 2002. Na sede da CUT, Gushiken instalou um curso para formação de sindicalistas em Previdência Complementar. Sinalizava o rumo nas apostilas:

No Brasil, o fundo de pensão como fonte de poder ou como potente agente de negociação nunca foi objeto de discussão nos sindicatos (...) Existe a possibilidade, não remota, de que este monumental volume de recursos, oriundos do sacrifício de milhões de trabalhadores, venha a se transformar num gigantesco pesadelo para estes mesmos trabalhadores” (CASADO, J. NOGUEIRA. D, ORDOÑEZ R e ROSA B, 2016).

Luiz Gushiken, ainda no início dos anos 1990, foi o primeiro sindicalista a atentar para a importância dos fundos de pensão. Na Previ, o Banco do Brasil indicava três diretores, e os funcionários elegiam outros três. Durante anos, os diretores eleitos eram ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, que os petistas chamavam de pelegos. Na prática, os cargos nos fundos funcionavam como cabides de emprego para sindicalistas aposentados (DIEGUEZ, 2009).

O grupo de sindicalistas testou o potencial de um fundo estatal na campanha presidencial de 2002. Sérgio Rosa estava na diretoria de Participações da Previ, onde são decididos os investimentos. No início daquele ano, segundo diz a reportagem, o próprio Rosa

despachou cartas a uma centena de conselheiros do fundo em empresas privadas. Pediu informações sobre como a disputa política “está sendo abordada na empresa em que nos representa” e “qual o posicionamento” das companhias privadas quanto à “participação efetiva no processo” (CASADO, J. NOGUEIRA. D, ORDOÑEZ R e ROSA B, 2016).

Naquele ano eleitoral, as aplicações da Previ no mercado de ações foram quadruplicadas. Adversários sindicais, como Magno de Mello e Valmir Camilo, relacionaram as aplicações da Previ com doações de empresas privadas para Lula e 254 candidatos do PT em todo o país. Eleito, Lula deu à burocracia sindical 11 dos 33 ministérios e partilhou diretorias na Petrobras, Banco do Brasil, Caixa e Correios com PMDB e PTB, entre outros integrantes da “maior base parlamentar do Ocidente”, como definia o ministro da Casa Civil, José Dirceu (CASADO, J. NOGUEIRA. D, ORDOÑEZ R e ROSA B, 2016).

Quando chega ao poder em 2003, Lula estava decidido a ampliar esse canal de influência sobre o setor privado, pela via da multiplicação da presença dos fundos de pensão estatais e do BNDES no quadro societário das empresas. Foi nos governos do PT que, os principais fundos das estatais: Petrobras, Banco do Brasil, Caixa e Correios tiveram gestores oriundos das fileiras do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

A distribuição dos caros se deu entre os sindicalistas da frente dos fundos da seguinte forma: Gushiken ficou com a Secretaria de Comunicação; Berzoini foi para o Ministério da Previdência; e Vaccari assumiu o sindicato em São Paulo.

Eles definiram com Lula o comando dos maiores fundos de pensão estatais a partir do núcleo do sindicalismo bancário. Assim, Sérgio Rosa ganhou a presidência da Previ, Wagner Pinheiro ficou com a Petros e Guilherme Lacerda foi para a Funcef. Ao PMDB reservaram o menor, Postalis. Na Previdência, Berzoini fechou o circuito com a nomeação de um ex-conselheiro fiscal da Bancoop, Carlos Gabas, para a secretaria-executiva do ministério, que controla o órgão de fiscalização dos fundos de pensão, a Previc. Passaram os anos seguintes testando na prática o projeto que haviam imaginado na década de 80. Os bons companheiros estavam no poder. (CASADO, J. NOGUEIRA. D, ORDOÑEZ R e ROSA B, 2016).

Um ex-dirigente do PT revela na entrevista à Revista Piauí em 2009 que Gushiken levou a questão dos fundos das estatais à direção do partido. “Lula e José Dirceu foram alertados de que os fundos de pensão eram o *business*”, disse esse militante.

Os fundos entraram no projeto de poder que a Articulação desenhou em 1992, quando o grupo percebeu que a batalha pelo poder, dentro e fora do partido, não poderia ser ganha apenas ideologicamente. Que partido não gostaria de ter acesso a esse caixa milionário?” Os sindicatos de bancários passaram a se empenhar na eleição de seus quadros para cargos de diretoria da Previ e da Funcef. Tiveram êxito. Hoje, quase todos os representantes dos funcionários são sindicalistas ligados ao PT (Entrevistado não identificado).

Para Magnoli, “o Estado, através dos fundos de pensão das estatais, controla setores inteiros da economia, como petroquímica, mineração, telefonia, distribuição de energia, alimentação”. O caso da Sadia serviria de exemplo. Como a empresa foi comprada pela Perdigão, que já era controlada pelos fundos, o Estado tornou-se um dos donos da maior empresa de alimentação do país, a Brasil Foods, surgida da fusão dos dois grupos. O mesmo ocorreu com a petroquímica, que vem sendo, de certa forma, reestatizada, através da compra do controle das empresas pelos fundos. “Isso se chama capitalismo de Estado”, concluiu Magnoli.

Diegues (2009) aponta que foi no governo Fernando Henrique Cardoso, e não no do PT, que os fundos assumiram o papel de grandes protagonistas na economia nacional. Na privatização da Vale do Rio Doce, em 1997, a Previ foi convocada a entrar com boa parte dos recursos necessários ao negócio, já que os consórcios interessados não tinham caixa para bancar a compra da companhia, leiloadada por 3,3 bilhões de reais. A atuação maior dos fundos se deu no ano seguinte, quando da privatização do setor de telecomunicações. Foram eles que garantiram o grosso do capital, enquanto o Estado atuava também na outra ponta, financiando os investidores privados através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES.

Valmir Camilo, presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil afirma que na época da privatização das empresas de telecomunicação, ele era um dos diretores eleitos da Previ. Camilo lembrou a compra de uma das companhias, a Telemar, por um consórcio integrado pelo grupo La Fonte, de Carlos Jereissati (irmão de Tasso, o senador tucano), e pela empreiteira Andrade Gutierrez:

Tanto a Andrade quanto a La Fonte tinham apenas 150 milhões de reais cada para comprar a empresa. O negócio só se viabilizou porque o BNDES foi obrigado a emprestar o dinheiro que faltava.” A Telemar foi arrematada por 1 bilhão de reais. Na época da privatização das teles, a Previ tinha um patrimônio de 20 bilhões de reais. Hoje a cifra é seis vezes maior. O fundo tem participação em setenta empresas e direito a indicar 285 conselheiros (Revista Piauí, 30/06/2009).

Logo no início do governo Lula, em 2003, o sociólogo, Francisco de Oliveira rompeu com o PT, em função da política adotada pelo presidente. No ensaio *O Ornitórrinco*, de 2003, ele aprofundou as razões da sua discordância e defendeu uma tese polêmica, porém ousada, a tese da “nova classe”:

O aparente paradoxo de que o governo Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o, não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de

programa, mas [do surgimento] de uma nova classe social, que se estrutura sobre técnicos e economistas dobrados de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de pensão, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do “mapa da mina”. Há uma rigorosa simetria entre os núcleos dirigentes do PT e do PSDB no arco político, e o conjunto dos dois lados simétricos é a nova classe (Revista Piauí, 30/06/2009).

Segundo Oliveira, os formuladores da política econômica de Fernando Henrique Cardoso vieram da Pontifícia Universidade Católica do Rio, onde lecionaram e estudaram Pedro Malan, Armínio Fraga, Gustavo Franco, Pécio Arida e André Lara Resende. Já o núcleo duro do PT teve origem na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, onde Luiz Gushiken e Ricardo Berzoini se formaram, o ministro Guido Mantega foi professor e Celso Daniel (destinado a ser ministro da Economia, mas assassinado em 2002) fez o seu mestrado.

Quero abrir aqui um parêntese para tratar alguns aspectos da tese de Oliveira (2003), dada a sua relevância para a linha argumentativa deste trabalho. A relevância da sua tese se deve, especialmente, a provocação que o autor faz ao tentar interpretar um processo a quente. É no calor dos acontecimentos que Oliveira busca interpretar suas tendências e expressões. A tese de Oliveira trata-se de uma interpretação do reformismo do campo majoritário do PT e vetores da sua base sindical, ilustrada por uma análise das desilusões do subdesenvolvimento na periferia capitalista, que assambarcadas pela reestruturação produtiva e pela financeirização capitalista, teria produzido um bloqueio ou uma espécie de incapacidade política da classe trabalhadora forçar a democratização do Estado no país. Daí o transformismo ser compreendido, a partir da tese de uma suposta “a nova classe”. O autor observar na experiência gestora de sindicalistas vinculadas ao PT e burocrata ligados ao PSDB, nas atividades financeiras dos fundos de pensão, como uma expressão dessa nova classe. Mas, como toda tese está sujeita à prova do tempo, seus elementos reais e argumentos lógicos podem merecer revisão e atualização. O conjunto dos fatores aqui historicizados, em razão do objeto de pesquisa, retoma o contributo da tese de Oliveira e busca na interlocução com outros autores os argumentos de identidade e contradição. A interlocução que estabeleço para uma análise sobre o debate da “nova classe social” tem nas formulações de Coelho (2005), uma precisa interpretação crítica à tese, da qual partilho.

No ensaio “O Ornitorrinco”, Oliveira apresenta a hipótese de uma “nova classe social”, da qual fariam parte as “capas mais altas do antigo proletariado” que chefiam o PT. A

“nova classe” resultaria do próprio “ornitorrinco”, imagem que o autor empregou para representar o que se tornou a sociedade que foi, no passado, subdesenvolvida. Oliveira argumenta que as teorias do subdesenvolvimento, inclusive a sua “Crítica à Razão Dualista”, perderam a capacidade explicativa diante das realidades do capitalismo contemporâneo, tanto no centro como na periferia. A razão disso teria sua determinação na “Terceira Revolução Industrial” (ou “molecular-digital”), em combinação com o movimento de mundialização do capital. A produtividade acelerada do trabalho deu “um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato” e as distinções entre tempo de trabalho pago e não pago e entre mais-valia relativa e absoluta tenderiam a desaparecer junto com a progressiva extinção da forma-salário (COELHO, 2005).

Assim, o caminho de saída do subdesenvolvimento estaria cortado: “os países ou sistemas capitalistas subnacionais periféricos podem apenas copiar o descartável, mas não copiar a matriz da unidade técnico-científica”. Oliveira observa que na periferia, a “acumulação molecular-digital” nem sequer precisou “desfazer drasticamente as formas concretas do trabalho, senão em seus reduzidos nichos fordistas.” A organização dos trabalhadores, que, no passado, poderia ter operado a “transformação da estrutura desigualitária da distribuição de renda, tal como ocorreu nos subsistemas nacionais europeus do Welfare State”, foi interrompida nos “anos 1980 e entrou em franca regressão a partir dali”.

Para Oliveira (2003) as forças do trabalho já não teriam ‘força social’, porque a reestruturação produtiva e o trabalho abstrato-virtual teriam corroído essas bases e nem ‘força política’, posto que dificilmente tais mudanças na base técnico-material da produção deixariam de repercutir na formação da classe. O “ornitorrinco” distorceria, também, a estrutura de classes, no rastro da extinção da forma-salário, e instituiria uma nova classe (COELHO, 2005).

A nova classe social seria composta pelos administradores dos fundos de pensão e previdência complementar, públicos e privados, (“núcleo duro do PT”) e pelos “técnicos e economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB”. Seu lugar no sistema seria o de prover as necessárias mediações entre o capital financeiro e os fundos estatais. A identidade entre os programas econômicos dos governos FHC e Lula seriam, então, expressão da unidade ideológica da nova classe: A nova classe tem unidade de objetivos, formou-se no consenso ideológico sobre a nova função do Estado, trabalha no interior dos controles de acesso aos fundos estatais e semi-estatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro COELHO, 2005, p. 343).

A crítica de Coelho (2005) à tese de Oliveira (2003) diz respeito à excessiva importância atribuída pelo autor à “revolução molecular-digital” e seu caráter aparentemente autônomo para produzir novas realidades sócio-econômicas, à nostálgica ideia de uma sociedade subdesenvolvida vencendo sua condição através da instituição de algum tipo de *welfare state* de periferia, imagem de passado que Oliveira emprega para contrastar com um presente onde tal possibilidade foi cancelada, é tributária de uma concepção de desenvolvimento que não pode ser completamente separada da “ideologia do desenvolvimento” e à questão da nova classe social.

Feito esse preâmbulo Quero destacar apenas o argumento da crítica à “nova classe social” que o autor realiza.

Em outro texto, voltado mais diretamente para a análise do governo Lula, Oliveira expande seu argumento: ele fala em “decomposição” da classe trabalhadora produzida em consequência da desregulamentação, da estagnação e da reestruturação produtiva. Mesmo nos próprios termos em que ele toma a questão da classe, isto é, com base na “forma-salário”, é excessivo falar em decomposição. Os efeitos políticos do desemprego rampante e da precarização, isto é, do que Virgínia Fontes chamou de “expropriação do contrato de trabalho”, não podem ser menosprezados, mas, ao menos por enquanto, não estamos assistindo ao fim do trabalho, nem mesmo do trabalho assalariado. Por outro lado, Oliveira descarta rápido demais a hipótese de que estejamos diante de uma nova hegemonia burguesa: “Chegado a esse ponto, o sistema lançou-se além da hegemonia. Bases classistas em decomposição, populismo emergente pela própria decomposição de classe, burguesia não-unificável pela predominância do capital financeiro, ‘nova classe’ cuja formação é sobretudo processual, torna quase impossível a formação de consenso, a ‘direção moral’ da sociedade”(COELHO, 2005, p. 346).

O problema com esta leitura destaca Coelho (2005) é que a base material para um consenso político que legitima o poder dominante não pode ser definida *a priori*, mas sempre e somente no curso da própria luta política. Sob certas circunstâncias, continua o autor, trabalhadores podem ser convencidos de que, para reduzir a ameaça de desemprego, é preferível ceder seus direitos a férias remuneradas, por exemplo. Assim sendo, até mesmo a destituição de direitos específicos, ao contrário do que supõe Oliveira, poderia ser realizada através de um poder que dispõe também do consentimento, e a produção deste consentimento, porque ele nada tem de natural ou automático, supõe a produção da hegemonia.

Além disso, é também discutível sua tese de que a fração financeira do capital não é capaz de soldar e unificar os interesses da burguesia como um todo. Novamente ele é prisioneiro da associação entre hegemonia e o *welfare state*, que foi o período em que a unidade política das diferentes frações do capital se dava em torno de um programa que assegurava à maioria delas rentabilidades acima da média. Mas,

a unidade política da burguesia em torno das políticas neoliberais já foi várias vezes testada, e a sua demonstração mais completa foi a própria conversão dos partidos socialdemocratas ao neoliberalismo. É certo que a nova hegemonia burguesa é mais frágil e precária do que a dos “30 gloriosos”, devido ao agravamento das instabilidades na própria esfera de reprodução do capital. Mas, desde que o conceito de hegemonia retorne ao seu sentido clássico, não há, por enquanto, como falar em “além da hegemonia”. Exatamente porque descarta a hipótese da hegemonia é que Oliveira tem de pensar em “nova classe social” para explicar as novas orientações políticas dos grupos dirigentes do PT (COELHO, 2005, p. 347).

A atividade específica dos membros da suposta nova classe, contudo, nada tem de nova, lembra o autor. O próprio Oliveira já havia demonstrado como o capital, desde o pós-guerra, recorre necessariamente aos fundos públicos para se reproduzir. A mediação do acesso a estes fundos é, no mínimo, desde então, uma função necessária à reprodução do capital. A passagem do capital financeiro para o comando não altera, no essencial, a função dos mediadores, cujos vínculos orgânicos com a burguesia são evidentes: “eles operavam e continuam a operar parte das relações entre as frações da burguesia e seu Estado” (p. 347). Se a estes funcionários se reuniram recentemente novos administradores e “analistas simbólicos” oriundos das “capas superiores” do movimento sindical, o que se tem não é uma nova classe, mas a absorção de elementos das classes subalternas para o círculo restrito dos altos funcionários do capital.

Na medida em que os altos rendimentos destes funcionários, (Oliveira menciona os vários aviões particulares que levaram convidados para o aniversário de um tesoureiro de campanha do PT) estão diretamente vinculados aos lucros capitalistas, e sobretudo na medida em que sua magnitude converte-os em capital, a diferença residual entre eles e a burguesia tende a desaparecer, mesmo que eles continuem a exercer as mesmas funções de mediação. Em cada conjuntura histórica, diferentes frações do capital competiram pela hegemonia, isto é, para conquistar a prerrogativa de estabelecer o sentido concreto do “interesse geral”.

Uma das alterações importantes produzidas pelo transformismo da esquerda brasileira foi, assim, ampliar e diversificar os grupos que disputam a hegemonia no interior da classe dominante. Os novos intelectuais orgânicos de esquerda da burguesia, atuando como força organizada e coesa, credenciaram-se como uma opção de hegemonia a partir do momento em que a sua definição alternativa de “interesse geral” se acomodou no interior dos limites da ordem do capital. Mas, adverte o autor, credenciar-se para a luta pela hegemonia não significa travá-la em condições favoráveis (p. 348).

Quero, aqui, fechar o parêntese sobre a tese oliveiriana reiterando a relevância que destaquei sobre as provocações que nos convidam ao debate. A tese da composição de hegemonia ajuda-nos a trabalhar melhor as mediações necessárias para compreender o papel da “aristocracia operária” nos fundos de Pensão e seus desdobramentos no contexto recente.

Sobre isto, voltemos à pesquisa de Dieguez (2009), na qual a autora relata que sessenta por cento dos investimentos da Previ são no mercado acionário. Em 2007, sua carteira de ações valia 90 bilhões de reais. Na Brasil Foods, a Previ tem 15%, e é o maior investidor individual. Na CPFL, a distribuidora de energia de São Paulo, tem 31%. Na Embraer, detém 14% das ações. O seu maior investimento é na Vale do Rio Doce, na qual o fundo tem aplicados 30 bilhões de reais, além de deter 50% da Valepar, que controla a mineradora. Isto faz de Sérgio Rosa o presidente do Conselho da companhia, com poder de veto nas decisões. Com a crise no sistema financeiro, encolheu para 66 bilhões, no final de 2008. “A Bovespa caiu 43%, enquanto nós, apenas 24%”, ressaltou Rosa (ibidem).

A Previ tem 166 mil participantes, entre aposentados, pensionistas e funcionários da ativa do Banco do Brasil. Até 2002, o patrimônio do fundo era de 43 bilhões de reais, mas havia um déficit acumulado de 2 bilhões, o que significava que faltariam recursos para honrar os benefícios futuros. A partir de 2003, sobretudo em função do *boom* da Bolsa, a Previ passou a registrar superávit, que chegou a 52 bilhões de reais em 2007. “Temos reservas para pagar os benefícios até o último funcionário se aposentar”, disse Sérgio Rosa (Revista Piauí, 30/06/2009).

Dieguez (2009) relata que em 1999, Sérgio Rosa se tornou diretor de Participações da Previ e decidiu fazer uma auditoria nos contratos do fundo com o Opportunity. A Previ era sócia do banco na Brasil Telecom e em outras empresas, como a Telemig, a Amazônia Celular e o Metrô do Rio, num fundo chamado CVC Opportunity – um negócio de mais de 20 bilhões de reais que também tinha a participação do Citibank. Mesmo tendo investido 2 bilhões de reais na sociedade, a Previ não tinha direito ao prêmio de controle, caso as empresas fossem vendidas. Também não tinha preferência de compra se um dos sócios saísse do negócio. Além disso, o Citibank e o Opportunity haviam firmado um acordo paralelo garantindo vantagens que não se estendiam aos outros sócios.

Quando Lula venceu as eleições, Rosa foi chamado a Brasília para participar do governo de transição. Ficou responsável pelo comando do grupo que discutia as estatais. Tinha três padrinhos poderosos no ministério em gestação: Luiz Gushiken, que foi para a

Comunicação, Antonio Palocci, nomeado ministro da Fazenda, e Ricardo Berzoini, o titular da Previdência. Saiu de Brasília com a indicação para ser o presidente da Previ. “O nome do Sérgio Rosa foi nossa sugestão”, disse-me Berzoini (DIEGUEZ, 2009). Em 2005, num depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito do Mensalão, Rosa garantiu aos senadores que sua nomeação partira da direção do Banco do Brasil.

Começou aquilo que Gushiken chamou de a maior disputa societária do capitalismo brasileiro. “Os fundos resistiram o quanto puderam, mas a ordem veio de cima”, contou um representante das entidades. Sérgio Rosa diz que isso é um delírio:

O que houve é que não tínhamos dinheiro para comprar a participação do Sérgio Andrade e do Carlos Jereissati. Quem financiou os empresários foi o BNDES e o Banco do Brasil, dois bancos estatais. Perguntei por que, então, não financiaram os fundos. “Não importa”, disse o presidente da Previ. “Nós estamos satisfeitos com a nossa participação (DIEGUEZ, 2009, p. 21).

Juntos, os fundos teriam 25% da nova empresa. Lula perguntou a Greenhalgh o que o banqueiro queria e ouviu: um acordo. O presidente objetou que Daniel Dantas não era confiável, que sempre rompia a corda. O advogado lhe garantiu que dessa vez o acordo seria para valer. O presidente o incentivou a ir adiante. O governo mudou a lei das teles permitindo a fusão da Brasil Telecom com a Telemar. O negócio foi sacramentado e a nova empresa passou a se chamar “Oi”. Sérgio Andrade e Carlos Jereissati ficaram com o controle da maior companhia de telefonia do Brasil. Daniel Dantas recebeu cerca de 1 bilhão de reais pela sua parte na sociedade⁹⁷.

Dieguez (2009) relata que em outubro de 2005 aconteceu um encontro do presidente Lula com Silvio Berlusconi, primeiro-ministro da Itália, e com Tronchetti Provera, presidente da Telecom Itália, na Sardenha⁹⁸. Paulo Lacerda, foi transferido para a Agência Brasileira de Inteligência, fez um único pedido ao presidente Lula: que pudesse dar sequência ao inquérito para apurar de onde tinha partido o dossiê, publicado pela revista *Veja* e jamais comprovado,

⁹⁷ O Opportunity ingressou no Supremo Tribunal Federal um pedido de suspensão dessa liminar. Rosas procurou então o presidente do STF, Nelson Jobim, que se disse impedido e sugeriu que ele procurasse a ministra Ellen Gracie. A ministra cassou o pedido do Opportunity. Rosas encerrou a carta com o seguinte pedido: “Diante dessa exposição, solicito a compreensão para nova cobrança de honorários apenas com referência à decisão da ministra Ellen Gracie e do ministro Edson Vidigal, no valor de 250 mil cada atuação, no total de 1 milhão.” Uma contabilidade no caderno da Angra Partners revela que a empresa pagou mais de 50 milhões a advogados (DIEGUEZ, 2009).

⁹⁸ No dia 18 de julho, dois meses depois, a Telecom Itália vendeu sua participação de 19% na Brasil Telecom para os fundos de pensão. O Congresso instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a Operação Satiagraha que, entre outros, gravou telefonemas da então ministra Dilma Rousseff e Gilberto Carvalho (DIEGUEZ, 2009).

insinuando que integrantes do governo, inclusive o próprio Lacerda, além de Lula, Gushiken, José Dirceu e outros, tinham contas secretas em bancos no exterior, um dos quais seria o Delta Bank. As suspeitas de Lacerda recaíam sobre Daniel Dantas.

A autora da matéria esclarece que a Operação Satiagraha foi resultado de uma disputa de grupos dentro do governo em torno da fusão da Brasil Telecom com a Telemar. De um lado estavam o então presidente (Lula) e a então ministra Dilma defendendo a fusão para a criação de uma grande empresa nacional de telefonia e do outro, o grupo de Gushiken, que queria que o controle ficasse com os fundos. Por isso tanta gente envolvida no negócio foi grampeada.

O pano de fundo da disputa de acordo com a matéria seriam as eleições presidenciais. Em tese seriam os grupos no PT que estariam se digladiando de olho nas eleições de 2010. E o caixa milionário da nova empresa de telefonia seria um trunfo para quem o controlasse. “Talvez para o presidente seja mais seguro ter no comando da companhia um empresário amigo do que um companheiro com quem disputa o poder.” (Entrevistado da Revista Piauí, 30/06/2009).

O empresário amigo seria Sérgio Andrade, que conhecido de Lula há décadas e transformou a empreiteira Andrade Gutierrez numa potência das telecomunicações e num dos maiores grupos privados da América Latina. O companheiro com quem disputa o poder estaria no “núcleo duro” identificado por Francisco de Oliveira em *O Ornitórrinco*, capitaneado por Luiz Gushiken e operado por Sérgio Rosa (DIEGUEZ, 2009).

Francisco de Oliveira foi entrevistado para a matéria de Dieguez sobre a sua tese da “nova classe” – aninhada nos fundos de pensão das estatais e com trânsito junto ao grande empresariado – à luz da guerra feroz pela telefonia. O sociólogo, falou:

[...] a questão é muito mais prosaica, banal e triste. Não tem nada a ver com programa de governo, nem com ideologia. Eles estão brigando por uma empresa que é um filão. O grupo liderado por Gushiken tem o controle da Previ, que está em todos os negócios. Os administradores desses fundos estão mais preocupados com a sua rentabilidade, que está associada ao bom desempenho das empresas onde têm participação, do que com o bem estar dos trabalhadores dessas companhias – para não falar dos trabalhadores em geral. O PT, que controla os fundos através dos sindicatos, virou uma casamata onde uns atiram nos outros – é um conjunto de gangues que desfruta dos bens públicos. José Dirceu se transformou em um homem de negócios que tem aliados em várias empresas importantes. Na outra ponta há um empresário sem escrúpulos, o Daniel Dantas (ENTREVISTA À REVISTA PIAUÍ, 30/06/2009).

E quanto interrogado sobre o presidente Lula. O sociólogo responde:

Lula é mais próximo de Gushiken, tem com ele uma camaradagem de boteco. Já o José Dirceu ele teme, por ser muito inteligente e metido a refinado. Está claro que o Gushiken queria um candidato que não fosse a Dilma. O Lula é forte para ganhar a eleição, mas não para manipular o partido. Isso quem faz é José Dirceu. Toda essa briga está acontecendo porque há muito dinheiro e muito poder em jogo (ENTREVISTA À REVISTA PIAUÍ, 30/06/2009).

As formas de confronto das classes ganham uma variedade ampla de manifestações e nelas assumem complexos tensionamentos. A política por si só não determina a luta de classes, mas sem ela esse processo não se dá como conflito, como um tensionamento tipicamente social. Mas, é apenas quando organizadas politicamente que as classes (e suas frações) podem constituir direção social consciente ao conjunto da classe, e também da sociedade, ao fazer fazer-se Estado, formando a hegemonia de classe. Legatária de um processo de lutas política organizativa teve a “aristocracia operária” consciência do seu papel histórico na luta pelo poder. Mas, ainda que fundamental, não é a consciência que determina os processos históricos. Embora tardia, dada a particularidade do capitalismo brasileiro, sua participação no processo de conformação hegemônica do capital se deu de uma forma ampla e irrestrita.

4.2 O papel das centrais sindicais na formação de novos agentes financeiros

A participação da “aristocracia operária” no processo de administração do capital pode ser observada na natureza dos fundos de pensão que foram constituídos de maneira mais precisa na época do Governo Lula. De acordo com a pesquisa de Jardim (2010, p. 17).

A preponderância dos fundos de pensão faz parte de um contexto de soberania das finanças e de seus subprodutos, tais como a governança corporativa, a responsabilidade social, a sustentabilidade socioambiental, os fundos éticos e a aposentadoria por capitalização. Além disso, ocasiona o surgimento de novos atores no mercado financeiro (sindicalistas, empresários éticos, trabalhadores acionistas, dirigentes de ONGs) [...] no caso do Brasil.

O presidente da CUT, João Antônio Felício defendeu a contrarreforma da previdência de 2003 nos seguintes termos (p. 456):

Porque, na proposta do governo, não significa privatização o fato de haver um teto de dez salários mínimos e a possibilidade de criação do fundo público sem fins lucrativos, fechados e com administração quadripartite. A CUT sempre foi contra o processo de privatização dos governos anteriores.

Portanto, seria um absurdo nos posicionarmos favoráveis à criação de fundos de pensão privados. Mas, francamente, não vemos isso na proposta do governo (FELÍCIO, apud JARDIM, 2010, p.37).

Politicamente, CUT e PT se posicionaram em frontal oposição aos planos tucanos. Sória analisa que em 1997, por exemplo, o documento final do Concut convocava a resistência contra a reforma “neoliberal” e “privatista” da previdência tucana (CUT, 1997). Em 1998, o PT votou contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/1995, a futura Emenda Constitucional (EC) 20/1998, que, como vimos, permitia a instituição de fundos de pensão fechados no setor público.

Dois anos depois, após a aprovação da EC 20/1998, a CUT, em sua 9ª Plenária Nacional, manteve o tom de crítica e reprovação ao comentar que “a reforma da Previdência aprovada pelo Congresso Nacional, além da retirada de direitos dos trabalhadores, representou o ataque e o desmonte da previdência social pública, abrindo as portas à privatização” (CUT, 1999, p. 88 *apud* SÓRIA, 2014). Em 2003, por ocasião de seu 8º Congresso Nacional, a CUT reiterava seu discurso à reforma previdenciária de Fernando Henrique, lembrando que esta se inspira em diretrizes do Banco Mundial (CUT, 2003, *apud* SÓRIA, 2014, p. 356-357).

Contudo, uma vez que alterada a conjuntura – quando se inverteram os papéis, indo os tucanos para a oposição e os petistas para a situação, secundados e apoiados pela CUT -, alteraram-se notavelmente os posicionamentos políticos. O autor lembra que a reforma previdenciária feita pelo governo Lula seguiu o caminho descrito no capítulo anterior: manteve a diretriz geral de contenção dos gastos do sistema previdenciário e buscou favorecer a expansão dos fundos de pensão, amparados por leis complementares que, a despeito de terem sido votadas sob o governo anterior, foram formadas e relatadas por deputados petistas.

Em 2003 é possível verificar a mudança de posicionamento político do conjunto representado por CUT e PT. Naquele ano, nas resoluções de seu 8º Congresso, a CUT criticava o “terrorismo” com que o governo (Fernando Henrique) e formadores de opinião assediava a população, tentando convencê-la de que havia déficit na Previdência, o que não existiria de fato (CUT, 2003, p. 67). Contudo, no mesmo ano, quando a análise da PEC 67/2003 (futura EC 41/2003, a reforma de Lula) na CCJ, a ata do evento traz o seguinte posicionamento do senador petista Aloísio Mercadante:

[...] para salientar que o desafio que a sociedade enfrenta hoje é o de criar mecanismos de controle democrático eficazes para acabar com a fraude na previdência e que é um equívoco do movimento sindical não entender que o trabalho pode participar do capital e estar inserido na gestão empresarial. Pesar o trabalhador somente como assalariado é conservadorismo. Afirmou

que o PT mudou, mas o país também mudou, mas que a questão de fundo mais cadente é a que se refere aos 40 milhões de excluídos que não têm acesso a previdência [...]. Tudo [...] indicaria que a previdência do setor público seria responsável, em enorme medida, pela pressão na dívida pública e nos juros. Por essas razões, a discussão do sistema previdenciário constitui medida de justiça social com a maioria do povo. O país precisa de superávit primário. Não há como continuar repetindo esse modelo previdenciário em que as regras permitem um nível de subsídio que ultrapassa o orçamento que se tem para investimento. (Parecer da CCJ sobre a proposta de Emenda à Constituição n. 67, de 2003, p. 11, In: SÓRIA, 2014, p. 357).

Quanto à presença dos sindicalistas brasileiros no mercado, observa-se a trajetória de uma camada superior de sua vanguarda, com forte dedicação a esse escopo. Gozando de ampla legitimidade no espaço das relações trabalhistas justificam o interesse pela criação dos fundos como forma de afirmarem-se como seus gestores, para viabilizar o zelo pelo patrimônio dos trabalhadores. Dentre os argumentos do movimento sindical em defesa da sua participação nos conselhos dos fundos, ressalta-se o argumento de que os fundos geridos por sindicalistas devem servir na luta contra o processo de financeirização, ou seja, pelo bom combate à supremacia das finanças na economia, através dos fundos de pensão, isto é, através do capital financeiro.

Em texto anexo à apostila do curso de formação em Previdência Complementar e Regime Próprio, Gonçalves e Gushiken discutem a participação dos trabalhadores na gestão dos fundos:

Primordialmente, o processo de acumulação do capital se dá através da exploração do trabalho assalariado. Neste novo cenário, parte dele se processa através de financiamento com recursos dos trabalhadores, oriundos de excedentes de salários. É nesta peculiaridade – capacidade de financiar o próprio capital – que se fundamenta um novo tipo de ação sindical no que se refere à sua relação com os fundos de pensão, agregando aos tradicionais instrumentos de luta sindical uma nova forma de pressão política (GUSHIKEN E GONÇALVES, 2002:209, *apud* JARDIM, 2009, p. 222).

Jardim (2009) diz que esse discurso é predominante no conjunto das representações sindicais, como pode ser constatado na produção do material de formação das centrais, como mostra o argumento abaixo:

Devemos atentar para o seguinte fato: os trilhões de dólares, produto do esforço previdenciário de trabalhadores desenvolvidos ao longo de várias décadas, que estão a girar no mercado financeiro mundial atualmente se

encontram mais próximos da categoria de predadores de mercado do que de alavancadores do progresso social. Esta adesão aos princípios de um capitalismo especulativo jamais encontrou resistência doutrinária à altura, sobretudo porque ainda persiste omissão e confusão ideológica dos representantes dos trabalhadores na questão relativa aos fundos de pensão. (GUSHIKEN, 2002b:212, *apud* JARDIM, 2009).

O argumento sindical defende a legitimidade do trabalhador frente à gestão dos fundos e os colocam como legítimos para falar, ouvir e agir em nome dos trabalhadores.

A propriedade de recursos previdenciários, por ser primordialmente do trabalhador, (...) devem outorgar a suas entidades representativas condição moral plena e legitimidade política suficiente para interferirem em seus processos de controle e aplicação.” (GUSHIKEN, 2002b:212, *apud* JARDIM, 2009).

A cartilha da ABRAPP de divulgação dos fundos, como criar fundos de pensão pelo vínculo associativo, aponta que os fundos são alternativos ao desenvolvimento sustentável, e devem priorizar o “capital produtivo”, com investimentos economicamente direcionados. Assim,

(...) Investimentos que mantenham o foco no capital produtivo poderão ser viabilizados, gerando empregos a partir da criação de empresas que tenham práticas sociais e ambientais corretas, que respeitem os direitos trabalhistas e mantenham a ética na exploração do mercado. O papel estratégico que os fundos de pensão geridos por instituidores e seus participantes podem exercer, é o de dar prioridade a investimentos que promovam a geração de emprego e o desenvolvimento produtivo do País, sem perder a visão da finalidade previdenciária dos recursos.” (ABRAPP, 2003).

A apostila do curso de formação em Previdência Complementar e Regime Próprio, ministrado pela CUT, argumenta sobre a necessidade de influenciar a carteira de investimento dos fundos, evidenciando a preocupação com responsabilidade social e governança corporativa. Defende, discursivamente, o investimento da poupança dos trabalhadores na atividade produtiva visando a geração de emprego, tendo em vista o critério de investimento ético e de responsabilidade social.

Os fundos de pensão devem ter investimentos moderados, evitando os investimentos de alto risco, os quais levam à “potencialização de incertezas e inseguranças”. A apostila questiona se é viável que os fundos de pensão, resultados da poupança de

trabalhadores priorizem parâmetros atuais do processo de financeirização da economia mundial, “cuja contrapartida para as altas taxas de rentabilidade é a vulnerabilidade da própria economia mundial, já que tais aplicações não são dirigidas primordialmente à economia produtiva.” (GUSHIKEN, 2002b: 207, apud JARDIM, 2009).

Finalmente, uma vez que os fundos de pensão contribuem enormemente para alargar o processo de “financeirização”, caberá aos sindicatos administrá-los de forma a exercer disciplinamento, regulamento e controle sobre o mercado financeiro. É possível afirmar que é colocada nas mãos dos sindicalistas a responsabilidade pela “salvação” da nação:

O erro da omissão diante da possibilidade de interferência neste processo real e atual da financeirização e desta singular oportunidade de comando sobre vultosas somas poderá se transformar em irreparável prejuízos, não só aos trabalhadores, mas quiçá e muito provavelmente, a toda a sociedade.” (GUSHIKEN, 2002b).

Os defensores dos investimentos moralmente e socialmente responsáveis colocam-se numa correlação de forças entre ética/moral versus rendimento/rentabilidade. Uma aparente contradição que pode ser compreensível, considerando o contexto de “humanização, domesticação e moralização” do capitalismo, sugerido pelo Governo Lula, no qual os mercados, os empresários, os militantes sindicais e o Governo buscam justificativas na idéia de que as finanças poderiam se colocar a serviço do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, o investimento ético aparece como a justificativa não-financeira das finanças, que é a máxima expressão da lógica de domesticação do capitalismo. Ao mesmo tempo em que se legitima socialmente, mobiliza valores e preocupações universais, tais como o meio ambiente, a pobreza e a fome. Por meio de metáforas emprestadas do mundo social e político, as finanças se aproximam e dialogam com o mundo social e das empresas (p. 238).

A apostila do curso de formação em Previdência Complementar e Regime Próprio apresenta uma lista de compromissos que os sindicalistas devem ter na gestão dos fundos. O propósito de transparência perpassa todos os requisitos. A “humanização” do capitalismo, em contraposição à lógica da especulação, é a grande meta, como se depreende pelos critérios propostos pela CUT: a) os recursos dos trabalhadores devem ser geridos primordialmente pelos trabalhadores; b) incentivo junto aos trabalhadores, da cultura da prudência e não a da agressividade típica do perfil capitalista, que se dispõe a assumir aplicações de alto risco somente para obter maiores taxas de retorno; c) esforço para que os recursos dos

trabalhadores sejam investidos no progresso social e necessidade da elaboração de um código de ética dos investimentos em fundos de pensão; d) que o poder dos fundos de pensão seja exercido exclusivamente em benefício dos trabalhadores, de maneira ampla. De acordo com o discurso sindical, a ideia é transformar o “capitalismo selvagem” em prol do desenvolvimento sustentável e da inclusão social, transformando o capitalismo financeiro em capitalismo produtivo e popular (p. 237).

4.3 A vanguarda da “aristocracia operária” brasileira e sua atuação junto aos fundos de pensão

A pesquisa realizada por Jardim (2007) revela que Berzoini e Gushiken foram os principais responsáveis pela construção político-ideológica de adesão do conjunto de mercado de fundos de pensão. Arquitetos-líderes e divulgadores de opinião são considerados peças-chave nesse quebra-cabeça. Contaram com o apoio de Adacir Reis, de sindicalistas e de ex-sindicalistas, e juntos tornaram-se os defensores do capitalismo de fundo de pensão.

Jardim (2007) afirma que realizando um trabalho cotidiano - com apoio do Governo, e de diversas instituições do mercado de fundos de pensão, a “elite sindical” busca alterar as convenções sociais institucionalizadas dos sindicalistas no que se refere a temática de fundos de pensão. Dessa forma, Berzoini e Gushiken são considerados os “gurus” dos fundos de pensão.

Essa mudança de convenção social percebida junto a certos sindicalistas, que passaram a influenciar e a nominar o mundo social a partir da positivação da ideia dos fundos de pensão, será denominada por essa pesquisa como “reconversão dos sindicalistas”. Por essa abordagem, são os fundos de pensão que aceleraram o processo de (re)conversão dos sindicalistas e ativaram as práticas de “negação da especulação”. O papel desta “elite sindical” num primeiro momento é o de desenvolver a crença em torno de fundos de pensão; posteriormente, num segundo momento, trabalhar para a “reconversão” de sindicatos e sindicalistas (JARDIM, 2007, p. 247, grifos da autora).

Assim, entender quem constitui essa “elite”, implica entender como a “elite sindical” tem poder de criar e sobretudo manter consenso sobre uma “agenda alternativa” de luta, mesmo na condição de outsiders do mercado financeiro. Para tanto, buscou-se compreender a capacidade dos outsiders em construir e consolidar uma pauta, considerada inovadora, polêmica e ambígua. Sugere-se que isso foi possível graças à institucionalização

dos fundos de pensão possibilitada pelo Governo, que pensa os fundos de pensão como estratégia de inclusão social e de “moralização” do capitalismo. Essa crença é produzida e reproduzida no estabelecimento de novas convenções sociais. Se fundos ajudaram na vitória de Lula nas eleições de 2002; nesse sentido, pode-se sugerir uma relação de interdependência entre a “elite dos fundos de pensão” e o Governo Lula (p.248).

Além de agentes do setor bancário, citam-se sindicalistas denominados provisoriamente de “classe média”, advindos dos setores eletricitários, telefônico e bancário, especialmente das regiões de São Paulo onde o processo está mais ativo. É importante lembrar que, mais recentemente, determinados sindicalistas do setor metalúrgico passaram a se interessar pelo tema.

A autora acredita que os efeitos da formação na FGV/SP e a militância no sindicato dos Bancários de São Paulo tiveram influência sobre todo o universo das representações sindicais nesse campo, interesse sobre os fundos de pensão. É no ambiente da FGV/SP e do Sindicato dos Bancários que se conheceram e passaram a compartilhar códigos. Como curiosidade, vale lembrar que boa parte do Governo Fernando Henrique Cardoso era oriunda da PUC/RIO.

Como argumentado no início desse texto, os sindicalistas que começam a se interessar por fundos de pensão passam a frequentar ambientes empresariais, a realizar leituras relacionadas ao mercado e a convencerem (sem querer e sem saber) a si e ao outro dessa nova “convenção social”. Como resultado dessa socialização ocorre a naturalização da crença. É importante esclarecer que os sindicalistas que defendem e administram fundos de pensão exercem também seu papel tradicional de “militante sindical”. Como exemplo ilustrativo, cite-se o caso da informante do Sindicato dos Bancários de Campinas, que faz parte, ao mesmo tempo, do conselho de gestão da Funcef e da direção de tal sindicato.

Importante registrar que a pauta de fundos de pensão restringe-se principalmente à região sudeste do Brasil. Nas outras regiões do Brasil o debate é menos significativo. O Gráfico VII mostra a distribuição de fundos de pensão por região do Brasil¹⁵⁷. Nele é possível observar que os fundos de patrocínio público se concentram no Rio de Janeiro (18), e os fundos de patrocínio privado (153), em São Paulo. Da mesma forma, os fundos “instituídos” estão concentrados no Estado de São Paulo, somando um total de seis fundos.

O Secretário da Comunicação do Governo Lula, Luiz Gushiken, considerado por essa pesquisa como o “grande líder moral” dos fundos de pensão e apresentarão da mesma forma alguns dados sobre Ricardo Berzoini, Adacir Reis e Wagner Pinheiro. Os sindicalistas cutistas João Antonio Felício e Gilmar Carneiro também serão enfatizados.

Luiz Gushiken

Sócio de uma empresa de consultoria, a Global Prev - ex-Gushiken e Associados - Gushiken sempre atuou na área de previdência, sendo um dos responsáveis pelo projeto de reforma da previdência apresentada pelo Governo do PT em 2003. Sobre a questão, O Estado de São Paulo afirmou: “A empresa Gushiken Associados, que pertence ao coordenador-adjunto da equipe de transição foi quem preparou a proposta do PT (...)” (O Estado de São Paulo 26/11/02).

Os fundos de pensão têm como principal interlocutor no Palácio do Planalto o Ministro Luiz Gushiken, ex-Presidente do Sindicato Bancário de São Paulo. Durante seus três mandatos como Deputado Federal, Gushiken era sempre acionado pelos dirigentes dos fundos (...)” (Folha de São Paulo, 24/10/04). “Homem de muita influência no Governo, participou da escolha dos nomes para os principais cargos do Governo”, afirmou a revista Veja (29/01/03)158. A mesma revista acrescentou que Gushiken auxiliou na escolha dos dois importantes Ministros do Governo: 158 O Curinga de Lula: Quem é o assessor de Governo que reforça ministros, faz indicação para a equipe econômica e fala em nome do Presidente?, foi o título da revista Veja que dedicou atenção ao tema.

O da Fazenda, Antonio Palocci, seu amigo desde os anos 1970, e Berzoini, a quem apoiou no movimento sindical e ajudou a eleger Deputado Federal. Um outro amigo, Adacir Reis, ex-assessor de Gushiken na Câmara dos Deputados, assumiu a secretaria de Previdência complementar - posto de onde se controlam os fundos de pensão.” (Veja, 29/01/03, apud, JARDIM, 2007, p. 242).

Comentando sobre a criação de previdência Associativa, o secretário da SPC, Adacir Reis, confirmou a influência de Gushiken:

Trata-se de uma ideia [previdência associativa] há muito defendida por Luiz Gushiken, um dos colaboradores mais influentes do Governo.” (Fundos de Pensão, nº 278, 2002). Segundo informações da imprensa, Gushiken nomeou os nomes dos presidentes dos três maiores fundos, a saber: Previ, Funcef e Petros. Com exceção de Wagner Pinheiro, os dirigentes dos fundos citados negaram a afirmação (citado em JARDIM, 2007, p.244).

Dirigentes dos maiores fundos de pensão e sua relação com o PT

Na última campanha de Ricardo Berzoini para deputado, relata Dieguez (2009), Sérgio Rosa, Wagner Pinheiro e Guilherme Lacerda doaram, cada um, 10 mil reais para o amigo. À exceção de Lacerda, o grupo é egresso do sindicalismo bancário paulista, liderado nos anos 1970 e 1980 por Gushiken. Eles fizeram oposição aos pelegos ligados à ditadura e ao Partido Comunista Brasileiro, foram eleitos para a diretoria do sindicato e participaram da formação do PT e da Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

Por fim, migraram para os fundos de pensão de companhias estatais, nos quais combateram as privatizações promovidas pelos tucanos durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Com Lula no poder, chegaram à presidência dos fundos, passaram a defender as privatizações e a gerir centenas de bilhões de reais. Militando então numa das células de bancários, Sérgio Rosa ficou amigo de Luiz Gushiken, um funcionário do Banespa que fora eleito vice-presidente do sindicato e integrava o comitê central da Organização Socialista Internacionalista. E se aproximou de outros dirigentes da organização, como o médico Antonio Palocci, a arquiteta Clara Ant, o sociólogo Glauco Arbix e Luiz Favre, que fazia a ligação do grupo com os trotskistas franceses.

Ele teve poucos contatos com Lula antes de se tornar presidente da Previ. Mas classificou como um dos momentos mais fortes da sua vida ter visto Lula em ação, no início dos anos 1980, durante uma greve em São Bernardo:

Ali compreendi a diferença entre os estudantes e os operários. Quando a tropa de choque chegou e bloqueou a passeata, os estudantes correram. Os metalúrgicos ficaram. Foi uma pancadaria. Com a explosão de bombas de gás lacrimogêneo, a cidade virou um inferno. Não tinha carro de som, não tinha mais nada. Quando Lula chegou, ouviu-se aquele coro uníssono: Luuuuuuula!” Ao relembrar o episódio, Rosa embargou a voz. Foi a única vez, em várias entrevistas, em que demonstrou emoção (DIEGUEZ, 2009).

Sergio Rosa (Previ)

Ligado a Gushiken e Ricardo Berzoini. Uma das principais lideranças do PT na área de fundos de pensão; também fez parte da equipe de transição do Governo no final de 2002.

Wagner Pinheiro (Petros)

Fez parte da equipe que elaborou as propostas para o mercado financeiro do Programa de candidatura de Lula à presidência em 2002; fez trajetória profissional no Sindicato

Bancário de São Paulo; foi dirigente do fundo de pensão Banesprev; com a vitória de Lula, foi indicado Presidente da Petros, fundo dos funcionários da Petrobras.

Guilherme Lacerda (Funcef)

Foi assessor econômico do PT em 1998; ocupou cargos em secretarias das prefeituras de Vitória (ES) e Belo Horizonte (MG), além de ter sido Secretário do Planejamento do Espírito Santo em 1998 (JARDIM, 2009).

Ricardo Berzoini

Considerado por essa pesquisa e pelos membros do “sistema de fundos de pensão” como um dos principais personagens da previdência privada do Brasil, Berzoini é mineiro de Juiz de Fora e formado em Engenharia pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), de São Bernardo do Campo. Mas foi em São Paulo, como bancário concursado do Banco do Brasil, que Berzoini realizou sua carreira profissional e política. Foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e o primeiro presidente da Confederação Nacional dos Bancários (CNB). No ambiente do Sindicato dos Bancários foi socializado em torno de questões de previdência privada, que será uma de suas preocupações políticas, como Deputado. Elegeu-se Deputado Federal pelo PT em 1998 e 2002. No primeiro mandato, liderou, junto com Gushiken campanhas e lobbies para a aprovação das Leis Complementares 108 e 109/2001, já discutidas nesta tese. No segundo mandato, foi convidado por Lula a ocupar a pasta de Ministro da Previdência, e posteriormente, de Ministro do Trabalho. Como Ministro da Previdência regularizou a previdência associativa e realizou ciclos de campanhas de esclarecimento sobre esse novo dispositivo. Juntamente com Adacir Reis, buscou a consolidação da Secretaria de Previdência Complementar, no quesito transparência e enfatizou a necessidade de despertar a educação previdenciária e educação financeira do brasileiro (JARDIM, 2010).

Apontando a crise da previdência social, fez alusão aos fundos de pensão como alternativa à (in)segurança oferecida pelo INSS. A eficiência dos fundos e a incapacidade do INSS aparecem também no discurso de Berzoini. No final de 2005, com o “episódio do mensalão”, foi substituído no Ministério do Trabalho por Luis Marinho (da CUT), quando passou a ocupar o cargo de Secretário-Geral do PT, em substituição a Silvo Pereira, envolvido em tal escândalo.

Aqui, tem-se evidência do capital simbólico do qual dispõe Berzoini; afinal, em um momento de crise do PT, quando se fazia necessário levantar a sua credibilidade moral, foi indicado para o cargo de Secretário-Geral. Vale lembrar que, ainda em 2005, Berzoini foi

escolhido candidato oficial do campo majoritário PT à presidência do Partido, derrotando no segundo turno o opositor Raul Pont, fato que sustenta o argumento de que dispõe de significativo papel de direção junto ao PT (JARDIM, 2009).

Adacir Reis

É consenso entre todos os entrevistados que Gushiken e Berzoini são os “empreendedores morais” do projeto de fundos de pensão; da mesma forma, Adacir Reis é reconhecido como o porta-voz dos fundos, “legítimo para falar, ouvir e agir” em nome dos membros do sistema. Dados e evidências empíricas sugerem que Adacir Reis é tido, pelos membros do sistema, quase como um “guardião” dos fundos de pensão, não somente junto aos sindicalistas, mas também aos órgãos do sistema, como ABRAPP e ANAPAR, onde esse ator social goza de grande confiança e prestígio. Advogado, especialista em previdência privada, Adacir Reis organizou livros e debates em torno dos fundos, nos anos que antecederam a eleição de Lula; Amigo de longa data de Gushiken, esteve presente no primeiro mandato à frente da Secretaria da Previdência Complementar; empreendedor moral e burocrático dos fundos, não tem medido esforços para a criação de um nova crença em torno destes, bem como para a institucionalização e consolidação dos fundos de pensão no Brasil (JARDIM, 2009).

A autora diz que a legitimidade de Reis se deve em grande medida ao reconhecimento tido por ocasião da criação da Previc. Naquele momento, o Presidente da ABRAPP afirmou que Adacir Reis era o melhor nome para assumir a direção do órgão:

Reis vem sendo o obreiro dessa imensa construção que o Governo já conseguiu colocar de pé nos últimos dois anos, dando ao sistema de fundos de pensão uma oportunidade ímpar de concretizar nos próximos anos seu enorme potencial (...) qualquer descontinuidade poderá causar prejuízo irreparável.” (Diário dos Fundos de Pensão, 2005, apud JARDIM, p. 2009, p. 256).

QUADRO 1 - Maiores Interlocutores dos fundos de pensão no primeiro Governo Lula

Nome	Cargo	Atuação em PP	Trajetória
Lula	Presidente do Brasil	Regulamentação da LC108/109/2001. Propõe que o movimento sindical repense comportamento; diálogo com o mercado financeiro. Aprovação do fundo de pensão para servidores na reforma de 2003.	Ex-sindicalista (sindicatometalúrgico doABC); líder das greves 1978/80.
José Pimentel	Deputado Federal (PT)	Relator da Comissão da Reforma da Previdência Social de 2003; apoiou Chapa do PT nas eleições da PREVI em 2002.	Deputado Federal (PT) ex-sindicalista do setor bancário ex-funcionário do BB.
Ricardo Berzoini	Ministro do Trabalho	Atuou como Ministro da Previdência durante a Reforma 2003; atuou como Deputado Federal para aprovação da LC 2001; apoiou Chapa do PT nas eleições d	Foi Presidente do Sindicato dos Bancários de S. Paulo e da Confederação Nacional dos Bancários (CUT).
Antônio Palocci	Ministro da Fazenda	Tido como a “ala conservadora”. Estimula diálogo com mercado financeiro.	Ex-Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo.
Adacir Reis	Secretário da Previdência Complementar	Organizador de livro sobre fundos de pensão (2002); um dos criadores da Previg em 2005; realizou a reestruturação da SPC.	Especialista em Direito Previdenciário e Previdência Complementar; organizou livro sobre FP; ex-assessor de Gushiken. Atuou ativamente nos FP; Tido pelo sistema como “guardião” dos fundos.

Amir Lando	Ministro da Previdência	Sancionou a lei de criação de fundos de pensão para funcionários públicos.	Foi Senador da República.
Luiz Gushiken	Secretário das Comunicação	Desde 1997 defende a implantação de fundos de pensão; ministra curso sobre fundos de pensão para a CUT; proprietário de Consultoria em Previdência; apoiou Chapa do PT nas eleições da PREVI em 2002.	Ex-sindicalista; Ex-Presidente do Sindicato Bancário de S.P; grande interlocutor dos FP no Governo.
Carlos Lessa	Ex-Presidente do BNDES	Defende aplicação dos recursos dos fundos no projeto PPP.	Prof/Economista. Considerado representante da ala “Desenvolvimentista” no Governo Lula.
Guido Mântega	Presidente do BNDES	Fundos de Pensão como ferramenta da implantação do PPP.	Ex-ministro do Planejamento/Presidente do BNDES
José Dirceu Chefe	Chefe da Casa Civil	Escreveu artigos na imprensa e participou de seminários organizados pelo PT em defesa dos fundos de pensão.	Atuou no movimento estudantil; foi exilado em Cuba durante ditadura; foi deputado estadual e federal; foi Presidente do PT.
Mercadante	Senador	Líder do Senado; atuou na aprovação da reforma da previdência em 2003 e na aprovação do PPP; esteve envolvido em	Professor de economia da UNICAMP e Deputado.

		escândalos da Valia; apoiou Chapa do PT nas eleições da PREVI em 2002.	
--	--	--	--

Fonte: Jardim, 2009. (Adaptado)

CAPÍTULO 5 - ATUAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS FUNDOS DE PENSÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DOS GOVERNOS DO PT

A política econômica dos governos do PT foi marcada pelo aumento das exportações e do superávit primário. De acordo com Boito Júnior (2018), saltou de uma média de 1% do PIB no primeiro mandato de FHC para 3,5% no segundo mandato, subiu para a de 4,5% no governo Lula. Esse crescimento foi realizado sem descumprir nenhum dos princípios básicos macroeconômicos da premissa neoliberal. Todas as medidas foram mantidas: flutuação cambial, controle fiscal com metas de gasto e controle inflacionário.

A grande diferença da política econômica petista foi pautada pelo estímulo estatal ao setor produtivo nacional, visando à ampliação da exportação nacional, como portal do crescimento econômico. Essa foi a premissa para o desenvolvimento de uma verdadeira a “caça aos dólares e às demais moedas fortes” (BOITO JÚNIOR, 2014, p. 43). Mas, havia a implicação de um problema estrutural interno: ainda que os interesses do capital financeiro e do capital produtivo não sejam antagônicos, pois é tudo capital, há nas suas frações proprietárias imediatas, isto é, nas burguesias empresarial e rentista (para citar apenas essas) interesses que se particularizam, em termos do beneficiamento no interior de uma política econômica.

Para o capital financeiro a política de estímulo à exportação, deveria ser feita de modo a não ultrapassar a medida daquilo que interessa às finanças. A corrida aos dólares deveria ser feita desde que os dólares obtidos fossem direcionados para o pagamento dos juros da dívida garantidos pela moeda fiduciária do Estado nacional⁹⁹. Assim sendo, o superávit primário e os juros deveriam permanecer elevados mesmo que isso limitasse o próprio crescimento das exportações. Esse conflito permanente no interior do bloco histórico a frente do poder estatal foi contido pelo sucesso da política de exportações, que permitiu uma taxa relevante de crescimento econômico, a partir do *boom* das commodities e garantiu “paz social” por pelos uma década do governo da esquerda capitalista.

⁹⁹ A proposta de orçamento do Executivo Federal que destina um terço das receitas da União para pagamento dos juros da dívida pública, isto é, para cerca de apenas 20 mil famílias segundo os cálculos dos economistas, supõe-se técnica e racional. O Ministério da Fazenda e o Banco Central se constituem nos locais privilegiados nesse esquema de concentração do poder de decisão sobre os benefícios da fração hegemônica (a burguesia financeira) (BOITO JÚNIOR, 2018).

A política externa dos governos do PT foi, ao mesmo tempo, dependente (diante do imperialismo) e conquistadora (diante das pequenas e médias economias da periferia).

De um lado, reafirma-se a posição subalterna do capitalismo brasileiro na divisão internacional do trabalho com a política de especialização regressiva no comércio exterior, mas de outro lado, o governo quer ocupar de fato o lugar que cabe ao capitalismo brasileiro nos mercados agrícolas. O discurso que o governo Lula aciona para legitimar a reivindicação do G-20 é um discurso neoliberal que pleiteia a “verdadeira abertura” dos mercados e concentra a luta no comércio de produtos agrícolas. [...] A grande burguesia interna brasileira, como aliada subalterna do grande capital financeiro, aspira a ter acesso a porções crescentes do mercado latino-americano e essa aspiração está abalando a aliança com o capitalismo argentino no Mercosul (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 44-45).

Mas, não apenas o grande capital industrial é beneficiado, o agronegócio também detém posições importantes, a partir das quais procuram resistir às medidas de política econômica adversas a seus interesses. É a dinâmica desses conflitos no interior do governo que determinou o crescente fortalecimento da grande burguesia industrial interna e do agronegócio (BOITO JÚNIOR, 2018). As estratégias governamentais para agradar a gregos e troianos buscou não mexer nos interesses da fração financeira. É uma evidência desde a carta de Lula ao “Povo Brasileiro”. Se investimentos públicos não interessam aos bancos a estratégia foi incentivar as Parcerias Público-Privadas (PPPs), concebidas pelo governo Lula. Foi a forma de contornar os problemas de infraestrutura sem ameaçar a política de elevados superávits primários. Boito Júnior (2018) diz que o beneficiamento do capital financeiro esteve protegido no desdobramento dessas manobras de forma, cujo raciocínio aplicado foi à política de juros básicos elevados, que fortaleceu o perfil usuário do capital financeiro, desviando-o do financiamento da produção e encarece os investimentos, limitando o crescimento da exportação (p. 43).

No fundo, os interesses das frações burguesas foram intocados e a manutenção dessa condição não poderia ser feita associando processos de ampliação e regulamentação do mercado de trabalho ou de recuperação dos serviços públicos e dos direitos sociais. Para Boito Júnior (2018), o fato de parte significativa da equipe governamental ser oriunda do movimento sindical desinibiu a necessária ação disciplinadora do governo diante da classe que ele próprio representara.

O PT, nascido como um partido social-democrata de esquerda e vinculado ao movimento sindical, desde meados da década de 1990, quando o então chamado Campo Majoritário iniciou o processo de reformulação programática e organizacional do partido, vem realizando um movimento em direção à grande burguesia interna. [...] o PT procura conter ou reverter

apenas as medidas de política econômica que a prejudicam, com os juros elevados e a abertura comercial, mantendo aquelas que a favorecem mesmo que em detrimento do bem-estar dos trabalhadores – reforma da previdência, flexibilização do contrato de trabalho no setor público, reforma trabalhista (BOITO JÚNIOR, 20018, p 61).

A disposição à administração do capital pela “aristocracia operária” já estava demonstrada, desde a largada feita em direção à gestão de fundos de pensão das estatais, em 1990. De posse do aparelho de Estado, ela desempenhou um grande papel na revitalização da economia nacional, promovendo as bases necessárias ao crescimento das taxas de capital no país. Mas, para tanto, foi preciso galvanizar os interesses caleidoscópicos do capitalismo periférico, a partir do que se convencionou chamar de projeto neodesenvolvimentista, o social liberalismo brasileiro, uma espécie variante da ideologia neoliberal.

As circunstâncias do capitalismo mundial e a conciliação interna turbinaram a economia brasileira criando o primeiro e, até hoje, único ciclo de crescimento do capitalista desde o final dos anos 1970, período no qual inicia a transição da economia nacional à financeirização. As regras do crescimento e as suas condições não puderam descumprimentos dos preceitos neoliberais e os desígnios do capital financeiro. O governo seguiu a agenda das agências privadas do capital, a partir dos credores internos e externos. O caminho da conciliação seguiu a manobra das reformas capitalistas, a primeira delas foi a reforma previdenciária, requisito básico do capital financeiro. Lugar onde estão localizados os fundos de pensão.

Desde sua criação em 1977, os fundos de pensão tiveram sua imagem relacionada ao “negativo” e ao “perigoso”. Desde então, a sociedade olhava com desconfiança para esse tipo de empreendimento, o qual ocupava na memória social o lugar de “ilegítimo”, hoje destinado à previdência social. Contudo, mesmo aportando uma memória social ligada à corrupção e privatização, os fundos de pensão foram (re)significados e sacralizados pelo Governo Lula. Denominados como “poupança sagrada dos trabalhadores”, passaram de ilegítimos a legítimos, exercida por tal Governo e pelos sindicalistas, os quais definem conjuntamente, as formas de classificação da sociedade no que se refere à política de fundos de pensão (JARDIM, 2002). Mas, esse argumento de ineficiência da previdência social é corrente, foi amplamente reproduzido durante a construção do mercado de previdência privada aberta (PPA) do Governo Fernando Henrique Cardoso.

A equação parece simples. Em tempos de crise, as contas públicas tendem a fechar no vermelho, uma condição contábil indesejada. Com a economia em crise, os mercados

enfraquecidos e desemprego em alta, as fontes das receitas públicas são reduzidas e as despesas tendem ao crescimento. Assim, o ajuste fiscal se impõe como medida incontornável. Acontece que, a forma como o ajuste é, em geral, estabelecido, impele sacrifícios sociais hercúleos, com redefinições orçamentárias que inviabilizam uma agenda social pública¹⁰⁰. Assim, o equilíbrio das contas públicas e a garantia, não apenas do papel regulador do Estado, mas da sua condição provedora, por excelência de um regime de bem estar, é uma problemática político-econômica permanente, que desafia governos e divide opiniões técnicas, teóricas e políticas, no Brasil e no mundo.

Quando relacionadas à dinâmica do fundo público, as principais polêmicas giram em torno, sobretudo, da conformação da estrutura tributária; da composição e da dotação orçamentária do gasto público; da definição estratégica e prioritária das áreas de investimento, dentre outros. Sabemos que tal dinâmica se estabelece sob a direção de uma política econômica específica.

A dramática condição de dependência econômica de um país impõe grandes desafios à política econômica de seus governos, pelo controle do capital financeiro nas economias, que controla as finanças dos Estados a partir da remuneração dos credores da dívida pública¹⁰¹, leia-se das agências multilaterais financeiras internacionais, dos bancos¹⁰².

É sob a tutela de um Estado neoliberal, endividado, refém do capital financeiro, que o sistema de proteção social, brasileiro, se escora. E é na cadência minguante do orçamento social público que assistimos desde a década de 1990, ataques corrosivos ao sistema de

¹⁰⁰ Em, 2015, o corte de recursos orçamentários alcançou mais de R\$88,6 bilhões. Iniciou com o contingenciamento de quase R\$ 70 bilhões, conforme Decreto 8.456, atingindo fortemente as áreas sociais e investimentos (FATTORELLI, 2015). Deve ser considerada também no rol desse contingenciamento a aprovação, em 2016, do Projeto de Emenda Constitucional, do governo Temer, que determina o contingenciamento dos gastos públicos nas mais diversas áreas sociais, pelos próximos vinte anos.

¹⁰¹ No Brasil, a chamada dívida pública registrou, em julho de 2015, cifras estratosféricas: o volume de títulos da dívida interna emitidos pelo Tesouro Nacional supera 3,6 trilhões de reais. A dívida externa bruta supera 550 bilhões de dólares (FATTORELLI, 2015).

¹⁰² Pensemos os casos da Argentina e da Grécia. O primeiro, em 2001, chegou a assinar moratória que suspendeu o pagamento da sua dívida externa, algo em torno de 102 bilhões de dólares, medida que agravou a situação sócio-econômica do país, com sérios desafios para retomada da estabilidade financeira, até os dias atuais. Os governos argentinos submeteram-se às regras de austeridade imposta pelos credores internacionais da dívida. A Grécia é o caso mais emblemático desse período recente, da atual crise. Com um déficit ultrapassando o valor de 3% do PIB, a Grécia se viu sem condições de atender as exigências fiscais estabelecidas na União Europeia. Os empréstimos concedidos pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Mundial Internacional (FMI) à Grécia, tiveram condicionalidades: a implantação de um plano de austeridade que consistiu de drásticos cortes no gasto público, aumento de impostos e reforma na previdência e no mercado de trabalho. As medidas de austeridade na Grécia não foi capaz de reverter a situação fiscal, e o Governo Tsípras, negando-se submeter ao plano de austeridade, realizou plebiscito para consultar a população sobre o cumprimento ou não das exigências dos credores da dívida grega. A inadimplência do país significaria grandes perdas, sobretudo, para os países da zona do euro e poderia representar uma referência política para os demais países devedores do continente. O esforço de ajuste fiscal deveria alcançar a meta de 2 bilhões de euros. Mesmo depois do resultado do plebiscito desaprovando a submissão do governo às exigências dos credores, a política de austeridade na Grécia não deixou de ser uma realidade.

proteção Social, resvalados nas políticas de Seguridade Social. A decomposição da seguridade social pública no Brasil vem acontecendo por via do aviltamento orçamentário, através de mecanismos de desvinculação de receita própria transferida ao orçamento fiscal. Entretanto, a grande razão para a retenção dos gastos sociais, na retórica dos governos neoliberais, tem sido a explosão dos gastos da seguridade social, em especial, das políticas de saúde e previdência social¹⁰³.

Desde a constituição de 1988, marco de instauração do Estado democrático de direito no Brasil, o país passou por duas reformas na estrutura do seu sistema previdenciário. A primeira no período de 1998/99, no governo do então Presidente, Fernando Henrique Cardoso e a segunda, logo no primeiro mandato do Presidente, Luís Inácio Lula da Silva, em 2003/05. Prevista como política contributiva, a previdência social, compõe, junto às políticas de saúde e de assistência social, o tripé da seguridade social pública brasileira.

É sob o argumento da existência de um déficit crescente e irreversível que, pouco menos de vinte anos, o país passou por duas reformas no sistema de previdência (com o intervalo de cinco anos de uma para outra) e está à véspera da terceira reforma no âmbito dessa política de seguridade social. Se aprovada a reforma proposta pelo governo, as implicações desse processo serão de impacto social profundamente danoso na perspectiva do direito de aposentadoria dos trabalhadores ativos, tendo em vista que a proposta acirra as regras do fator previdenciário, cujo resultado se expressa na correlação entre, contribuições e benefícios; e ainda, prorrogação do tempo de trabalho com a elevação da idade mínima para fins de aposentadoria, dentre outras alterações¹⁰⁴.

De acordo com ANAPAR (2019) quase 35 milhões de brasileiros recebem benefícios mensais da seguridade social, dentre os quais 28 milhões são aposentados e pensionistas.

¹⁰³ Com a deposição da Presidente Dilma Rousseff em agosto de 2016, o governo de Michel Temer, executou rapidamente, duas ações no âmbito da previdência social, extinguiu o Ministério da Previdência Social, em maio de 2016 e, em dezembro do mesmo ano, apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Emenda Constitucional (PEC 287/16), que consistiu na proposta de reforma previdenciária. De acordo com as previsões do governo federal, o déficit dos sistemas de Previdência Social do país, no ano de 2016, ficou em torno de R\$ 200 bilhões (3,2% do PIB). Com isso, a previsão é de um aumento de cerca de 16%, ou de R\$ 30 bilhões, no rombo dos sistemas previdenciários, em 2017. Sem força no Congresso para aprovar de imediato a reforma, Temer transferiu ao novo governo a empreitada de ataque aos direitos dos trabalhadores. A reforma só veio a acontecer no Governo do atual Presidente Jair Bolsonaro, de imediato já no primeiro ano de mandato, em 2019. O que merece destaque é que independentemente da direção política dos governos depositos ou de plantão, a reforma se impôs como uma força da natureza, incontrolável. O capital tem dessas coisas, se impõe como uma lei inexorável.

¹⁰⁴ Segundo previsão do governo, sem mudança das regras, a despesa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para pagar todos os benefícios, que hoje fica em 8% do Produto Interno Bruto (PIB), pode passar, em 2060, ao equivalente a 17% do PIB - algo como mais de R\$ 600 bilhões a mais. Sem mudanças, a previsão do secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, é de que as contas podem "degringolar" no futuro. Para o ministro da Fazenda, mais importante do que manter a idade mínima para se aposentar é garantir que a aposentadoria será paga, ou seja, é garantir que o sistema previdenciário será sustentável nos próximos anos (<http://g1.globo.com>).

Estudos na área demonstram segundo refere a entidade que 26 milhões de brasileiros estariam abaixo da linha de pobreza sem os benefícios da Previdência Social. A entidade faz defesa da integração de ambos os regimes de aposentadoria (público e privado) numa política previdenciária forte e capaz com capacidade de subsidiar o crescimento econômico do país. O argumento utilizado faz referência e uma defesa contundente à política de aumento real do salário mínimo, pois avalia que esse foi um dos fatores responsáveis pelo ciclo de crescimento econômico verificado até 2014, com forte impacto na demanda, o que foi fundamental para o aumento do nível de emprego e para a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Aponta ainda que 2003 a 2016 o aumento real acumulado de 77% impactou ainda mais fortemente os benefícios da seguridade social, já que 2/3 das aposentadorias e 100% dos benefícios de assistência social correspondem ao piso de um salário mínimo.

A entidade faz uma análise aposentados e pensionistas, dado seu nível de rendimento, aplicam o vencimento mensal na compra de serviços, bens e produtos de consumo, irrigando a economia com algo em torno de R\$50 bilhões ao mês, ou R\$ 600 bilhões por ano, o equivalente a 9% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Via de regras, as aposentadorias são integralmente aplicadas no consumo de produtos e serviços. A população tida como “inativa”, em função da previdência social, movimenta a economia e se converte em um verdadeiro indutor de desenvolvimento. Aos que advogam o enfraquecimento do sistema público para que a previdência privada cresça a partir de seus escombros, respondemos: não há contradição entre os dois sistemas (ANAPAR, 2019).

O fortalecimento da previdência pública dentro dos limites máximo e mínimo definidos pela legislação favorece o crescimento da complementar, pois a liberação mensal de 35 milhões de benefícios dinamiza a economia onde os fundos de pensão investem suas reservas. Ademais, só contribui para a previdência complementar quem está no mercado de trabalho, sobretudo na economia formal. O principal empecilho ao crescimento da previdência complementar é o baixo nível de renda dos trabalhadores brasileiros, cuja remuneração média mensal de R\$ 2.198 é insuficiente para satisfazer suas necessidades diárias e impede a formação de poupança. É preciso melhorar o nível de renda para incentivar o mercado da previdência complementar (ibidem, p. 7).

No Brasil, há dois regimes básicos de previdência social, O Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que é destinado à cobertura dos trabalhadores da área privada (trabalho com a carteira assinada) e trabalhadores rurais, que é administrado pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Já os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), destinados aos servidores públicos civis e militares são geridos pelo respectivo ente estatal.

Na verdade há três regimes, se consideramos a dimensão complementar das políticas e serviços sociais públicos, no caso da previdência, o regime (privado) de capitalização¹⁰⁵.

Assim, quando falamos sobre a reforma da previdência estamos falando de alterações estruturais ou paramétricas, desses regimes. As reformas estruturais supõem alterações na Constituição e, portanto, exige emendas constitucionais, com intervenção direta do congresso nacional e homologação do poder executivo. Já as que incidem de forma paramétrica nas regras dos regimes, supõem outra ordem legal, cabendo, muitas vezes, decretos presidenciais e regulamentações específicas. Cabe esclarecer isso, para que possamos destacar a relevância político-econômica que uma reforma previdenciária possui. Ela mexe, em geral, com os setores de representação política de classe, nos segmentos sindicais e partidários, especialmente.

É fato que, no Brasil, os processos de reformas da previdência social não aconteceram sem grandes conflitos no âmbito da sociedade e das instâncias governamentais. Muito mais no período da primeira reforma, considerando a inclinação eminentemente neoliberal do governo de FHC (em 1998), e pela forte oposição de esquerda adensada por partidos, centrais sindicais e movimentos sociais. Na segunda reforma, realizada pelo governo Lula (em 2003/05), também houve resistência de setores sindicais e populares, contudo, sem consistência política capaz de reverter, abrandar ou negociar o seu conteúdo e incidência.

O quadro a seguir apresenta as principais inovações nos regimes previdenciários, trazidas pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, e pelas Emendas nos 41 e 47, de 2003 e 2005, respectivamente.

QUADRO 2- Eixos das Reformas Previdenciárias Governos FHC e Lula

Emenda nº 20/1998	Emendas nº 41/2003 e nº 47/2005
<u>Servidores Públicos:</u> a) Idade mínima para aposentadoria integral por tempo de contribuição: 60 anos para homem e 55 anos para mulher; b) exigência de dez anos de serviço	<u>Servidores Públicos:</u> a) fim da paridade entre o último salário e o valor inicial da aposentadoria, que passou a ser calculada com base nas remunerações sobre as quais incidiram as

¹⁰⁵ “A previdência privada complementar é hoje a oitava maior do mundo, em termos de tamanho e administração de recursos, abrangendo cerca de 3% da população economicamente ativa e com imenso potencial de expansão. Conta com 369 entidades fechadas, 1.053 planos previdenciários, 2.794 patrocinadores, 2,7 milhões de participantes e assistidos, protegendo, direta e indiretamente, 6,2 milhões de pessoas. Além disso, administra R\$ 515 bilhões de ativos totais, pagando mensalmente mais de 610 mil aposentadorias e pensões” (AMARO, 2010, p. 19).

<p>público e de cinco anos no cargo ocupado para habilitação aposentadorias programáveis;</p> <p>c) fim da acumulação de aposentadorias, bem como da possibilidade de aumento de renda na passagem para a inatividade;</p> <p>d) restrições à acumulação de aposentadoria e salário;</p> <p>e) possibilidade de criação de fundos de pensão federal, estaduais e municipais e, desde que instituídos, imposição do mesmo teto do RGPS aos benefícios dos novos servidores, abrindo-se, assim, caminho para o fim da aposentadoria e pensão integrais.</p>	<p>contribuições ao RPPS e ao RGPS;</p> <p>b) fim da paridade entre os reajustes de salários e de aposentadorias/pensões, passando-se a corrigir os benefícios previdenciários pela inflação;</p> <p>c) pensão: passou a ser integral até o teto do RGPS e reduzida em 30% para valores superiores;</p> <p>d) submissão de todas as rendas no âmbito do setor público a teto federal (remuneração do Ministro do STF) e a subtetos estaduais e municipais;</p> <p>e) incidência de contribuição previdenciária sobre aposentadorias e pensões superiores ao teto do RGPS;</p> <p>f) alíquotas de contribuição dos servidores estaduais e municipais: além de obrigatórias, não mais puderam ser inferiores às dos servidores da União;</p> <p>g) instituição de abono de permanência no serviço equivalente ao valor da contribuição para servidor que, embora possa se aposentar, continue em atividade.</p>
<p><u>Servidores Públicos e Regime Geral:</u></p> <p>a) extinção da aposentadoria proporcional, redução do elenco de professores contemplados com aposentadoria especial e substituição da aposentadoria por tempo de serviço pela aposentadoria por tempo de contribuição.</p> <p><u>Regime Geral de Previdência Social:</u></p> <p>a) vinculação das contribuições sobre folha de pagamentos exclusivamente para pagamento de benefícios do RGPS;</p> <p>b) desconstitucionalização da regra de cálculo dos benefícios e constitucionalização do caráter contributivo da previdência social e do seu necessário equilíbrio atuarial e financeiro, o que abriu caminho para posterior edição da Lei nº 9.876, de 1999, que instituiu o fator previdenciário¹⁰⁶.</p>	<p><u>Regime Geral de Previdência Social:</u></p> <p>a) previsão de lei destinada a estabelecer sistema especial de inclusão previdenciária, com benefícios no valor de um salário mínimo, para trabalhadores de baixa renda e para aqueles sem renda própria dedicados ao trabalho doméstico;</p> <p>b) previsão de diferenciação de alíquotas e de bases de cálculo das contribuições sociais dos empregadores em função do porte da empresa e da condição estrutural</p>

¹⁰⁶ O fator previdenciário instituído em 1999 e aplicado no cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição no âmbito do RGPS. Trata-se de um multiplicador que inclui a expectativa de sobrevida, a idade e o tempo de contribuição do segurado, ou seja, critérios atuariais que aumentam a correlação entre contribuição e benefício.

	ou circunstancial do mercado de trabalho (tal dispositivo adiciona-se a outro que prevê a possibilidade de que as contribuições sobre folha de salários sejam substituídas pelas incidentes sobre receita ou faturamento).
<p><u>Previdência Privada Complementar:</u></p> <p>a) fundos de pensão patrocinados por estatais: imposição de disciplina financeira e atuarial e exigência de paridade entre as contribuições dos participantes e dos patrocinadores;</p> <p>b) previsão de leis para regular o regime complementar, o que se consubstanciou com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 2001.</p>	<p><u>Previdência Privada Complementar:</u></p> <p>a) exigência de que os planos de benefícios sejam somente na modalidade de contribuição definida*.</p> <p><i>*No sistema “contribuição definida”, benefícios futuros dependem da capitalização de contribuições; enquanto no sistema “benefício definido”, o valor dos benefícios é garantido independentemente do montante acumulado nas contas individuais.</i></p>

Fonte: AMARO, 2011 (Adaptado).

Como podemos verificar, o conjunto das reformas incide em mudanças que, em resumidas contas, significam a redução de direitos previdenciários, sobretudo, para aqueles setores que já dispunham de regras que consolidavam condições razoáveis de aposentadoria, por exemplo. O caso dos servidores públicos. A situação atual, pós-reformas, impõe uma realidade que retarda o acesso à aposentadoria, diminui o teto de aposentadoria dos RPPS, que passa a ser referenciado pelo teto do RGPS, que significa a incitação da migração ou adesão dos setores melhor remunerados ao regime privado de aposentadoria, isto é, contratação do sistema privado complementar, gerido pelos bancos. Ademais, a criação do fator previdenciário acirra a correlação entre contribuições e benefícios, que na prática se traduz em regras que prolongam o tempo de trabalho e, assim, retardam a aposentadoria, que passa a não ter mais as vantagens da condição integral; dentre outras regressões que se colocam como “condições necessárias” para reverter o desequilíbrio orçamentário da seguridade social,

Ademais, ao invés de considerar no cálculo apenas os últimos três anos de contribuição, tal qual vigia até a Emenda Constitucional nº 20, considera toda a vida laboral do trabalhador (AMARO, 2011).

sobretudo de contrabalancear o déficit previdenciário, segundo a leitura dos governos reformistas.

De acordo com Salvador (2007), a compreensão mais ampla do orçamento da seguridade social deve considerar o quadro tributário e fiscal constituído no país nas últimas décadas. No bojo das políticas macroeconômicas que deram sustentação ao Plano Real, a política fiscal foi determinante e seguiu à risca as recomendações de organismos multilaterais, como o FMI.

Nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, por meio do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) – Emendas Constitucionais 10 e 17 e, posteriormente, Emenda Constitucional 27, que criou a Desvinculação das Receitas da União (DRU) –, garante-se a desvinculação de 20% da arrecadação de impostos e contribuições sociais [...]. Dando sequência à mesma política fiscal do governo anterior, a equipe econômica do governo Lula, sob alegação de que a “economia brasileira ainda requer cuidados”, manteve, no âmbito da Emenda Constitucional 42 (reforma tributária), a prorrogação da DRU¹⁰⁷ (SALVAOR, 2007, p. 82).

Após determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2005, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) passou a explicar o montante de recursos desvinculados da seguridade social. No entanto, de acordo com Salvador (2007), permanecem as faltas de discriminação e de clareza na divulgação dos dados da execução orçamentária, pois na apresentação da execução orçamentária compilam-se impostos e recursos oriundos da DRU.

Com recursos da seguridade social, o governo também paga os benefícios previdenciários de servidores(as) públicos federais que, por princípios constitucionais, não incluiriam esse tipo de gasto¹⁰⁸. Na opinião de Delgado:

Apesar de serem legítimas as despesas com inativos e com pensionistas da União, como de resto são legítimos tantos outros gastos do Orçamento da União, tais despesas devem pertencer ao Orçamento Geral, o qual é financiado por tributos e não por recursos específicos da política de proteção do conjunto da sociedade contra os riscos clássicos das privações humanas (DELGADO, 2002, Apud: SALVADOR, 2007, p. 87).

¹⁰⁷ Vale Lembrar que esse expediente fiscal foi mantido pelos governos FHC, Lula, Dilma e Temer. Em 2016, o Congresso nacional não apenas o manteve com ampliou o percentual da desvinculação para 30% e estendeu sua validade para o ano de 2021.

¹⁰⁸ A Constituição de 1988 não incluiu a previdência do servidor público no capítulo específico que trata da seguridade social. Ao contrário, o assunto encontra-se no Título III (Da Organização do Estado), principalmente em seu Capítulo VII (Da Administração Pública), Seção II (Dos Servidores Públicos). Com isso, a União transferiu para a responsabilidade do orçamento da seguridade social um estoque de gastos com aposentadorias e pensões de servidores públicos federais, que deveriam ser honrados pelo caixa do orçamento fiscal (SALVADOR, 2007, p.88).

No contexto da reforma da previdência em 2003, os meios de comunicação alardearam, novamente, a quebra da Previdência, mirando os trabalhadores do setor público, acusados de privilegiados. A proposta enviada ao Congresso pelo governo Lula atingiu direitos dos servidores públicos com corte de benefícios e mudanças de regras, como apontamos acima.

No caso do funcionalismo, nunca existiu um Sistema, ele é essencialmente administrativo. Os servidores contribuem com 11% sobre o total dos seus vencimentos, mas só a partir da década de 1990. O Estado, por sua vez, não faz a contrapartida como os patrões o fazem no setor privado. O Tesouro paga as aposentadorias com arrecadação de impostos como faz com a educação e outras despesas. O que se exhibe como déficit é a diferença entre a contribuição dos servidores e o gasto com aposentadorias e pensões (que seria 39 bilhões de reais/ano). Se existe esse desequilíbrio não é culpa dos servidores, e sim dos sucessivos governos que não criaram um Sistema de Aposentadorias do Setor Público. Pelo contrário, quando os trabalhadores só contribuía e ninguém ainda era aposentado, formou-se um Fundo Público que foi utilizado para outras finalidades como a ponte Rio-Niterói, Transamazônica, empresas estatais e diversas obras, deixando, ao longo do tempo, os trabalhadores na mão. Esse "Fundo" deveria ter, atualmente, em caixa cerca de R\$ 822 bilhões. Por essas e por outras, a situação da previdência é problemática, mas não é explosiva ou está fora de controle (VALENTE, 2003).

Moura (2017) diz que por ser uma grande fonte de arrecadação desde sua gênese, a Previdência Social tem, historicamente, seus recursos como objeto de disputa entre capital e trabalho. De acordo com a autora essa disputa se processa tanto na arrecadação quanto na distribuição.

No âmbito da arrecadação, o capital pressiona por isenções fiscais, manutenção e ampliação das desonerações, não cobrança das dívidas com a Previdência e imposição de novas condicionalidades para acesso dos trabalhadores aos direitos previdenciários. No que se refere à distribuição dos recursos da Previdência no Brasil, até a década de 1990, foi o capital industrial¹ que levou grande fatia deles, via construção do parque industrial nacional e estruturação e comercialização da saúde privada para os Institutos de Previdência. A partir de 1990, com a intensificação da financeirização da economia no país, é o capital portador de juros² que mais tem se apropriado dos recursos da Previdência, via ampliação das previdências privadas – em especial, os fundos de pensões – e criação dos empréstimos consignados (MOURA, 2017, p.53).

Por essa razão é que os recursos que os governos quiseram e continuam querendo economizar, ferindo direitos, fazendo cortes e protelando a aposentadoria dos servidores e de todos os trabalhadores, em geral, não resolvem o problema econômico da previdência do setor público e serão utilizados não para melhorar as aposentadorias do INSS, mas para pagar juros da dívida pública com os banqueiros. Aos críticos das reformas previdenciárias, o déficit da previdência não apenas inexistiu como passou a ter função ideológica sobre a perversa reversão da utilidade social do fundo público. Isto é, toda a retórica do rombo no orçamento da previdência tem sido usada para justificar a restrição de direitos previdenciários¹⁰⁹. Funciona como uma espécie de terrorismo social contra a seguridade social pública, quando alardeia a ideia de falência provoca descrença e evasão do sistema contributivo, espanta os facultativos e incentiva a sonegação dos obrigatórios. E acaba por incentivar os regimes privados de previdência, geridos por instituições financeiras, os bancos.

A partir da lei 109/2001, foi autorizada a criação de fundos de pensão por intermédio do instituidor profissional, classista ou setorial, ou seja, sindicatos, associações profissionais, cooperativas e outros, foram autorizados a criar e, sobretudo, a gerir fundos de pensão, possibilitando a figura do “instituidor”. Importante ressaltar que essa legislação prevê a criação de fundos, somente na modalidade “contribuição definida”¹¹⁰. (JARDIM, 2011, p. 207). Apoiados no discurso de governança corporativa, responsabilidade social, investimento ético, gestão democrática dos fundos, proteção da poupança dos trabalhadores e na luta contra o capitalismo, usando suas próprias armas, os sindicalistas brasileiros têm ampliado para o espaço financeiro a legitimidade acumulada no espaço trabalhista. (JARDIM, 2011, p.200). O Presidente da Anapar vê de forma positiva o envolvimento dos trabalhadores na gestão dos

¹⁰⁹ Há pelo menos, três elementos principais que articulados conformam uma consistente contestação ao déficit previdenciário. Os dois primeiros incidem de forma direta sobre a composição orçamentária, o último de forma indireta, mas não menos importante. O primeiro diz respeito ao amparo constitucional da formação do orçamento da seguridade social, cuja vinculação da arrecadação constitucional consistiu numa maneira de proteger seus subsistemas. E ainda, a vinculação de parte do orçamento da seguridade ao emprego exclusivo na Previdência Social foi uma maneira de assegurar e reforçar a proteção do primado constitucional do trabalho. O segundo tem a ver com um processo inverso, operacionalizado por emendas constitucionais, que uma vez previsto como ato transitório para ajustes imediatos pós-implementação da Constituição, tornou-se condição constante da composição da política fiscal no Brasil. Referimo-nos a criação de mecanismos de ajuste fiscal que desaguarão na criação da DRU. E o terceiro diz respeito à tributação. A política tributária brasileira é profundamente regressiva e isso acaba por resvalar na debilidade do seu sistema de proteção social (SALVADOR, 2007).

¹¹⁰ Plano de Benefício Definido (PBD) é aquele no qual o participante sabe de antemão o quanto receberá de benefício, embora não saiba exatamente quanto vai pagar; ao contrário do Plano de Contribuição Definida (PCD) faz parte da lógica da capitalização. Nele os riscos caem sobre o participante e o contrato estabelece o valor das prestações, mas o valor do benefício futuro é uma variável desconhecida. Os planos sindicais criados no governo Lula priorizam sobremaneira a lógica da contribuição definida, ao mesmo tempo em que os planos estatais, criados em 1977, fazem a reconversão em direção à modalidade de contribuição definida (JARDIM, 2011, p. 208).

fundos, pois, segundo ele, “isso fará uma revolução no sistema de previdência complementar brasileiro, já que a fiscalização dos trabalhadores deixará as entidades fechadas mais competitivas que as abertas, operadas pelo mercado financeiro” (p. 207).

A ANAPAR (2019) tem uma defesa contundente sobre a composição híbrida para o sistema previdenciário brasileiro. Estabelece um debate contundente a esse respeito e diz que é fundamental que governantes, legisladores, entidades sindicais e os cidadãos compreendam com clareza as diferenças que existem entre as Entidades Abertas e as Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Essas diferenças teriam em tese a influencia direta no propósito maior de um plano de previdência, que é a formação do benefício pago ao participante após longos anos de contribuição.

A defesa das Entidades Fechadas, por não visarem ao lucro, é o argumento que a entidade recorre. Essa seria a razão para a viabilização de um acúmulo de recursos para participantes e assistidos consideravelmente superior ao acúmulo de recursos verificado nas Entidades Abertas. Dentre os argumentos aparece também a viabilidade do custeio administrativo, oposta aos fundos abertos de capitalização.

Podemos afirmar que a forma escolhida para a cobrança do custeio administrativo traz uma grande diferença no volume futuro de recursos capitalizados. Quanto maior o volume de recursos, maior é base de incidência da taxa de administração, enquanto que a taxa de carregamento sempre é aplicada sobre o valor mensal da contribuição. Essa diferença de metodologias afeta significativamente o patrimônio acumulado pelo participante e o valor do seu benefício. O lucro que é pago ao acionista da Entidade Aberta tem nessa taxa de administração uma de suas principais fontes (ANAPAR, 2019, p. 13).

O estudo de Granemann (2012) desmonta por completo os enganos que se constituem nessa questão da lógica dos fundos. O primeiro elemento destacado pela autora, nesse sentido, diz respeito ao mecanismo de transformação da aposentadoria em capital fictício sob a forma de investimentos em ações de capitais. Na formação dos fundos de pensão os capitais são atraídos para os investimentos mais lucrativos, sob o argumento da manutenção e elevação dos valores das aposentadorias de seus “participantes”. A busca por investimentos lucrativos tem na compra de ações pelos fundos de pensão um promissor negócio. Ações, entretanto, são tão mais lucrativas quando expressam níveis de lucratividade realmente existentes, ainda que a especulação seja um componente, em certa medida, “autonomizador” da lucratividade em face da vida real. Todavia, relativizada a capacidade autonomizadora de os papéis produzirem lucratividade, o fenômeno real que desejamos

iluminar diz respeito exclusivamente à extração de trabalho não pago do trabalhador pelo capital, ao mecanismo de extração de mais-valia (GRANEMANN, 2012, p. 256).

Há uma questão central nessa relação que não passa despercebida pela autora, no que se refere às conexões entre a previdência complementar ou os fundos de pensão e a extração de mais-valia. Vale a reflexão e indagação: como um trabalhador preocupado com a sua aposentadoria pode ser confrontado com o aumento da (sua) exploração? É o que ocorre, ainda que não se tenha consciência. A autora analisa que os fundos de pensão, ao procurarem e comprarem as ações mais lucrativas de uma dada empresa, passam a coadjuvar com as taxas de lucro necessárias à produção daquela empresa. A queda dos lucros implicará, nesta lógica, uma possível baixa nos valores das aposentadorias.

Desse modo, um fundo de pensão – por meio de sua participação nos Conselhos de Administração e Fiscalização das empresas nas quais se tornou acionista – deverá exigir índices de lucratividade para suas ações, os mais altos possíveis. Através desse mecanismo, o fundo de pensão de um conjunto de trabalhadores – às vezes da mesma empresa na qual o investimento dos recursos previdenciários está aplicado – passa a exigir dos trabalhadores da empresa na qual é acionista níveis de produtividade cada vez mais elevados. O alcance dos lucros supõe, desde há muito, acionar vários mecanismos, todos eles potencializadores da exploração e de medidas que não excluem a reestruturação produtiva poupadora de trabalho vivo” (GRANEMANN, 2012, p. 257).

[...] na busca individual de uma melhor aposentadoria os trabalhadores têm contribuído para o aumento da exploração dos trabalhadores. Esse fenômeno de aguda gravidade opera na direção contrária à solidariedade dos regimes previdenciários organizados por repartição. Há muita engenhosidade na captura da previdência privada e em sua transmutação em capital e o trágico desse engenho é que os trabalhadores podem gozar de relativo distanciamento quando “seu” fundo de pensão investe e provoca sobre outros trabalhadores todas as tragédias e barbáries decorrentes da busca de lucros; todavia, a imposição da vida real sob o capitalismo é a necessária elevação dos lucros que o fundo de pensão deva investir na empresa – e explorar – na qual trabalham os “próprios proprietários” do fundo de pensão (ibidem, p. 257-258).

Nesse caso, a exploração do trabalhador não ocorre distanciada, sobre o outro trabalhador – de outra empresa e até de outro país, ela, pode, ocorrer de forma associada à própria empresa empregadora/patrocinadora do fundo (que se torna capital fictício de investimento). “Ela ocorre patrocinada pelo mesmo trabalhador que, de um lado, poupa como previdência e, de outro, como capital, como proprietário capitalista por meio do fundo de

pensão, autoexploração, demite e degrada a si e aos seus companheiros de jornada de trabalho” (p. 258).

Mas, há um segundo elemento nesse circuito de valorização de capitais, refere-se ao mecanismo de transformação da aposentadoria em capital fictício sob a forma de investimentos em títulos públicos. No Brasil, os fundos de pensão controlam parte privilegiada da propriedade dos títulos públicos que são remunerados com os recursos mobilizados pelo fundo público.

[...] o fundo público é o montante de recursos que o Estado detém para realizar suas funções em dada sociedade e indicamos a existência de uma tendência contínua de o Estado mobilizar os recursos das políticas sociais para propiciar alternativas às crises do capital. Nesse sentido, das políticas sociais têm lhes sido exigidos crescentes superávits para remunerar com juros os proprietários dos títulos e para quitar os valores dos títulos vencidos (GRANEMANN, 2012, p. 258).

Na cadência desse debate Moura (2017) apresenta outra faceta da reprodução de capital fictício associada aos processos diretos de “expropriação financeira” sobre o salário dos trabalhadores, através da popularização do crédito. Segundo a autora o processo de expansão do crédito consignado, modalidade de empréstimo para os trabalhadores, realizado pelos bancos e assegurado mediante desconto em folha de pagamento, foi aprovado em dezembro de 2003 e regulamentado pela Lei nº 10.820. Segundo os dados da pesquisa, ao Banco Central do Brasil (BCB), a consignação em folha de pagamento não surge nesse momento, mas, até então, era bastante restrita; apenas alguns poucos bancos a ofertavam e, em geral, para funcionários públicos já correntistas. “O fato novo é que, após a regulamentação dos empréstimos consignados pelo governo Lula, com suporte estatal, essa forma de crédito se expandiu rapidamente, transformou-se em objeto de disputa entre os bancos em busca do lucro” (MOURA, 2017, p, 53).

A autora prossegue sua argumentação afirmando que a proposta do crédito consignado reúne dois argumentos principais: juros baixos para os trabalhadores e negócio seguro para os bancos. De acordo com o BCB, esses argumentos contribuíram para a rápida expansão do crédito consignado.

Um crédito sem grandes riscos é o paraíso dos bancos, pois a restituição certa e agregada de juros é, ao fim e ao cabo, o objetivo do empréstimo, seja ele ao capital ou ao trabalho. Como afirma Marx ([1894] 1988), não importa a maneira como o dinheiro será gasto, o empréstimo representa a forma de circulação da mercadoria-capital e, desse modo, possibilita a transformação do dinheiro em capital portador de juros. No movimento dos consignados, os trabalhadores não têm a escolha do não pagamento, uma vez que o dinheiro não lhes chega, pois é transferido diretamente do fundo público para os bancos. É um negócio seguro e, desse modo, também um “novo achado” para a acumulação de capital nos tempos

presentes. Ao regulamentar o crédito consignado, o Estado brasileiro trata ainda de pavimentar o caminho para a sua consolidação e expansão (p. 55).

A pesquisa de Moura (2017) revela a inversão ideológica operada pelo capital financeiro na sua forma fictícia, através do Estado e dos bancos. Os argumentos de benefícios aos trabalhadores com juros baixos e possibilidade de acesso ao consumo podem revelar, na face oposta, a ampliação do lucro bancário, o grande volume de dinheiro que os aposentados acabam por deixar nos bancos e um processo de endividamento e empobrecimento ainda maior do segmento de trabalhadores comprador de crédito, que é forçado pelo encolhimento salarial e por necessidades básicas de consumo. Por essa razão, o dinheiro movimentado pela Previdência Social – dessa vez, o dinheiro pago aos aposentados e pensionistas – passa a ser objeto de usurpação dos bancos. A síntese:

O esquema perverso alicerçado pelo crédito, pautado na expropriação financeira provoca, portanto, a submissão dos trabalhadores aos bancos, uma vez que grande parte do salário passa a ser canalizada para pagar juros pelos empréstimos adquiridos; formas de extrair uma quantidade maior de mais-valia, à medida que controla o dinheiro dos trabalhadores para ser transformado em capital (fato que lhe permite aumentar a exploração da força de trabalho); um amplo processo de endividamento dos trabalhadores e, conseqüentemente, um progressivo empobrecimento (MOURA, 2017, p. 57).

Para a consecução desses mercados, referente aos nichos de acumulação, os achados para os capitais, nos termos de Granemann (2012), que são o comércio de serviços sociais privados – noutros termos isso tem a ver com a privatização de segunda ordem como sugere Fontes (2010) é imprescindível às políticas sociais públicas encolherem e restringirem a sua abrangência na vida social, na reprodução das relações sociais de produção. É dessa forma que o caráter público e universal das políticas sociais são solapados, na medida em que as políticas sociais devem deixar de realizar os direitos sociais para que os espaços até então por elas ocupados sejam liberados aos mercados, para que a dívida pública seja a punção das instituições financeiras forçando os superávits que determinam às políticas sociais crises forçadas por esses mecanismos. Elementos centrais para a formação da riqueza social que

remunera os títulos públicos de propriedade dos fundos de pensão, dos fundos de investimentos e o capital bancário-financeiro.

A partir da lei 109/2001, foi autorizada a criação de fundos de pensão por intermédio do instituidor profissional, classista ou setorial, ou seja, sindicatos, associações profissionais, cooperativas e outros, foram autorizados a criar e, sobretudo, a gerir fundos de pensão, possibilitando a figura do “instituidor”. Importante ressaltar que essa legislação prevê a criação de fundos, somente na modalidade “contribuição definida”. (JARDIM, 2011, p. 207).

A crença na incapacidade da previdência social em fornecer solidariedade entre as gerações, em detrimento da legitimação dos fundos de pensão como a instituição capaz de assegurar o futuro dos aposentados é a “convenção social vigente”, que tem sido “reforçada pela imprensa, pelo Governo, pela sociedade civil e mais recentemente, pelos sindicalistas, que propagam o discurso de que o INSS não produz solidariedade necessária à proteção dos trabalhadores” (JARDIM, 2009, p. 230).

É dessa forma que, gozando do status de popularidade que o Partido dos Trabalhadores (PT) condena a lógica da solidariedade e da reciprocidade presente no sistema de repartição, para abrir larga defesa e implementação do sistema de fundos de pensão capitalizados, os grandes parceiros da política econômica do governo do Partido dos Trabalhadores.

5.1 Os fundos de pensão e a governança corporativa no Brasil

No pós-segunda guerra e ao longo das últimas sete décadas, coube ao Estado do capital gerenciar o fundo público resultante dessas contribuições e impostos em geral e garantir a previdência aos trabalhadores que cumprirem os requisitos para a aposentadoria. No entanto, a grandeza desses recursos, na vigência das recorrentes crises do capital, especialmente desde 1973, impôs-se como uma das novas alternativas para o capital na equação da queda da taxa de lucro. O fundo público de modo geral e o fundo público alocado na política social previdenciária, em particular, passou a funcionar como elemento basilar para as provisórias resoluções das crises (GRANEMANN, 2012).

Mas, associado a esse mecanismo do fundo público, outras estratégias rentistas foram sendo paulatinamente criadas. Segundo Grun (2011) a governança corporativa (GC) diz que os aumentos de eficiência das organizações, das empresas em particular, seriam fruto da

qualidade da vigilância (governança) que seus proprietários efetivos exercem sobre suas operações e que essa qualidade é função de um ambiente institucional adequado para tal, salientado o papel de um mercado de capitais à norte-americana e mais genericamente, um quadro legal respeitoso aos direitos de propriedade individual. Nos anos 1980 aparece a administração japonesa com sua ênfase nas questões de qualidade. No início a qualidade salvaria a indústria brasileira e depois também os diversos setores de serviço, incluindo cada vez mais esferas típicas da atuação governamental, como escolas e hospitais e finalmente chegou na agricultura. Em torno do sucesso da qualidade muitos grupos de agentes valorizaram seus trunfos profissionais e suas carreiras em geral (GRUN, 2011, p. 165).

Para o autor, esse processo corresponde também a uma reestruturação de profissões ligadas ao direito e à economia financeira. No Brasil, por exemplo, as primeiras tentativas de difusão desse novo instrumento GC, serão uma iniciativa conjunta de membros das duas profissões. Talvez não seja exagero dizer que “a governança corporativa é uma espécie de coroaamento do conjunto das principais soluções mágicas que advêm dos conselhos dos órgãos financeiros internacionais para fomentar o desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos” (ibidem, p. 165-166).

Nessa primeira etapa de difusão da governança corporativa, seu conteúdo estava inteiramente ligado à necessidade do estabelecimento de um quadro legal que aumentasse a confiança dos investidores no mercado de ações.

[...] Do outro lado quanto à filiação em termos da nossa cultura econômica, podem-se inscrever a ideia de governança corporativa na linhagem das posturas que enxergam que o nó do desenvolvimento brasileiro encontra-se na insegurança dos marcos jurídicos necessários para proteger e atrair os investidores. Em outros momentos, essa postura alardeava a necessidade de que o Brasil legal estivesse presente em toda a extensão do Brasil real (GRÜN, 2011, p. 166).

O setor do capitalismo tradicional brasileiro oponente da GC, compreendia desde os acionistas majoritários de empresas que não queriam abrir mão de seus privilégios de controladores até as parcelas do mercado de capitais e dos setores do governo e da imprensa que não abraçaram a nova causa. Assim coloca-se uma típica disputa entre setores das elites tradicionais, no qual o grupo mais novo encontrava dificuldade para se instalar nas posições privilegiadas da sociedade e brandia a espada da contemporaneidade internacional para justificar a importância de seus trunfos. A complexidade da questão aumenta quando entram no campo novos sujeitos, conformados segundo uma lógica aberta da redemocratização. O primeiro deles são os dirigentes dos fundos de pensão das empresas estatais. Embora a maior

parte deles existisse desde os anos 1970, sua importância relativa e sua independência na economia só ficaram patentes no início dos anos 1990.

Os fundos aparecem na cena econômica como atores incontornáveis, mas relativamente indóceis, para a estratégia de privatização e redesenho do Estado federal empreendida pelo grupo em torno de FHC. Os dirigentes dos fundos de pensão foram pressionados a se alinhar ao figurino desenhado pelo grupo fernandista para a venda das estatais. Nele, cabia-lhes a posição de “sócio-capitalista” sem direito à partilha da gestão das empresas adquiridas (GRÜN, 2011, p. 167).

Durante todo o período os fundos foram taxados de “corporativos” – e, portanto, atrasados – e, além disso, seus dirigentes foram postos na berlinda quanto a sua integridade. Essa operação simbólica teve a participação da mídia, de diversos setores da academia, em especial entre os economistas e a participação mais diretamente interessada dos representantes de diversos bancos, em especial os de investimentos, para os quais a expectativa de acaparar os gigantescos recursos manejados pelos fundos era uma tentação inolvidável.

No auge do processo de deslegitimação, os fundos de pensão tentarão trazer para o Brasil uma justificativa para a sua existência baseada na ideia da “revolução das classes médias” da qual eles seriam os operadores¹¹¹. É nesse quadro que a ideia de governança corporativa aparece com uma maneira privilegiada para os dirigentes dos fundos recuperarem uma imagem positiva e estabeleceram um quadro simbólico de confronto no qual eles poderiam ter capacidade de fogo.

Os fundos de pensão brasileiros irão falar da governança corporativa como uma necessidade de proteger os pecúlios dos seus numerosos cotistas, “as famílias dos modestos funcionários das empresas estatais”. Esse grupo numeroso é estimado em quase 6 milhões de contribuintes, pensionistas e assistidos em março de 2004 (Abrapp 03/2004). Não só o Brasil, mas internacionalmente, os mercados de capitais são estigmatizados como uma esfera de atuação econômica ilegítima, assemelhada a jogos de azar. Grün (2011) cita o exemplo da Bovespa, segundo Raymundo Magliano, seu presidente, seria necessário uma mudança cultural na imagem da Bolsa para que o nosso mercado de capitais se desenvolva. “A bolsa

¹¹¹ O autor esclarece que essa ideia começa a ser propagada por Peter Drucker (The unseen revolution: how pension socialism come to America, 1976) e será empalmada pelos fundos de pensão norte-americanos através do que lá é chamado de *shareholdism* – a militância dos acionistas em prol de direitos de propriedade, que estariam sendo esbulhados pelos administradores profissionais das corporações (GRÜN, 2011). Radicado nos Estados Unidos, o austríaco, Peter Drucker, foi um dos maiores e bem conceituados teóricos da administração e da gestão empresarial, dentre os principais conceitos desenvolvidos por Drucker destacam-se o autogerenciamento e a disciplina da Inovação.

era vista como um cassino, era uma caixa preta, uma casa de jogos. E, hoje as pessoas falam em investir” (p. 169).

A lógica social da nossa inovação financeira ganha ainda mais nuances quando no período, os dirigentes tradicionais dos fundos de pensão também tiveram a sua legitimidade contestada por uma parcela grande de indivíduos egressos do movimento sindical ou do espaço político próximo. O que ocorre é uma tensão entre os diversos grupos de agentes que se digladiavam pelo controle dos fundos, na qual os egressos do movimento sindical apresentavam a representatividade alcançada em períodos anteriores da militância como seu maior trunfo. O “direito de escolher os nossos dirigentes”, a “transparência” e “direitos dos minoritários” são conceitos que iniciaram sua carreira na esfera pública brasileira a partir da luta pela redemocratização dos anos 1970 e 80. Finalmente, “governança” entrou no léxico mais recentemente e também “migrou” da esfera cívica para a financeira (GRUN, 2011).

A governança corporativa é a expressão brasileira de uma tendência internacional, particularmente nos países da Europa Ocidental. De início, a origem inequivocamente esquerdista das palavras fortes da “governança” no Brasil. Em seguida, a coincidência entre o momento decisivo do processo de difusão da governança corporativa no Brasil e a necessidade da candidatura de Lula em se fazer confiável diante dos mercados financeiros e de seus fazedores de opinião.

A visita que Lula faz à Bovespa no período eleitoral é considerado como o ponto culminante de uma cronologia que se inicia com a disposição dos sindicalistas de disputarem os cargos de direção dos fundos de pensão, sua participação nos episódios ligados à montagem dos consórcios que se lançaram na compra das estatais nos leilões de privatização e, mais amplamente, a participação sistemática dos sindicalistas na gestão dos grandes fundos sociais, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Amparo ao Trabalho (FAT). E as palavras de Lula naquele momento chancelam a legitimidade da governança corporativa: “É necessário proteger a sagrada poupança dos trabalhadores”.

Lula na presidência da República irá inicialmente seguir o agora conhecido caminho-surpresa ortodoxo. Faz o chamamento aos fundos de Pensão internacionais, eles mesmos questionando seus engajamentos “ortodoxos” do passado, a investirem seus capitais de longo prazo no Brasil, com resultados cada vez mais expressivos.

[...] Os fundos de pensão se associaram a vários grupos de banqueiros e prestadores de serviços estrangeiros durante o processo de privatização e em outras empreitadas consideradas importantes pelo Governo Federal de então. Pode-se dizer que a “moderna e globalizada” administração econômica do período Fernando Henrique Cardoso adotou uma curiosa atitude de prevenção e tutela em relação aos fundos de pensão, vigiando-os para

induzi-los a utilizarem seus enormes capitais em empreitadas dirigidas pelos novos bancos de investimento e impedindo-os de trilhar caminhos que conflitassem com esses últimos agentes (GRUN, 2011, p171).

Uma vez Lula entronizado na Presidência da República, os fundos de pensão irão iniciar uma espécie de “reconquista”, tentando recuperar-se das posições desvantajosas assumidas no período anterior. São emblemáticas as evoluções do controle da BrT – empresa de telefonia móvel operando no Oeste brasileiro e a desvalorização das ações preferenciais possuídas pela Previ na Ambev (maior cervejaria brasileira, posteriormente fusionada com o grupo belga Interbrew, formando a Inbev).

Para Boito Júnior (2018) o *boom* do capital corporativo da burguesia interna é decorrente da sua participação ativa no interior do bloco de poder da era petista. O autor apresenta três principais características do neodesenvolvimentismo brasileiro

A primeira característica é que o novo desenvolvimentismo produz índices mais modesto de crescimento econômico porque está limitando pela acumulação financeira ainda em vigor, aspecto fundamental do modelo capitalista neoliberal [...] Uma segunda característica [...] ele aceita a especialização regressiva [...] o novo desenvolvimentismo concentra-se nos setores de processamento de produtos agrícolas, pecuários ou de recursos naturais e, no caso da indústria de transformação, está focado nos segmentos de baixa densidade tecnológica. [...] setores produtivos, mais ou menos bem-sucedidas, de internalizar setores produtivos mais sofisticados como indústria de base, bens de consumo duráveis, bens de capital, indústria aeronáutica, informática, indústria bélica e outros. [...] entre as empresas mais fortes dos seus respectivos segmentos em escala mundial, são – feita a exceção de praxe representada pela Embraer – a Friboi, a Brazil Foods, a Vale, a Gerdau, a Votorantim Celulose e outras que processam produtos de baixo valor agregado (p. 58).

Para Boito Júnior (2018), teria havia uma mudança no comportamento da burguesia interna brasileira, a fração burguesa de “capital produtivo”. Segundo ele, na década de 1990, esta mesma burguesia, composta por proprietários industriais, reclamava do ritmo acelerado da abertura e da falta de uma política de Estado que preparasse a indústria brasileira para a concorrência aberta. Na década de 2000, ela abandona aquela posição defensiva e, acomodando-se ao modelo neoliberal, abrindo mão do protecionismo herdado do velho desenvolvimentismo e partindo para a conquista dos mercados vizinhos que também tinham sido abertos. É por essa razão que o Estado brasileiro no período Lula “adotou, em consonância com essa postura da grande burguesia interna, uma política externa focada nos países do Hemisfério Sul e uma agressiva política de financiamento, através do BNDES, ambas voltadas para promover as empresas e os investimentos brasileiros no exterior” (p. 59).

É interessante notar que estamos diante de mais uma manifestação de um paradoxo da regulação do capitalismo maduro. Os grandes líderes empresariais são incensados como a manifestação mesma do heroísmo econômico. Eles são remunerados como tal, “vendendo” a ideia de que sua atuação é fundamental para valorizar os investimentos de seus acionistas. Uma das ações mais intensas nesse sentido são as séries seguidas de orações sobre como deve funcionar a economia, em especial exigindo o retraimento do Estado e da política em geral, estigmatizando essas esferas de atividade como irracionais (GRÜN, 2011).

Vemos que a velha toada “é preciso salvar o capitalismo dos capitalistas” continua válida, mesmo nos nossos tempos “pós-modernos”. Não é assim por acaso que a tarefa de assegurá-la em condições de crise ou de preparar um nível mais elevado de atividade econômica é realizada normalmente por governos e indivíduos fora dos círculos internos, e mesmo conjuntamente em posição de antagonismo com os mercados. É assim alta a probabilidade de esperarmos inovações institucionais importantes na esfera financeira em tempos de governos como o petista (p. 178).

Da escola da regulação ao Banco Mundial, passando pelo conhecido Delfim Netto, pela quase totalidade dos interessados não banqueiros, e mesmo pelos políticos petistas e assessores palacianos sem responsabilidade direta pelo setor financeiro, os economistas culpam a oligopolização do crédito por esse problema considerado central na economia brasileira (Sistema financeiro nacional possui uma enorme comissão pela intermediação bancária entre investidores e tomadores, noutras palavras, o *spread* bancário) (GRUN, 2011). Entretanto, as medidas governamentais mais expressivas do grupo no poder durante o período petista para lidar com o problema são respostas às queixas dos atuais banqueiros. Estes alegam problemas na imposição fiscal e na esfera legal com a recuperação dos créditos duvidosos para justificar o atual custo do dinheiro. Diante dessas exigências, sobra pouquíssimo espaço para a discussão da assimetria entre o sistema bancário e seus usuários.

Ecoando uma tendência internacional que se intensificou no mundo corporativo depois do *débâcle* da Enron, a governança corporativa brasileira irá, ela também, agregar a necessidade da “responsabilidade social” das empresas. A GC era uma espécie estranha em terras brasileiras. Tudo indica que nos últimos anos deixou de sê-lo. “[...] a novidade em questão representa o suprassumo do mundo moderno e que o Brasil deve fazer de tudo para se adaptar a ela. Aí se encontram os já conhecidos zelotes do neoliberalismo, exigindo que o país se transforme em filial real dos seus modelos virtuais”. A exemplo de outras inovações organizacionais e institucionais, e “para desespero dos adeptos da globalização passiva, a “nossa” governança corporativa foi mais uma reinvenção da roda” (p. 187).

O poder sindical era antagônico ao poder empresarial; os fundos de pensão tinham relações tensas com os investidores tradicionais dos mercados financeiros e assim por diante. Uma das forças de dispositivos como a nossa governança corporativa é de congregar esses diversos grupos, atribuindo a cada um deles uma fatia dessa torta generosa que é o controle da riqueza nacional e um quadro de referências comum para tratar eventuais contenciosos (Ibem, p. 188-89).

A adesão à governança corporativa dos setores que representam a esquerda e os trabalhadores da ativa deu-se em um período marcado por particularidades que talvez não se mantenham. O clima de “salve-se quem puder” no mercado de trabalho tornou os trabalhadores pouco propensos a apostar suas fichas na contestação sindical, tanto contra patrões, quanto contra as direções estabelecidas. A experiência internacional sobre a relação entre assalariados e a governança corporativa é muito pouco conclusiva. Grun (2009) parece lógico que aqueles que extraem o essencial de seus rendimentos do seu trabalho sintam-se inseguros em um regime de gestão empresarial no qual os interesses dos acionistas sejam invocados todo o tempo. Os acionistas se interessam sobretudo pela “maximização dos lucros das empresas no curto prazo e isso costuma significar menor segurança no emprego e menores gastos das empresas com o bem-estar e o avanço profissional de seus funcionários” (p. 189).

Há uma contradição se de um lado a extensão da governança corporativa mostrou a aceitação das elites sindicais e políticas de esquerda aos pré-julgados financeiros, do outro lado, a sensibilidade e as exigências sociais desses dois últimos grupos também “contaminaram” grupos empresariais. E a extensão dos circuitos de legitimação joga no sentido de estabilizar os comportamentos de cada grupo pela vigilância recíproca.

Os empresários ganham legitimidade social, os sindicalistas, legitimidade econômica, mas a cada um dos grupos é fiador da sinceridade da conversão do outro. Dessa maneira, diminuem reciprocamente os graus de liberdade, tanto discursiva quanto prática, dos dois grupos. Mas, a estabilidade simbólica do capitalismo brasileiro, que em última instância é o mais forte da sua estabilidade sistêmica, aumenta exponencialmente (ibidem, 2009, p. 190).

A verdade é que internacional e nacionalmente, o mundo das finanças costuma mostrar à sociedade uma face “democrática” e “inclusiva”, na qual ele se alinha em torno da ideia de governança corporativa. No Brasil, que não deixa de seguir uma tendência internacional, alguns sujeitos do campo, como os dirigentes dos fundos de pensão e os dirigentes da bolsa de valores (Bovespa), notabilizam-se socialmente por defender a extensão

cada vez maior da governança corporativa, primeiro no tecido econômico e mais recentemente nos âmbitos social e ambiental, através das ideias de responsabilidade social e de sustentabilidade. A boa governança corporativa” é um atributo desejado para qualquer empreendimento, seja ele aberto ao público, como as empresas das quais se compra ações, seja privado, como a compra de participação em negócios pela emissão e compra de private equities (GRÜN, 2009).

A militância dos atores nacionais que veem na governança corporativa a salvação do capitalismo brasileiro é secundária por uma ação muito forte dos diversos organismos financeiros multinacionais, como a OCDE, o Banco Mundial e o FMI, que divulgam as virtudes de práticas como a governança corporativa como condições necessárias para a saúde econômica das sociedades nas quais os recursos daquelas entidades são considerados necessários. [...] É assim que, no seu nível mais alto de generalidade, a difusão da governança corporativa se faz pela cooptação de diversos setores das elites nacionais [...]. Agentes financeiros - Bancos, crediários, fundos de pensões (movimentam 700 bilhões ao ano do PIB), seguradoras, planos de saúde, sistema de serviços como o de telefonia (GRÜN, 2011, p. 163).

Não é assim por acaso que os agentes vindos dos sindicatos cujos trunfos iniciais originaram-se na prática política irão abraçar a causa da governança corporativa e, eles também, contribuirão para ampliar o seu conteúdo e aumentar a sua legitimidade. Nos discursos dos grupos de sindicalistas atraídos pelos fundos de pensão, a aproximação ganha mais verossimilhança. Grün (2011) chama a atenção para um paradoxo: Diz ele que Marx alertava para a paródia de democracia que então se esboçava através de assembleias de acionistas das primeiras sociedades anônimas. No final do século XX, os sindicalistas contribuem decisivamente para conferir verossimilhança à metáfora.

No inícios dos anos 1990, ao referenciar Przeworski, sobre as inclinações negociadoras da socialdemocracia, Florestan Fernandes alertava à base da “aristocracia operária”, em discurso feito num evento da esquerda (nucleado pelo PT e a CUT):

o compromisso básico entre os social-democratas e o capital privado é, portanto, uma expressão da própria estrutura da sociedade capitalista. (...) Os social-democratas protegem os lucros das reivindicações das massas porque as políticas redistributivas radicais não são vantajosas para os trabalhadores. O mecanismo não foi projetado deliberadamente, mas o fato é que o funcionamento do sistema capitalista apresenta-se de modo tal que se os lucros não forem suficientes, as taxas de salário e o nível de emprego acabam por declinar. (...) Esse é o motivo por que os social-democratas abrem mão da abolição da propriedade privada dos meios de produção em troca da cooperação dos capitalistas na elevação da produtividade e na distribuição os ganhos. Por isso, é que os social-democratas não só procuram reproduzir o capitalismo, mas, também, lutam para aperfeiçoá-lo, mesmo enfrentando a resistência dos capitalistas. (...) “Onde foram bem-sucedidos,

os social-democratas institucionalizaram um compromisso relativamente sólido entre organizações de operários e capitalistas”. (PRZEWORSKI, Apud FERNANDES, 1991, s.p).

5.2 A função estratégica de atuação dos Fundos de pensão no desenvolvimento da economia nacional

O avanço da reestruturação produtiva em alguns setores em que o sindicalismo cutista deitava suas raízes mais profundas e, sobretudo, a situação econômica, que, nos anos de 1990, aprofundou o nível e a duração do desemprego e a precarização dos empregos, acabam impondo uma postura defensiva. Assim, o sindicalismo brasileiro passará a priorizar cada vez mais os canais do diálogo, do “propositivismo” e da moderação como norte das ações, atuando em outros espaços como as câmaras setoriais e as instituições públicas (como o orçamento participativo). Nesse ambiente floresce, a disposição de lideranças sindicais de se envolver com tema da previdência social e dos fundo de pensão (SÓRIA, 2014).

Foi o governo de Fernando Henrique Cardoso que criou as leis 108 e 109 de 201, textos que regulamentam a criação e gestão de fundos de pensão pelos sindicatos. Tais leis foram criadas graças a um *lobbying* de deputados do PT, especialmente, Ricardo Benzoini e Luis Gushiken, defensores desse projeto no congresso, como já refenciado anteriormente. Ainda que criadas nos governos Fernando Henrique Cardoso, essas leis somente foram regulamentadas no governo Lula, em 2003.

[...] os fundos de pensão foram utilizados no processo de privatização das estatais durante o período Fernando Henrique, o qual fez uso de diversas estratégias, inclusive formas de constrangimento social e coerção junto a dirigentes dos fundos, de forma a obriga-los a participarem dos leilões. Aqueles que não se enquadravam “nas ordens do Governo” sofriam severas e constantes ameaças de afastamento de seus (cobiçadas) cargos (SÓRIA, 2014, p. 205-206).

A proposta de gestão democrática dos fundos pode ser encontrada já no Programa do Governo dos Trabalhadores (PT), em 2002. Sua leitura cuidadosa mostraria aos eleitores a preocupação do PT com a participação dos sindicatos na criação e gestão de fundos de pensão:

A gestão, pelos participantes e patrocinadores, é um fator de segurança e credibilidade para o sistema. A democratização e o fortalecimento da Secretaria de Previdência Complementar também devem ser objeto dessas mudanças. A regulamentação dos novos fundos de pensão, com foco no estímulo à sua difusão beneficiária notável contingente de participantes atualmente excluídos desse sistema (JARDIM, 2011, p. 207).

De acordo com Grün (2003), o interesse dos sindicatos pelos fundos de pensão manifestava-se em uma tentativa de fazer passar como natural a extensão de seu mandato como representantes dos trabalhadores de esfera sindical, para a esfera previdenciária (privada). Esse processo, que começa no setor bancário, espalha-se para outras categorias. Para Jardim (2007), desde meados dos anos 1990, determinados segmentos sindicais passaram a se interessar ativamente pela criação e gestão de previdência privada, sobretudo dos fundos de pensão, e inseriram tais preocupações na pauta sindical. O mapeamento empírico realizado pela autora revela que sindicatos nos setores bancário, eletricitário, telefônico, petroleiro e (e parte) metalúrgico, além das direções das duas maiores centrais sindicais (CUT e Força Sindical), passarão a reivindicar a criação de sistemas de previdência complementar privada para seus associados (SÓRIA, 2014, P. 353).

A adesão das centrais sindicais, no debate da década de 1990, ao movimento de administração sindical pode ser constatada na constituição das câmaras setoriais, na apologia do sistema tripartite, na formulação dos conselhos das empresas estatais e de capitais misto. Esse processo evolui para formulação dos fundos de pensão como forma exemplar para assegurar a participação da aristocracia sindical na gestão das empresas estatais e no processo de privatização efetivado a partir do Governo Collor (NETO e SANTOS, 2015, p. 451).

Com a chegada de Lula ao poder, em 2003, a “aristocracia operária” de base sindical assumiu 11 dos 33 ministérios e partilhou a direção da Petrobras, Banco do Brasil, Caixa e Correios, com aliados do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ricardo Benzoíne foi para o Ministério da Previdência e Luiz Gishiken ficou com o Ministério da Comunicação e Gestão Estratégica; Sérgio Rosa assumiu o controle da Previ, Guilherme Lacerda, a Funcef, e Wagner Pinheiro, a Petros. O ministro chefe da secretaria-geral do Governo Lula, ex-dirigente do Sindicatos dos Professores da Rede estadual de Minas Gerais, Luiz Dulci, insistiu na necessidade de que as centrais apoiassem a contrarreforma da previdência e a constituição dos fundos de pensão.

Se as centrais sindicais querem contribuir para que um país como o Brasil se desenvolva – gerando emprego, renda e fazendo inclusão social -, uma das

maneiras pode ser esta: influenciar os Fundos de Pensão dos quais fazem parte a investir mais no Brasil (NETO e SANTOS, 2015, p. 454).

A atuação dos diretores deste fundo de pensão “exerceu função basilar para quebrar a espinha dorsal do movimento sindical que apresentava resistência à contrarreforma da Previdência Social” (NETO e SANTOS, 2015, p. 461) como já situado em capítulos anteriores. O processo de desmonte da seguridade social está diretamente articulado à privatização, a contrarreforma da Previdência Social é seguida pelo fortalecimento dos sistemas de Previdência complementar e estes fundos exercerão um papel exemplar nos leilões privatizantes dos aeroportos, das rodovias, das empresas públicas e na constituição de empresas prestadoras de serviços para a Petrobras. (NETO e SANTOS, 2015).

A alteração da natureza dos fundos de pensão contou com a participação ativa de setores da “aristocracia operária” sindical, como já exposto: Luiz Gushiken (ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo), Ricardo Benzoíne (ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região), José Pimentel (Diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará e Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores CUT), Sérgio Rosa, João Vaccari, dentre outros de menor expressividade nacional. O interesse da “aristocracia operária” sindical pelos fundos de pensão cresceu na época da privatização iniciada pelo Governo Collor de Mello, quando Luiz Gushiken e seus e seus parceiros de frente passaram a fazer a apologia aberta à sua adesão no interior da CUT e do PT.

O processo de formação dos sindicalistas na administração dos fundos de pensão passou a ser veiculado numa cartilha elaborada pela aristocracia sindical concentrada no setor bancário no começo da década de 1990 e evoluiu para eletricitários, telefônicos, petroleiros e alguns segmentos dos metalúrgicos. Nesse contexto, as principais Centrais Sindicais do país (CUT, Confederação Geral dos Trabalhadores [CGT] e Forço Sindical) “[...] passaram a reivindicar a criação de previdência privada para seus associados e, sobretudo, a exigir a participação ativas dos trabalhadores nos conselhos dos fundos” (JARDIM, 2008, p.1 In: NETO e SANTOS, 2015).

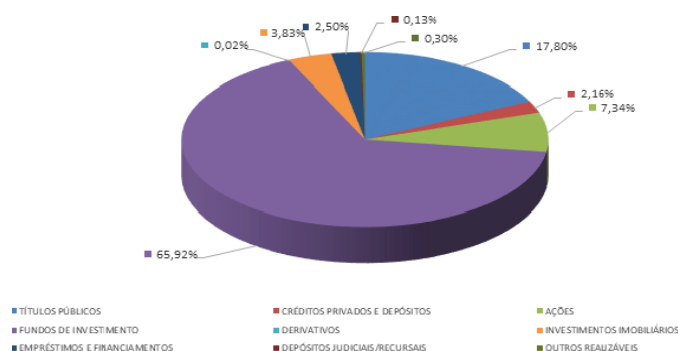
[...] no comando da contrarreforma da Previdência Social de 2003, a aristocracia sindical teve função exemplar na elaboração da carta de Brasília (2000), que reivindicava a ampliação do segmento de Previdência complementar no país. Para a aristocracia sindical, os fundos de pensão são duplamente positivos para os trabalhadores, pois tanto asseguram uma renda maior na previdência quando possibilitam o fortalecimento da poupança interna e asseguram investimentos que geram emprego e renda. A participação da aristocracia operária na administração dos fundos foi postulada como a forma para acabar com a malversação dos recursos e

assegurar transferência no gerenciamento dos recursos contraídos. (JARDIM, 2010) (NETO e SANTOS, 2015, p.453-454).

Os fundos de pensão cumprem, mais uma vez, um papel de investidor das finanças, mas amparo numa ideologia de solidariedade e de promoção de um crescimento sustentado socialmente. É possível afirmar que os sindicatos veem como ato heroico o seu envolvimento com fundos de pensão, da mesma forma que veem a compra de títulos públicos como sacrifícios para garantir a tranquilidade da dívida pública do Brasil.

Apesar do discurso, o fato é que os fundos de pensão se alimentam das altas taxas de juros e defendem uma política nesse sentido: “Os fundos de pensão defendem altas taxas de juros por conta dos investimentos em renda fixa, como títulos da dívida pública. No limite, podemos afirmar que o Estado depende dos fundos de pensão.” (Informante da Força Sindical, apud, JARDIM, 2007, p. 243). De acordo com os dados pesquisados por Jardim (2007), em 2004, o Brasil tinha 370 fundos (entidades fechadas de previdência) existentes dos quais 90 eram públicos, cujos ativos correspondiam a 63% do total dos rendimentos, e apenas 37% de patrocinadores privados. Em 2010 os fundos de pensão brasileiros movimentavam um montante de 504 bilhões, o equivalente a 17,5% do Produto Interno Brasileiro (PIB) nacional, num mercado formado por 369 entidades, das quais 64,7% eram fundos de patrocínio público e 35,3% de procedência privada (JARDIM, 2010). De acordo com os dados da PREVIC (2018) os ativos das Entidades Fechadas de Previdência Social chegaram ao montante de R\$ 873 bilhões de reais ao final do terceiro trimestre, proveniente de 297 fundos e 1131 planos em todo o país. O detalhamento dos investimentos segue ilustrado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Investimentos Detalhados EFPS



É perceptível que o total dos ativos dos fundos tem duas formas principais de investimento: 65,92 % em renda fixa e 17, 8% em títulos públicos. Os fundos perfazem a cirandas dos investimentos do capital fictício no país isso é inquestionável. Conforme afirma o Presidente da ANAPAR:

A presença dos sindicatos nos faz apontar para este sentido também, com a tese de que os fundos têm que investir na produção e não simplesmente na especulação. Esta é a realidade do Brasil hoje? Não! Eu acho que não é. Se a gente pegar os recursos dos fundos, hoje, 70% dos fundos estão investindo em renda fixa, ou seja, em títulos da dívida pública, ou seja, os fundos são agiotas do Governo. E se tirar a Previ, ela tem quase 60% em investimento, em produção, esta realidade cai para 80 %, mas os fundos não têm incentivo para sair deste tipo de investimento.” (Informante da ANAPAR citado em JARDIM, 2009, p. 242).

Esse dado apresenta uma dissidência entre o discurso de “moralização” do capitalismo e o fato de que os fundos de pensão se alimentam da especulação, expressa em taxas de juros. No limite, sugere que os fundos passam a defender a alta de juros, o que seria incoerente com o papel dos sindicatos, bem como com suas estratégias de “humanização” do capitalismo. Além disso, se a predominância da lógica financeira é de curto prazo, as empresas e os sindicatos passam a defendê-la, deixando de lado a lógica de longo prazo, considerada economicamente mais saudável. Mas, há paradoxo que deve ser pontuado. Apesar do discurso incisivo em torno da ética e do social, o fato é que os fundos de pensão se alimentam das altas taxas de juros e defendem uma política econômica financista, nesse sentido: “Os fundos de pensão defendem altas taxas de juros por conta dos investimentos” (JARDIM, 2009, p.237).

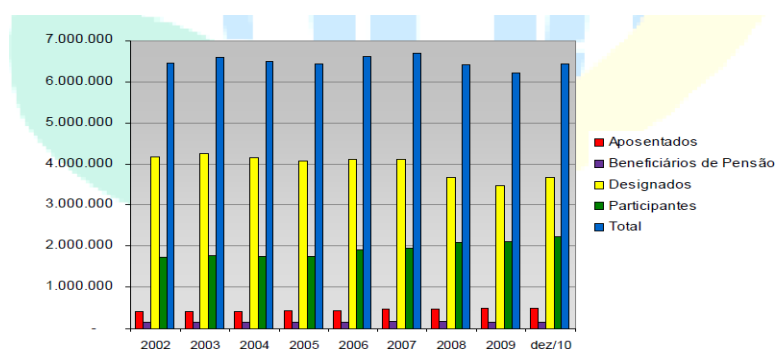
Os fundos, como dissemos, tiveram participação ativa no processo de privatização das empresas estatais na época de FHC, como no processo de privatização da Companhia da Vale do Rio Doce e das Companhias telefônicas. Mas, sua plena aplicabilidade foi encontrada no governo Lula. De acordo com Jardim (2010, p. 24), o fundo de pensão brasileiro foi constituído segundo o modelo francês, mediante intenso diálogo estabelecido “[...] entre a CUT e a CFDT francesa, quando da implantação do dispositivo no Brasil, em 2003” (NETO e SANTOS, 2015, p. 454). Segundo Jardim (2007):

É na direção/gestão desses fundos que se encontram alguns sindicalistas oriundo do setor bancário e petroleiro, os quais influenciam sobremaneira as carteiras de investimento dos fundos, consolidando novas formas de investimento com critérios de sustentabilidade e reforçando desenhos institucionais, como os Fundos de Investimento em Participações (FIP), que são direcionados para a construção de uma possível “economia social” (p. 25

grifo da autora).

O discurso centrado na possibilidade de equalizar as desigualdades sociais existentes no país e na geração de emprego e renda oblitera a verdadeira essencialidade dos fundos de pensão, ou seja, esses fundos tratam os trabalhadores segundo a lógica do capital, em que cada trabalhador é um investidor que ao final da sua vida “[...] poderá receber, em parcelas calculadas de acordo com sua expectativa de vida, os recursos da sua conta” (MANZANO, 2012. p.1). Enquanto pequena fração da classe trabalhadora se beneficia mediante a participação na gestão dos fundos de pensão, a grande maioria deve entregar parte de seu salário para assegurar uma aposentadoria complementar ao final de sua vida, quando deveria estar utilizando a totalidade de seu salário para reproduzir a existência imediata enquanto trabalhador. No entanto, uma parte de seu salário é desviada da produção imediata para servir à reprodução do capital, ampliando a taxa de mais-valia capitalizada. “Assim, os trabalhadores estão contribuindo ainda mais – além da mais-valia que produzem ao trabalhar – para a acumulação de capital, ao fornecerem um acúmulo de recursos para investimentos capitalistas” (MANZANO 2012, p. 1).

Gráfico 2 – Evolução da População EFPS



Fonte: Previc, 2010, (Boletim Estatístico Semestral de População e Benefício)

A nova estratégia sindical tem como eixo “a moralização do capital, a preocupação com a diminuição da desigualdade social e a afirmação de preceitos de uma administração com responsabilidade social. É a tentativa inócua de reformar o capital” (NETO e SANTOS, 2015, p. 457). Nesse processo, os sindicatos e as centrais sindicais devem dialogar com o mercado financeiro e desenvolver uma posição favorável ao trabalho abstrato e alienado.

[...] Um movimento que entende a si mesmo como reciclado e adaptado aos novos tempos. A aristocracia sindical deve desempenhar as funções de domadores do capital pela mediação dos fundos de pensão e dos conselhos administrativos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da gestão do Estado e da

administração do capital (NETO e SANTOS, 2015, p. 457).

O sindicalismo se manteve articulado às suas bases apregoando promessa de uma aposentadoria afortunada, através do controle trabalhista de suas poupanças. Esse processo foi viabilizado de um governo do partido dos trabalhadores, que garantia as bases da política colaboração da “aristocracia operária”, a partir dos seus estratos sindicais, com o capital. Em que pese, mas não apenas, a larga implantação dos fundos de pensão, nos diversos ramos de atividade econômica e no setor público, administrados segundo os propósitos do capital rentista na sua prática fictícia, mas também a manutenção de uma política de punção violenta do fundo público pelo capital, cuja maior expressão é reserva religiosa do superávit primário.

Assim, restou a cidadania de mercado, do mercado financeiro. Foi pela mediação do mercado que a agenda política da redistribuição de renda e inclusão social, através da “disponibilização” de uma massa de crédito, de capital fictício a juros estratosféricos, que o mercado dinamizou a economia nacional, nesse período recente. Os fundos de pensão são parceiros tanto do capital especulativo quanto do capital produtivo. Portanto, estimulados institucionalmente durante o Governo Lula, “os fundos de pensão têm como prioridade o investimento em atividades produtivas, de forma a gerar emprego e renda, cujo destaque ocorre nos seguintes setores: infraestrutura, energia, transporte e meio ambiente” (JARDIM, 2010, p. 21). Mas, também foram credores do Estado para o financiamento de programas sociais nos governos Lula e Dilma. Os fundos de pensão dos servidores das estatais são os principais agentes dos investimentos realizados no conjunto dos Programas Sociais (Minha Casa minha Vida (PMCMV), Bolsa Família (BF) e FIES) e ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) via os bancos públicos, especialmente a Caixa e o BNDES.

Na condição de proprietários-acionistas das empresas compradas no processo de privatização estatal ou como compradores das ações de determinadas empresas, os representantes dos fundos de pensão são gestores que têm que aplicar os preceitos inexoráveis do capital sobre o trabalho. Os fundos de pensão são credores do Estado, e se apresentam como entidades que financiam as atividades do Estado. Nessa condição, os fundos são partícipes na gestão do Estado. Desempenham funções de agentes da dívida pública e são favorecidos pelas altas taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras do Estado brasileiro. O discurso da responsabilidade social das empresas circunscreve-se à política de combate à discriminação de gênero, ao trabalho infantil e ao racismo. No entanto, a principal responsabilidade social dos fundos de pensão no Brasil, segundo o presidente da Petros, Wagner Pinheiro, é com os cotistas dos fundos de pensão.

[...] o movimento patrimonial e financeiro dos dois principais fundos de pensão existentes no Brasil, enquanto mera expressão da constelação

formada por mais de trezentos fundos. As primeiras posições são controladas pelos empreendimentos Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ – Banco do Brasil [BB]), Petros (Petrobras) e Fundação dos Economiários Federais (Funcef – Caixa). Destas empresas, somente a Caixa Econômica Federal (CEF) é uma empresa ainda plenamente estatal; as demais são de economia mista (NETO e SANTOS, 2015, p. 459).

A Previ constitui-se como modelo de administração dos fundos de pensão para a constelação de fundos instituídos no decorrer da década de 1990 e nos governos petistas, nos quais Luiz Gushiken exerceu função singular na sua efetivação. A Previ plasma-se como espaço para que a aristocracia sindical possa claramente assumir a condição modelar de personificação do capital sob a roupagem ideológica da cooperação de classe. Pela mediação dos fundos de pensão a aristocracia sindical participou das fraudes que perpassam as privatizações pelos governos Collor, Itamar, FHC, Lula e Dilma (NETO e SANTOS, 2015, p.

461). É bastante conhecida e já citado no capítulo anterior “[...] a participação da Previ [...], junto ao Banco Oportunity, nas privatizações do sistema Telebras. Atualmente os diretores da Previ participam do conselho gestor que controla a empresa que reúne a Brasil Telecom, Tele Norte Leste, Telemig celular e a Tele Norte celular” (CRUZ, 2005).

O relatório do quadro geral dos fundos de pensão, apresentado pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp), em novembro de 2015, afirma que “[...] os ativos dos fundos de pensão atingiram R\$ 725 bilhões, equivalente a 12,5% do PIB” (ABRAPP, 2016, p.1), com mais de 2,5 milhões de participantes ativos, 3,9 milhões dependentes e 736 mil pessoas assistidas. A criação do Funpresp, segundo Manzano (2012, p. 2),

[...] encaixa-se na lógica de avançar na financeirização capitalista e precariza ainda mais as condições de remuneração e vida dos trabalhadores do serviço público brasileiro. Os fundos de pensão servem como mecanismos de acumulação de riqueza pela mediação da expropriação dos trabalhadores; os recursos que deveriam servir para a aposentadoria são transmitidos para a burguesia e a aristocracia sindical (NETO e SANTOS, 2015, p. 464).

Os fundos de pensão alcançaram um status inimaginável nos governos petistas, o que fortaleceu a conexão entre sindicatos e empresas.

[...] os sindicatos criam suas justificativas para investir em fundos de pensão; os fundos de pensão criam justificativas para investir em atividade produtiva; o governo cria suas justificativas para seus projetos de inclusão, via mercado; e por fim as empresas criam justificativas para que se tornem credoras dos fundos de pensão (JARDIM, 2010p. 69).

A parceria entre os fundos de pensão e os governos petistas fortaleceu a capacidade de convencimento e de colaboração com os setores do empresariado que apresentavam resistência à forma petista de governar, pela sua origem trabalhista o governo do PT, um governo de esquerda era uma ameaça ao capitalismo brasileiro. Revelou-se o contrário. Seu prestígio veio da capacidade de conciliar o “interesse de todos”, pelo viés democrático com defesa da cidadania, da inclusão social e da necessidade de redistribuição de renda. Esse discurso foi plenamente incorporado na agenda da CUT; todas as lutas dos trabalhadores são reduzidas à plataforma da necessidade de inclusão social e geração de emprego e renda, por meio de uma retórica que robustece a ideologia burguesa do empreendedorismo (p. 466). Eis porque “os fundos não passam de instrumentos para alimentar a ciranda do capital financeiro e especulativo mediante a expropriação dos trabalhadores” (NETO e SANTOS, 2015, p. 465).

Os fundos de pensão, disseminados por um número bem maior de países, são tidos como os principais investidores e operadores do sistema financeiro mundial. A expansão

do capitalismo flexível, liberalizado e financeirizado bem como a consequente corrosão da extensão e dos poderes reguladores do Estado – entre os quais o sistema previdenciário estatal – é um fator crucial para se compreender a crescente aproximação entre sindicalismo e fundos de pensão (SÓRIA, 2014, p 349-350).

[...] Não é assim por acaso que a tarefa de assegurar-la [a expansão do capital] em condições de crise ou de preparar um nível mais elevado de atividade econômica é realizada normalmente por governos e indivíduos fora dos círculos internos, e mesmo conjunturalmente em posição de antagonismo com os mercados. É assimalta a probabilidade de esperarmos inovações institucionais importantes na esfera financeira em tempos de governos como o petista (GRÜN, 2011, p. 177-178).

A salvação do capitalismo está na sua vertiginosa ampliação, na mais absorvente galvanização social. É por essa razão que corrompe, suborna, convence, é o seu movimento de afirmação. O recrutamento das mais diversas esferas e camadas sociais é uma condição vital para o capital. Assim, a “aristocracia operária” transformou-se não apenas em um ativo administrador do Estado burguês, mas em um vetor-chave da arbitragem do próprio investimento capitalista no país. Ocorre que, se esse “poder político-administrativo não assume a força da propriedade privada de capital, a posição privilegiada da burocracia sindical não se cristaliza, dependente que é do controle do aparelho político” (BRAGA, 2016, p. 58).

Foi a crise econômica que determinou os elementos à prova da posição conquistada pela aristocracia operário no interior do bloco de poder. Primeiro porque a crise inviabilizou a estratégia neodesenvolvimentista operacionalizada pelo governo petista e, segundo, abalou a política gestora dos fundos de pensão. Quando o contexto da crise internacional, em 2008, ainda em meados do governo Lula, acirrou as condições da colaboração de classes, não demorou a derruição do bloco de poder. O impacto nas bases sociais do conjunto da economia nacional foi rapidamente sentido. E por razões muito complexas já tematizadas ao longo deste trabalho, mas que se particularizaram na conjuntura na crise orgânica brasileira com grandes reviravoltas na política e no conjunto das relações sociais. A conjuntura aberta no final do primeiro Governo Dilma Rousseff, agravada desde 2012-2013 é marcada pelo encerramento de um ciclo de governança da “esquerda do capital”. A conflitualidade explicitada nas ruas, no parlamento e nos gabinetes da Paulista, esgarçou a governança do PT, que buscou manter até segunda ordem à conciliação possível, entre capital e trabalho. Mas, não ficou pedra sobre

pedra, e foi aí que as ilusões cederam lugar à realidade de uma dominação burguesa “puro sangue”, como nos lembra Demier (2017).

Para Carneiro (2018), quando Dilma, a partir de 2012-2013, tentou promover medidas tipicamente keynesianas “anticíclicas” como derrubada nas taxas de juros, desvalorização do câmbio, limitação do *carry trade*, redução da cobrança de impostos na tentativa de fomentar a indústria e manutenção do crédito, também tentando fomentar o consumo (pela indexação do salário mínimo à inflação), já era “tarde” para conter a crise econômica. Neste momento, os custos das empresas, principalmente suas dívidas (já que em dólares em sua maioria), que vinham sendo roladas desde principalmente 2010 (em razão da queda das taxas de lucros), explodiram, passando então a configurar para ele um “esquema Ponzi” (ou “pirâmide financeira”). De acordo com o autor a inflação rompeu a faixa estabelecida pelo governo Dilma em razão de uma “desindustrialização” brasileira, por essa razão a necessidade de desvalorização do real (afetando a sociedade brasileira como um todo). O capital reduziu o investimento após 2013 e a crise passou a ocorrer como redução do PIB e no estouro do déficit fiscal e comercial do Estado (que já vinha ocorrendo).

Pitta (2020) estabelece uma crítica ao raciocínio da crise, pois considera que ele:

[...] não relaciona imaneamente capitalismo financeiro e aumento da produtividade do capital. Repõe a defesa de uma explicação de atraso para a relação entre economia brasileira e capitais industriais e financeiros internacionais e sua formulação se limita a tentar encontrar causas e soluções para o fenômeno de crise econômica, que para ele sempre se repete ciclicamente, ficando restrita sua crítica, que assim não tematiza a própria forma social capitalista. Além disso, vincula também o fenômeno da inflação àquele do atraso no desenvolvimento das forças produtivas brasileiras frente ao capital dos países centrais do capitalismo (p.60).

As ponderações de Pitta(2020) são provocativas e supõem uma discussão de longo fôlego, que extrapolam os objetivos da discussão a que me proponho aqui. Pontuá-las ajuda, contudo, compreender que as formas fenomênicas da crise, tratadas por Carneiro (2018) não são faltas, o que questionável são os reflexos da razão fundamental da crise e o destino da sua superação. Essa questão é medularmente importante pra se pensar inclusive, o impacto da crise sobre os fundos de pensão.

Em 2016 Aposentados da Funcef e do Postalis foram ao Congresso Nacional, pedir ajuda para obter informações sobre a situação das contas dos fundos. De acordo com a matéria de CASADO, J. *et all* (2016), no Jornal o Globo, a situação no Postalis é bem pior que na Funcef. Um deles é o tamanho do déficit na Petros (da Petrobras), Funcef (Caixa) e

Postalís (Correios): R\$ 29,6 bilhões, pela última medição governamental, em agosto de 2015. A Câmara Federal abriu uma CPI dos Fundos de Pensão e o Senado já teria outra na fila.

Outra razão é a velocidade em que o rombo aumenta: média de R\$ 3,7 bilhões ao mês, até agosto. Nesse ritmo, os balanços de 2015 de Petros, Funcef e Postalís, cuja divulgação está prevista para abril, devem fechar com perdas de R\$ 44,4 bilhões — um valor sete vezes maior que as perdas reconhecidas pela Petrobras com corrupção. O pagamento dessa fatura será dividido ao meio entre associados de Petros, Funcef e Postalís e as estatais patrocinadoras — ou seja, pela sociedade, porque as empresas são controladas pelo Tesouro Nacional. No Ministério da Previdência e na CPI, considera-se provável que os 500 mil sócios dos três fundos atravessem as próximas duas décadas com reduções nos rendimentos. De até 26% no caso do Postalís. (CASADO, J. NOGUEIRA. D, ORDOÑEZ R e ROSA B, 2016).

Apesar da crise, o mercados de capitais foi o primeiro a dar sinais de recuperação. Segundo matéria de Schincariol (2019) no Valor Econômico, os Fundos de pensão visavam naquele ano elevar investimentos no exterior, dada a instabilidade da economia e do mercado internos, causada pela crise do último período. Os investimentos no exterior são uma alternativa para os fundos de pensão diversificarem seus portfólios, mas incertezas globais aumentam a cautela das fundações, já reconhecidamente lentas em suas decisões. (SCHINCARIOL, 2019) Apesar de admitir 09/09/2019 às 14h41 Juliana | Valor.

O Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar) Antônio Bráulio de Carvalho reflete sobre a situação de crise vivida também pelos fundos de pensão no Brasil

Primeiro, é preciso considerar que os déficits ou superávits têm correlação direta com a estrutura de sustentabilidade do plano que se está analisando. Isso quer dizer que, mesmo contando com uma boa gestão de investimentos, o resultado atuarial pode estar negativo em função de outros fatores como, por exemplo, um crescimento excessivo de seu passivo atuarial (as obrigações do plano) ao longo dos últimos anos. O contrário também é verdadeiro: um plano pode estar superavitário, não por boa gestão de investimentos, mas por uma previsão de pagamentos dos benefícios muito inferior à que os participantes teriam direito, ou, ainda, por mera conjuntura de mercado. Pelo ambiente macroeconômico, o Brasil à época da maioria das decisões hoje questionadas, de 2008 a 2012, de acordo com os estudos de cenários da maioria das empresas de renome nacional, ou internacional, era visto como porto seguro para investimentos, principalmente nos setores de infraestrutura, nos setores relacionados à expansão do consumo e nos segmentos em que o país apresentava vantagem competitiva (CARVALHO, 2016).

Na compreensão de Carvalho (2016) há algumas razões para que a crise dos fundos tenha ocorrido, dentre elas, a abrupta redução das taxas de juros na economia brasileira, como de fato ocorreu, com a NTN-B (Notas do Tesouro Nacional) série a patamares de 3% ao ano.

Para o presidente da ANAPAR havia algumas perspectivas para os investimentos, dentre as quais se destaca a economia externa, principalmente a China, com arrojados índices de crescimento era apontada como o destino certo para todas as exportações. E, por fim, a política de conteúdo nacional, abria excelentes perspectivas de negócios, favorecendo uma progressiva saída dos investimentos em títulos públicos para alocações naqueles vinculados à produção. Olhando para o momento das aplicações, alguns fundos de pensão, investidores quase absolutos em ativos de retorno de longo prazo, decidiram por apostar no crescimento e no desenvolvimento do país. Setores em que o empresariado do brasileiro tem resistência em investir, pela necessidade de altos e rápidos retornos, foram os prioritários na estruturação de novos negócios, por meio das chamadas Carteiras de Investimentos Estruturados, via Fundo de Participações (FIP), Fundo Mutuo de Investimentos em Empresas Emergentes (FMIEE) e Fundo de Investimentos Imobiliário (FII).

O que nenhum cenarista, por mais cuidadoso que fosse, poderia prever é que o país entraria em uma crise política sem precedente, após as eleições de 2014, com reflexos perversos na economia, argumenta Carvalho (2016). As empresas de construção civil pesada, licitadas para as obras de recuperação de estradas, portos, aeroportos, usinas de energia elétrica, de moradias populares, enfim, todo tipo de grandes obras em andamento no país, encontram-se em estado pré-falimentar, em virtude da desaceleração da economia mundial, com reflexos no mercado doméstico e do acirramento das ações político-partidárias, responsáveis por grande parcela da desorganização geral da nossa economia.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi impedido de liberar os financiamentos comprometidos nos projetos. E a Petrobras foi e continua sendo submetida ao maior ataque de sua história. Por consequência, os investidores, no caso, os fundos de pensão, que apostaram no desenvolvimento e no crescimento foram impactados diretamente”. Não se quer com isso dizer que inexistem nos fundos de pensão distorções ou atitudes incompatíveis com a ética e com os bons princípios de gestão. Ao se comprovar quaisquer desvios de conduta, respeitando-se o direito constitucional da ampla defesa, que sejam os responsáveis julgados e penalizados conforme previsto em lei. Porém, tratar os déficits dos planos sob a pura ótica de “rombos”, ou “desvios”, ou qualquer conceito que fuja da visão técnica é, no mínimo, leviandade (CARVALHO, 2016, s/p).

Por fim o autor diz que a tentativa de desqualificar os dirigentes, ou os mecanismos de governança dos fundos de pensão abrem espaços para outros oportunistas, como o que agora acontece no Congresso Nacional, com a tramitação do PLP 268/2016. Este projeto é um retrocesso à Lei Complementar 108/2001, do governo de FHC, patrocinado pelos porta-vozes do mercado financeiro, sob o falso argumento de elevar o padrão de governança, pretende impor às fundações a inclusão de representantes do mercado financeiro, tratados na matéria com a insígnia de “profissionais independentes”. De fato, o que se pretende com a aprovação nova Lei é facilitar a transferência ao mercado, por intermédio de seus prepostos, da administração dos mais de R\$ 684,9 bilhões, números de 2015, equivalentes a quase 12% do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB). Essa montanha de dinheiro pertence aos trabalhadores.

Há que se ponderar que a Previdência Complementar, importante conquista dos trabalhadores, ultrapassa a finalidade de manutenção do poder de compra para o período pós-laboral e passa a representar um mecanismo efetivo de suporte para estabilidade econômica do país, com a promoção do desenvolvimento. Os interesses políticos antagônicos, sejam eles partidários, sindicais, ou advindos da visão de mundo de cada cidadão, não devem servir de alavanca para abalar os alicerces dos compromissos da relação legal. A defesa do sistema de previdência complementar fechado vai muito além dos discursos fáceis da criminalização dos déficits, como se a lógica para este segmento fosse diferente dos demais investidores. Basta analisar os fundos de investimentos que os bancos oferecem à sociedade, aplicar sobre o resultado deles uma taxa de desconto de 6% ou 5,5% (que são as praticadas pela maioria dos fundos de pensão) e comparar os desempenhos nos últimos cinco anos. Talvez assim o debate ficasse mais justo (carvalho, 2016 s/p).

O capital financeiro na sua forma fictícia faz dos fundos públicos uma farra da capitalização. A ampliação do capital é também a forma de ampliação dos tentáculos da sua lógica reprodutiva por toda a sociedade. A financeirização econômica, nada mais é do que a totalização do capital financeiro na vida social, dos indivíduos, das classes, das instituições, do Estado. Por isso que essa forma fenomênica do capital é dominadora, integradora, absorvente e hegemônica. A decadência da “aristocracia operária” brasileira da sua breve escalada ao poder é expressão concreta de que a sua estratégia colaboracionista, a qual desempenhou com afincamento e paixão, só pôde se realizar como uma espécie de feitiço, abstraindo por um lado o que há de mais concreto na sociedade de classes (as classes e seus conflitos) e, por outro produzindo ilusões sobre uma condição que só pode ser alterada, a partir do abandono de ilusões. Essa experiência impõe à classe trabalhadora brasileira dois imperativos principais: o primeiro é a lição sobre os limites da tradição reformista (o capital nada cede aos trabalhadores – as concessões são provisórias, sua cobrança é implacável) e o segundo é a tarefa prático-reflexiva de identificar, frente à crise de

hegemonia traçada pelo pacto de colaboração de classes, os rumos da luta política no Brasil de agora.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual estágio da luta de classes no Brasil é estabelecido a partir das contradições de uma experiência de conciliação política interclassista, a partir do aparelho de governança estatal, e operacionalizado por uma política de cúpulas partidárias dirigentes sindicais que passam por uma forte ascensão política no início dos anos 2000, como consequência de uma crise orgânica do capitalismo imperialista, com fortes incidências nas regiões periféricas.

A política de conciliação foi uma das condições necessárias à “hegemonia às avessas”, nos termos de Oliveira (2005), adensada por uma vanguarda da “aristocracia operária”, que empossada no aparelho estatal, desenvolve as tarefas indispensáveis à concertação do capitalismo brasileiro, a partir de dentro do aparelho de governança e dos aparelhos privados de hegemonia (espaços novos e tradicionais de organização da classe trabalhadora, com destaque para os sindicatos e movimentos sociais e organizações da sociedade civil).

A opção que levou o PT aos caminhos de uma governança pautada na conciliação de classes significou, de um ponto de vista político-econômico, a inviabilidade de um projeto de ampla democratização do Estado para os trabalhadores. E a grande contradição política interna desse processo é que essa manobra política se dá através da captura de significativos e estratégicos setores da luta de classes (sindicatos, movimentos sociais e partidos), referências da luta política dos trabalhadores, para um campo de atuação e de defesa de interesses exclusivamente corporativos, muitas vezes restritos a setores organicamente burocráticos e colaboracionistas para com os interesses das classes patronais, nas suas mais diversificadas frações burguesas.

Mas, o partido, no sentido mais genérico, não se explica como uma história própria de si mesmo e em si mesmo, nem mesmo das suas lideranças isoladamente. Ele é síntese da história da classe enquanto sujeito político concreto e da sua luta enquanto tal. Evidente, não se pode compreender ou explicar isolada e hermeticamente a participação expressiva de parte orgânica da esquerda brasileira de um consenso ativo e sistemático da hegemonia burguesa, nas últimas décadas. A simbiose sócio-política existente entre o PT e a CUT explica, em grande medida, o convergente transformismo de ambas as entidades, que, antes, fundamentadas numa perspectiva socialista, de inspiração social democrata, passam, em bloco, a porta-vozes de uma retórica social-liberal ideologicamente débil e socialmente inconsistente.

A formação e da organização da “aristocracia operária” no Brasil e a compreensão do seu papel no processo de concertação social no nosso capitalismo dependente e

contemporâneo supõe a busca das mediações concretas da relação capital x trabalho, no Brasil recente, e a incidência do Estado brasileiro nesse processo, a partir da conciliação de classes encampada por vetores da burocracia sindical, assentada no aparelho de governança estatal. A ampliação e a participação direta de setores da burocracia sindical no processo de ampliação e consolidação dos fundos de pensão, no Brasil, configura uma nova etapa da hegemonia do capitalismo financeiro entre nós, assim como, abre uma nova etapa da luta de classes no Brasil.

Os fundos de pensão se constituíram numa das estruturas político-econômicas de colaboração de classes, no governo do PT. Pois desempenharam o papel, especialmente os fundos das estatais, de impulsionar a política econômica neodesenvolvimentista, dos governos do PT. O “crescente desenvolvimento” da economia nacional nutriu, através do estímulo da política estatal, a valorização do capital financeiro, remunerado pelo breve ciclo de implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), entre os Governos de LuLa da Silva e Dilma Rousseff.

As condições políticas de governança e conciliação foram pautadas por uma subsunção profunda da “aristocracia operária” aos desígnios do mercado capitalista, cotado pelo capital financeiro, agente privilegiado pela política econômica do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Oriunda do novo sindicalismo e das suas estruturas políticas mais relevantes a “aristocracia operária” brasileira foi dirigente de uma base social que compôs passivamente a hegemonia reformista do capital financeiro na economia dependente do Brasil contemporâneo.

O relevante na definição conceitual de “aristocracia operária” é que ela é compreendida como a base social da burocratização e do reformismo no seio da classe trabalhadora. No Brasil, ela se constitui de lideranças do movimento sindical oriundas dos setores tais como: metalúrgico, eletricitário, bancário, dentre outros. O fundamental é perceber como esses setores se aburguesam, não apenas nas suas pautas, mas também na sua formação técnica e política. Passam a compor e influir nos negócios e empreendimentos capitalistas, no país, através da composição de estruturas que garantem uma possibilidade econômica de participação nos negócios da burguesia, como é o caso dos fundos de pensão. Ainda que apareça na justificativa dessa “aristocracia” uma intencionalidade estratégica para influir social e economicamente no destino do país, com a preocupação da geração imediata de emprego e renda, ela termina por influir nos negócios capitalistas não no sentido da sua negação, mas do fortalecimento e consolidação da sua lógica, seja na esfera da produção de valor e do mais-valor, seja na especulação rentista do capital fictício.

A pesquisa pôde revelar que parte da poupança dos trabalhadores brasileiros, vinculadas aos fundos de pensão (públicos e privados), no Brasil, é incorporada, diretamente aos circuitos de valorização do capital. É nesse sentido, que, a ampliação dos regimes de aposentadoria por capitalização tem nas estruturas sindicais seus fervorosos incentivadores, a exemplo do empenho que desenvolvem na formação de quadros técnicos para a gestão de fundos de pensão (CUT, Força Sindical e UGT) controlados por essas entidades, a partir das suas instâncias de controle e direção.

O sistema capitalista produziu as condições concretas e específicas para que isso pudesse se viabilizar, enquanto uma captura subjetiva da consciência de mundo das classes subordinadas, especialmente, dos extratos dirigentes das classes trabalhadoras.

O envolvimento de setores majoritários do sindicalismo nacional nas estratégias de concertação social do capitalismo brasileiro, a partir dos governos do PT, revela que, a colaboração de classe, como expressão do tradicional reformismo, aparentemente, ultrapassado e restritivo à experiência fordista, ainda que em outros patamares, operou uma função de hegemonia do capital financeiro no Brasil. Tal conciliação só foi possível pelo contexto da luta de classes que levou, numa escala inédita, setores da “aristocracia operária” brasileira ao aparelho de governança do Estado burguês no Brasil, no início da década passada. Contudo, o desfecho de tal “conciliação” mostra também e de uma forma cristalina, a profunda decadência histórica de tais estratégias, bem como de seus agentes políticos. Não se deve perder de vistas que são os desígnios da acumulação rentista que determinam atualmente e, por excelência, a natureza e a dinâmica desses processos, que são em si mesmo uma expressão da luta de classes.

A prática de salvação do capital é em si mesmo uma selvageria, e são os momentos de crises que desnudam esse processo. Mais que a ascensão, foi o declínio da “aristocracia operária” da posição consorciada no poder, a lição histórica mais relevante que o processo da luta de classes, no Brasil, produziu ao longo dos últimos quarenta anos. A classe trabalhadora deste país, nas suas mais diversas e amplas clivagens, não poderão se furtar ao balanço crítico dessa experiência, no trato de uma sequência histórica prática. É também disso que depende a reconstrução da sua autonomia de classe e da radicalidade das suas lutas futuras.

7. REFERÊNCIAS

- AGUENA, P. (Org.). **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Sundermann, 2008.
- ALBUQUERQUE, E. M. Causa e efeito: contribuições de Marx para investigações sobre finanças e inovação. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 3, n. 3, jul./set. 2010.
- ALMEIDA, J. M. O serviço social e a construção da unidade nas lutas contra as reformas neoliberais. In: **Conferência e deliberações do 38o Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Brasília – DF, CFESS, 2009.
- AMARAL, A. S. O serviço social e a construção da unidade nas lutas contra as reformas neoliberais. In: **Conferência e deliberações do 38o Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Brasília – DF, CFESS, 2009.
- AMARO, M. N. **Terceira Reforma da Previdência: até quando esperar?**. Centro de Estudos da Consultoria do Senado. Brasília, DF: Senado Federal, 2011. (Texto para Discussão, n. 84).
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**, São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, E. R. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; LIMA, R. de L. (org.). **Marxismo Política Social e Direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.
- BELLUZZO, L. G. Arrendimentos Corporativos. **Valor Econômico**, São Paulo, 03 set. 2019. Globo Notícias. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaio/coluna/arrendimentos-corporativos.ghtml>. Acesso em: 29 set. 2019.
- BOITO JÚNIOR, A. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas: Editora da Unicamp/ Editora Unesp, 2018.
- BRAGA, R. A formação do precariado pós-fordista no Brasil: limites do atual modelo de desenvolvimento periférico. In: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Superintendência Nacional de Previdência Complementar. **Boletim de Estatístico Semestral de População e Benefício**, Jul. a Dez. 2010.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Superintendência Nacional de Previdência Complementar. **Informativo Estatístico Trimestral**, 2018.
- CARNEIRO, Ricardo. “Navegando a contravento”. Em: CARNEIRO, BALTAR e SARTI (orgs.). **Para além da política econômica**. Editora UNESP, São Paulo, 2018.
- CARVALHO, A. B. **Fundos de Pensão: entre riscos e virtudes** as entidades de previdência complementar do Brasil passaram a ser foco das discussões 29 Set. 2016 **Disponível**

em:<https://www.cut.org.br/noticias/fundos-de-pensao-entre-riscos-e-virtudes-778e> Acesso em 18 de mai. 2018.

CASADO, J. NOGUEIRA. D, ORDOÑEZ R E ROSA B. Aparelhamento de fundos de pensão afeta 500 mil aposentados. Déficit na Petros (da Petrobras), Funcef (Caixa) e Postalis (Correios) é de R\$ 29,6 bilhões. **O Globo** 21/02/2016 - 07:00 / Atualizado em 21/02/2016 - 09:38. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/aparelhamento-de-fundos-de-pensao-afeta-500-mil-aposentados-18717904> Acesso em: 26 mar. 2018.

CARCANHOLO, M. Curso: O CAPITAL, de Marx. Discussões sobre capital e fetichismo: Historicidade, classes sociais e luta de classes. Curso Livre: Marx-Engels, 1 vídeo (172 min). Publicado pelo canal TV Boitempo: São Paulo, [S. l.: s. n.], ago. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6JYKsqECnoI>. Acesso em: 08 abr. 2019.

CARCANHOLO, M. Superexploração da força de trabalho e capital financeiro. Conferência proferida durante a X Edição das Jornadas Bolivarianas, 1 vídeo (41 min). Publicado pelo canal IELA (Instituto de Estudos Latino-americanos): Florianópolis, UFSC, [S. l.: s. n.], abr. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cKMC0VyDZkE>. Acesso em: 08 abr. 2019.

CARCANHOLO, M.; SAMPAIO JÚNIOR, P. A.; BOITO, A. Manifestações sociais sob o neodesenvolvimentismo. XIX Encontro Nacional de Economia Política – Sociedade Brasileira de Economia Política. 1 vídeo (98 min). Publicado pelo canal IELA (Instituto de Estudos Latino-americanos): Florianópolis, UFSC, [S. l.: s. n.], jun. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c5HSCudquxA&list=PLExZDBJziX7nzUUCt9uMVxfJ1IznaCg04&index=42>. Acesso em: 08 abr. 2019

CHESNAIS, F.; SERFATI, C.; UDRY, C. A. O futuro do movimento “antimundialização”. Primeira reflexão para uma consolidação de seus fundamentos teóricos. *In*: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, p. 277-292, 2005.

COELHO, E. **Uma Esquerda para o Capital**. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CORREIO BRASILIENSE. **Sem imposto arrecadação das centrais sindicais cai até 90%**. Disponível em; https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/economia/2018/06/30/internas_economia,6_92014/sem-imposto-arrecadacao-das-centrais-sindicais-do-pais-cai-ate-90.shtml Acesso, em 22 de mai. 2019.

DEL ROIO. M. Uma nota sobre a teoria do imperialismo. **Revista Novos Rumos**, Marília: UNESP/FFC, ano 22, n. 47, 2007.

DEMIER, F. **Depois do Golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DIAS, E. F. **A liberdade (im)possível na ordem do capital**. Reestruturação produtiva e passivização. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997.

DIAS, E. F. Hegemonia: nova civiltà ou domínio ideológico?. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 27, n. 50, p. 89-146, 27 ago. 2014.

DIEGUEZ, C. Sérgio Rosa e o mundo dos fundos: O aprendiz de açougueiro e ex-bancário que comandou a guerra contra o Opportunity de Daniel Dantas. **Revista Piauí**, Folha de São Paulo: Vultos brasileiros, 35 ed. ago. 2009. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/sergio-rosa-e-o-mundo-dos-fundos/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

ENTENDA o que são fundos de pensão. Trabalhador que investe pode ter renda complementar à aposentadoria. PF deflagrou operação que investiga irregularidades em 4 grandes fundos. *Economia*, g1, São Paulo, 05 set. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/entenda-o-que-sao-fundos-de-pensao.html>. Acesso em: 02 abr. 2019.

FATTORRELLI, M. L. Política: entrevista especial. **Jornal do Comércio**: o jornal de economia e negócios do RS, Porto Alegre, 22 abr. 2019. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/politica/2019/04/679779-para-maria-lucia-r-1-2-trilhao-da-divida-publica-e-ilegal.html. Acesso em: 20 set. 2019.

FERNANDES, F. **A revolução Burguesa no Brasil**: ensaio sociológico. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FERNANDES, F. **Marx, Engels, Lenin**: a história em processo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, F. O PT em movimento: Contribuições ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. **Marxismo XXI**, São Paulo: Autores Associados, v. 43, 1991.

FERRAZ, C. L. Marxismo e teoria das classes sociais. **Politeia - História e Sociedade**, Salvador, UESB, v. 9, n. 1, abr. 2011. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3835>. Acesso em: 04 mai. 2017.

FONTES, V. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. **Em Pauta**: mundialização, resistência e cultura. *Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ*, Rio de Janeiro, n. 21, jul. 2008.

FONTES, V. **O capital imperialismo no Brasil**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FROSINI, F. Crise (verbete). *In*: LIGORI, G.; VOZA, P. (org.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

GALVÃO, A. O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos. **Outubro**, 14. ed. p. 131-150, 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: Literatura, folclore, gramática. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. v. 3. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000c.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

GRANEMANN, S. Fundos de pensão e a metamorfose do “salário em capital”. *In*: SALVADOR, E.; BEHRING E.; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S. (org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo, Cortez, 2012.

GRÜN, R. Financeirização de Esquerda? Frutos inesperados no Brasil do século XXI. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v. 21, n. 2. 2009.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

HOBSBAWM, E. Lenin e a “aristocracia operária”. **A comuna**, Portugal, 20 nov. 2013. Disponível em: <http://acomuna.net/index.php/contra-corrente/4542-lenine-e-a-aristocracia-operaria-poreric-eric-hobsbawn>. Acesso em: 20 nov. 2016.

IAMAMOTO, M. V. Estado, classe trabalhadora e política social no Brasil. *In*: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. (org.). **Política Social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, O. **O colapso do populismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978

IASI, M. O PT e a Revolução Burguesa no Brasil. **Fundação Dinarco Reis**. 16 mar. 2014. Disponível em: <https://fdinarcos.org.br/fdr/2014/03/16/o-pt-e-a-revolucao-burguesa-no-brasil/> Acesso em: 18 de mai. 2019

JARDIM, M. A. C. **Entre a solidariedade e o risco**: sindicatos e fundos de pensão em tempos. São Paulo UFSCar de governo Lula. Tese de doutorado, 2007. 421p.

JARDIM, M. A. C. Governo Lula, sindicatos e fundos de pensão: moralização do capitalismo? *In*: JARDIM, M. A. C. (org.). **A natureza social das finanças**: fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites. Bauru: Edusc, 2011.

KATZ, C. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KURZ, R. A desvalorização do valor. Die Entwertung des Werts. **Neues Deutschland, Alemanha**, 10 jun. 2005. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz199.htm>. Acesso em: 21 jan. 2017.

KURZ, R. A guerra de ordenamento mundial: o fim da soberania e as metamorfoses do imperialismo na era da globalização (Extratos do livro). **Editora Antígona**, Lisboa, 2016. Disponível em: http://www.obeco-online.org/livro_guerra_ordenamento.htm. Acesso em: 21 jan. 2017.

KURZ, R. Desvalorização dupla. *Doppelte Entwertung*. **Neues Deutschland**, Alemanha, 05 mar. 2012. Disponível em: <http://obeco-online.org/>. Acesso em: 21 jan. 2017.

KURZ, R. O clímax do capitalismo: breve esboço da dinâmica histórica da crise. *Die Klimax Des Kapitalismus. Kurzer Abriss der historischen Krisendynamikin*. **Konkret**, Alemanha, 29 jan. 2012. Disponível em: <http://www.exit-online.org>. Acesso em: 21 jan. 2017.

LA PORTA, L. Crise orgânica (verbete). In: LIGORI, G.; VOZA, P. (org.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LEÃO, E. C. A Criação. In **Filosofia Contemporânea**. Teresópolis: Daimon Editora, 2013.

LÊNIN, V. I. **Esquerdismo**: doença infantil do comunismo. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

LÊNIN, V. I. **Obras Escolhidas**. Tradução: Editora Avante. Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1984.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo**: estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LESSA, S. **Cadê os operários?** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

LESSA, S. **Capital e Estado de Bem-estar**: o caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LESSA, S. Trabalho e Classes Sociais. In: **Anuário Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LUCE, M. S. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUCKÁS, G. **Para uma ontologia do ser social**. v. 2. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, E. A burocracia no movimento Operário. **Jornal Primeira Linha**. 12 set. 2011 Disponível em: <http://primeiralinha.org/home/?p=11324>. Em: 2018-08-23 03:33.

MAIELLO, M. O retorno de Kautsky depois de um século... de imperialismo. Trad. Felipe Filipe da Souza. **Esquerda Diário**. Semanário 09/06/2019a. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/O-retorno-de-Kautsky-depois-de-um-seculo-de-imperialismo>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MAIELLO, M. Anti- imperialismo e socialismo. Trad. Iaci Maria. **Esquerda Diário**. Semanário 30/06/2019b. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/O-retorno-de-Kautsky-depois-de-um-seculo-de-imperialismo> Acesso em: 10 jul. 2020.

MARINI, R. M. Dialéctica de la dependência. Cidade do México: Ediciones Era, 1973. Edição brasileira: Dialéctica da Dependência. Tradução: Marcelo Dias Carcanholo. In: João

Pedro Stédile e Roberta Transpadini (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte, *In*: MARX, K.: **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 3. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 3, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. t. 2. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. Tradução: Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2007.

MESZÁROS, I. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo, Boitempo, 2002.

MOTA, A. E. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOURA, J. D. D. Os novos movimentos de classe: reflexões sobre a organização política dos trabalhadores brasileiros. **Em Pauta**: mundialização, resistência e cultura. Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, n. 21, jul. 2008.

MOURA, R. L. Expropriação financeira, crédito consignado e contrarreforma da previdência: elos da financeirização. **Argumentum**, Vitória, v.9, n.3, set./dez 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18315/argumentum.v9i3.16917>. Acesso em: 14 de ago. 2020.

NETO, A. B. S.; SANTOS, G.N. B. A Aristocracia Operária e a Previdência Complementar. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís: Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, v. 20, n. 2, 2016. ISSN 2178-2865. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v20n2p447-472>. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/6345/3964>. Acesso em: 06 de nov. 2018.

NETTO, J. P. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. *In*: BOSCHETTI, I. *et al* (org.). **Política Social**: alternativa ao neoliberalismo. Brasília: UNB. Programa de Pós-graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social, 2004.

OFFE, C. et al., **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”. Tradução: Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, F. **A economia Brasileira**: crítica à razão dualista. 5. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

OLIVEIRA, F. O enigma de Lula: ruptura ou continuidade?. *In*: Estanque, E. *et al* (org.). **Mudanças no Brasil e ação sindical**: Brasil e Portugal no contexto de transnacionalização. São Paulo: Cortez, 2005. p. 65.

OLIVEIRA, F. O Momento Lênin. **Novos estudos** – CEBRAP. São Paulo, no. 75 July 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.12401/nec/n75/a03n75.pdf>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n75/a03n75.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, F.; STEDILE, J. G. **Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

OLIVEIRA, R. V. O diálogo social e a reforma trabalhista e sindical no Brasil: debate atual. *In*: Estanque, E. *et al* (org.). **Mudanças no Brasil e ação sindical**: Brasil e Portugal no contexto de transnacionalização. São Paulo: Cortez, 2005. p. 45.

PATACHIKI, L. Sociedade civil: uma categoria internacional?. *In*: **História e Luta de classes**. Marechal Candido Rondon: Gráfica Escala, n. 23, 2017.

PITTA, F. O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho: bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação. **Revista Exit**, ano 2020/2021. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

POULANTZAS, N. **Teoria das classes sociais**. Porto: Publicações Escorpião, 1976.

POST, C. Reformismo e imperialismo. Trad. Caio Silva Melo. **Esquerda Diário**. Semanário 23/06/2019. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Reformismo-e-imperialismo>. Acesso em: 10 de jul. 2020.

PRADO JÚNIOR, C.; FERNANDES, F. **Clássicos sobre a Revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PRADO JÚNIOR, C.; FERNANDES, F. **Clássicos sobre a Revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SALVADOR, E. A questão tributária em Marx: fundamentos para compreender o financiamento do fundo público. *In*: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; LIMA, R. (org.). **Marxismo, Política Social e Direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.

SALVADOR, E. **Fundo Público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SALVADOR, E. **Por que não há déficit na Seguridade Social e na previdência social?**. Nota elaborada para a Sindifisco Nacional, Brasília, DF, 25 fev. 2010. Disponível em: https://www.sindifisconacional.org.br/images/justica_fiscal/RGPS/textos_artigos/porque-nao-ha-deficit.pdf. Acesso em: 20 de jul. 2016.

SALVADOR, E. Quem financia a seguridade e qual o destino dos recursos da seguridade social no Brasil?. **Observatório da Cidadania**, Brasília, v. 11, p. 81-90, 2007.

SOARES, J. R. **O imperialismo. PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado**. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/484>. Acesso em: 24 set. 2015.

TAVARES, M. A. **Os fios (In)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, F. **Cooperação complexa: fronteira limite do capital**. Fortaleza: [s.n.]. Mimeo, ago. 2004.

TEIXEIRA, F. **Economia e Filosofia no Pensamento Político Moderno**. Campinas, SP: Editora Pontes, 1995.

TEIXEIRA, F. **O Encontro de Hegel e Marx com a economia política clássica**. *In*: - TEIXEIRA, F. Economia Política e Luta de Classes. Fortaleza, 07 set. 2006. Disponível em: <http://franciscojoseteixeira.blogspot.com.br/2006/09/o-encontro-de-hegel-e-marx-com.html>. Acesso em: 04 set. 2017.

TEIXEIRA, F. **Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital**. São Paulo: Ensaio, 1995.

TEIXEIRA, F. **Trabalho e Valor: contribuição para a crítica da razão econômica**. Fortaleza, [s.n.]. Mimeo, 2003.

TRÓPIA, P. V. **Força sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TROTTA, W. O pensamento político de Hegel à luz de sua filosofia do direito. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 17, n. 32, p. 9-31, fev. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n32/v17n32a02.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.

WOOD, E. M. Trabalho, classe e Estado no capitalismo global. **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 96-115.

